

JAIR DOS SANTOS JÚNIOR

**"O BRASIL DO SEGUNDO REINADO POR RAYMUNDO FAORO:
A COMPLEMENTARIDADE ENTRE AS OBRAS OS DONOS DO PODER E
A PIRÂMIDE E O TRAPÉZIO"**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de
Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação
da Profa. Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes.

Este exemplar corresponde à
redação final da Tese defendida e
aprova da pela Comissão Julgadora
em 12/08/2009.

BANCA

Profª Drª Maria Lygia Quartim de Moraes

Prof. Dr. Bernardo Ricúpero

Prof. Dr. Duarcides Ferreira Mariosa

Profª Drª Gabriela Nunes Ferreira

Profª Drª Tatiana Gomes Martins

AGOSTO / 2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP
Bibliotecária: Maria Silvia Holloway – CRB 2289**

Sa59b Santos Junior, Jair dos
O Brasil do Segundo Reinado por Raymundo Faoro : a complementaridade entre as obras “Os donos do poder” e “A pirâmide e o trapézio” / Jair dos Santos Junior.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

**Orientador: Maria Lygia Quartim de Moraes.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

1. Faoro, Raymundo, 1925-2003 – A pirâmide e o trapézio – Crítica e interpretação. 2. Faoro, Raymundo, 1925-2003 – Donos do poder – Crítica e interpretação. 3. Brasil – História - II Reinado, 1840-1889. I. Moraes, Maria Lygia Quartim de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

**TÍTULO EM INGLÊS: THE BRAZILIAN “SEGUNDO REINADO”
ACCORDING TO RAYMUNDO FAORO:
COMPLEMENTARITIES BETWEEN “OS DONOS
DO PODER” AND “A PIRÂMIDE E O
TRAPÉZIO”.**

PALAVRAS CHAVES EM INGLÊS (KEYWORDS) : Faoro, Raymundo, 1925-2003 – A pirâmide e o trapézio – Criticism and interpretation
Faoro, Raymundo, 1925-2003 – Donos do poder – Criticism and interpretation
Brazil – History – Empire, 1840-1889

Área de Concentração: Pensamento social brasileiro

Titulação: Doutor em Sociologia

Banca examinadora: Maria Lygia Quartim de Moraes, Bernardo Ricúpero, Gabriela Nunes Ferreira, Duarcides Ferreira Mariosa, Tatiane Gomes Martins

Data da defesa: 12-08-2009

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo conhecer alguns dos aspectos da sociedade brasileira. Para tanto, adotamos como estratégia a abordagem a partir de fontes secundárias, ao invés de uma pesquisa de fontes primárias, que requereria uma pesquisa que os limites deste doutoramento não permitiriam. Como um trabalho de sociologia, nosso objetivo geral é conhecer a sociedade brasileira. Já nosso objetivo específico, delimitado neste doutoramento, é entender como se deu o processo de consolidação da sociedade brasileira, resultante de uma colonização européia e que alcançou seu clímax de desenvolvimento no período denominado Segundo Reinado. A metodologia escolhida foi a pesquisa de fontes secundárias, através de análise bibliográfica da produção intelectual de Raymundo Faoro. A estratégia para alcançar nossos objetivos geral e específico, seguindo a metodologia escolhida foi analisar a relação que possa existir entre dois de seus principais trabalhos, **Os Donos do Poder** e **A Pirâmide e o Trapézio**.

ABSTRACT

This thesis attempts to clarify some particular aspects of Brazilian society. In order to do so, we chose as our research strategy the analysis of secondary sources, since discussing primary sources would exceed the possibilities of our doctoral work. As a work in sociology, our overall goal is to understand Brazilian society. As for our specific goal, as outlined in this doctoral thesis, it is to understand how the process of consolidation of Brazilian society took place, resulting as it was of European colonization and reaching its climax in the period known as “Segundo Reinado”. Our methodology of choice was the analysis of secondary sources, namely, the analysis of Raymundo Faoro’s intellectual production. Our strategy to pursue both our overall and specific objectives according to the chosen methodology was to analyze the relationship between two of Faoro’s main published works, “Os Donos do Poder” and “A Pirâmide e o Trapézio”.

à Letícia

*Muitos vieram e quase todos se foram,
mas você sempre esteve comigo.*

Natália e Andreza

A realização do sonho de um pai e um marido.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I – O CONTORNO DO PRISMA: DA ORIGEM À CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.....	17
A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO – A TRANSPOSIÇÃO DO ATLÂNTICO.....	17
A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO – A PERSISTÊNCIA DO ESTAMENTO.....	34
OS DESDOBRAMENTOS DO ESTADO BRASILEIRO – O ESTAMENTO SE CONVERTE EM ELITISMO.....	46
CAPÍTULO II – O CONTEÚDO DO PRISMA: A VIDA SOCIAL NO BRASIL DO SEGUNDO REINADO	61
A ESTRATÉGIA INTELECTUAL, O BRASIL ATRAVÉS DOS OLHOS DE MACHADO DE ASSIS	63
O HOMEM POLÍTICO DO SEGUNDO REINADO.....	71
A VIDA ECONÔMICA DO SEGUNDO REINADO	93
AS CLASSES SOCIAIS BRASILEIRAS	101
<i>A elite nacional.....</i>	<i>101</i>
<i>Classe média e miséria social no Brasil do Segundo Reinado.....</i>	<i>107</i>
OS MILITARES E SEU PAPEL SOCIAL NA CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	118
A RELIGIÃO COMO FONTE DA MORAL E DOS VALORES SOCIAIS DO BRASIL.....	121
CAPÍTULO III – A VIAGEM REDONDA VISTA POR UM ESPELHO E ILUMINADA POR UMA LÂMPADA	129
DILEMAS SOBRE A INFLUÊNCIA WEBERIANA NA OBRA DE RAYMUNDO FAORO	129
MACHADO DE ASSIS POR RAYMUNDO FAORO – UMA METALEITURA.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
BIBLIOGRAFIA	179
<i>Bibliografia Específica.....</i>	<i>179</i>
<i>Bibliografia Geral</i>	<i>179</i>

INTRODUÇÃO

O estudo da sociedade brasileira é, obviamente, o principal objeto das nossas escolas sociológicas. Entretanto, dentre elas, existem aquelas que têm origem no meio acadêmico e outras que se fizeram de autores independentes deste meio. Raymundo Faoro é um destes autores que elaboraram seus estudos sobre o Brasil sem pertencer a instituições acadêmicas. Mesmo depois de consolidada sua trajetória intelectual, manteve-se independente do universo acadêmico já estruturado nas Universidades. Ao mesmo tempo, Faoro elaborou uma das análises mais amplas e profundas sobre a sociedade brasileira. A amplitude de seu trabalho consiste nas análises históricas que se iniciam no século XIII, em Portugal, e chegam ao final do século XX, no Brasil, onde a profundidade se expressa pelos diversos aspectos da política, economia e elementos da sociedade que foram tratados em seus escritos. Segundo a interpretação de Faoro, a sociedade brasileira e, principalmente, suas instituições políticas, nascem naquele século, após a consolidação das instituições portuguesas. O que aconteceu foi apenas um processo de transposição das instituições através do oceano Atlântico.

Conhecer a própria sociedade brasileira através do universo intelectual faoriano é um exercício inquietante. De um lado, ele tem diálogos independentes com as escolas da sociologia clássica e brasileira. De outro, a recuperação de seus escritos permite conhecer um universo intelectual sofisticado ao mesmo tempo em que podemos discutir aspectos detalhados sobre a sociedade brasileira.

Este trabalho tem como objetivo conhecer alguns dos aspectos da sociedade brasileira. Para tanto, adotamos como estratégia a abordagem a partir de fontes secundárias, ao invés de uma pesquisa de fontes primárias, que requereria uma pesquisa que os limites deste doutoramento não permitiriam. Como um trabalho de sociologia, nosso objetivo geral é conhecer a sociedade brasileira. Já nosso objetivo específico, delimitado neste doutoramento, é entender como se deu o processo de consolidação da sociedade brasileira, resultante de uma colonização européia e que alcançou seu clímax de desenvolvimento no período denominado Segundo Reinado. A metodologia escolhida foi a pesquisa de fontes secundárias, através de análise bibliográfica da produção intelectual de Raymundo Faoro. A estratégia para alcançar nossos objetivos geral e específico, seguindo a metodologia escolhida foi analisar a relação que possa existir entre dois de seus principais trabalhos, **Os Donos do Poder** e **A Pirâmide e o Trapézio**.

Assim, abordaremos o Brasil a partir da obra de Raymundo Faoro. E as características do autor apontadas acima proporcionaram a sua escolha. Dentre a produção intelectual de Raymundo Faoro, apresentaremos nossa leitura acerca de dois livros seus, a saber, **Os Donos do Poder** e **A Pirâmide e o Trapézio**.

A publicação do livro **Os Donos do Poder** significou um marco importantíssimo na construção da sua interpretação sobre o Brasil e na própria sociologia brasileira. A primeira edição veio a público em 1958 e, após críticas e comentários, foi reeditada em 1975, quando ganhou novos capítulos e aprofundamento das pesquisas. Pela profundidade das suas análises, esta produção foi acolhida pelos debatedores sobre o Brasil e ganhou grande importância no cenário da sociologia brasileira. Enquanto escrito de ciência política, Faoro publicou outras obras que ele mesmo comenta como sendo apenas de continuidade de algumas discussões já presentes em **Os Donos do Poder**. Dentre elas, podemos destacar **A Assembléia Constituinte e Existe um Pensamento Político Brasileiro?**. Sobre este conjunto de produções, há uma gama considerável de comentadores¹ e sua contribuição é reconhecida entre as diferentes escolas da sociologia brasileira.

Contudo, há um livro de Faoro que não recebeu a mesma atenção, **Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio**², do qual, para se ter uma idéia, até o momento, encontramos raras referências³. Este é o outro livro acerca do qual apresentaremos nossa leitura neste trabalho. Possivelmente, à medida que o título do livro direciona para uma análise literária, as escolas sociológicas brasileiras não enxergaram ali uma abordagem de interesse. Mas a sua leitura proporciona reflexões não somente sobre um universo literário, ao contrário, permite refletir também sobre a sociedade brasileira. Sendo assim, o foco das análises e discussões é, nesta hipótese de trabalho, a sociedade brasileira. Aliás, diante da proximidade da sua publicação com a segunda

¹ Entre os comentadores gostaríamos de destacar: BARRETO, Kátia M. M. “Um projeto civilizador: revisitando Faoro”. Lua Nova, nº 36, 1995. CAMPANTE, Rubens Goytacá. “O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira”. In. DADOS, vol. 46, n. 1, 2003. IGLÉSIAS, Francisco. “Revisão de Raymundo Faoro”. Cadernos do Departamento de Ciência Política, nº 3, março/1976. SCHWARTZMAN, Simon. “Atualidade de Raymundo Faoro”. In. DADOS. Vol. 46, n. 2. 2003. SOUZA, Jessé. A modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: EDUNB, 2000. WERNECK VIANNA, Luiz. “Weber e a Interpretação do Brasil”. Novos Estudos CEBRAP. N. 53. 1999. Santos Júnior, Jair dos. “As categorias weberianas na ótica de Raymundo Faoro: uma leitura de Os Donos do Poder”. In: Revista Trapézio. Nº 5/6/7. 2003-2004.

² Doravante, referimo-nos a esta obra de modo reduzido: A Pirâmide e o Trapézio.

³ Neste caso, apenas encontramos como comentário: BOSI, Alfredo. “Raymundo Faoro: leitor de Machado de Assis”. Revista de Estudos Avançados, Nº 18, 2004. Pág. 355-376.

edição de **Os Donos do Poder** – esta de 1975 e a obra em questão de 1974 – pode-se conjecturar que há uma relação de proximidade temática entre elas. Entretanto, o trabalho sobre Machado de Assis tem um recorte histórico específico, que pode, em linhas gerais, ser delimitado no chamado Segundo Reinado.

Diante de todo este cenário, definimos este trabalho de doutoramento como um estudo de aprofundamento do conhecimento sobre a sociedade brasileira nos seus mais diferentes aspectos através da obra intelectual de Raymundo Faoro. E como estratégia de estudo destes aspectos, o trabalho do autor, **A Pirâmide e o Trapézio**, é tratado como uma obra sociológica e não uma análise literária. Em outras palavras, o objetivo deste trabalho é conhecer a sociedade brasileira através da obra intelectual de Raymundo Faoro, considerando como recorte histórico o Segundo Reinado e interpretando a obra **A Pirâmide e o Trapézio** como um escrito de sociologia.

Para realizar esta tarefa, o primeiro passo é entender a obra **Os Donos do Poder** como uma análise profunda da história das instituições políticas nacionais. Nesse sentido, podemos afirmar que ela revela aspectos daquilo que dá a forma da sociedade brasileira: o Estado, o direito, a política e os partidos. Em seu livro, Faoro apresenta uma longa recuperação histórica da formação e consolidação das instituições políticas, desde a origem do Estado português (século XIII) até meados do século XX, no Brasil. Ele se mostra focado no entendimento da formação do Estado, do estrato social que o integra e suas técnicas de exercício do poder e da dominação. Exemplo disto são as teses sobre o capitalismo politicamente orientado, o qual no Brasil se configura, e sobre o recurso ao elitismo como técnica democrática de manutenção do poder do patronato político.

A profundidade da obra **Os Donos do Poder**, seu longo percurso histórico e suas teses sobre nosso patronato político são aspectos que possivelmente justifiquem a atenção que recebeu das diferentes escolas de interpretação sobre o Brasil. Afinal, ele inicia suas análises na formação do Estado português, desde a origem daquela sociedade e a consolidação das suas instituições. A tese da consolidação daquele Estado numa revolução burguesa que reuniu corte e burguesia com o objetivo da soberania nacional para a conseguinte aventura ultramarina traz uma importante contribuição para o entendimento da formação dos Estados nacionais do Novo Mundo. Mais ainda, demonstra como esta articulação entre membros de uma camada política e da burguesia para a manutenção da dominação política pôde estar presente também nas instituições brasileiras. Esta foi uma atitude intelectual controversa, e até mesmo corajosa, de Faoro.

Nesta interpretação, o período colonial brasileiro assume a função de fase de transferência daquelas instituições e seu exercício de dominação para as terras brasileiras. Talvez por isso, mais do que qualquer fase, a chegada da corte no Brasil em 1808 tem papel importantíssimo na construção das análises de Faoro. Ao mesmo tempo, a primeira fase de independência, com o Império de D. Pedro I, é vista apenas como um primeiro passo no rompimento com o pacto colonial. Primeiro passo, porque Faoro entende que o “sete de abril de 1932”, mais do que o “sete de setembro de 1822”, foi o fato que realmente teve impacto em nossas instituições. Com a abdicação do trono por Pedro I e constituição das Regências, o Brasil passava a ser dominado politicamente, e, exclusivamente, por brasileiros. A fase seguinte, do Segundo Reinado, na obra de Faoro, assume a configuração de período de consolidação de nossas instituições, pois foi quando o elitismo se caracterizou como técnica democrática de dominação, as fazendas tornaram-se empresas de negócios e o produto final passou a ter valor de riqueza em substituição ao valor da mão-de-obra escrava. Assim, tanto politicamente quanto economicamente, surgiram as instituições que foram capazes de se consolidar em nossa sociedade. Por outro lado, a república não é vista, por Faoro como grande novidade institucional, ao contrário, é entendida apenas como o prolongamento de formas de dominação que já haviam antes. As eleições já tinham seu caráter meramente ideológico e apenas passaram a escolher o chefe de Estado, mas o exercício do poder por um estamento já existia desde a colonização e, no Segundo Reinado, assumiu a aparência de um patronato político. Para todos esses períodos, Faoro sempre ressalta que houve processos de modernização e de roupagem nova para características antigas.

Na construção do nosso estudo sobre o Brasil através da obra de Faoro, o segundo passo é compreender a obra **A Pirâmide e o Trapézio** como uma obra acerca do conteúdo da sociedade brasileira, sendo o foco das atenções as análises e interpretações do conteúdo social, moral e valorativo da sociedade. Ele aborda, principalmente, o período do Segundo Reinado, mas faz longas descrições sobre como era o comportamento social, a demonstração de *status* pelos agentes sociais. Aliás, esta interpretação já levanta um tema diferenciado no tratamento que daremos a este livro. Ainda que no seu título esteja anunciada uma análise sobre Machado de Assis, aplica-se aqui o entendimento que este autor foi utilizado apenas como recurso para elucidar sobre nossa sociedade e o tema central de Faoro é a sociedade brasileira e seu conteúdo valorativo.

Surpreende-nos a ausência de citações e comentadores sobre a obra **A Pirâmide e o Trapézio**, principalmente pela sua originalidade no recurso aos textos de Machado de Assis. Ainda que o título do livro de Faoro aparente uma análise literária, sua leitura e estudo deixam evidente que a literatura foi utilizada por Faoro como recurso metodológico para compreensão do conteúdo da sociedade brasileira. Nessa abordagem interessante de Faoro, existe uma preocupação com a moral e valores sociais, de tal forma que são destacadas de Machado de Assis tais perspectivas associando-o aos autores **moralistas**⁴. Apesar disso, Faoro tem o cuidado de não tornar Machado de Assis a única “verdade” sobre o conteúdo de nossa sociedade, recorrendo a vários autores e biografias para legitimar a veracidade histórica das personagens machadianas. Entre os autores que legitimam a ficção e lhe dão tom de realidade, um dos mais citados é Mauá e sua biografia⁵.

Esta atitude de tornar os personagens fictícios de Machado de Assis em personagens históricos, ao mesmo tempo em que expressa um tratamento literário diferenciado, revela qual é o verdadeiro foco de compreensão: a sociedade e as relações sociais do Brasil. Nesta descrição, Faoro tece longos trechos apresentando como os personagens comportam-se nas diferentes situações, o uso dos meios de transporte (cavalos e as diferentes carruagens), por exemplo, assume um caráter de demonstração do status social, enquanto os discursos nas festas e as anedotas contadas por diferentes personagens evidenciam as crenças e valores de cada uma. Os rendimentos e lucros dos negócios, salários e remunerações demonstram o comportamento econômico, já a posse de terras e outros imóveis mostra a riqueza dos personagens e o tempo de dedicação ao labor, o valor atribuído a este e a dedicação aos eventos sociais revela a noção de vocação ao trabalho de nossos agentes sociais. A miséria social e de vida das classes negativamente privilegiadas revela os processos de exclusão social, até certo ponto, imbuídos de um pessimismo exacerbado. Os militares são descritos a partir da sua patente e do tratamento que recebem da sociedade como um todo e principalmente nas festas, como forma de revelar a importância que recebem nas relações sociais. Sobre o clero e, principalmente, sobre as religiões, Faoro se preocupa muito em mostrar como as crenças das personagens machadianas revelam conteúdos morais e, até mesmo, comportamentos sociais, para tanto, ele passa um longo item de capítulo descrevendo

⁴ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 98.

⁵ MAUÁ. Visconde. Autobiografia. 1943. (citado por Faoro).

sobre a moral católica e chega a fazer menções a outras religiões como o espiritismo francês.

Com descrições como estas que sintetizamos aqui, somadas a outras sobre a vestimenta, hábitos e comportamentos, entendemos que Faoro constrói uma cuidadosa análise sobre o conteúdo de nossa sociedade. Nesta nossa perspectiva, o leitor poderá observar como as duas obras que centram as análises deste trabalho possuem uma relação complementar que pode ser apresentada como a compreensão do Brasil através de sua forma e conteúdo. Em **Os Donos do Poder**, há o tratamento dos aspectos que dão forma à nossa sociedade, suas instituições políticas, a caracterização do direito e o continuísmo de formas de dominação e de um estrato social. Já em **A Pirâmide e o Trapézio** temos a apresentação do conteúdo valorativo de nossa sociedade, o comportamento social, a forma de se vestir, as relações sociais, a moral religiosa e outros aspectos semelhantes.

Neste nosso estudo acerca da sociedade brasileira, o recorte histórico é o próprio período do Brasil do Segundo Reinado analisado na obra **A Pirâmide e o Trapézio**. Isto por entendermos que no conjunto da obra de Raymundo Faoro este período é decisivo para caracterização de nossa sociedade. Em **Os Donos do Poder**, foi no Segundo Reinado que nossas instituições políticas assumiram sua forma definitiva, após a transferência do período colonial e a ruptura com a metrópole do primeiro império. Vale reforçar que, nesta abordagem, a república é vista como mero prolongamento daquilo que se configurou no período anterior. Também em **A Pirâmide e o Trapézio**, é do Segundo Reinado que Faoro retira as personagens de Machado de Assis e lhes confere significação histórica. Acreditamos que seja para ele o momento em que o Brasil moderno nasceu e quando nossa sociedade amadureceu e ganhou forma e conteúdos próprios. Assim, entendemos que o principal foco de análise de Faoro para a compreensão da sociedade brasileira é o Segundo Reinado, dada a importância deste período no conjunto da obra do autor.

Para apresentação dos argumentos e da interpretação da obra de Faoro o presente trabalho está dividido em cinco partes. Após esta primeira etapa introdutória, onde o leitor apreende os objetivos e principais pontos explorados, há o primeiro capítulo, onde está apresentada a interpretação dada à obra **Os Donos do Poder**. O leitor não deve confundir este recorte analítico com um mero resumo, pois será ingênuo supor que num trecho tão curto de texto seria possível apreender a profundidade da obra de

Raymundo Faoro. Diversos aspectos que não contribuem para os argumentos aqui desenvolvidos foram suprimidos, outras análises e interpretações das instituições nacionais foram adicionadas, de tal sorte que para conhecer em detalhe os argumentos do autor, seu estudo na fonte não pode ser suprimido. Contudo, tal exercício é importante neste trabalho para que, ao se deparar com os argumentos que são apresentados sobre a tese da complementaridade desta obra com **A Pirâmide e o Trapézio**, o leitor possa entender de quais elementos se estará tratando. Portanto, o primeiro capítulo tem a função de promover o entendimento do leitor, pois seria equivocado pressupor que ele já conhece tudo aquilo que é importante para este trabalho e a interpretação da obra de Faoro para que já fossem adiantadas as conclusões.

No segundo capítulo realizaremos um exercício semelhante, porém, com os aspectos mais significativos para nossas hipóteses. Nele, apresentaremos nossa leitura acerca de **A Pirâmide e o Trapézio**. Entretanto, com um passo mais à frente na análise, foram acrescentados os comparativos entre as duas obras mais importantes para as teses aqui desenvolvidas. Deste modo, além da exposição dos argumentos de Faoro que nos interessam para esta interpretação, e com a mesma função didática realizada no capítulo primeiro, já serão acrescentados os comparativos e pontos de encontros entre os dois trabalhos do autor. Ainda na tentativa de manter certa clareza e didática de exposição, apresentaremos intencionalmente parte da lógica de argumentação de Faoro, para que o leitor possa compreender como ele constrói suas análises, sem a necessidade da leitura das extensas mil e quinhentas páginas que ambas publicações representam.

No terceiro capítulo serão apresentadas as leituras de importantes comentadores de Faoro e a tentativa de fechamento das análises para a compreensão das hipóteses levantadas. Nele demonstraremos como Faoro é significativo como ferramenta de observação da sociedade brasileira, bem como, o argumento central, e objetivo deste trabalho, que é entender suas duas obras principais, como construções complementares e diretamente relacionadas. Em certa medida, não podemos deixar de mencionar que tal argumentação tem uma consequência de recuperação da importância da obra **A Pirâmide e o Trapézio** no conjunto da obra de Faoro. Para a argumentação deste trabalho, esta obra deve ser entendida como tão importante quando **Os Donos do Poder**. Equiparação que ainda não foi expressa em outros comentários e análises.

Retomando aquilo que dissemos de início, neste trabalho o objeto de análise é a sociedade brasileira, suas instituições e seu conteúdo social. A obra de Raymundo Faoro

representa o exercício, ou seja, o meio de realização deste estudo. Apreendemos seus trabalhos **A Pirâmide e o Trapézio** e **Os Donos do Poder** como análises complementares entre si que permitem uma amplitude e profundidade de análise ímpar na sociologia brasileira. Para sustentação deste argumento, é necessário entender que a obra **A Pirâmide e o Trapézio** é tratada por nós não como análise literária, mas como aprofundamento da análise da sociedade brasileira, seus valores e conteúdo social, mediante a adoção de Machado de Assis, por Faoro, como um recurso metodológico para construção da sua interpretação.

Neste capítulo, discutiremos as principais influências teóricas apontadas pelos comentadores para este autor. Serão apresentadas as teses sobre a influência de Max Weber na construção da interpretação do Brasil por Faoro, assim como há destaque sobre a presença da escola das elites nas várias publicações. Em linhas gerais, o leitor poderá apreender os debates e principais discussões que surgiram a partir dos comentadores e demais obras que dialogam com as teses de Raymundo Faoro. O leitor perceberá através desses debates e comentadores que a obra **Os Donos do Poder** recebeu muita atenção das escolas de sociologia, enquanto **A Pirâmide e o Trapézio** carece de certa recuperação da sua importância. Como únicos comentários à obra sobre Machado de Assis, destacaremos as contribuições de Alfredo Bosi⁶ e Leopoldo Waizbort⁷. Numa articulação entre as contribuições das análises de Faoro sobre a obra machadiana e também sua contribuição como interpretação histórica do Brasil, estes autores permitiram que se encontrassem subsídios para a construção deste trabalho. Bosi, por exemplo, logo no início de seu texto afirma que haveria uma grande “tentação”⁸ de construir uma análise metalingüística de entendimento como leitor de Faoro como leitor de Machado de Assis.

Por fim, a quinta parte do trabalho trará nossas considerações finais. Nela retomaremos as nossas inquietações que marcaram a delimitação deste estudo de doutoramento e como nossas questões foram respondidas. Como dissemos nosso objetivo específico é compreender a consolidação da sociedade brasileira e, para tanto, trabalharemos com a seguinte questão: De que forma a sociedade brasileira se consolida no Segundo Reinado? Desta pergunta, adotamos como estratégia o recurso à obra de Faoro como campo empírico, universo a partir do qual os elementos da sociedade

⁶ BOSI, Alfredo. 2004.

⁷ WAIZBORT, Leopoldo. 2002.

brasileira e suas instituições políticas podem ser apreendidos. Na realização desta tarefa, encontramos outras questões que se subordinam à nossa inquietação inicial e que merecerão atenção e tentativa de resposta. A principal questão que nos acudiu foi? Há uma relação complementar entre as obras **Os Donos do Poder** e **A Pirâmide e o Trapézio**? O tratamento da produção intelectual de Faoro nos levou a perceber que estes dois trabalhos possuem uma proximidade temática e de análises, mas ao mesmo tempo, ambos se dividem nos objetos e fatos sociais que esclarecem. Da proximidade e ao mesmo tempo independência entre as obras elaboramos o questionamento sobre que tipo de relação há entre elas. Ao longo de todo nosso trabalho o leitor perceberá como fizemos o desenvolvimento dos argumentos para compreensão destas nossas inquietações e o percurso que percorremos para responde-las. Já ao final, em nossas Considerações Finais, retomaremos nossos questionamentos, nossa trajetória e apresentaremos ao leitor nossas respostas e conclusões acerca do que fora analisado.

⁸ BOSI, Alfredo. 2004. Pág. 355

CAPÍTULO I – O CONTORNO DO PRISMA: DA ORIGEM À CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO – A TRANSPOSIÇÃO DO ATLÂNTICO

A formação do Estado lusitano e o início da colonização brasileira serão as primeiras vertentes percorridas nesta tese, pois para compreender a interpretação sobre o Brasil nas análises deste autor é de suma importância conhecer suas abordagens sobre a formação do Estado português. Isto se deve ao fato de Faoro observar alguns traços fundamentais da sociedade brasileira como originários na formação daquele Estado. Nesse sentido, um dos vieses desta tese será sintetizar ao máximo tais considerações, sem perder de vista o cuidado para que o leitor possa entender do que Faoro tratava e como estes assuntos estão interligados com o tema central aqui discutido.

A administração oficial lusitana foi formada inicialmente no Estado português com a ocupação dos cargos a partir da riqueza. Havia dois níveis de domínio: circunscrições administrativas (**tenências**) e os distritos (**préstamos**). Neste aparelhamento, Faoro também aponta a importância dos **concelhos**⁹, que eram condados jurisdicionais arrendados por particulares com atribuições jurídicas e fiscais. Outra propriedade importante dos concelhos foi a criação das **cartas de foral**, estatutos originários de um direito que ordenava a relação entre coroa, concelhos e súditos.

D. Fernando (1367-1383), banqueiro do reino, incentivou todas as importações para o reino português, além de ser o responsável pelo desenvolvimento dos mercados da cidade onde todos os portugueses podiam adquirir o que fosse comprado nas terras além mar. Contudo, estas medidas não foram de interesse da burguesia nacional, pois eram tomadas em favor dos estrangeiros que habitavam o país, ou seja, o que deveria ser o grande fator para estímulo da burguesia nacional, era sua degeneração.

Faoro delineia, assim, um drama: burguesia e nobreza se contendem e o rei D. Fernando está no meio desse litígio. Ainda que tenha se amparado em muitos momentos na nobreza, avançou em leis que deram condições para certa independência dos comerciantes. Leis, essas, suficientes para preparar a aventura ultramarina, ou ao menos, estruturar melhor suas atividades marítimas.

⁹FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 07.

Uma das mais importantes, neste sentido, foi a famosa ***lei das sesmarias***¹⁰, exemplo claro da influência burguesa sobre o reino, através das Cortes (instituição na qual a burguesia havia ascendido através dos concelhos). Do mesmo modo, as leis de fomento para os construtores de navios e os seguros marítimos deram o estímulo e a segurança necessária para preparar as viagens épicas do reino português. O último ato deste rei foi seu casamento com D. Leonor Teles, que figurou como uma aliança com a coroa castelhana, fruto do desejo do setor mais "conservador" da nobreza lusitana.

A conclusão de Faoro ao final deste assunto é frustrante. A revolução burguesa portuguesa não revolucionou suas instituições, ao contrário, representou um retorno à soberania nacional. Ela, a burguesia, conseguiu um lugar ao sol perante o Estado, mas manteve sobre si a cabeça dirigente e financiadora de seu herói: ***El-rei***.

Feita a revolução, o Estado começou seu empreendimento: a aventura ultramarina. O rei manteve sua posição de chefe maior do Estado, mas suas novas demandas pediam um quadro administrativo mais organizado e, de tal modo, os pensadores desta nova organização foram os juristas. Este aparato administrativo fundiu-se numa corporação que se estrutura como uma comunidade: ***o estamento***¹¹.

O estamento político é um caso onde seus integrantes têm plena noção da sua semelhança e de seu papel no Estado, ele corresponde à situação estamental de todo um estilo de comportamento. O estamento torna-se claro nas sociedades onde a estratificação social também é forte, onde não há princípio da igualdade jurídica e a distinção das camadas sociais é dada *a priori*. Na esfera política, as camadas estamentais procuraram sua distinção jurídica frente às outras. E, desta maneira, também surge a diferença do tipo de consumo que representam, e mais ainda, do setor da economia que se apropriam.

Não raro, os estamentos reivindicam para si o direito e o monopólio de certas atividades econômicas, como por exemplo, reivindicação agrária e a reivindicação da ocupação dos cargos da administração estatal segundo a situação estamental. Nestes dois exemplos, a consequência é perversa para qualquer economia capitalista, pois o estamento apropria-se de qualquer possibilidade aquisitiva (econômica) fruto da sua situação enquanto setor produtivo ou público.

¹⁰ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 38.

¹¹ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 45.

Na administração oficial ainda haveria a indistinção entre patrimônio particular e oficial do funcionário, e também a gestão do cargo seria vista como uma possibilidade aquisitiva particular.

Na esfera econômica, a orientação do Estado patrimonial sobre a sociedade e sua gestão soberana conformava todas as atividades. A empresa comercial, ou “*comércio de trânsito*”¹², não produzia nada, apenas negociava. Criava-se um ciclo no qual o reino expandia o número de funcionários, suas atividades comerciais, financiava novas conquistas e enriquecia seus súditos e a si próprio. Tudo isto, sobre o risco e o lucro do Estado, que cada vez mais buscava reproduzir estas relações. Aí está o caráter mais conservador do Estado patrimonial e a base da sua orientação política.

Foi neste contexto que os portugueses chegaram ao continente americano. O reino português teve dificuldades em encontrar o modelo ideal para explorar o Brasil. A associação entre rei e comerciante naquele modelo era divergente, mas o comerciante não era hábil para a dominação do território.

Tendo declinado D. Manuel e adentrado D. João III (1521-1557), este trouxe para as mãos do Estado as rédeas da colonização. Assim, começaram a ser estabelecidas as bases do reino na colônia, onde, mais uma vez, o Estado tomava para si a iniciativa. Segundo Faoro, a introdução do sistema de capitanias e do desenvolvimento da cultura do açúcar teve como objetivo o comércio, não a colonização.

Portugal adotou no Brasil um modelo de organização política, no qual delegavam-se responsabilidades e dividiam-se os lucros. As capitanias correspondiam a verdadeiras autarquias, mas seus capitães tinham obrigações fiscais e militares. Determinadas faixas das capitanias eram de propriedade real. Os capitães apropriavam-se do cargo, com plena capacidade de gestão e obtenção de lucros, o funcionário ocupava o cargo por delegação do senhor e se responsabilizava pelo custeio, mas também, ganhava com as possibilidades aquisitivas oriundas do mesmo.

Dentre estes funcionários havia uma mescla de burgueses e membros do estamento (burocratas, militares, letrados, pequena nobreza). Todos tinham a obrigação de cumprir com os objetivos da coroa: defesa militar e avanço ao interior. Eles eram funcionários patrimoniais, independentes da sua origem.

¹² FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 56.

Este é um elemento decisivo para definir o caráter estatal da empresa colonizadora brasileira, pois, mesmo que de diferentes origens, todos passavam a representar *El-rei*. Eram seus funcionários e passavam a exercer os cargos num regime patrimonial. O rei mantinha, neste regime, pessoas de sua inteira confiança - confiança interessada, como a da “hiena pelo leão”, ou seja, ficar com a carcaça. Estes eram responsáveis, num determinado momento, pela retração do controle real, temendo alguns invasores, como por exemplo, os holandeses.

E aqui temos o primeiro exemplo da interpretação de Faoro de que o aparato estatal foi transposto sobre o Atlântico e literalmente desembarcou nas suas colônias. A partir daqui veremos que o que mais inquieta este autor é a forma como o Estado precedeu a sociedade na colonização brasileira.

A empresa mercantil não era uma ação de forças privadas, mas uma empresa estatal. Os primeiros colonizadores eram agentes do quadro patrimonialista. As atividades econômicas eram sempre engendradas pelo Estado. Na interpretação que adotamos, o modelo estatal centralista do patrimonialismo lusitano provocou um modelo de sociedade na colônia brasileira em que o aparato oficial precedeu a formação social. Diferente, por exemplo, de sociedades européias, nas quais foi o agrupamento social que se organizou, e ao longo dos séculos surgiram as instituições de ordenamento jurídico e organização política, no Brasil, as instituições políticas são as precursoras e organizadoras da sociedade.

Poderíamos até afirmar que, para Faoro, no caso brasileiro, o Estado precede a nação. Tentaremos demonstrar ao leitor como Faoro constrói suas análises sobre a sociedade brasileira e que é possível apreender esta inquietação como pano de fundo das suas preocupações.

Na nossa interpretação, a experiência das **donatarias**¹³ é exemplar. A medida que permitiram o sucesso econômico dos donatários, representavam um perigo para o controle real. Ao mesmo tempo em que as fazendas começavam a se desenvolver na produção do açúcar, o território ficava desprotegido e o governo não arrecadava tributos como gostaria. O resultado foi óbvio: a centralização através do Governo-Geral (1548). Este não representou a dissolução das capitanias, mas a elevação de um poder acima

¹³ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 141.

delas, responsável pela direção política e cuidados dos tributos, jurisdição e defesa do território.

Faoro descreve os documentos de nomeação do primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, onde observa a seguinte dualidade:

"O documento mostra, com toda evidência, um fato desdenhado pelos historiadores: a capitania se compunha de dois institutos, o público e o patrimonial. O feixe de direitos públicos podia ser revogado, sem quebra da fé ou da palavra régia, dado que o direito português, no século XVI, entendia ser privativo do rei o poder de gerir a administração do reino. O lado patrimonial da capitania, este sim era vitalício e hereditário, inviolável ao próprio rei, que retomou os direitos nele compreendidos por compra, renúncia dos proprietários, ou justo confisco."¹⁴

A obra do Governo-Geral foi sempre a centralização do poder e a defesa dos interesses da metrópole, bem como, era responsável pela tributação e direção das atividades econômicas. Desta forma, não se poderia construir navios, nem entrar pelo sertão sem autorização expressa do Governador, ou seja, delimitavam-se as atividades econômicas ao campo político. O sistema aí instalado comportava outros cargos, como ouvidor-mor (responsável pela justiça) e o provedor-mor (responsável pela fazenda real na colônia). Estes e mais alguns cargos da administração formavam a "junta geral", presidida pelo Governador. A junta geral era uma espécie de conselho da administração da colônia, ainda que muito longe de algum tipo de governo constitucional.

Nesse período foram necessárias medidas para organização dos povoados do litoral e povoamento do interior. Da mesma maneira que, em Portugal, existiam os **concelhos**, no Brasil, criaram-se os **municípios**. Estes foram organizados burocraticamente para eficiência na arrecadação de impostos, no recrutamento de soldados e no controle estatal sobre as localidades, isto é, a mão do Estado se estendendo a todo o território povoado e definindo a tendência para a ocupação ordenada do interior.

Na verdade, este mecanismo foi revigorado diante de um temor semelhante ao ocorrido na metrópole na época da consolidação do Estado. Em Portugal, os concelhos foram utilizados como fuga do poder da aristocracia, e no Brasil, os municípios seriam a fuga do poder emergente dos senhores de engenho. O rei via tanto a aristocracia territorial portuguesa quanto os senhores de engenhos brasileiros da mesma forma, assim, a resposta teria de ser a mesma: extensão do poder real para as localidades com

funcionários a serviço do rei. Vale destacar que este mecanismo não representava qualquer descentralização. A extensão do poder sobre todo o território era a expressão da centralização do poder.

Esse sistema de dupla administração, Governo-Geral e Governo Municipal, tinha como principal intuito levar a mão do rei a todas as localidades. O Governador seria responsável pela direção política e assumiria o papel de autoridade maior em terras da colônia. Já os municípios eram o braço real nas terras distantes que se estendiam a todos os lugares e eram instalados antes mesmo de surgir um povoado organizado e, assim, a ação estatal era firmada antes da ação prática. A orientação política surgia antes mesmo da sua necessidade, isto é, dirigir um processo desde o embrião é menos suscetível a insubordinações. O povoamento foi sempre uma realização estatal.

"O Regimento de Tomé de Sousa fixa a dicotomia administrativa entre o governo-geral e o governo municipal, com funcionários próprios de uma e outra circunscrição. (...). A colonização e a conquista do território avançam pela vontade da burocracia, expressa na atividade legislativa e regulamentar. Desde o primeiro século da história brasileira, a realidade se faz e se constrói com decretos, alvarás e ordens régias. A terra inculta e selvagem, desconhecida e remota, recebe a forma, do alto e de longe, com a ordem administrativa da metrópole. (...). No claro aberto na floresta, o pelourinho demonstra que o rei existe e está presente. O município, em regra, se constituía por ato da autoridade régia. Diretamente ou revalidativo das decisões dos governadores e capitães-mores."¹⁵

Neste processo, uma personagem interessante realizava a entrada para o interior: **o bandeirante**¹⁶. Seu empreendimento foi descrito como obra oficial, onde eram motivados pela busca das riquezas minerais e seguiam em direção ao São Francisco, onde havia o encontro de bandeirantes do norte e do sul.

Os bandeirantes eram grandes servidores da Coroa, menos pela intenção do que pela realidade. No início a empresa bandeirante fora obra de recursos particulares com o suporte real, aos poucos, a Coroa enviou homens de confiança para dividir responsabilidades e tomar posse das minas em nome de *El-Rei*. Depois de encontradas, as minas particulares eram incorporadas pelo Estado ou esquecidas e, assim, pertenciam, nesse instante, à Coroa, não aos seus descobridores. A riqueza advinda deste processo seria dividida entre todos, ou seja, descobridores, rei e seu estamento burocrático. Na verdade, os descobridores obteriam sua parte em função da proximidade

¹⁴ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 145.

¹⁵ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 148-149.

¹⁶ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 155.

com o rei e dos seus serviços prestados, não por direito de descoberta. Aliás, na maioria dos casos, eles eram incorporados como funcionários reais.

Contudo, na historiografia, nem todos os autores concordam com esta perspectiva de Faoro. Nestor Duarte¹⁷, por exemplo, considera o bandeirante como típico caso das forças privadas impulsionando a ação estatal. Preocupado em entender traços feudais no processo de colonização, Duarte analisa como se dava o processo de povoamento e encontra aí uma participação significativa dos bandeirantes. Contudo, o bandeirante não tinha a intenção de povoar, mas as localidades formadas no seu rastro em nada tinham com núcleos de vilas que originavam cidades.

Segundo Duarte, a povoação do bandeirante era *"a fisionomia de uma sociedade dirigida por um sentido totalmente apolítico, de que a falta de urbanismo, determinada também pela forma da produção econômica, é uma das expressões mais interessantes"*¹⁸. Este tipo de povoamento estava ligado ao processo econômico da mineração. Ele entende que o urbanismo da mineração demonstra a incapacidade portuguesa para a ordenação da colônia. A organização das cidades ocorreu, mas quando o Estado português tinha que mostrar sua capacidade de organização, nada mais fez que dilacerar a colônia com suas garras ávidas pelo ouro. A estrutura não era política, era apenas fiscal.

Já numa tese antagônica, Faoro entende que no modelo de administração do Estado patrimonial lusitano, o funcionário (bandeirante) era a sombra do rei e dele emanava todo o poder e a fonte de emolumentos. Os funcionários da Coroa, em terras brasileiras, se tornavam grandes vultos, atuando como olhos atentos do rei. O funcionário patrimonial era o funcionário doméstico do patriarcalismo, que era fiel ao rei e ciente da sua dependência.

Neste modelo estatal, a centralização continuava a enraizar-se e a contradição com as regionalidades que começava naquele tempo persistiria até os dias atuais. Assim, o Brasil estaria fadado a sofrer por um Estado centralizador que sufoca as diferenças regionais e submete a todos. Na organização burocrática da colônia, esta contradição se expressa entre poder da Coroa e poder local.

¹⁷ DUARTE, Nestor. 1939.

¹⁸ DUARTE, Nestor. 1939. Pág. 33.

O Brasil herdou a vinculação entre nobreza, burguesia e Coroa. Muitos eram os fidalgos escolhidos para os cargos da administração, mas os burgueses também tinham seus espaços, embora, também aqui, fossem contagiados com os valores da nobreza - o ócio, o luxo, etc. A fórmula do estamento se repetiu: nobreza + burguesia = maior controle real sobre todos e direção centralizadora do Estado.

"A burguesia, nesse sistema, não subjuga e aniquila a nobreza, senão que a esta se incorpora, aderindo à sua consciência social. A íntima tensão, tecida de zombarias e desdêns, se afrouxa com o curso das gerações, no afidalgamento postício da ascensão social. A via que atrai todas as classes e as mergulha no estamento é o cargo público, instrumento de amálgama e controle das conquistas por parte do soberano."¹⁹

Para a aliança entre burgueses e nobreza, uma instituição foi muito importante: o **Conselho D'el Rei** ou **Conselho de Estado**²⁰. Este era o órgão deliberativo máximo da Coroa, ainda que presidido e dominado pelo rei. O Conselho de Estado era a instituição característica do estamento. Ele se mostrou um opositor ao setor mercantil desprendido do Estado. Afinal, no modelo de sociedade patrimonial, a iniciativa comercial teria incentivo, desde que sob as rédeas curtas do rei, e sob o controle do estamento. Em relação a isso, Faoro propõe: *"Por meio dos letrados e juristas a burguesia se insinua nos conselhos, burguesia, entretanto, pela origem e não pela conduta, absorvida, cunhada pelo estamento de funcionários, que tritura os próprios nobres de terras."*²¹

Na Colônia, também as localidades começam a ter uma administração um pouco mais complexa. A base da administração continuava com o município que foi gerado do temor de excessos dos senhores de engenho, o município determinava o braço real da centralização nas localidades mais distantes e se compunha de juiz ordinário, vereador e mais alguns funcionários. O juiz, que podia ainda ser chamado **juiz de fora**²², era nomeado diretamente pela autoridade real. A **vereança**²³ e alguns dos demais cargos podiam ser eleitos. A eleição da vereança assegurava legitimidade e vinculava o povo à administração, mas, uma eleição naquele momento histórico, jamais poderia supor o sufrágio universal. A realidade apontava para colégios eleitorais. Estes eram compostos

¹⁹ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 176.

²⁰ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 177.

²¹ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 179.

²² FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 183.

²³ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 184.

pelos **homens bons**²⁴, senhores de terras com determinadas qualidades de propriedade e letra. Todavia, os comerciantes só alcançaram esse direito com sua ascensão social.

O setor militar era responsável pela integração das terras da colônia. Neste setor havia a união da elite portuguesa (o estamento) com os fidalgos conquistadores da colônia. Nesta aliança, com suas diferenças e rivalidades, conformava-se o que Faoro chama da **nobreza comum**²⁵, ou seja, uma camada dirigente em terras coloniais a serviço do rei. A defesa das novas terras era um ramo da administração importante naqueles tempos de conquista, e haveria uma torre de defesa e armas em número suficiente para cada engenho.

Um aspecto importante da origem da estrutura militar brasileira é a sua remuneração. Somente D. João IV viria instituir o pagamento das despesas dos soldados, que até então recebiam irregularmente e, em alguns casos, apropriavam-se de parte das terras conquistadas. A primeira consequência da instituição do soldo será a liberdade do rei que não mais dependerá da nobreza quando tratar de assuntos de defesa, desta maneira, o exército passa a ser organização permanente e braço do Estado como qualquer função administrativa.

Dentro da estrutura militar havia servidores remunerados e outros não pagos, originários das milícias não nobres das localidades e mais obedientes ao rei. Inicialmente, estas companhias elegiam seus oficiais, correção que o Conselho Ultramarino se ocupou, passando as nomeações para os governadores. Havia três setores militares: o ramo burocrático (1ª linha regular); milícias (2ª linha auxiliar); e ordenanças (3ª linha auxiliar), esta última obrigada somente a assuntos da sua localidade.

No século XVIII, as milícias tornaram-se tropa regular e assumiram a função de força de defesa brasileira, sendo que estas diferenças ficaram mais claras no momento da Independência. Também daquelas divisões nasceram o Exército e a **Guarda Nacional**²⁶, diferença antes vista como ramo burocrático e milícias e ordenanças. Ou seja, daqueles setores do ramo burocrático que se mostraram fiéis ao novo Imperador, nasceu o seu quadro militar do Exército. Já das milícias, principalmente de São Paulo e Minas Gerais, sempre interessadas no rompimento com a metrópole, nasceu a Guarda Nacional.

²⁴ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 185.

²⁵ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 189.

²⁶ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 190 e seguintes.

Toda a sociedade se militarizou, mas essa militarização significava afidalgamento, o que refletia o valor do ócio e do parasitismo do Estado, através da corrupção e mesmo da arrecadação de tributos. Restaram, como civis, os caixeiros e comerciantes, se isto não parecer redundância, Muitos escritores da época nem se ocupavam deste setor pelo pouco valor atribuído. Ser alguém naquele Brasil era ser um oficial, era fazer parte daquela aristocracia militar. A ida de toda a sociedade portuguesa para as funções estatais com o mercantilismo e entrada no estamento seriam responsáveis pela aquisição dos valores da nobreza e pelo fracasso daquele país no capitalismo industrial. No caso brasileiro não havia nobreza, mas fidalguia; não havia estamento, mas oficialidade militar; os dois com os mesmos valores do ócio e do parasitismo do Estado.

Faoro sintetiza toda a estrutura social da colônia em duas classes: classe positivamente privilegiada dos senhores de engenho e comerciantes; classe negativamente privilegiada dos escravos, trabalhadores do campo e trabalhadores semi livres. A classe positivamente privilegiada não reflete apenas uma situação de mercado. Por exemplo, o senhor de engenho não era apenas dono da terra e dos meios de produção, era também um líder político local. Faoro relembra Antonil: "*Afinal, ser senhor de engenho significa 'ser obedecido e respeitado de muitos'*"²⁷.

Para a reprodução da relação entre senhor de engenho e escravo, surgiu uma personagem importante, segundo análise de Faoro: **o comerciante**, outro representante da classe positivamente privilegiada. A expressão da riqueza na economia colonial de exportação do açúcar era o escravo. A terra valia pouco sem braços para produzir, mas adquirir escravos necessitava de muitos recursos que eram escassos naquele momento. Assim, os comerciantes de escravos, na maioria das vezes, eram detentores de crédito. Contudo, o tempo de vida útil de um escravo era insuficiente para pagar o investimento feito, o que resultava no endividamento dos senhores de engenho.

Ao todo, existiam quatro classes sociais no Brasil. Dentro da classe positivamente privilegiada, havia outras duas: classe lucrativa (comerciante) e classe proprietária (senhores de engenho). Já na classe negativamente privilegiada, havia mais duas: escravos e trabalhadores livres. Na estrutura produtiva da colônia o escravo era a verdadeira fonte de riqueza e para sua obtenção eram necessários muitos recursos o que levava a classe proprietária a se endividar. Em todo este processo, quem realmente enriquecia era a classe lucrativa – burguesia comercial.

Uma situação de classe é um misto de situação de mercado com situação política. Ser da classe positivamente privilegiada é ser rico e integrar o estamento. Faoro destaca: “O trabalho braçal degrada e o equipara ao escravo – a esta infâmia é preferível a ociosidade, o parasitismo, o expediente da busca de proteção dos poderosos. ”²⁸

Apresentaremos a seguir a análise de Raymundo Faoro sobre os desdobramentos políticos e a evolução das instituições brasileiras ao longo do Primeiro Reinado e suas conseqüências que proporcionaram a transição para o Segundo Reinado. Entre os aspectos que se pretende dar destaque está o surgimento de características políticas e econômicas que foram fundamentais para a transição.

De um lado, que o Primeiro Reinado foi marcado pela presença ainda forte de aspectos lusitanos em nossas instituições. D. Pedro I era o legítimo representante da coroa lusitana e de seus ideais, portanto, a duração do seu regime significava a continuidade do aprofundamento das características das instituições lusitanas. Por outro lado, que o surgimento de novas demandas econômicas e políticas permitiram, a este período, significar a fase de substituição daqueles agentes lusitanos por novos agentes nacionais. Enfim, pretendemos demonstrar que a substituição destes agentes não significa a total eliminação das características de fundo, presentes na formação do Estado português, mas a transformação das feições para um Estado que mantém suas principais características.

Inicialmente demonstramos como o Estado lusitano, formalmente, estendeu sua organização para o território brasileiro. A idéia que mais nos parece refletir o que ocorreu foi de uma transposição do Atlântico²⁹. Seria como dizer que as embarcações que aqui

²⁷ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 205. Citação de Antonil

²⁸ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 217.

²⁹ Werneck Vianna faz menção muito rápida ao que chama de transplante do patrimonialismo: “*Daí se vê, por conseguinte, a heterogeneidade na recepção brasileira de Weber, que estaria presente tanto na versão interpretativa dos que identificam os elementos quase asiáticos que teriam presidido a formação do Estado nacional, em razão do transplante do patrimonialismo do Estado português, como a raiz dos nossos males, como naquela de autores como Florestan Fernandes, para quem o Estado (...).*”. (WERNECK VIANNA, Luiz. 1999. Pág. 38). Já Campante apresenta a mesma idéia, também pouco desenvolvida: “*A obra **Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro**, de Raymundo Faoro, traz como tema central uma explicação para as mazelas do Estado e da nação brasileiros: a estrutura de poder patrimonialista estamental plasmada historicamente pelo Estado português, posteriormente congelada, transplantada para a colônia americana, reforçada pela transmigração da Corte lusa no início do século XIX e transformada em padrão a partir do qual se organizaram a Independência, o Império e a República no Brasil.*” (CAMPANTE, Rubens Goytacá. 2003. Pág. 153). A mesma idéia também é mencionada por Jesse Souza: “*Faoro procura entender a especificidade do atraso brasileiro a partir da herança portuguesa de transplantação para o*

chegavam traziam mais do que pessoas, mais do que religião e cultura, era o desembarque de um Estado. Entretanto, com o Primeiro Reinado, apontaremos elementos que demonstram que a transição para o rompimento do pacto colonial nem de longe significou o rompimento com o modelo de Estado já instalado em nosso território.

É interessante notar como a tese da persistência do Estado patrimonial de Raymundo Faoro nos revela uma análise em que o Estado precede a sociedade. Para alguns, esta análise poderia ser entendida como típica de um autor com formação em direito, onde o ordenamento jurídico é a fonte maior da organização social. Contudo, Faoro não segue esta via. Ele não recorre às formas de consolidação de um direito lusitano em terras brasileiras. Sequer retoma os autores da escola jusnaturalista³⁰.

Diferente disto, sua análise está focada nas ausências das forças privadas, na forma híbrida de um liberalismo, onde o liberalismo político e o liberalismo econômico ocorrem em anacronia. O autor também destaca a questão cultural da ausência de vocação ao trabalho e vários outros argumentos cuja controvérsia reconhecemos. Talvez este seja até um fator para que Faoro seja um campo de análise tão fértil para entendermos a sociedade brasileira. Afinal, como pano de fundo de sua tese da persistência do Estado patrimonial desde o século XIII, em Portugal, até o século XX no Brasil, está a interpretação de que a sociedade que aqui se formou guarda profundas particularidades.

O modelo de Estado que aqui se formou tem origem secular, mas o fato verdadeiramente curioso é como este Estado conseguiu se manter. O que foi alterado e o que persistiu? A que preço houve o continuísmo? E a sociedade que aqui se formou, é

Brasil de um aparato estatal patrimonialista operante em Portugal desde a Idade Média.” (SOUZA, Jesse. 1999. Pág. 38.).

³⁰ BOBBIO, Norberto. 1987. Este ensaio de Bobbio faz uma exemplar síntese dos principais autores e dos pontos de discussão que justificam a denominação de uma escola do direito natural, ou jusnaturalismo. Bobbio demonstra como o principal tema desta escola é o surgimento do ordenamento jurídico-político a partir da sociedade. Segundo ele, a principal tese que agrupa estes autores é a precedência da sociedade ao Direito. De Hobbes, com a situação hipotética da guerra de todos, a Rousseau com a interpretação do homem em estado de natureza a tese central desta escola, a despeito das divergências e contraposições, será sempre a origem das regras sociais como fonte do Direito. É evidente que Faoro tinha conhecimento destes autores e possivelmente das discussões de Bobbio, autores conhecido e reconhecido no universo das doutrinas jurídicas. Entretanto, ele não faz menções a eles, e é importante reconhecer que Faoro é um autor bastante cuidadoso em fazer referências às suas fontes. Ao mesmo tempo, ao longo de nossos estudos, também conhecedores deste trabalho de Bobbio, também não sentimos a necessidade de utilizá-los para o entendimento das obras de Faoro. Em poucas palavras, não sentimos falta da escola jusnaturalista, nem por citações de Faoro, nem pela sua leitura e interpretação. O que nos leva a crer que o ordenamento jurídico não é o elemento determinante para sua construção da análise sobre o Brasil.

uma sociedade lusitana? As respostas a todas essas questões é que demonstram as particularidades da sociedade brasileira. Talvez aqui estejam as perguntas que o próprio Raymundo Faoro tinha em mente quando elaborou suas análises. A seguir detalharemos os argumentos de Faoro sobre este período histórico do Brasil que permitiram nossa interpretação.

O Brasil era a grande riqueza da metrópole. Com a viagem no final de 1807, Portugal desceu à categoria de Regência e o Brasil tornou-se o novo centro do império. Na realidade, a vinda da nobreza portuguesa para o Brasil em fuga do ataque de Napoleão só veio reforçar um cenário já conturbado entre metrópole e colônia e, desta forma, rompeu-se o pacto colonial. Os portos foram abertos às nações amigas, ou melhor, à amiga Inglaterra. Assim, portugueses e brasileiros, antes separados pelo mar, agora estavam juntos. A nobreza burocrática e nossos proprietários territoriais encontraram-se.

O centro do Estado estava nas terras coloniais. *“A corte está diante de sua maior tarefa, dentro da fluida realidade americana: criar um Estado e suscitar as bases econômicas da nação”*³¹. O rei tratou de organizar seu ministério, mas nenhum dos altos funcionários da corte estava preocupado com a organização administrativa da colônia, pois todos queriam garantir seus privilégios e, deste modo, sua ociosidade. Os desperdícios se acumularam naquela época.

Um cenário de conflito começou a se configurar. Os habitantes da colônia sentiram-se enciumados com os portugueses. Estes, que aqui chegaram em 1808, ficaram com os melhores postos da burocracia e ainda tomaram suas casas. O artifício do “PR” (Príncipe Real ou “ponha-se na rua”) gerou rancor e descontentamento, mas nada se igualava ao ódio gerado pelas oportunidades que os brasileiros perderam para os portugueses de ascenderem aos altos postos administrativos. Por outro lado, os portugueses viram suas oportunidades comerciais roubadas pelos ingleses que só queriam explorar o mercado consumidor brasileiro. Este era o cenário que precedia a Independência.

Neste panorama de descontentamentos, somente uma classe se sentiu agraciada: os grandes proprietários rurais. Ou seja, os antigos aliados do rei (comerciantes) estavam muito descontentes, porém, nossos senhores de terras que antes da chegada da Corte

³¹ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 249.

viviam esquecidos em suas localidades, agora tinham a oportunidade de participar do luxo de uma nobreza da terra. D. João e D. Pedro I não economizaram nas honrarias e milhares de títulos distribuídos, mas títulos que muito mais falavam à honra que à fortuna. Aos poucos, os senhores de terra perceberam que de nada valiam aqueles títulos, pois lhes davam pouca influência e poucas vantagens, e que não tinham o mesmo tratamento que os membros do estamento. Logo, voltaram amargurados para suas localidades, o que gerou, assim, ânimos para os ideais separatistas.

Faoro usa o exemplo as revoluções em Recife de 1817 e 1824 na Confederação do Equador para exemplificar o sentimento nacional que emergia no Brasil. O que este sentimento nacional expressava era o obsoleto Estado português frente ao dinamismo do Brasil daquela época. A produção voltava a se aquecer e o comércio internacional dava novos sinais de vida, mas aquele Estado lusitano já não dava mais conta de gerenciar nossa exportação, pois ele não conseguiu incorporar a emergente aristocracia da terra.

Segundo Faoro, *“A expansão brasileira importaria na supremacia da classe proprietária, emancipada do estamento social. Com a soberania apropriada pela nação, ao preço dos riscos, perigos e da anarquia da passagem de uma estrutura a outra”*³². Outros setores como a classe média e os escravos se envolveram nesses movimentos, mas sentiram que o conteúdo da contestação era anárquico.

A Revolução do Porto de 1820 acelerou os acontecimentos e encontrou seu clímax em 1822, quando Portugal precisava do Brasil para se erguer. Esta necessidade abrigaria a volta do pacto colonial, com a exclusividade de comércio, mas o Brasil já era economicamente auto-suficiente para aceitar este retrocesso. Além disso, a Inglaterra não desejava mais manter os vícios portugueses e o intermédio lusitano no comércio com o Brasil.

Ainda assim, em 1820, no Porto, um grande movimento pediu a volta do rei e do estatuto colonial brasileiro. A resposta de Portugal para a resistência do rei em retornar foi a criação das Cortes. A monarquia lusitana deixou de ser absoluta e passou a ser parlamentarista. Faoro mostra que *“A dualidade de poder, instaurada pela Revolução de 1820 – Cortes e Rei – agrava-se numa dualidade de centros – Lisboa e Rio de Janeiro”*³³. No Brasil, a elevação das capitanias a Províncias acentuou ainda mais aquela dualidade. O retorno da coroa para Portugal não se faz completo. Ficara, no Brasil, o seu herdeiro

³² FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 263.

com poderes de regente. Assim, D. Pedro assumiu a intermediação entre a metrópole e o Brasil, e tornou-se **defensor perpétuo** dos interesses do Brasil frente à metrópole lusitana.

O mesmo D. Pedro, deixado aqui como regente, proclamou a independência em sete de setembro. Entretanto, esta transição política do Brasil não significou qualquer ruptura. Nosso quadro administrativo ainda continha muitos dos homens da Coroa lusitana. O grande personagem dessa transição foi José Bonifácio, que representou a saída conciliadora entre o liberalismo republicano e o absolutismo de parte de nosso estamento. Os liberais já haviam espalhado suas idéias o suficiente para evitar que D. Pedro I assumisse uma gestão absolutista em todos os aspectos, e por isso surgiu o Poder Moderador. Ao menos quanto à forma, nosso regime aparentava ser o menos absolutista para aquele contexto.

Campante³⁴ destaca que Souza³⁵ observa o processo iniciado com a chegada da corte em 1808, e que culminou com a independência, representou um tipo de modernização seletiva da sociedade brasileira. Ou seja, todos aqueles eventos, desde o impacto do desembarque da administração lusa até o processo de independência, significaram uma forma de modernizar nossa sociedade.

Contudo, relembremos nossa interpretação de que, para Faoro, a chegada da corte não significou um impulso modernizador. Ao contrário, significou uma restauração e reforço da centralização do Estado patrimonial lusitano. Naquele momento, mais uma vez, o modelo estatal estava desembarcando em nosso território. Isto pode ser percebido com os eventos que se seguiram. Ao invés do nascimento de um Estado autônomo, independente e original, o que aconteceu aqui foi uma mera transição de domínio, reforçada pela manutenção do vínculo com o comércio internacional e manutenção dos interesses ingleses.

A Carta de 1824 veio para dar duas garantias: para o poder monárquico e para os direitos individuais. O pacto entre o imperador e seus súditos não poderia ser quebrado, pois seu poder era legítimo. Mas ele reproduzia esta legitimidade ao dar as garantias individuais, ou seja, o parlamento não podia limitar o poder do imperador, sob o peso da dissolução, mas conseguia influenciá-lo como fiador das garantias individuais.

³³ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 264.

³⁴ CAMPANTE, Rubens Goytacá. 2003.

³⁵ SOUZA, Jesse. 2000.

Neste contexto, Faoro destaca: “*O poder minoritário [Moderador] concentrado na aristocracia em construção e na alta burocracia, vigia, disciplina e educa o poder majoritário [Parlamento], numa reformulação brandamente absolutista da realidade monárquica*”³⁶. Ou seja, o Estado nascente era centralizador e designava um estamento encarregado da direção de nossas atividades políticas e econômicas.

Assim surgiu o parlamento, cujas eleições não passavam de teatro, pois o controle oligárquico era forte. Com o tempo, D. Pedro perdeu muito de sua popularidade e o parlamento preparou-se para qualquer oportunidade, pois para o povo, o imperador era português demais. E isto era fatal para uma nação que acabara de nascer. O sete de abril de 1831 terminou a obra de sete de setembro de 1822 quando remanescentes da autoridade portuguesa foram expulsos reforçando a nacionalidade e a soberania.

Os liberais exaltados ganharam a cena política e, aliados ao exército, derrubaram o Imperador. Outrossim, começaram as jornadas de ação política e manutenção da ordem pelos militares que ascenderam ao estamento e participaram ativamente da insurreição. Esses liberais também ascenderam ao poder e imediatamente se tornaram conservadores da ordem. Dentro dos gabinetes, tiveram mão de ferro contra um ideário do qual antes comungavam, a saber, sempre a manutenção da ordem contra a ruptura.

O cenário político logo depois do sete de abril era bastante conturbado. Mas todos se aglutinaram no parlamento, que assumiu a forma de verdadeiro fórum das discussões. Os conservadores no poder trataram de afastar os militares e deram poucas oportunidades aos que continuaram exaltados. O exército levou sua participação política para a informalidade e as províncias ganharam representatividade, e tornaram-se as bases do poder.

Houve três momentos da administração brasileira naquela primeira metade da década de 1830. No primeiro instante da regência, os liberais conservadores descentralizaram o poder e deram impulso a um mandonismo local, expresso pelo juiz de paz. Em 1834, a descentralização persistiu, mas já amenizada pelo fortalecimento das províncias.

Faoro elabora uma síntese deste sistema político do Primeiro Reinado e das Regências, onde as províncias são mostradas como sempre dispersas. Não havia o sentimento de identidade nacional, cada uma falava por si. Com a regência, houve uma

³⁶ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 290.

significativa tentativa de centralização que não atingiu a base da estrutura fragmentada do Brasil: o poder local. A centralização manteve-se presente, atenuada por um poder parlamentar de inspiração liberal. Com o fim das regências, este poder parlamentar voltou a ser controlado pelo poder moderador

Neste período ocorreram várias movimentações e revoltas, todas no sentido do fortalecimento de suas localidades. Mesmo as mais radicais que chegavam a reivindicar o separatismo, tinham sua origem neste desejo. O que surgiu no Brasil foi um liberalismo tutelador, ou seja, as províncias não queriam ser independentes, buscavam poder para ser ouvidas e seus desejos atendidos.

Os representantes estavam divididos em dois blocos: senado vitalício e câmara temporária. Neste segundo, as divergências eram amenizadas, principalmente pelo controle exercido pelo senado. O senado e a **burocracia superior**³⁷ eram o centro do poder e controlavam qualquer movimentação mais exaltada. Além de todas as dificuldades e limitações do parlamento, sua estrutura de partidos era anti-representativa. O que eles representavam era os setores sedentos de poder. Para tanto, o voto censitário não era suficiente, pois o comportamento dos homens de partido também era antidemocrático.

Já do ponto de vista econômico, o período descrito acima por Faoro foi concomitante a uma crescente crise do mercado externo e, por conseguinte, interno. Ele destaca o papel do Banco do Brasil na emissão de títulos para rolar a dívida pública que cresceu com a crise, cuja descrição chama a atenção não só pela semelhança com o que acontece hoje, como parece demonstrar como o sistema monetário brasileiro ainda era precário.

Neste soslaio de crise política e econômica, o café começou a se destacar e “a *província ganha expressão, em réplica à corte, pobre e desmoralizada*”.³⁸ O café ganhou força no cenário internacional. O fazendeiro já havia experimentado vários anos de ascensão e crise do mercado, já possuía terras e escravos, e a fazenda tinha aprendido a sobreviver sozinha. O investimento maior foi na importação de escravos e na volta da importação de produtos alimentícios que acelerou novamente o mercado urbano. Para produzir mais, eram necessários braços negros comprados a crédito. Era a repetição do endividamento do açúcar. Mais uma vez o comissário se avultava no acúmulo de riqueza,

³⁷ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 321.

riqueza adquirida à custa da falência e pobreza dos fazendeiros. Aos poucos, percebeu-se que entre as classes positivamente privilegiadas seria a classe lucrativa, ou melhor, o comerciante, a verdadeira detentora da riqueza.

Com a emergência da economia cafeeira, voltada para a exportação, o capitalismo politicamente orientado revigorou-se. Sempre a mesma fórmula: para uma economia voltada para fora, a intervenção direta do Estado era necessária. O estamento voltava a se fortalecer, pois a centralização política ocorreu como reação natural às circunstâncias. Sempre o capitalismo politicamente orientado presente para a gestão da economia e satisfação do privilégio de todos.

“A economia gira mais em torno do escravo e da exportação do que da fazenda, dispersa e abandonada a núcleos não associados. (...). O Estado volta às suas origens e fundamentos patrimoniais, alimentado pelo comércio, colhendo, na longa caminhada, cores renovadoras, sem enfraquecer a sua linha central, que a especulação vela e conduz, ao estilo do mercantilismo. Ele se reequipa para as funções de condutor da economia, com o quadro de atribuições concentrados no estamento burocrático, armado em torno do senado, dos partidos, do Conselho de Estado e da política centralizadora. (...). Os talentos, cobiçosos do mando, se engastam na máquina política, trocando a agricultura e o comércio, a aventura industrial, pelo emprego público, que dá a glória e o poder.”³⁹

A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO – A PERSISTÊNCIA DO ESTAMENTO

Neste tópico, alinhamos, a descrição de Raymundo Faoro sobre as instituições nacionais ao longo do Segundo Reinado. O intuito é demonstrar como ele caracterizou as instituições brasileiras para que o leitor possa entender como as descrições dos aspectos de conteúdo da sociedade somam-se a estas e permitem o que avocamos de complementaridade entre as análises. O leitor perceberá que a evolução do tratamento dos assuntos foi mantida na mesma ordem que Faoro o faz ao longo da obra ***Os Donos do Poder***. Ainda que esta opção possa parecer certa paráfrase da obra de Faoro, na verdade ela significa o cuidado em mostrar ao leitor como Faoro construiu suas análises. Assim, abremos mão de uma lógica própria de exposição para manter o interlocutor preso à lógica de argumentação do autor.

³⁸ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 325.

³⁹ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 329.

Faoro inicia o assunto descrevendo os partidos brasileiros no Segundo Reinado. O partido liberal continuou defensor da descentralização e este interesse reflete a proximidade que tinha com os proprietários da terra. O autor chama a atenção para o fato de que estes liberais eram pouco republicanos, embora levantassem essa bandeira por oportunismo. Já os conservadores mantinham o interesse na centralização e na monarquia, e representavam os interesses do setor comercial. Vale destacar que nossa burguesia comercial alimentava-se do capitalismo politicamente orientado, daí o interesse na monarquia. Neste ambiente, o que não ocorria era a disputa eleitoral, pois o pleito era controlado pelo cabresto. Mesmo que simpática a outra causa, a massa da população votava segundo as ordens, pois disto dependia seu pão. Faoro conclui: “Daí, das eleições inautênticas, dos partidos formados pelos grupos sem raízes populares, estamentalmente autônomos, projeta-se sobre o país a vontade *augusta*, o *imperialismo*, refugiado constitucionalmente no poder moderador, tenazmente vivo. ”⁴⁰

Já nesta primeira análise temos um exemplo típico da tese de Faoro sobre a persistência do Estado. A demonstração do partido monarquista como defensor dos comerciantes revela a interpretação do autor: nobreza e burguesia mantinham o laço que se formou no século XIII. Ao mesmo tempo, vemos que seu foco não é o ordenamento jurídico, mas a articulação das forças políticas e econômicas. Contudo, ele não defende um continuísmo do Estado e da sociedade.

Veremos nas análises que se seguem que a preocupação de Faoro é demonstrar como uma sociedade e um Estado se consolidam num exemplo histórico novo na mesma medida em que traços do seu tipo ideal, ou categoria analítica, são preservados. O principal desafio do autor no tratamento do Segundo Reinado é demonstrar como ocorre a modernização do Brasil sem que o patrimonialismo seja abandonado. Evidentemente que, para que seja possível tal exercício, o autor recorta, do patrimonialismo, o capitalismo politicamente orientado, engendrado por um estamento e operado por uma elite. Este processo, tentaremos demonstrar ao leitor nas próximas páginas.

Para Faoro, o modelo monárquico brasileiro buscava sua roupagem na experiência inglesa. Uma monarquia parlamentar onde o Poder Moderador só atuava em situações de crise e/ou interesse geral. Mas o que era aparente na constituição pouco valia na realidade. Numa referência ao modelo francês, de intervenção constante do monarca, pois apenas possuíamos um anteparo institucional representado pelo Conselho

⁴⁰ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 343.

de Estado, Faoro chama D. Pedro II de “Napoleão dos trópicos”. O parlamento servia muito mais para legitimar a ação do Poder Moderador e as execuções do Conselho de Estado.

O Imperador vivia no meio do conflito entre conservadores e liberais. Os conservadores desejavam a manutenção dos privilégios que ele representava. Já os liberais queriam o federalismo, a base da estrutura política formada no poder local. Entretanto, D. Pedro II elevou-se sobre eles e assumiu a feição de conciliador das divergências. Faoro, por sua vez, destrincha: “*Povo dominado pelos políticos e políticos tutelados pelo imperador – esta a essência do mecanismo*”⁴¹. Neste mecanismo, o voto era a legitimação daquele restrito grupo que participaria do poder. Para entender essa dinâmica, Faoro usa argumentos interessantes:

“O sistema combina-se, não com o povo controlando o governo, mas com um povo selecionado, articulada na camada que ganha a confiança dessa parcela escolhida, na interação aberta e contínua. A democratização do poder será outro capítulo, adiado para o nosso século. Entre o rei e o parlamento, entre um rei despojado do poder executivo e um parlamento soberano, um traço de união governa, dirige, comenda e, sobretudo, muda de orientação sem que o povo sinta: na essência do sistema parlamentar, no estilo apurado pelo século XIX, há o ‘disfarce’, mecanismo capaz de deslocar a luta política das ruas e das antecâmaras do palácio imperial, fazendo supor a continuidade do governo, sob a permanência do rei. Governa uma aristocracia, representante do povo, mas não apêndice do soberano ou da burocracia dele dependente. O liberalismo domina e impera, sem a ordem democrática, mas sobranceiro à desconfiança do povo.”⁴²

É a partir da noção de elite no poder que Faoro entende as eleições no Segundo Reinado. Havia uma aristocracia que tinha parte de seus membros escolhidos para participação do parlamento. Ou seja, a eleição não era a livre escolha de representantes, mas a escolha daqueles que governariam. Esta é a tese dos elitistas clássicos (Mosca e Pareto), mencionadas direta e indiretamente nas obras de Faoro. A eleição não era um processo de escolha livre, mas de escolha a partir de elites concorrentes pelo poder.

Faoro descreve sumariamente os períodos de composição do governo durante o Segundo Reinado. Ele destaca a instabilidade dos gabinetes e a constante alternância de partidos na chefia dos mesmos. Disto, Faoro conclui que o decisivo para alcançar o poder (os gabinetes) era contar com a confiança real, já que o monarca era indiferente aos partidos. Colocava e retirava do poder sem qualquer fidelidade partidária. A câmara ficava com a mera imagem de legitimação, mas era dissolvida constantemente.

⁴¹ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 347.

⁴² FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 348.

Tudo girava em torno do poder pessoal de D. Pedro II. Junto com ele havia a chamada “*seita palaciana*”⁴³, composta por alguns altos cargos da administração e extremamente fiel ao monarca. A seita palaciana serviu de apoio ao imperador nos primeiros anos da maioridade. Quando acusado de autoritário, o monarca respondia acusando a debilidade dos partidos e o sistema eleitoral desvirtuado. Assim, Faoro lança: “*O imperador exercerá um governo pessoal, com a Câmara dos Deputados autorizada a dizer **não**, sob a restrição de seu **não** receber desmentido das urnas submissas*”⁴⁴.

Faoro analisa que os representantes eleitos eram, em sua maioria, originários do próprio funcionalismo estatal. A expectativa natural, segundo ele, seria a ascensão da oligarquia agrária, mas foram os burocratas que alcançaram o poder pelo voto. Esta ascensão era do interesse da camada que realmente detinha o poder econômico: a classe lucrativa, em sua maioria, representantes vindos da administração e do judiciário.

Destas conclusões podemos extrair uma discussão interessante: era esperado que a classe lucrativa estivesse contida na ascensão dos homens da burocracia. Na verdade, estes homens da administração nada mais são que originários do estamento. O estamento tem origem na aliança entre senhor e burguesia comercial que foi a origem da classe lucrativa. Por conseguinte, a classe lucrativa tem afinidade com o estamento. Contudo, surge uma indagação: do ponto de vista teórico a ascensão de representantes da classe lucrativa poderia significar a gênese de uma racionalidade estatal?

Ao menos é este o nexos causal que Weber estabelece. Fator intensificado pela origem destes representantes: o judiciário. Para Weber, os magistrados foram os primeiros a criar estatutos que desencadearam o processo que culminou com a criação do direito racional-legal. Contudo, no caso brasileiro, a classe lucrativa sempre atuou atrelada ao Estado. Ela era viciada pelos privilégios e pela cultura do ócio proporcionada pela cultura portuguesa. Daí a impossibilidade de que seus membros se interessassem pela racionalização do Estado, já que eles sequer tinham a racionalidade como um valor cultural.

Ao descrever o sistema eleitoral Faoro destaca toda a sorte de fraudes e arbitrariedades para controle do processo. O fator que ele ressalta é a origem da barganha e troca de favores, ou ainda, compra de votos. O autor continua sua descrição do sistema eleitoral na sua gênese e as várias tentativas de aprimorá-lo. Uma delas foi a

⁴³ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 356.

restrição à candidatura dos magistrados, fato que revela outra dificuldade para racionalização do Estado. Embora jamais afirme que eles tinham tal intenção. A outra foi a luta dos liberais pela eleição direta. Ao final de curto período, em 1881, os liberais conquistaram o voto direto, mas os conservadores conseguiram dobrar o valor do censo, ou seja, o poder de voto ampliou-se, mas para poucos. Os liberais procuravam criar brechas para que sua classe proprietária ascendesse à política. Mas, contra ela havia todo um círculo que com o imperador ao centro controlava o poder e conquistava as eleições.

Faoro faz uma longa descrição dos processos e seus vícios. O primeiro vício, na observação dele, é o voto analfabeto, voto que abre brecha à manipulação, mas este elemento foi fruto de debate e corrigido. Um personagem muito importante nos processos eleitorais era o presidente da província, o qual configurava a mesa e detinha o controle de várias armas que poderiam ser usadas. Uma delas era a ameaça de recrutamento militar dos filhos daquelas famílias que não se comportassem eleitoralmente segundo as expectativas. Ao redor desta mesa dos trabalhos, todas as medidas para garantir a vitória valiam, até a violência física contra eleitores indesejados.

A distribuição de favores era outra arma eficiente para a conquista de votos, aliás, a arma mais poderosa. Após 1881, o senhor de terras ganha importância no processo eleitoral. Os funcionários e magistrados tiveram sua participação restringida, mas estes senhores de terra usavam o cargo eletivo como trampolim para o cargo administrativo e seu desejo era a absorção do Estado.

Neste percurso a Guarda Nacional manteve seu papel importante. Através dela o Estado continuou a distribuir honrarias e patentes. Ao longo de suas descrições sobre nosso sistema político, Faoro destaca como as relações sociais eram um fator determinante para a ascensão política. Desde o presidente da província, o magistrado, a burocracia, ou mesmo aqueles já eleitos, todos buscavam tornar suas relações sociais eficientes para a obtenção de melhores posições. Havia certo tipo de tráfico de influência que substituíria o processo eleitoral legítimo. Este tráfico era a ferramenta do estamento e das classes positivamente privilegiadas que garantia-lhes acesso exclusivo ao Estado e aos cargos públicos, representativos ou burocráticos.

⁴⁴ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 357.

Entretanto, autores como Fernando Uricoechea⁴⁵ entenderam o papel da Guarda Nacional com muito mais significado político que a mera contenção do poder local. Na verdade, para este autor, esta instituição era o braço que permitia o equilíbrio entre o poder central e o poder local. Sua tese central é a peculiaridade do Estado brasileiro expressa pela dualidade entre centro da administração racionalizado e periferia da administração patrimonial; ou seja, poder central burocrático e poder local patrimonial. Uricoechea se vale da Guarda Nacional para demonstrar esta dualidade. O centro da administração se racionalizou, mas foi necessário usar uma instituição paramilitar para responder a pressão de um setor agrário forte (este é o princípio do poder local de que trata o autor). A Guarda Nacional foi a expressão do poder local da aristocracia agrária na administração, e expressou também os traços do patrimonialismo que persistiram em nosso Estado.

Campante corrobora com a tese de que o Estado brasileiro imperial assumiu versões modernizantes enquanto técnica de dominação que impediram a realização da modernidade. Ele concorda que, para Uricoechea, a Guarda Nacional é o fator de extensão da centralidade do Estado até as localidades. Neste sentido, para as localidades, a presença do Estado significava um impulso modernizador que provocava movimentos da periferia até o centro do sistema e promovia a modernização da instituição como um todo.

Faoro é que oferece um bom exemplo, afinal, foi a partir da necessidade de atender à representação local e de buscar a legitimidade que as eleições ganharam um novo papel. Assim, deixou de existir a violência do início do Segundo Reinado e surgiu a sofisticação do elitismo.

“O Estado brasileiro tem, para Uricoechea, caráter modernizador, na medida em que consegue, de alguma forma, mesmo compactuando com um estrato de proprietários patriarcalistas, estender uma efetiva burocratização e racionalização sobre a sociedade.”⁴⁶

Contudo, podemos afirmar que Faoro discorda da análise de Uricoechea por considerar que o centro do sistema político se assentava na tradição. Faoro entende que o Poder Moderador, o Estado centralizado, a corte vitalícia e o voto manipulado impediram o surgimento de um sistema político moderno. As ondas modernizadoras que aqui se abateram foram inspiradas em modelos europeus. Eram roupagens novas para um corpo velho, mas este aspecto tradicional não pode ser confundido com estagnação.

⁴⁵ URICOECHEA, Fernando. 1978.

Há um elemento dinâmico, gestor dos processos: o **estamento burocrático**⁴⁷. Ele é uma camada político-social que se esconde atrás do Poder Moderador, mas que é a grande tutora da nossa sociedade. Segundo os seus interesses, o Estado se mostrava o dentro de nossa dinâmica social. Sempre ele, o Estado à frente dos processos. O que Faoro ressalta, neste momento, é a continuidade do Estado patrimonial. O capitalismo brasileiro politicamente orientado vai se repetindo ao longo dos séculos. Aquele modelo de Estado que desembarcou das naus lusitanas ganhou independência e feição própria, sem nunca deixar de existir.

O Estado sempre esteve separado da sociedade e acima dela. A relação antes metrópole-colônia, agora passou a Estado-nação. Desta dinâmica, alimentava-se a classe lucrativa, muito bem representada no estamento. Das grandes navegações até o café, a classe comerciante dependeu do Estado para seus empreendimentos. Criou o Estado à sua imagem e semelhança, pelas mãos do estamento.

Este Estado sobre a nação é a forma acabada da consolidação de uma sociedade em que o primeiro precede a segunda, por mais surpreendente que isto possa parecer. Foi toda sorte de modernizações sem modernidade, de revoluções sem rupturas e de mudanças sem crises que permitiu tal contexto. Não é o fato do Estado ter sido transposto pelo Atlântico que surpreende, mas a sua continuidade e modernização sem rupturas que deixa Faoro perplexo diante da nossa realidade.

O modo como Faoro analisa a transição do estamento para o elitismo é outro exemplo de modernização sem ruptura. O Estado era patrimonial na medida em que expressava o capitalismo politicamente orientado e, neste aspecto, assentava-se na tradição, manipulado pelo estamento. Mas seguindo suas necessidades, o estamento importou novas técnicas de dominação: surgiram o parlamento e as eleições. Todavia, esta estrutura, em princípio democrática, não se realizou de fato, pois representaria apenas mais um aspecto dinâmico para nossa sociedade. Se antes todos os membros do Estado eram predeterminados pela sua vinculação ao rei, agora eles precisavam concorrer pelo poder e este é o aspecto elitista de nossas instituições.

As eleições não expressavam uma representatividade da nação, mas uma concorrência entre parte das classes positivamente privilegiadas para que integrassem o Estado. O Estado ganhava novos membros, mas nenhum deles estranho àquela velha

⁴⁶ CAMPANTE, Rubens Goytacá. 2003.

estrutura de tutela. Eleições sim, mas somente para membros de uma classe que jamais romperia com o modelo anterior. Mesmo os liberais mais radicais tiveram temores de um rompimento brusco. Foi o que ficou claro quando uma parte deles assumiu o poder durante o período regencial e imediatamente mostraram-se conservadores.

Toda esta camada da sociedade que se nutria do Estado e nele tecia suas teias, Faoro chama de **patronato**⁴⁸. Não é a mera ascensão ao poder que motivava o patronato, mais que isso, era o desejo do emprego público, enquanto fonte de emolumentos e do *status*. O emprego público não tinha objetivo político, mas de nobilidade e privilégios. Não importava que na fazenda a riqueza fosse maior. Só no cargo público alcançavam o *status* e a honra que desejavam e, nesta posição, transformaram o Estado em fonte de riqueza e privilégios. É o conteúdo valorativo do cargo público que Faoro quer ressaltar. O objetivo não era única e exclusivamente econômico, pois o patronato é uma camada social que busca *status*, poder e riqueza no Estado. Nesta estrutura a carreira política era mera consequência.

O patronato era a versão oficial do estamento, ou seja, era a parte que ascendia ao Estado e é através dele que o estamento se alimentava. Já havia uma distinção clara entre estamento e o resto da sociedade. Fora do centro de poder e riqueza estava a miséria. Ainda no interior do estamento, havia a distinção daqueles que ascendiam aos cargos administrativos. Faoro retrata novamente o Estado patrimonialista, onde há um Estado centralizador, intervencionista e que a tudo provê. O capitalismo politicamente orientado foi fruto dele, e foi a única forma de conformação da sociedade que o Brasil conheceu.

“O Estado, presente a tudo e que a tudo provê, centraliza as molas do movimento econômico e político, criando um país à sua feição, o país oficial. A centralização, além de exigida, se exacerba continuamente, levando todos os negócios e assuntos à corte, com a papelada lenta da antiga subordinação da colônia à metrópole.”⁴⁹

A morada mais desejada do estamento era o senado, cuja posição de estabilidade era garantida pela vitaliciedade. Nele se fazia política e as decisões importantes ganhavam discussão, mas a discussão entre entes de uma mesma família social que se preocupava com a autopreservação. Para a câmara sobravam as migalhas e a eterna luta por poder dos liberais. Entrementes, a câmara pouco podia frente ao senado e ao Poder

⁴⁷ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 387.

⁴⁸ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 389.

Moderador. Este último era o órgão do consenso, que era garantido pela articulação e habilidade pessoal de D. Pedro II. Todavia, o estamento desejava que fosse assim, pois era preferível a subordinação ao imperador que vinha com a garantia dos privilégios ao horror da anarquia democrática. Assim, Faoro propõe: “O dogma [da camada dirigente], não longe da verdade, perde-se num círculo vicioso: o povo não tem capacidade para os negócios porque o sistema lhe impede neles participar.”⁵⁰

O Estado patrimonial sempre presente na sociedade brasileira impediu que a mesma se emancipasse e aprendesse a andar sozinha. De um lado, um povo necessitado de tutela e acostumado à dependência frente ao Estado, de outro, o estamento tutelador, ambicioso e vinculado às raízes do Estado. É neste círculo que o capitalismo politicamente orientado reproduziu-se, pois o povo não sabia se cuidar, porque tinha o Estado. O estamento não abriu mão do poder, porque acusava o povo de inábil. O próprio estamento garantia privilégios nesta dinâmica e o povo continuava inexperiente.

Ao longo do século XIX, o Brasil sofreu uma onda europeizante. Hábitos foram influenciados incisivamente pela metrópole, mas também, neste aspecto, a presença do Estado foi marcante. Com o controle do comércio via estatal, o estamento pôde garantir que o impacto cultural e comercial não fosse muito grande. Assim, essa nova onda foi moldada segundo o modelo comercial vigente, ou seja, mudavam alguns aspectos dos produtos sem mudar a feição controladora do Estado sobre o comércio. Este controle retardava a integração entre brasileiros e metropolitanos, o que garantiu a continuidade do sentimento antiluso nas ruas.

Com o crescimento das importações, o Estado passou a intervir no saldo da balança comercial e aproveitou a oportunidade para dar garantias à Inglaterra, tornando as negociações internacionais favoráveis àquele país. Com o café, esta situação intensificou-se, pois segundo as alusões de Faoro: “*O rumo do café, em expansão exportadora na primeira metade do século XIX e no fastígio nos outros cinquenta anos, seria o negócio do inglês e a pobreza do povo brasileiro.*”⁵¹

Neste aspecto, o autor observa que a análise do Brasil meramente como exportador mostra-se simplista, pois não dá conta da existência de vários outros

⁴⁹ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 392.

⁵⁰ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 394.

⁵¹ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 403.

aspectos, cujo viés principal é a relação entre produtor e comprador com a intermediação do setor comerciante. Entre a classe proprietária e a Inglaterra estava a classe lucrativa, somente esta observação dá conta de toda uma dinâmica comercial onde um elemento importantíssimo era o escravo, fonte de riqueza. A simplificação da dualidade produtor-comprador, não compreenderia a importância econômica do escravo. Este fator explica a resistência brasileira à pressão inglesa no que diz respeito à contrariedade à escravatura.

Noutro sentido, também não compreenderíamos a importância da economia de subsistência nos momentos de crise e a necessidade de outros setores como o pecuário. Ou seja, sem observar a dinâmica de nosso comércio não entendemos a existência de centros urbanos, pois seríamos reduzidos às fazendas exportadoras e monocultoras. Ainda sobre isto, fala-se sobre a existência de um comércio ativo que justificava a existência de uma balança de pagamentos bem articulada e das constantes intervenções estatais para seu equilíbrio.

Faoro afirma que o lastro de nossa moeda em ouro era fictício e apenas continha um pouco da emissão de títulos e da própria moeda, embora o saldo negativo da balança comercial fosse uma constante. Nesse cenário, os liberais se tornaram defensores da saída do Estado das atividades comerciais. Defenderam o federalismo e a não tutela do Estado, mas até este momento suas vozes ecoavam no silêncio. O autor cita: “A exportação dependia das facilidades financeiras, a importação das tarifas, os melhoramentos públicos das concessões, os preços da sustentação dos juros – tudo corria para o Estado.”⁵²

Faoro faz longas observações sobre as grandes propriedades territoriais. Elas nasceram com as sesmarias, uma farta distribuição de terras que ao final de três séculos esgotou o território. Entretanto, muitos proprietários não tinham controle sobre suas terras. Sendo assim, surgiram os posseiros, invasores que ao dar função às terras improdutivas ganhavam os direitos de propriedade após determinado período e, deste modo, as invasões tornaram-se incontroláveis. Em 1850 foi decretada a lei de terras, a partir da qual a propriedade só poderia ser adquirida por compra ou herança. Entretanto, as grandes terras não haviam deixado de existir e a partir desta lei, os proprietários tinham garantias legais contra os invasores.

⁵² FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 406.

Com a lei de terras de 1850 estava garantida a continuidade da aristocracia fundiária. Extintas as invasões e garantida a hereditariedade, aquela aristocracia que dava base ao estamento tinha certeza da sua riqueza. Faoro cita Weber e seu tratamento acerca da importância desta aristocracia fundiária como base de um estamento e depois as consequências que dão condições à manufatura. Por outro lado, o autor também cita Tocqueville e a divisão das grandes propriedades na França que garantiram aquele sistema político.

No caso brasileiro, o café e a lei de terras serviram para romper com o que Faoro chama de “processo de constituição de feudos”. Na verdade, ele entende esta “enfeudação” como o acúmulo de terras e a crescente expansão dos latifúndios, na estrutura de crédito e na garantia da posse da terra impedem esta expansão. O que ocorria no Brasil era o acúmulo de riqueza pela classe lucrativa e a permanente transferência de terras de um dono para outro pelo endividamento causado pelo sistema escravocrata. Aliás, ele volta a ressaltar que no seu início, o café também assinalava a riqueza sobre a posse de escravos e não na terra ou no produto dela.

Neste momento, surgiu o comissário como o primeiro grande intermediário e financiador da fazenda do café. Era o dono do crédito, o representante comercial para venda e o seu exportador. Ele determinava o quanto se produzia, o preço, o lucro do fazendeiro, e, ao final, ensacava e exportava. Aos poucos os ensacadores e, principalmente, os exportadores desvincularam-se do comissário. O golpe fatal no poderio comercial do comissário foi o 13 de maio. A partir de então, as casas exportadoras (inglesas e americanas) ganhavam maior importância naquele sistema comercial. O comissário, por sua vez, garantia sua atuação enquanto a riqueza assentava-se na posse de escravos, pois para tanto, necessitava-se de crédito e esta era sua arma. Quando o escravo deixou de representar a riqueza e o elemento principal da economia passou a ser o café, as casas exportadoras tornaram-se as poderosas personagens econômicas.

A classe proprietária sempre estaria esmagada pelos outros dois setores importantes daquela sociedade: classe lucrativa e estamento. Antes, explorada pelos traficantes de escravos que vendiam a crédito e tornavam-se seus representantes comerciais, depois, dependentes das casas bancárias, a nova feição dos comissários. E na hora de exportar, as casas estrangeiras levavam boa parte da riqueza. O proprietário da fazenda produzia, o comissário (banco) lucrava e o exportador enriquecia. O Estado

garantia a reprodução destas relações e intervinha em favor da classe lucrativa, muito bem representada no estamento.

Faoro ressalta a passagem da emissão de moeda com lastro em ouro para a moeda fiduciária (não lastreada). Esta passagem significou o endividamento do Estado, aumentando a desvalorização cambial que também interferia na exportação. Na transição século XIX para o século XX, o Estado não era mais o empreendedor direto das navegações, mas o gerente das condições econômicas. Mudou a face, mas a intenção permaneceu: intervir para favorecer o privilégio e tutelar a sociedade. *“A verdadeira agência de intermediação das trocas, o superbanco de crédito será o Estado, não mau empresário como nos dias de Avis, mas o vivo na essência bragantina, preocupado em dirigir, em favor de seus próximos clientes e sustentadores, o negócio da nação”*⁵³.

Na década de 1850, o Estado tomou algumas iniciativas que voltavam o país para a agricultura. A nossa incipiente indústria tinha de ser aniquilada, mas esta radicalidade em preservar o Brasil como agrícola gerou descontentamentos em vários setores. Entre as camadas mais urbanas, o industrialismo era visto como sinal de progresso. A resposta foi em 1860, quando o partido liberal ganhou apoio para o pleito e a contestação ao poder monárquico voltou à ordem das discussões.

Em 1864 houve uma forte crise do sistema financeiro, o que ocasionou a falência de bancos. O Estado entrou em ação para honrar compromissos de devedores e garantir a continuidade da economia. Reformou parte do sistema bancário e conseguiu estabilizar a economia, onde os recursos voltaram a ser abundantes o suficiente para financiar a Guerra do Paraguai.

Além das debilidades de nossa sociedade para andar com as próprias pernas, havia o receio da perda dos privilégios. Com a intervenção estatal, os privilégios estavam garantidos, pois o vício continuava e o círculo em que se reproduz também. A sociedade não aprendeu a andar sozinha, porque o Estado tutelava-a e vice-versa. Deste modo, o capitalismo sempre foi politicamente orientado. Mesmo nos tempos de atividade econômica fervente, agitações comerciais, sistema financeiro complexo, taxas de câmbio, balança comercial, emissões de moeda e taxas alfandegárias, a expectativa da direção estatal não desapareceu.

⁵³ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 421.

O político e o especulador foram os grandes personagens do final do Segundo Reinado. A atividade econômica não era empreendedora, mas especulativa. Especulava-se sobre os juros dos empréstimos, da taxa cambial, financiamentos, emissões de moeda, privilégios estatais e valor do produtor exportado. O político garantia o acesso do Estado às informações, aos privilégios e aos monopólios e o especulador de hoje poderia estar no gabinete oficial de amanhã. O político hábil ganharia cargos e direções nas empresas de sucesso, a troca não era unilateral. Faoro, de tal modo, cita o exemplo de Mauá e contempla: ele tinha de dar sociedades e cargos nas suas empresas em troca de privilégios. Estes dois personagens reproduziram as relações do capitalismo politicamente orientado. Reproduziram os interesses estamentais e garantiram a continuidade do patrimonialismo.

OS DESDOBRAMENTOS DO ESTADO BRASILEIRO – O ESTAMENTO SE CONVERTE EM ELITISMO

Ao abordar a formação do Estado brasileiro, vimos que Faoro faz uma longa digressão até o século XIII ainda em Portugal. Tentamos demonstrar ao leitor como a tese da transposição do Estado, ou como qualquer outro analista queira denominar o mesmo fenômeno, parece ser uma das questões às quais o autor tenta responder.

O período de exercício do pacto colonial, bem como o processo de rompimento deste, são caracterizados pelo autor a partir dos traços patrimoniais persistentes em nossa organização política e as especificidades de nossa sociedade, marcadas, principalmente, pelo anacronismo do liberalismo econômico e político, e pela debilidade dos agentes da economia privada, num processo marcado pela centralização do Estado a partir do capitalismo politicamente orientado.

A síntese que elaboramos acima servirá ao leitor para a compreensão dos aspectos que continuaremos a abordar em seguida. Pretendemos analisar o modo como Faoro abordou a transição do Segundo Reinado para o período republicano e como ele mantém suas teses da persistência do patrimonialismo.

O leitor perceberá que, dentre os principais temas, o autor destaca uma discussão sobre os movimentos de nosso liberalismo, que para ele é eternamente marcado pelo anacronismo entre a versão política e a econômica. A principal tese da defesa da persistência é a caracterização de um sistema político elitista, onde as eleições são

entendidas como mera técnica modernizante de escolha do patronato dentre os agentes contidos no estamento.

Assim, demonstraremos como Faoro articula os desdobramentos das instituições brasileiras que se caracterizaram ao longo do Segundo Reinado e transcenderam para a República. Ainda que o foco desta tese seja o primeiro, o objetivo é mostrar o quão importante era para o autor reafirmar suas teses sobre o continuísmo. Nesta perspectiva, assumimos uma tentativa mais significativa de síntese que nos tópicos anteriores.

Até meados da década de 1860, o Estado brasileiro encontrou obediência e passividade ao controle centralizado que exercia sobre a sociedade. Um fator importantíssimo para este cenário era a prosperidade econômica daquele momento. Os liberais sequer reagiram à submissão da Guarda Nacional ao Ministro da Justiça e as poucas vozes de contestação àquele controle oligárquico foram silenciadas através de honrarias da mesma organização.

Diante de todo este conformismo surgiu a Liga Progressista. Uma frente conservadora que absorveu algumas reivindicações liberais com intuito de conter o ímpeto liberal. Contra esta nova frente de contestação, a monarquia não reagiu crente na eficiência e fidelidade dos conservadores. Os progressistas mostraram-se hábeis na busca de poder e chegaram ao Gabinete, ainda que sob o controle de Caxias. Esta situação gerou conflitos, e quando estes se agravaram, a ação monárquica foi esmagadora. A reação foi totalmente inesperada: união entre *Liga Progressista* e *Liberais Históricos*.

Esta união gerou movimentações no cenário político, dentre elas, uma reunião onde Castro Alves declamou “**Navio Negroiro**”. Até então, nem o mais exaltado dentre estes liberais contestava o Poder Moderador.

Já em dezembro de 1870 surgiu um manifesto de jovens políticos, profissionais liberais e alguns intelectuais: o *Manifesto Republicano*, com forte contestação à coroa. Entre os argumentos estavam a liberdade (política, econômica, etc.), os direitos iguais contra os privilégios e aquela que era sua especificidade: a tese da contraposição da República à Monarquia para realização dessas tarefas. Nesse cenário, o Partido Republicano nasceu e lentamente foi ganhando participação política.

Visto como inquietação de jovens, o republicanismo não recebeu a relevância que merecia. Os monarquistas achavam-se isentos de qualquer ameaça. Entretanto, o

movimento correspondia às novas demandas e os novos ideais que se espalhavam pelo país. Os republicanos tinham na sociedade dois setores: o setor urbano, alimentado pelos universitários idealistas e unindo todos aqueles desprezados pelo império; o setor agrário, fazendeiros descontentes.

Emergia no Brasil, nesta época, uma nova ordem social frente às novas demandas. A antiga estrutura social estamental não continha mais o desejo do progresso. Finalmente, a monarquia foi vista como barreira à modernização e o interessado nesta modernização era o cafeicultor paulista, em oposição ao setor escravocrata, base do Partido Conservador. A grande diferença estava na nova feição da fazenda cafeeira que não era mais “*necessariamente escravista*”⁵⁴. Muitos cafeicultores tinham escravos, mas a base da riqueza não era mais a mão-de-obra e sim o produto da empresa.

Aos poucos, a mão-de-obra livre ganhava importância e, frente a esta realidade, o sistema de crédito teve que se modificar, pois o fazendeiro queria a liberdade frente ao comissário e ao exportador, ou seja, a classe lucrativa. Agora o crédito deveria ser muito mais dinâmico dirigido nas casas bancárias, impessoalmente através de hipotecas, não mais pelos créditos pessoais. A fazenda tornou-se empresa e essa foi a porta de entrada do republicanismo. Junto com ele a necessidade de uma administração descentralizada, correspondente à nova dinâmica.

Aquela velha oligarquia, fruto da aliança entre nobreza, senhor, comerciante e fazendeiro, teve de mudar seus hábitos. Não haveria mais a nobreza vitalícia, pois os privilégios não sairiam mais da mão do monarca. Era o momento do liberalismo econômico, mas não da democracia. Agora a oligarquia era garantida pelo federalismo baseado em eleições coronelistas. Nosso sistema financeiro e a vida civil tinham de se organizar, findando o antigo modelo do capitalismo politicamente orientado, mas isto não significou o fim do capitalismo de Estado brasileiro, apenas a sua reformulação.

Faoro comenta que nos tempos da colônia, os militares eram o ramo da aristocracia responsável pela disciplina e obediência a Portugal. Neste momento, o recrutamento ocorria, principalmente, entre os servidores do reino. Já próximo do império, o recrutamento passou a exigir um “*concurso de capacidade*”⁵⁵. A carreira militar passou a ser vista como forma de ascensão social. Haveria aí uma separação clara na sociedade: filhos dos abastados se tornavam profissionais liberais e classes menos

⁵⁴ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 455.

favorecidas procuravam a farda. A carreira do exército pouco agradava, os soldos eram baixos, faltavam recursos e o espaço político no núcleo de decisão (senado e Conselho de Estado) era mínimo. Dentro da sociedade também não havia grande simpatia pela função militar, pois não tinha o mesmo status que outros agentes sociais. Todo este contexto promoveu o dissídio entre a função militar e o Estado monárquico, elemento fundamental para sua futura participação na república.

Uma série de acontecimentos, onde na maioria das vezes os conservadores queriam afastar os militares da cena política, gerou descontentamentos e mobilizações na corporação. Estas mobilizações culminaram com o projeto **soldado cidadão**, liderado por Deodoro. Era uma crise profunda entre o estamento e o exército, que fora denominada de **Questão Militar**. Para Faoro, os militares não se sentiam identificados com nenhuma classe. As contradições observadas na posição dos militares são explicadas pelo autor através da ruptura com o estamento. As forças armadas passaram a absorver os descontentes, enquanto o estamento fechou-se às novas demandas. Uma grande preocupação da geração de oficiais liderada por Floriano foi a manutenção da unidade territorial, preocupação que conteve os ímpetos republicanos.

A partir da Questão Militar, o oficialato e os republicanos passaram, quando julgaram necessário, a atuar em conjunto e manter conversações. Dentro dos militares não havia sentimento escravocrata, o que possibilitava o sentimento abolicionista. O momento decisivo foi a sugestão de Joaquim Nabuco para que os militares deixassem de ser os capitães-do-mato da coroa. Sugestão aceita e incorporada como sentimento de tropa. Assim sendo, Faoro destaca: “Não será o 13 de maio, desta forma, a generosa dádiva da regente, mas o resultado do dissídio na cúpula, com a defecção da força armada.”⁵⁶

A ascensão do exército no cenário político gerou o temor de, superado o trono, o novo instrumento de centralização fosse a baioneta. Os militares recebem a incumbência de implementar a república, onde tiravam de cena a monarquia e sua estrutura jurídica, garantiram a unidade territorial e a paz. Segundo Faoro, o Brasil não possuía um corpo civil capaz de realizar aquela ruptura. Liberais e republicanos só tinham força no parlamento, embora houvesse o descontentamento geral, ainda não conhecíamos a mobilização das ruas. Como sempre o processo teria de ser dirigido de cima para baixo.

⁵⁵ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 470.

⁵⁶ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 482.

Nem mesmo a Guarda Nacional realizou o papel de neutralizar o exército como ocorrera noutros momentos. Ela não era força armada, não tinha o espírito da guerra, não podia reagir frente ao exército, e, por isto, não pôde defender o império, seu progenitor.

“Em 1831 a Guarda Nacional neutralizou o Exército – em 1889 ela deveria combatê-lo, aniquilá-lo, como meio de repressão, segundo a palavra exata de Ouro Preto. Além disso, nessa hora final, o Exército está comprometido com uma ideologia, que levava ao abolicionismo, enobrecido por uma solução possível contra o trono, a idéia republicana emergente. De outro lado, a Guarda Nacional perdera, com as reformas de 1850 e 1873, seu conteúdo militar, convertida, com o primeiro ato, em corpo de aliciamento político, anulada, na última data, pela isenção de todo o serviço militar, exato na guerra externa, limitados seus exercícios a uma ornamental reunião anual. Reduz-se a uma milícia eleitoreira, tarda, auxiliar do Exército, e não sua rival.” ⁵⁷

A obra republicana não foi edificada pelos republicanos, mas sim pelos militares, um setor que se encontra entre a monarquia e os federalistas. Faoro observa: “O movimento federalista e liberal, desconfiadamente irmanado às promessas igualitárias que a plebe urbana cultiva, preparou a ideologia republicana, mas não fez a República nem venceu no dia 15 de novembro.” ⁵⁸

Os militares sempre tiveram a preocupação de manter a unidade nacional. Neste sentido, substituíram o centralismo do Poder Moderador e este foi o principal fator para derrota do federalismo. Os militares não eram os jacobinos brasileiros e sequer podiam ser identificados com qualquer classe, pois eram, nesse sentido, uma instituição de caráter ainda estamental e tradicional. Exemplo disto é a recusa dos altos oficiais em admitir o soldado cidadão. Este personagem poderia, em princípio, questionar o conteúdo de uma ordem e promover a indisciplina. Para Faoro, não importa a origem de classe dos militares, a instituição encarrega-se de moldar o caráter e as idéias políticas da tropa.

O governo militar republicano não representou, para Faoro, o militarismo de nossa sociedade. A rejeição do soldado cidadão e a pressão dos Estados fortes foram os fatores mais importantes que explicam este fato. Os militares garantiram a ordem e a unidade nacional, mas não tinham um projeto político de militarizar nossa sociedade. Sequer suas tentativas de golpe alcançaram o sucesso desejado: implantar uma ditadura militar sem limites. Nesse intento de manutenção da unidade nacional, acabaram enfraquecendo o federalismo café com leite.

⁵⁷ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 492.

⁵⁸ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 535.

O pensamento predominante no final do século XIX e início do XX era o liberalismo. Liberalismo econômico baseado no repúdio a qualquer intervenção estatal. Nossa produção agrícola como empresa comercial era bem vista pelo ideário político da época, mas a indústria também tinha que se organizar sem a mão do Estado. As idéias liberais eram fortes, mas a realidade às contradizia. Esse era o dilema daquele momento: anos de intervenção estatal e centralização política contra um ímpeto de liberdades.

Acrescentou-se a esse dilema, a pressão da lavoura por recursos. O impacto da abolição foi muito forte, pois representou uma grande mudança na cadeia comercial e produtiva, bem como o fim do comissário. A passagem da mão-de-obra escrava para a assalariada não podia ocorrer sem dificuldades. Embora alguns lugares, como o oeste paulista, estivessem mais bem preparados, quanto maior a dificuldade, maior a pressão pelo incentivo estatal⁵⁹.

A indústria brasileira também reivindicava a intervenção estatal, onde havia uma estrutura produtiva industrial germinal. A pressão por recursos para transporte e bens de produção, além de subsídios para os demais setores nascentes, era muito forte, havendo, desta forma, pressão no senado pelos incentivos. Faoro destaca que: “Grandes encomendas ao exterior, de maquinaria e aparelhamento, consagram o eufórico lance, pressionando ainda mais o governo por recursos, favores, privilégios e subvenções.”⁶⁰

Rui Barbosa, chefe da fazenda, percebeu todas essas pressões e invocou a necessidade de atuação do Estado para alavancar a sociedade. Todas aquelas pressões repercutiam no Estado, principalmente as reivindicações do setor agrário. Para a agricultura, os federalismos hegemônicos, juntamente com o centralismo financeiro, foram imprescindíveis para obtenção dos subsídios.

Mudou a roupagem e a forma, mudaram os personagens, permaneceram os hábitos e os vícios, assim como o conteúdo. Rui Barbosa ficou deslumbrado com a possibilidade de progresso rápido, fator que justificou a derrama de recursos e intervenções estatais. O Estado interventor, o capitalismo politicamente orientado, ainda dava mostras de seu vigor.

Os primeiros quarenta anos de república foram marcados pelo embate direto entre emissionistas e cafeicultores. Os emissionistas eram defensores de uma política de

⁵⁹ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 506.

⁶⁰ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 511.

emissão de moeda e sustentação da indústria, pois traduziam os interesses industrialistas. Já os cafeicultores defendiam uma política antiinflacionária e de câmbio controlado, em favor de seus negócios internacionais. Os primeiros anos de república, conduzidos por Rui Barbosa, foram marcados pelo emissionismo. Mas, a gestão Rodrigues Alves na pasta da fazenda e depois na presidência foi de clara manutenção de uma política cambial forte e antiinflacionária. Ainda no cerne dos industrialistas havia uma dicotomia entre indústria guanabarina e paulista. Os guanabarininos buscaram, no Estado, o incentivo e o apoio constante para a produção. Os paulistas recebiam do Estado alguns incentivos, mas, segundo Faoro, tinham uma índole liberal. Não se acostumaram ao apoio estatal.

“A indústria será um transplante, amortecido se adverso o quadro exportador-importador, vivaz se estimulado pela crise do sistema maior. Daí o apelo constante ao Estado, ao poder público, capaz de acudir a planta sem o sol e sem estrume. (...). A linha paulista de economia, que parte de Rodrigues Alves ministro da fazenda de Floriano (1891) e chega a Rodrigues Alves presidente da república (1906), - ... - não se mostrará, todavia, plenamente adequada às circunstâncias em transformação. Nesse período os instrumentos patrimonialistas de comando político da economia – o protecionismo, as manipulações financeiras, as garantias de juros e as concessões, as intervenções estatais – sofrem vigoroso cerceamento, que os leva quase ao desaparecimento.”⁶¹

Este momento liberal e de forte atuação de um setor independente foi importantíssimo para suavizar aquele hábito de orientação política do capitalismo. A aliança entre paulistas e mineiros ocupou-se de garantir a continuidade desta nova feição econômica, pois não aprenderíamos a andar sem a mão protetora do Estado de uma hora para outra. Todavia, foi um intervalo liberal e de ascensão da indústria. Ainda que ela tenha se regionalizado em São Paulo, não era sequer uma indústria variada, pois tinha íntima relação com o café. Mas era uma indústria que queria andar sozinha.

“Há um salto, todavia, entre o banco de comando de Rui Barbosa e o do fim do governo Rodrigues Alves: no interregno de 15 anos perecera o núcleo patrimonialista e se dispersara o estamento estatal, em favor da hegemonia das unidades federadas plantadas sobre o café.”⁶²

Assim sendo, foram apenas quinze anos de política liberal. Os ministros Francisco Sales e João Pinheiro foram responsáveis pela volta vigorosa do protecionismo. Um marco decisivo nesta reação foi o encontro entre os governadores de Minas, São Paulo e Rio em 1906, chamado Convênio de Taubaté. Era a taxação da produção e a definição

⁶¹ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 524.

⁶² FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 526.

de uma política regional, de forte impacto nacional, para proteção dos produtos brasileiros frente à importação e intervenção estatal na definição do preço da saca do café. O contexto de comércio internacional começou a se tornar desfavorável, e o café pedia cada vez mais a intervenção estatal. Agora o desejo não era mais pela concessão de privilégios ou títulos, mas pela gestão de uma política econômica protecionista. Esta era a nova feição do Estado patrimonial. Aliás, neste momento, fica claro o emprego desta categoria para explicitar o tipo de capitalismo brasileiro, ou seja, o capitalismo politicamente orientado, pois estávamos às portas da crise de 1929 e o Estado tinha de se anteciper às dificuldades.

A República no Brasil também não foi obra de uma organização partidária. No seu início, o exército encarregou-se da mudança. Durante o governo Prudente de Moraes, os militares ficaram reduzidos no cenário político e era hora do federalismo hegemônico paulista. Durante as primeiras quatro décadas republicanas a ordem nacional decorria dos estados. Eles eram as peças fundamentais da cena política e, então, ergueu-se o brasão bandeirante. Para Faoro esta era a nova feição do patrimonialismo: o poder local. O estamento diluiu-se no elitismo das nossas instituições republicanas, de onde controlavam o poder local e concorriam pelo poder federal. Quanto a isso, Faoro nota:

“O velho estamento imperial se dissolve, desta sorte, num elitismo de cúpula, regredindo a estrutura patrimonialista para o âmbito local, local no sentido de entrelaçamento de interesses estaduais e municipais. O partido seria, dentro dessa estrutura, um simulacro ditatorial, traduzindo-se, como denunciara um político de alta expressão intelectual, apenas no ‘enfeudamento’ num ‘quadro rígido e definitivo’, sem o contrapeso da opinião pública esclarecida e atuante. A elite, descomprometida de fidelidade a idéias e programas, só viverá com o apoio das bases estaduais, enquanto favorecidas pela benevolência presidencial.”⁶³

As eleições continuaram a ocorrer a bico de pena⁶⁴. Era um jogo de controle político onde os grandes personagens políticos locais ganhavam força e depois disputavam o espaço no cenário nacional. Contudo, esta disputa também não ocorria nos moldes democráticos e sim nas articulações de bastidores que garantiram a hegemonia café-com-leite, e a partir daqui, Faoro já trata do coronelismo.

Simon Schwartzman⁶⁵ também tentou entender o sistema político e partidário brasileiro recorrendo à categoria patrimonialismo. Contudo, para este autor, o traço fundamental a ser observado é o processo de cooptação política e não denota o elitismo.

⁶³ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 562-563.

⁶⁴ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 564.

Elaborando um novo conceito que denominou neopatrimonialismo, o ponto de partida seria um modelo político de sociedade no qual não teria ocorrido a revolução burguesa no molde clássico da França. Um modelo no qual o capitalismo moderno não tivesse sido fruto do elo entre aparelho administrativo patrimonial (já com características racionais) e a burocracia emergente.

O neopatrimonialismo seria o fruto de um poder centralizado do Estado onde a “Razão de Estado” e a existência de uma massa manipulada articular-se-iam de tal modo que surgisse um modelo político onde se implantasse uma racionalidade estritamente técnica sem a existência do que ele chama de contrato social e legalidade jurídica. Ou seja, este autor tenta definir um conceito novo para explicar como em certos casos o aparelho de Estado se tornou racional sem que houvesse uma sociedade que necessitasse de tal elemento. Seria um modelo político copiado, uma revolução burguesa “de cima para baixo”. Ao afirmar a existência do Estado neopatrimonial, ele se preocupa em demonstrar como este pode ser possível numa sociedade moderna a partir do prisma da participação política. Demonstra que é a partir de métodos de cooptação política e de produção de legitimidade que o Estado neopatrimonial impede a participação política e ao mesmo tempo não perde sua legitimidade.

Assim, a principal divergência entre Faoro e Schwartzman está na compreensão do processo de participação política. Enquanto o primeiro entende que se origina aqui um tipo de técnica liberal de participação política controlada, o segundo entende que não há participação, mas cooptação política. Ainda que o leitor possa perceber que a diferença entre ambos é tênue, ela não deixa de contribuir para percebermos pontos diferentes das limitações do sistema político brasileiro. Ambos, e quase todos os demais autores, concordam que não há participação política, mas alguns acreditam num modelo sofisticado de ilusão ideológica (se isto não for redundância) determinada pela escolha de elites dentre um patronato. Outros autores acreditam que sequer há um processo de escolha, mas um grupo detentor do poder que coopta novas forças e demandas, negocia a forma de controle, mas jamais abre mão dele.

Campante⁶⁶ também percebeu o papel do Estado autoritário de Simon Schwartzman na cooptação dos agentes sociais como forma de exercer o controle e a centralização. Diferente de Faoro, que aposta no elitismo, Schwartzman aposta na

⁶⁵ SCHWARTZMAN, Simon. 1982.

⁶⁶ CAMPANTE, Rubens Goytacá. 2003.

extensão do patrimonialismo através da cooptação. Este processo de cooptação é resultado da oportunidade gerada pela existência de uma burguesia frágil e viciada na direção estatal, fonte de privilégios.

Faoro analisa como nos anos da República Velha a política dos governadores (Presidentes de Província) marcou a cena nacional. O presidente era uma figura frágil diante dos poucos quatro anos de mandato e a dependência das lideranças locais. Os estados tinham dificuldades em arcar com suas folhas de pagamento, principalmente, diante da distribuição patrimonial de cargos. Assim, o acompanhamento dos passos do chefe do Executivo era feito bem de perto. Já para os parlamentares, o grande momento de movimentação política era a sucessão presidencial. Neste quadro, a troca de favores para a ação do Executivo tornou-se recorrente, e ao tratar da República Velha, Faoro adverte sobre a substituição do estamento imperial por uma elite republicana.

“Se o sistema garante a estabilidade do grupo dirigente estadual oligarquizada nos partidos locais e, dentro deles, nos grupos familiares, assegura a permanência dos deputados e senadores para um convívio até que a morte os separe, salvo se um furacão lhes quebrar a continuidade. A elite republicana – não mais o estamento imperial – guarda continuidade, renovada pela sucessão da morte, embora sem homogeneidade, arrastada pelas correntes centrífugas de suas bases.”⁶⁷

Durante a República Velha o sistema político era marcado pelo poder de São Paulo e Minas Gerais. Estes eram o centro do Estado brasileiro, e destas alianças e disputas é que o cenário político alimentava-se. Porém, cada um deles tinha a sua elite local, do mesmo modo que os estados medianos: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia. Já para os estados restantes, ditos menores, restava um controle forte da União, o centralismo. Assim, o controle da vida política nacional estava nas oligarquias locais de São Paulo e Minas e, em menor força, no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia.

Após 1913, a República Velha ganhou novos ares, com o enfraquecimento de Pinheiro Machado e o acordo entre paulistas e mineiros para se revezarem no poder.

Em 1919 ocorreu um momento de transição, no qual muitos dos personagens políticos antigos saíram de cena e novos surgiram. Essa transição de gerações foi seguida de uma pequena crise institucional com a morte do presidente eleito Rodrigues Alves. Neste cenário, o velho senador baiano, Rui Barbosa, voltou à cena política levantando questões acerca do nosso plano político de longo prazo. A indústria nacional

⁶⁷ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 582

já era uma realidade e com ela surgia um novo setor da sociedade: o operariado. Era uma nova demanda, cujas necessidades as elites adiantaram-se em observar para acalmar possíveis ânimos exaltados.

Faoro retoma o sistema eleitoral brasileiro, onde havia deturpações do sistema, fosse através do controle censitário ou das restrições pela alfabetização. Para ele, durante a República Velha, com a eleição dos governadores, um fenômeno ganhou maior importância: o **coronelismo** que ganhou a feição estadual e mais forte no cenário político, decorrente da disputa entre as elites locais.

Com a república, os coronéis passaram a girar na órbita estadual. Desarticulou-se a “*farsa eleitoral monárquica*” e montou-se a “*farsa eleitoral republicana*”⁶⁸. O chefe do processo eleitoral era, naquele momento, o governador. Já a primeira eleição constituinte da república foi uma mostra de como nossa democracia seria controlada de cima para baixo. Sobre esse momento, Faoro cita: “*Império e República se equivalem, portanto, no que respeita a eleições. (...). Esta é a contradição de todos: a eleição será o argumento para legitimar o poder, não a expressão sincera da vontade nacional, a obscura caótica e submissa soberania popular.*”⁶⁹

O comando do governador não era diretamente sobre o povo, mas sobre os coronéis. Fossem eles burocratas, militares, comerciantes, médicos ou qualquer outro, o comando era exercido sobre eles, considerado o braço estadual. Mas para manter esta situação, dependiam, acima de tudo, de muita obediência. “*Entre o governador e o coronel a relação é de obediência, autoritariamente garantida pela milícia estadual e pelos instrumentos financeiros e econômicos que partem daquele*”⁷⁰.

Para Faoro, o coronel não é o aspecto privatista na ordem pública. Há uma indistinção entre estes dois elementos de nossa sociedade. O coronel investiu-se desta situação por delegação do governador que ocorre por reconhecimento, sequer por uma decorrência de situação econômica. Nesse sentido, Faoro, mais uma vez se mostra contrário à tese de particularismo como determinante de nossa sociedade. Segundo ele, a falta deste em nossa sociedade determina a ordem pública como responsável pela direção dos processos.

⁶⁸ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 623.

⁶⁹ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 628-629.

⁷⁰ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 629.

Ao tratar da crise política no início da década de vinte, Faoro observa as reivindicações que surgiram naquele momento como ecos de um liberalismo. Não o liberalismo que entrega à sociedade a autonomia de se organizar econômica e politicamente. “*Era preciso libertar o homem do interior do coronel, os estados das oligarquias, em movimento antitradicional*”⁷¹. Para realizar esta tarefa não havia uma camada política capaz de enfrentar dentro do jogo político a elite dirigente. Uma instituição teria de assumir esta empresa: o exército. Faoro cita: “Um Estado interventor, dirigente, autônomo, coroaria a empresa, suscetível pela única categoria capaz de estruturá-lo e sustentá-lo, o Exército.”⁷²

O exército como realizador das liberdades – do povo contra os coronéis e dos estados contra as oligarquias – afastou-se de um programa genuinamente liberal. Era um programa de liberdades pela via ditatorial. Contudo, não se tratava de uma ideologia militarista. O objetivo maior era a oposição à política dos coronéis. “*Uma caricatura: um programa liberal por meio de instrumentos ditatoriais*”⁷³. O resultado foi a centralização, somada a um novo presidencialismo, ambos distantes do liberalismo.

Neste ambiente, surgiu um sentimento **nacionalista**⁷⁴, mas era um nacionalismo não mais contra o estrangeiro, como ocorrera antes. Era a necessidade de reorganizar a nação, via Estado. Este foi mais um elemento que insuflou a centralização, chamado por Faoro de **nacionalismo da ordem**⁷⁵, que se configura como um movimento contestatório. Mas, Faoro discorda que ele seja filho exclusivamente da classe média. Um dos seus principais aliados era o setor industrial. Este já estava cuidadosamente ligado ao Estado patrimonial. O que nos leva a entender que nossa industrialização foi gerida pelo capitalismo de Estado.

Ao retomar nossa evolução política, Faoro lembra que no final da década de 1920, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba intensificaram a oposição à política dos governadores. Getúlio Vargas já era uma figura bastante reconhecida na sua liderança e todos se articularam na Aliança Liberal. Aliás, uma revolução feita pelas elites, antes que o povo acordasse para fazê-la. Este programa liberal incluía não só a liberdade contra coronéis e oligarquias, mas também um projeto de sistema eleitoral. As elites teriam de

⁷¹ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 665.

⁷² FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 665.

⁷³ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 668.

⁷⁴ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 669 e segs.

⁷⁵ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 673.

aprender a conviver com a vontade popular e foi a primeira vez que o povo manifestou-se intensivamente, participando dos comícios e movimentos das ruas.

A Aliança Liberal fez-se vitoriosa nas eleições. Getúlio Vargas assumiu o Catete e a revolução estava feita. Revolução feita por elites, mas com apoio popular e isto não significa que a massa opinasse na direção do processo. E a massa também não participou nos seus desdobramentos, embora tenha conseguido ganhos significativos. Desta maneira, a Aliança Liberal não podia ignorar São Paulo. Os antigos oligarcas paulistas foram varridos da cena política com uma breve intervenção, contudo outras personagens paulistas surgiram. O Rio Grande sonhou alto com a revolução, mas se manteve distante dos seus frutos.

Nesse contexto, Vargas assumiu a direção do Brasil. Era uma liderança que misturava traços do domínio carismático, um modelo estatal patrimonial e um sistema eleitoral elitista. Ele personificou o Estado condutor da sociedade. O capitalismo politicamente orientado tinha agora uma só cabeça pensante. Algo parecido com o que vivera com o império, mas com feições novas e muito mais sofisticadas, leia-se modernas. O proletariado tinha de ser protegido, pois era essa a inquietação existente desde a questão social. A indústria precisava de uma direção forte e o café tinha de receber condições para se manter. Eis a nossa sociedade patrimonial, nosso Estado interventor, nosso capitalismo politicamente orientado mais uma vez reeditados.

“A indústria só existe pelo protecionismo, o café pelo amparo governamental – o Estado é o centro da economia, que a tutela e a dirige. O proletariado, um dos elementos desse favorecimento oficial, mas desdenhado pelo governo, merece, em conseqüência, igual atenção. A perspectiva está francamente mudada, com o abandono do louvor insincero à iniciativa particular, na verdade obra do fomento estatal. Este é o sentido, profundo e despercebido à época, da mensagem do candidato. Seu papel se apresenta definido: ordenar, sistematizar e reconhecer essa realidade, reforçando a comunidade que a sustentará, em breve agrupada na vanguarda militar, os ‘tenentes’”.⁷⁶

A revolução alcançou seu objetivo, esvaziou o poder dos coronéis e das oligarquias. Em seu lugar, surgiu um poder central forte e personificado no presidente que assumiu com vigor o Estado. O Estado brasileiro voltava a assumir as feições do centralismo administrativo, sem que jamais tivesse abandonado o papel central em nossa sociedade. Entretanto, com essa nova centralização aquela estrutura estamental volta a ganhar força. Getúlio Vargas foi o grande personagem, figura quase solitária no poder. As

⁷⁶ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 690.

classes não assumiram qualquer papel significativo. Tampouco os partidos organizaram-se. O exército apenas ficou de prontidão, garantindo a ordem nacional.

Do ponto de vista econômico, Getúlio Vargas colocou em prática princípios nacionalistas e nesta realização a centralidade do Estado assumiu proporções desmedidas. *“Comissões e autarquias envolvem todas as áreas significativas da economia para a defesa da agricultura e da indústria extrativa”* ⁷⁷. Mas, este modelo interventor tinha os olhos no mercado internacional. Segundo Faoro, Vargas queria unir a empresa agrário-exportadora à indústria. Com este objetivo ele deixou de lado a já firme indústria manufatureira paulista. Este setor tinha dificuldades, pois o fator de acúmulo de capital (o café) estava em crise, ou seja, o modelo interventor, falsamente liberal, de Getúlio Vargas deixava ao esquecimento as verdadeiras forças econômicas autônomas, que seriam capazes de realizar nosso liberalismo.

“O esquema define um tipo de economia politicamente orientada, com as indústrias de base entregues à direção do Estado, que delas participa majoritariamente, associados aos acionistas estrangeiro e nacional, reservando-se favores que podem chegar até o monopólio. A doutrina que as inspira, agarrada ainda às franjas evanescentes do liberalismo, quer suprir, pelo Estado, as deficiências da iniciativa particular.” ⁷⁸

Todo este intervencionismo estatal de Vargas não revelou qualquer novidade, pois manteve o Estado patrimonial secularmente consolidado, que tudo dirigia e incentivava. Não havia autonomia de forças privadas. Aliás, este tipo de liberdade pressupõe classes produtivas empreendedoras. O que aqui nunca foi além de um pequeno grupo de paulistas. Dentre nossas classes produtivas, a que se sobressaiu foi a classe lucrativa, interessada no enriquecimento rápido com garantias estatais e não na atividade produtiva. Os grandes movimentos econômicos brasileiros estavam baseados no risco e não na racionalidade econômica. Mas, o risco era oficial, pois o Estado estava na vanguarda do processo. A classe lucrativa tinha suas teias ligadas ao estamento burocrático, onde era a comunidade política que determinava a direção política do capitalismo e a massa da população nunca era ativa, pois sempre era levada pelos processos. Antes dirigidas pelos chefes da colônia, depois pelos senhores locais – num esquema que atravessa do império à república, e, finalmente, pelo novo estamento de Vargas. Neste mecanismo, as elites surgem como eficientes no processo de manipulação eleitoral, sem romper com o Estado patrimonial. Esta é a marca de nossa sociedade: *tudo muda, mas a orientação política do capitalismo jamais foi abandonada*. Em ondas

⁷⁷ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 716.

⁷⁸ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 722.

renovadoras e momentos de retração o Estado patrimonial subsistiu desde o século XIII em Portugal até 1945 no Brasil.

CAPÍTULO II – O CONTEÚDO DO PRISMA: A VIDA SOCIAL NO BRASIL DO SEGUNDO REINADO

Ao longo do capítulo anterior apresentamos os principais elementos da obra **Os Donos do Poder** que permitem a tese central deste trabalho sobre a complementaridade entre a referida obra e **A Pirâmide e o Trapézio**. Assim, o leitor percebeu que não nos ativemos propriamente à nossa tese da complementaridade, mas sim à demonstração de nossa leitura sobre o autor. Entendemos que de pouco adiantaria expor sobre a tese da complementaridade se não explicássemos, antes, nossa leitura acerca de **Os Donos do Poder**.

Neste capítulo faremos o mesmo exercício de exposição, agora sobre a obra **A Pirâmide e o Trapézio**. Contudo, acreditamos que nesta etapa já temos a oportunidade de apresentar nossa leitura sobre a segunda obra de Faoro ao mesmo tempo em que apontamos os pontos de encontro entre ela e **Os Donos do Poder**. Consideramos que somente agora passa a ser de fácil entendimento ao leitor aquilo que queremos demonstrar como ponto de encontro entre as duas obras de compreensão do Estado e da sociedade brasileira.

Para demonstrarmos os pontos de aproximação entre as obras de Faoro entendemos como tarefa essencial questionarmo-nos se as teses fundamentais de **Os Donos do Poder** estão presentes em **A Pirâmide e o Trapézio**. Afinal, nossa tese central é que há uma complementaridade entre ambas e para que isto seja comprovado precisamos verificar se as teses de Faoro permeiam os dois trabalhos do autor que nos propomos a analisar.

Pois bem, em nossa exposição sobre **Os Donos do Poder** destacamos que dentre as teses do autor está presente a interpretação da continuidade do Estado patrimonial desde a formação do Estado lusitano, no século XIII, até a década de 1940 no Brasil. Faoro entende que para observar a persistência deste modelo de Estado é necessário entender que o elemento delimitador do mesmo é o exercício do capitalismo politicamente orientado. Tal elemento pôde persistir na medida em que o que ocorreu com o Brasil foi um fenômeno *sui generis* de transposição do Atlântico pelo Estado. Em outras palavras, o Estado desembarcou em nosso litoral e sua organização aqui se manteve do exercício do pacto colonial até o século XX.

Evidentemente, Faoro não elabora uma análise superficial de que o Estado brasileiro em vigor até a primeira metade do século XX é idêntica ao que operava sete séculos antes. Ele entende que tal persistência foi possível através de fenômenos de modernização que desviaram nossa organização política da modernidade. Entre esses fenômenos, aquele que ele mesmo deu destaque foi o elitismo, que tornou desnecessária a realização plena da democracia como forma de participação política.

Mais uma vez fizemos o exercício de síntese e rememoração do leitor da obra **Os Donos do Poder**. Resta agora a questão: as teses expostas acima estão presentes na obra **A Pirâmide e o Trapézio**? A primeira dificuldade para responder tal questão é entender que este segundo trabalho de Faoro que analisamos é, pretensamente, uma análise sobre a obra literária de Machado de Assis. Daí surge outra pergunta: Como pode uma análise literária de Machado de Assis conter as mesmas teses de uma análise sobre as instituições políticas brasileiras? É neste ponto que precisamos chamar a atenção do leitor de que o livro **A Pirâmide e o Trapézio** não é uma análise literária de Machado de Assis.

Demonstraremos neste capítulo que esta obra tem como foco a sociedade brasileira e que a obra machadiana é apenas o campo empírico utilizado por Faoro para elaboração de seu estudo. Em poucas palavras, a obra **A Pirâmide e o Trapézio** é uma análise sobre a sociedade brasileira. Faoro atribui o *status* realidade aos personagens ficcionais machadianos e, a partir deles, analisa a sociedade brasileira. Acreditamos que ao longo deste capítulo convenceremos o leitor sobre qual é o foco analítico de Faoro ao abordar a obra machadiana.

Sendo assim, podemos retomar a questão à qual nos propomos: As teses de **Os Donos do Poder** estão presentes em **A Pirâmide e o Trapézio**? Nosso entendimento é que sim.

Entretanto, sua presença não ocorre pela simples repetição dos argumentos, mas na forma de aprofundamento do conhecimento da sociedade brasileira a partir de uma mesma ótica. Como já anunciamos, a relação complementar que existe entre os dois trabalhos de Faoro é visível à medida que entendemos **Os Donos do Poder** como um estudo sobre aspectos formais do Brasil, seu Estado e suas instituições políticas; e que **A Pirâmide e o Trapézio** é vista como um estudo do conteúdo de nossa sociedade, seus valores, comportamentos, moral e crenças. Em **Os Donos do Poder** temos a

compreensão das instituições e os traços persistentes. Em **A Pirâmide e o Trapézio** temos os sujeitos, seus comportamentos e o modo como no universo individual foi possível que aqueles traços persistentes se reproduzissem. Noutras palavras, na obra que analisaremos a seguir estão caracterizados os sujeitos sociais como agentes realizadores do continuísmo e do elitismo.

Quando Faoro descreve as diferentes classes e categorias sociais, e as relações e o conteúdo social, temos os valores que predominaram e a forma com a qual tornaram possível a história de uma nação avessa aos processos de ruptura social. Tentaremos demonstrar como a caracterização de personagens sociais presentes na câmara, no Senado, nos gabinetes de ministérios e no exército demonstram como eram defensores do estado das coisas. Também acreditamos que o leitor perceberá que as demais classes sociais, como fazendeiros e comerciantes, preferiam as expectativas e frustrações de ascensão social no modelo existente aos riscos de uma ruptura política. De outro lado, a dominação política e controle social sobre miseráveis e escravos compunham um determinismo capaz de impedir qualquer organização de revolta.

Será com as descrições destes elementos que pretendemos que o leitor compreenda que as teses presentes em **Os Donos do Poder** também integram o pano de fundo da análise da sociedade brasileira de **A Pirâmide e o Trapézio**. Tal presença não ocorre por mera repetição, mas pela forma complementar com que Faoro acrescenta novos elementos de um mesmo todo, que para ele significa o Brasil, principalmente na fase de consolidação, que representa o Segundo Reinado.

Em suma, nas próximas páginas o leitor poderá conhecer, na interpretação que temos da obra de Faoro, quem foram os agentes da sociedade brasileira que ao invés de criar um Estado próprio, preferiram repetir o modelo existente à sua época e garantir, assim, a continuidade de seus privilégios, não apenas individuais, mas da sua classe social como um todo.

A ESTRATÉGIA INTELECTUAL, O BRASIL ATRAVÉS DOS OLHOS DE MACHADO DE ASSIS

De partida, percebemos, nesta tese, uma mudança no estilo de escrita de Raymundo Faoro. Diferente da linguagem “árida” de **Os Donos do Poder** verificamos uma escrita mais envolta na poética.

“Meio século, os últimos cinquenta anos do século XIX, se estende, em colorida tela, numa vasta obra poética. Período que não se singulariza no tempo de modo fechado, autônomo, senão que se prolonga nas conseqüências de ideologias e imagens latentes, por sua vez alimentado por meio de raízes longínquas. Discernir o perfil da hora transeunte nos caracteres, desvendar, atrás do papel teatral, as funções sociais e espirituais – este o caminho tentado, para reconquistar, no Machado de Assis impresso, não o homem e a época, mas o homem e a época que se criaram na tinta e não na vida real.”⁷⁹

Neste trecho, não temos a oportunidade de perceber a mudança da estética do texto, mas vemos o anúncio da pretensão de Faoro: recriar a sociedade brasileira descrita por Machado de Assis. Esta reconstrução é direcionada pelos focos de interesse de Faoro. Isso é cristalino quando, em seguida, ele afirma que na obra machadiana é possível apreender uma sociedade distribuída em pirâmide estamental, ou seja, ele percebe na obra de Machado de Assis uma descrição de sociedade que confirma a existência de uma camada social superior que pode ser chamada de estamento. Esta sociedade piramidal possui classes que são descritas a partir de suas tradições, cultura e *status*.

Nesta descrição, outro aspecto que também é observado em **Os Donos do Poder** é a fragilidade da nossa burguesia em estabelecer o domínio político. Para Faoro^[VF1], diferente de outras sociedades, a burguesia brasileira não conseguiu criar instituições que garantissem suas atividades, restando-lhe a convivência com outros setores e a assimilação de vícios e ócio característico de setores não produtivos:

“O burguês machadiano, com feições mais discretas, respira o mesmo ar dos burgueses de Molière. Sua burguesia não viu diante de si o terceiro estado, como classe que será tudo, divorciada das fantasias e fumos fidalgos. Ela circulará, nas suas páginas de ficção, sem consciência de missão revolucionária, inovadora e transformadora, mesclada, ora em tom leve, ora em cores pesadas, com a tinta do desdém e do ridículo. A galeria burguesa de Machado de Assis brota do chão, expande-se e se enriquece, mas não domina nem governa. Entorpecem-lhe os passos o filtro interior da insegurança, hesitante na ideologia mal definida de seu destino.”⁸⁰

Semelhante às teses de outras obras, Faoro explica que a burguesia demonstrou fragilidade, mas se acantonou no poder através do estamento. Participante deste estrato social, também se inseriu na concorrência por poder, característica do elitismo que permeiou esta sociedade. Sendo assim, a burguesia em si não possuiu poder, mas Faoro entende que ela participou de uma estrutura social que garantiu que seus interesses

⁷⁹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 13.

⁸⁰ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 17.

fossem respeitados, não por serem interesses burgueses, e sim por serem interesses de uma camada que participava do estamento.

Faoro analisa as possibilidades de ascensão social. De um lado, ele ressalta o papel do estamento como centro de poder e de onde emanavam os interesses da sociedade que seriam respeitados. De outro, estavam as demais classes sociais, sujeitas a toda a complexidade de relações e flexibilidade aparente, mas que era limitada ao seu campo de ação pelo controle do poder político exercido pelo próprio estamento. Assim, ainda que existisse a possibilidade da ascensão social, ela seria verdadeiramente significativa se incorporada à ascensão política para o estamento. O que se percebe ao longo desta obra, é que Faoro vai tratar das inúmeras formas de ascensão e os limites de cada uma delas. Ele alude:

“A distância social maior percebe-se nas relações fora da classe, entre estamento e classe, com a tradução, para as relações dentro das classes, dos padrões daquele. Um pouco de mundo pré-capitalista de Molière, sem o extremado desdém das camadas fidalgas para com os que sentem o fascínio do dinheiro, *‘um pudor – como escrevia Nabuco -, um resguardo em questões de lucro, próprio das classes que não traficam’*. Um diretor de banco tem dois encontros, no espaço de uma hora, com um ministro de Estado e com um comerciante. São dois quadros da pressão hierárquica, em que um se desforra do outro, copiando atitudes e gestos para orientar a própria conduta. O diretor de banco *‘fora primeiro à casa de um ministro de Estado, tratar do requerimento de um irmão. O ministro, que acabara de jantar, fumava calado e pacífico. O diretor expôs atrapalhadamente o negócio, tornando atrás, saltando adiante, ligando e desligando frases. Mal sentado, para não perder a linha do respeito, trazia na um sorriso constante e venerador: curvava-se, pedia desculpas. O ministro fez algumas perguntas; ele, animado, deu respostas longas, extremamente longas, e acabou entregando um memorial. Depois ergueu-se, fez o diretor duas cortesias – uma em cheio, antes de descer a escada -, outra em vão, já embaixo, no jardim; em vez do ministro, viu só a porta de chapéu e saiu. Saiu humilhado, vexado de si mesmo. [...]’* Em dez minutos, tinha a alma espanada e restituída a si mesma, tais foram as mesuras do dono da casa, os apoiados de cabeça, um raio de sorriso perene, não contendo oferecimentos de chá e charutos. O diretor fez-se então severo, superior, frio, poucas palavras; chegou a arregaçar com desdém a ventá esquerda, a propósito de uma idéia do Palha, que a recolheu logo, concordando que era absurda. Copiou do ministro o gesto lento. Saindo, não foram dele as cortesias, mas do dono da casa’.”⁸¹

Deste modo, Faoro recuperou trechos de Machado de Assis para justificar suas análises da sociedade brasileira. Em uma vertente, estava o ministro como representante do poder político e da elite que ascendeu do estamento. Em outra, estava o comerciante, membro da classe burguesa. Mediando-os estava o diretor de banco, também membro da classe burguesa, mas representante dos interesses financeiros que muitas vezes eram estrangeiros.

⁸¹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 23-24. Neste trecho temos citações de Faoro a Nabuco, *Minha Formação*, e Machado de Assis, *Quincas Borba*.

O tratamento revela os valores daquela sociedade. O diretor e o comerciante estavam próximos na escala social, mas o ministro Ihes era superior, sendo um representante da classe política. Frente ao ministro, o diretor se inferiorizava, porém, diante do seu colega de classe e em situação de vantagem pela concessão de crédito, desforrava a humilhação anterior e colocava-o sob desdém.

Faoro descreve um cenário em que qualquer ascensão social que não fosse acompanhada de ascensão política era vista pelos personagens sociais, representados nos personagens de Machado de Assis, como um processo inacabado. Ele explica que o topo da pirâmide social estava estreitamente ligado à pirâmide do poder político. Enriquecer sem ter poder de nada adiantava, não atraía status, nem privilégios, tampouco reconhecimento social. Ele mescla suas análises com citações de Machado de Assis para dar realismo às mesmas. Mas, o estamento não tinha acesso garantido pela riqueza, e sim pela construção de um poder político. Ser apenas rico e não converter riqueza em poder não dava acesso ao estamento, portanto, não era qualquer classe que conseguia as oportunidades para chegar a este estrato social, quiçá ao seu substrato menor, a elite.

“O outro, Nóbrega, opulento pelo encilhamento, sem lições de ortografia e sintaxe, exprime o fim do Império [Pedro II], a sociedade de predomínio das classes. Tem a ingênua convicção dos novos-ricos de que o dinheiro tudo compra e a todos seduz. O novo império [Segundo Reinado] absorveria os velhos e decadentes principados de boas maneiras, de estilo de vida, de poder político.”⁸²

Esta sociedade de estratos descrita por Faoro criava dificuldades para a ascensão social de alguns e total impedimentos para outros. Ainda que pertencentes às classes positivamente privilegiadas, nem todos os ricos tinham aquilo que Faoro percebe como a verdadeira ascensão social, ligada à participação no estrato político. Por outro lado, esta sociedade brasileira do Segundo Reinado era totalmente avessa à ascensão de qualquer um que fosse oriundo das classes negativamente privilegiadas. De um modo geral, a ascensão estava sempre ligada à sorte, à fortuna e às relações políticas.

Nas descrições de Faoro, existem momentos em que seu recurso metodológico a Machado de Assis e a manutenção de suas teses de ***Os Donos do Poder*** ficam evidentes. Ao abordar a sociedade brasileira do século XIX e descrever mais especificamente a classe lucrativa, o autor dá-nos uma oportunidade para esta constatação:

⁸² FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 29.

“Ao lado da ‘nobreza rural’, desde a primeira formação brasileira, nasceu e cresceu uma outra classe, de comerciantes e donos de capitais. Classe aquisitiva ou especuladora, que se expandiu em correlação com a classe proprietária, vinculada ao mercado, herdeira dos capitalistas portugueses, responsáveis pelos fornecimentos de escravos, equipamentos e capitais para instituir os estabelecimentos rurais e adquirir-lhes os produtos. Vendia aos proprietários os bens necessários à produção, a créditos largos, adquirindo-lhes o açúcar, depois o café, base de grandes fortunas urbanas. Dessa classe de comerciantes, traficantes de escravos e banqueiros é que saem os Cotrins (*Memórias Póstumas*), os Palhas (*Quincas Borba*) e os Santos (*Esaú e Jacó*). Sobre ela nascem e ganham esplendor as cidades – que abrigam outros elementos da mesma classe, os negociantes de fornecimentos e concessões governamentais (*os Procópios Dias*) – mais do que dos fazendeiros, porventura absenteístas de seus domínios.”⁸³

Em um mesmo trecho, observamos a citação à herança portuguesa de nossa estrutura social e governamental brasileira. Trata-se da herança do modo de exploração e da classe burguesa com todas as suas características deficientes descritas em ***Os Donos do Poder***. Também faz citação às relações entre classe lucrativa e classe proprietária tal qual foi descrita na mesma obra, como por exemplo: os fazendeiros dependentes dos comerciantes para o trânsito de mercadorias e dinheiro entre os centros urbanos e as localidades produtoras dos itens de exportação (açúcar ou café). Ao mesmo tempo, ancorado nas descrições de ***A Pirâmide e o Trapézio*** e com referências diretas a outras características analisadas em ***Os Donos do Poder***, Faoro acrescenta que estes agentes econômicos podem ser representados pelas personagens de Machado de Assis, ou seja, que seus comportamentos podem ser apreendidos através das narrativas machadianas.

Este trecho permite que se iniciem as justificativas para as teses apresentadas neste estudo. De um lado, analisamos a continuidade entre os assuntos das obras ***Os Donos do Poder*** e ***A Pirâmide e o Trapézio***. Continuidade que se desdobra em complementaridade à medida que ele acrescenta novas análises e características. Tais informações complementares surgem à medida que o foco passa a ser o contexto social, seus relacionamentos, seus valores e hábitos. Por outro lado, ao invés de uma descrição direta da sociedade brasileira, Faoro optou por utilizar as personagens machadianas como ilustrações. Ele, particularmente, recomenda ao leitor que, para conhecer em detalhe o comportamento social do Brasil do século XIX, é necessária a leitura das suas narrativas literárias.

Portanto, Machado de Assis assume, nesta construção, um papel de ilustração da nossa sociedade. Entendemos que Machado de Assis assume para Faoro a função de

⁸³ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 34.

lente, através da qual o conteúdo social pode ser observado. Para Faoro, as personagens machadianas têm, na medida certa, a representatividade de cada característica importante através dos recursos das técnicas literárias, a saber, certa caricatura e certo exagero, mas sem perder de vista a realidade. Os personagens são caricatas como em qualquer narrativa literária, mas, ao mesmo tempo, guardam uma relação com a realidade que pode ser facilmente apreendida. Faoro descreve-as como se não fosse necessária a interpretação, apenas a observação. Portanto, Machado de Assis oferece-lhe as lentes para que nada da realidade escape.

Ainda sobre a relação entre comerciantes e proprietários, Faoro observa que a mesma pode ser vista na perspectiva “cidade e campo”. A cidade, como terreno dos comerciantes, com sua urbanidade, as casas de divertimento, cafés, chás, confeitarias, teatros, ruas comerciais, ruas de bancos, prédios oficiais etc., possui certa agitação. Contudo, no mesmo instante, a cidade guarda seu tradicionalismo e revela, pelas oportunidades de encontros sociais, os hábitos dos sujeitos. O campo é a casa do proprietário e, como tal, revela a vida íntima dos sujeitos. Nas fazendas os eventos são quase sempre na casa de alguém, ou no máximo na igreja e, desta forma, revelam a intimidade dos sujeitos entre si ou com os santos e o clero. O campo era onde a riqueza se avolumava, fosse através dos escravos ou do café. Ferramenta de produção ou produto, ambos revelam nossa estrutura da grande produção para a exportação. Exportação que nasceu com as colheitas e fluiu para as cidades. A riqueza nasceu no campo e afunilou-se nas cidades, onde recebeu bom trato, bom gasto e muita opulência.

À medida que trata do comportamento social, dos hábitos e dos valores, Faoro abre um tratamento todo especial à questão dos títulos e honrarias que eram distribuídos no Segundo Reinado. Diferente de *Os Donos do Poder*, no qual apenas observou que estes títulos davam um caráter oficial às empresas e cargos dos seus ocupantes, agora ele apreende seu caráter valorativo. Neste novo contexto, a Guarda Nacional volta a ser objeto de extensas considerações.

“O Segundo Reinado não se compreenderia sem os barões, coronéis, comendadores e conselheiros. A imensa rede de títulos, comendas e patentes doura a sociedade, revelando, debaixo dos emblecos, rigoroso mecanismo de coesão de forças. A Guarda Nacional no campo, sem ser estranha às cidades e vilas, incorpora e domestica os proprietários rurais, atribuindo-lhes funções políticas e de mantenedores da ordem. A baronia aproxima-os, a eles e às notabilidades urbanas, do trono. As classes mais inclinadas a se perder em centros locais de

gravitação arregimentam-se num sistema centralizado de governo e de administração, burocrático e tingido de nobreza.”⁸⁴

Faoro interpreta os títulos como falsas honrarias que tinham a função de oferecer qualitativos sem criar oportunidades reais de riqueza ou poder. As honras de um título serviam para o tratamento daqueles que já conviviam com o sujeito, não para criar novas relações. Apenas distinguia os comuns, mas não possibilita novos lugares. Este cenário é que leva Faoro a entender que tais honrarias tinham apenas a função de cooptação e não de descentralização política, tornavam aqueles que estavam nas localidades mais fiéis ao império, e faziam deles seus representantes, mas não lhes davam novos poderes locais. Os poderes já advinham da própria riqueza, do uso dos recursos particulares para financiar o cargo oficial. Portanto, o título não acrescentava poder e, às vezes, fazia perder dinheiro. Mas, a honra que operava frente aos locais era fator de ambição. Afinal, gastar dos próprios recursos seria um pequeno ônus perto do reconhecimento dos demais convivas.

“Há a base e o cimento de toda a ordem administrativa, política e social, que a Guarda Nacional corporifica e simboliza. A vida rural dos grandes fazendeiros não se compreenderia sem a Guarda Nacional – ela está, festiva e solene, nas comemorações do Espírito Santo na paisagem de Goiás (*A parasita azul*). Lá estão o tenente-coronel Veiga, que ostenta, além da patente, uma comenda da Ordem Rosa, e o major Brás, ‘homens bons’ de comuna. [...]. Era um acontecimento, a patente da Guarda Nacional, que dava lustre às famílias e prestígio ao agraciado.”⁸⁵

Cada vez mais fica evidente que as descrições dos personagens de Machado de Assis são utilizadas por Faoro para entender não só o comportamento dos sujeitos, mas o das classes. Para Faoro, os personagens de Machado são recursos metodológicos para apreensão das características dos agentes sociais. Em outras palavras, as personagens de Machado de Assis são, para Faoro, legítimos representantes dos agentes sociais. Como se Machado de Assis as tivesse construído com o objetivo de revelação da nossa sociedade. Em cada obra citada, cada trecho, Faoro mostra como, nas diferentes obras machadianas, havia um representante de cada estrato social e ao longo das citações, Faoro retorna a cada personagem, cada caracterização, sempre enaltecendo os aspectos sociais que lhe são de interesse e, assim, ele descreve como se toda a obra machadiana tivesse esse objetivo.

⁸⁴ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 40-41.

⁸⁵ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 48.

Faoro recorre à descrição das formas de transporte para ilustrar a condição social de cada personagem, obviamente, mantendo a caracterização de cada personagem de Machado de Assis como um agente social do período. Entre as figuras que utiliza, Faoro destaca a carruagem. Para ele, “a carruagem atesta e certifica a mudança social, mostra o estado da sociedade, a decadência de certas camadas e o surgimento de outras”⁸⁶. É importante perceber que mais do que a caracterização individual, o transporte também evidencia a sociedade como um todo. Afinal, a carruagem, o trem, o bonde, o carro expressam o estado das coisas em cada momento.

“Do coche ao bonde – é toda a sociedade do Império, sobretudo a do Segundo Reinado, que se expressa e se caracteriza. Pelo carro se conhece o homem: símbolo de opulência, da mediania e da pobreza. A carruagem fazia supor as cocheiras, o exército de criados e escravos, tudo articulado para o luxo ostentatório das ruas e praças. O bonde, no outro extremo, é a sociedade democrática que se expande e cresce – sociedade mal-educada, que cospe no chão e fala alto. O carro esconde e dissimula cabedais; o carro ostenta e põe a nu o homem, com seus vícios e sua pobreza. Eles se digladiam nas ruas, com impulsos próprios, honra e prestígio derivados das parrelhas – num painel autêntico do que vale cada homem no conceito de outro homem.”⁸⁷

Faoro usa uma mesma peça, o *coupé*, para ilustrar duas situações que caracterizam seus personagens pelo *status* social, onde cita Machado de Assis:

“Parou defronte; salta o lacaio, abre a portinhola, tira o chapéu e perfila-se. Sai de dentro uma calva, uma cabeça, um homem, duas comendas, depois uma senhora ricamente vestida; entram no saguão, e sobem a escadaria, forrada de tapete e ornada embaixo com dous grandes vasos’.” (...) “Às oito horas parou um *coupé* à porta: o lacaio desceu, abriu a portinhola, desbarreteou-se e perfilou-se. Saiu um senhor e deu a mão a uma senhora, a senhora saiu e tomou o braço do senhor, atravessaram o pedacinho do largo e entraram na igreja. [...]. A alma que a tais sítios atraíra um carro de luxo, cavalos de raça, e duas pessoas tão finas não seria como as outras almas ali sufragadas’.”⁸⁸

Este é o estilo de Faoro ao longo de toda a obra, misturando narrativas e análises, destacando trechos de textos de Machado de Assis que por si só ilustram os pontos da sociedade que deseja evidenciar. Mais que profusões, são seleções cuidadosas que retratam o Brasil do século XIX. Nos recortes, temos a narrativa da elite em dois momentos que lhe caracterizam. No primeiro, o *coupé* mostra que não só o evento é de luxo, mas que os freqüentadores também o são. No segundo, ainda que o evento seja um rito fúnebre, ainda que existam pistas de que se trata de um local mais pobre, a peça caracteriza suas personagens e ela, sozinha, já os diferencia do local. Mais do que isto, a

⁸⁶ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 54.

⁸⁷ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 66.

⁸⁸ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 59.

própria presença daquele *coupé* na despedida do morto faz com que o defunto seja visto diferente dos demais do mesmo local.

“Carruagens, coches, tálburis, landaus, coupés, cabs, cabriolets, bondes e símiles indicam momentos históricos específicos e possuem proprietários e usuários determinados, que não se confundem jamais na teia dos mecanismos de prestígio e de hierarquia social.”⁸⁹

O HOMEM POLÍTICO DO SEGUNDO REINADO

Faoro separa a figura de D. Pedro II do simbolismo do Império. Ele observa que a obra de Machado de Assis pouco trata do imperador e mais reflete o império. Ao mesmo tempo, acredita que Machado de Assis mostra o Brasil como uma terra estéril para o liberalismo. Lembremos que esta tese da sociedade brasileira como frágil para o liberalismo, principalmente o liberalismo político, é tema recorrente da obra ***Os Donos do Poder***.

Como fator de fragilidade do liberalismo na sociedade brasileira, estava um ambiente político favorável à aristocracia. Faoro chega a mostrar passagens nas quais Machado de Assis teme a república por associá-la à emergência de uma aristocracia. Assim, o literário seria favorável à monarquia como forma de frear esta aristocracia e mesmo a formação de uma sociedade oligárquica. Na análise de Faoro, o poder moderador colocou em segundo plano a oligarquia e não permitiu que esta se estendesse a todos os âmbitos de poder na sociedade.

“O sistema republicano não traria o alívio esperado. É explícito Machado de Assis, em duas passagens: ‘*eu peço aos deuses (também creio nos deuses) que afastem do Brasil o sistema republicano porque esse dia seria o do nascimento de mais insolente aristocracia que o sol jamais iluminou*’. Na realidade, o Brasil não é uma monarquia constitucional, mas uma oligarquia absoluta (B.D., 11 de maio de 1888). A oligarquia, sem a presença moderadora do imperador, se desmandaria na violência, liberta de todos os obstáculos e temperos.”⁹⁰

De um lado, Faoro observa que já no Primeiro Império as primeiras eleições tinham um traço do elitismo, ou seja, serviam para escolher entre os membros de um estamento político, quais ocupariam cargos públicos. A primeira constituição do Brasil independente traçou aspectos gerais do sistema político, mas era permissiva em várias questões. Estas lacunas e permissividade geraram as oportunidades para exercício do

⁸⁹ WAIZBORT, Leopoldo. 2002. Pág. 95.

arbítrio, tanto do imperador, quanto do patronato político. Faoro analisa: “*A Constituição não rege as relações políticas, senão como praxe ou conveniência de livre observância. Isto importa em reconhecer que, ausente a lei ou a convenção, fica apenas o arbítrio, arbítrio despótico ou benevolente, exercido este pelo imperador.*”⁹¹

Em certo sentido, Faoro afirma que as lacunas da constituição criaram as oportunidades para que as relações políticas pudessem se organizar e influenciar o Estado. Estas relações se organizavam de tal sorte que formavam verdadeiras forças políticas que acabavam se abrigando em um dos poderes do Estado: o judiciário. Portanto, ele retoma a tese de ***Os Donos do Poder*** que o estamento apropria-se das instituições e utiliza-as em benefício próprio.

Durante o Império, o poder moderador exercia o balanço entre as diferentes forças, mas na república este agente unificador deixou de existir. Em seu lugar surgiu o Supremo Tribunal Federal, que, ao invés de representar apenas o judiciário e sua imparcialidade na garantia do Estado de direito, transformou-se numa arena de forças políticas que garantiam os interesses do estamento. Apenas para retomar, o Estado não era força única, mas um estrato social que reunia diferentes agentes. Durante o período republicano o estamento reunia forças como a classe lucrativa, a classe proprietária, os servidores públicos e outros. Portanto, ao dizer que o Supremo Tribunal Federal representava diferentes forças políticas, significa que ali estavam representadas as classes positivamente privilegiadas e os próprios funcionários da burocracia de Estado.

De um modo geral, ao mostrar as referências de Machado de Assis às instituições, Faoro procura reforçar as suas principais teses do ***Os Donos do Poder***, como mostra a seguir:

“Machado de Assis não se aproxima da política, senão como analista, alheio às sugestões de fórmulas. Não aponta nenhum remédio, não conhece terapêuticas para os males que devoravam a nação. Parecia-lhe particularmente ridículo, objeto de mofa, os apelos à lei e à Constituição, formulados na oposição pelos políticos alijados do poder. ‘*Os partidos nunca se entenderam bem acerca das causas imediatas da própria queda ou subida, salvo no ponto de serem alternadamente a violação ou a restauração da carta constitucional*’ (P.R., *O velho Senado*). O ex-deputado Camacho, entre seus princípios e aspirações, pregava: ‘*a autoridade não pode abusar da lei sem esbofetear-se a si própria*’. ‘*Mergulhem no Jordão constitucional*’ (Q.B., XLVII). A Constituição só seria venerada pelos políticos em oposição, que, no governo – por ser governo – , violavam, assenhorando-se dos instrumentos de poder que ela só nominalmente limitava. O exercício do governo seria sempre a Constituição violada – daí o brado pitoresco e oco da oposição: ‘*Mergulhem no Jordão constitucional*’. Diante deste

⁹⁰ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 72.

⁹¹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 75.

quadro nominal, os partidos ocupavam um grande papel real, no campo em que se lhes tolerava a ação.”⁹²

Faoro procura entender qual o conteúdo do Estado que impediu a realização completa da democracia. Para ele, a forma de cooptação das classes positivamente privilegiadas, associada ao clientelismo derivado do coronelismo são elementos fundamentais que fizeram com que o Estado absorvesse a nação para seu controle. No contexto político brasileiro os partidos não tiveram origem social, ou seja, nas demandas e forças sociais, mas representavam interesses já originários da esfera política e nasceram apenas como máquinas para se obter o poder. O acesso ao Estado era o único caminho para a ascensão social e enriquecimento. Assim, Faoro, discursa: *“Sim, existiriam outras ambições, mas só a política dava a glória, só ela distribuía as pompas e as grandezas. Fora dela, o mundo opaco, triste e sem alegria.”*⁹³

Faoro afirma que não há no Brasil, desde a consolidação do aparelho de Estado, o acompanhamento dos políticos por parte da sociedade. Os assuntos da política nascem, transcorrem e extinguem-se na mesma esfera. Os sujeitos políticos, ou mesmo as classes com consciência política não têm posição definida, variam de situação à oposição conforme a conveniência. Faoro destaca um diálogo de personagens de Machado de Assis que ilustra este tipo de “consciência política”:

“D. Cláudia olhou fixo para ele. Os seus olhos miúdos enterravam-se pelos dele abaixo, como duas verrumas pacientes. Súbito, levantando as mãos abertas:

- Batista, você nunca foi conservador.

O marido empalideceu e recuou, como se ouvisse a própria ingratidão de um partido. Nunca fora conservador? Mas que era ele então, que podia ser neste mundo? Que era que lhe dava a estima dos seus chefes? Não lhe faltava mais nada. D. Cláudia não atendeu a explicações; repetiu-lhe as palavras, e acrescentou:

- Você estava com eles, como a gente está num baile, onde não é preciso ter as mesmas ideais para dançar a mesma quadrilha.

Batista sorriu leve e rápido, amava as imagens graciosas e aquela pareceu-lhe graciosíssima, tanto que concordou logo; mas a sua estrela inspirou-lhe uma refutação pronta.

- Sim, mas a gente não dança com idéias, dança com pernas. ’ (E. J.,XLVII)”⁹⁴

Os partidos eram apenas instrumentos para a chegada ao poder. Não versavam sobre conceitos ideológicos ou, ao menos, não continham valores de um grupo social

⁹² FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 78.

⁹³ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 81.

⁹⁴ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 83-84.

específico. Ao mesmo tempo, a vida política era quase nula fora do governo, ou seja, fora dos postos oficiais ocupados, segundo Faoro ilustra com personagens machadianas. Os sujeitos que desejavam ter uma vida política alternavam-se entre o ostracismo da oposição e algo descrito como o brilho do governo. Faoro observa a atitude do Imperador de alternar os grupos no governo, portanto, quando em oposição, o sujeito não via todas as esperanças acabarem, era apenas um infortúnio temporário. Assim, os cargos oficiais representavam o verdadeiro destaque social e, praticamente, o único veio de participação política. Mas, não ter um cargo significava apenas alimentar a esperança, que possivelmente se realizaria, de voltar ao *status* de destaque. E os partidos eram as máquinas de ocupação dos cargos ou a lista de espera para a próxima gestão.

Para não ficarem no esquecimento, muitos sujeitos se dedicavam aos veículos de comunicação da época (jornais impressos) para, com ataques e acusações, manterem-se lembrados. Lembrados não para o povo, mas sim, para os altos dignatários que os escolheriam nos momentos de alternância política.

“Brás Cubas e Camacho, temerosos do esquecimento, procuram manter-se ouvidos e falados, o ruído das folhas públicas. Não dirigem a pregação ao povo, que Camacho reconhece não estar educado para a luta política, nem estar apto a reconhecer e apoiar os que por ele trabalham. Dirigem-se os dois, aos chefes, aos detentores do poder e aos influentes do partido em desgraça. Temem que o ostracismo os devore e que o abismo apague seus nomes irremediavelmente.”⁹⁵

Este processo de alternância no poder é descrito por Faoro com a preocupação de comparar com o **elitismo de Pareto**⁹⁶. Segundo Faoro, a concorrência de elites daquele período não ocorria no sistema eleitoral, mas num tipo de oligarquia em que o mandatário do Estado e alguns privilegiados provocavam as sucessões. O que se pode apreender é que Faoro, a partir desse aspecto, faz uma distinção teórica entre os conceitos de elite e oligarquia. Enquanto no elitismo havia um sistema eleitoral responsável pelos processos de sucessão, na oligarquia este processo era de responsabilidade de alguns mandatários. Em ambos havia um patronato que era extraído do estamento. Mas, com a legitimação eleitoral, havia concorrência de elites, que até esta decisão era imposta por poucos, e tinha-se a oligarquia.

Ao explicar sobre o contexto que impedia até mesmo uma eleição frágil, Faoro destaca a questão do analfabetismo. Citando alguns comentaristas do Brasil do Segundo Reinado em relação ao problema do analfabetismo os cidadãos, o autor afirma que

⁹⁵ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 87-88.

“votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê”⁹⁷. E Faoro alonga-se na questão de como a falta de cultura formal é responsável pela barreira para a participação política. Em síntese, ele retoma o assunto de que num país de analfabetos a democracia não se realiza. Apenas acrescenta o tipo de sistema político que deriva deste cenário, a oligarquia, e apresenta algumas descrições detalhadas do comportamento dos sujeitos através das citações a Machado de Assis e outros comentaristas da época. Entre as características, ele destaca que a política torna-se uma ação de barbárie, comandada por ações violentas de todos os lados.

“A violência acompanhava as eleições – este o corolário do controle da política e das armas por ambas as facções, com o predomínio do governo. José de Alencar via a causa do ardor sanguinário das disputas eleitorais na conquista exclusiva do poder pelo vencedor. *‘Nada mais natural do que os partidos, receando o ostracismo, empreguem todos os esforços a fim de vencer, não obstante os meios’*. O remédio seria a garantia da presença do partido minoritário na Câmara. Machado de Assis, menos dogmático, não indica causas nem prescreve remédios – melhor, desconfia de todos os remédios. *‘Mas, que remédio dou então para fazer as eleições puras? Nenhum, não entendo de política. Sou um homem que, por ler jornais e haver ido em criança às galerias das câmaras, tem visto muita reforma, muito esforço sincero para alcançar a verdade eleitoral, evitando a fraude e a violência, mas por não saber de política, ficou sem conhecer as causas do malogro de tantas tentativas. (...)’*.”⁹⁸

Destas tentativas, Faoro conclui, amparado em Machado de Assis, que somente a experiência eleitoral movimentada pela vivência política é que permitiria ao povo brasileiro e ao nosso sistema político amadurecer o suficiente para superar essa fase de barbárie.

“Compreendeu Machado de Assis que as prescrições de papel seriam inócuas. Não acreditou que o definhamento dos municípios fosse mera obra da vontade do grupo conservador. Cansado de perscrutar as causas de tantos malogros, voltou-se para o tempo, pai de toadas as coisas, que tudo remedeia e salva. No bojo do tempo viria a sabedoria. O moralista faz mais uma arlequinada, sob a invocação de Erasmus: o homem, na sua miséria e na sua grandeza, é a chave de todos os mistérios, mesmo dos pobres mistérios políticos.”⁹⁹

Ao analisar o Senado do Brasil Império, Faoro faz, inicialmente, uma descrição institucional ao estilo de ***Os Donos do Poder***. Ao mesmo tempo, tenta demonstrar como os senadores vitalícios tinham um comportamento próprio do seu *status* social e do estrato que representavam. Para ele, aquela instituição reunia uma verdadeira família, ou seja, os senadores deixavam de lado suas diferenças em favor de um corporativismo de tipo familiar.

⁹⁶ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 88.

⁹⁷ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 91.

⁹⁸ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 93-94.

⁹⁹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 98.

“Machado de Assis vai por outro rumo, de maior realismo, rumo concreto, dentro das coisas que se vêem e se sentem. O Senado, por ser vitalício, não seria um corpo independente, sobranceiro aos partidos e suas querelas. A vitaliciedade – que o escritor aceita, com algumas dúvidas – dá ao grupo caráter comunitário, de família, família que dissente, como todas as famílias. Mas o dissídio não rompe a harmonia, nem separa os membros em facções apaixonadas, como ocorria na Câmara temporária. Os ‘cardeais’ mantinham a cortesia e a afabilidade que o consistório exigia nas suas disputas.”¹⁰⁰

Nas suas caracterizações sobre o Senado, Faoro destaca a vida dos sujeitos e seu comportamento político. Ele ressalta, de Machado de Assis, as passagens que mostram o cotidiano, as festas, as conversas e chega até a mencionar a baixa expectativa de vida do século XIX, observando que, ainda assim, o tempo de permanência no cargo vitalício chegava a vinte anos. Sobre o comportamento político, Faoro lembra que os cuidados com as menções aos ministérios e ao poder moderador eram sempre importantes. Deste modo, conta a passagem de um personagem que ao discursar contra o ministério, ainda em processo de “candidatura” para o posto vitalício, fora barrado e não mais indicado pelo Imperador. Para aqueles que já estavam empossados, os discursos eram sempre mornos, do ponto de vista da postura política efetivamente crítica, mas animados pelos estilos de oratória, muitas vezes imbuídos de sarcasmo, brincadeiras e o que podemos chamar de falsas polêmicas, ou seja, atacavam questões periféricas e sujeitos que não reagiriam, por conveniência ou desinteresse. Comparando o Senado com a Câmara, Faoro procura demonstrar que a câmara continha uma representatividade maior da sociedade, enquanto o Senado ficaria restrito apenas ao patronato político.

“A Câmara dava vibração ao regime, era sua parte popular, popular tendo-se em conta a tênue parcela que se ocupava de política. Réplica da Câmara dos Comuns conquistou, a par de suas funções legislativas, o lugar central da atenção pública, mercê dos poderes de desfazer gabinetes, ao preço de sua dissolução.”¹⁰¹

Ainda sobre a intensidade dos discursos da Câmara, Faoro destaca que a ela cabia o papel de acompanhar as ações do ministério. Nesse sentido, corretos ou não, de mero interesse momentâneo ou não, os deputados desempenhavam esta função e, ao sentir fragilidade, representar suas críticas e aumentar as instabilidades. Faoro descreve que se seguiam debates acalorados que em muitas situações terminavam com uma moção que poderia provocar a troca do gabinete.

¹⁰⁰ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 101.

¹⁰¹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 105.

“Outras vezes, a poderosa mão invisível se abatia sobre o ministério, arrastando-lhe a queda, mascarada na moção de desconfiança. Era o poder pessoal, que velava sobre todas as coisas, capaz, nas novas eleições, à míngua de verdade, de carregar a maioria, em sentido contrário à da Câmara anterior.”¹⁰²

Foi exatamente neste contexto que, numa das polêmicas de repúdio da Câmara ao ministério, a crise agravou-se e gerou uma insatisfação com a coroa. Havia um acordo de relacionamento entre imperador e estamento: câmara liberal = gabinete liberal. Quando o imperador rompeu este acordo, surgiu a instabilidade do sistema político. Vale dizer que é um exemplo no qual Faoro demonstra como o conteúdo das instituições era determinante naquela sociedade. O mais interessante é que Faoro consegue recuperar esta passagem na obra de Machado de Assis e lhe dá bastante destaque.

“O poder pessoal era agora uma realidade, não mais um monte de propaganda, realidade ameaçadora, capaz de engolir os partidos. A reação veio de todos os lados: da imprensa, da Câmara, do Senado, dos escritores. Ao quebrar uma convenção, que se procurava firmar, divorciou-se o Império do estamento político, ferindo-o em suas bases. O grupo estável dos chefes e influentes perdia, com o golpe, a garantia mínima de sua coesão e do seu poder de barganha, substituído pela pura e sem máscara vontade da Coroa. A inquietação, no Senado, vanguarda do sistema permanente de forças, foi profunda, coube-lhe, mesmo, a iniciativa de romper o clamor. Na Câmara, o efeito foi de um furacão, que varreu todas as conveniências.”¹⁰³

Utilizar passagens ou personagens de Machado de Assis para mostrar fatos da realidade da sociedade brasileira é a tônica de **A Pirâmide e o Trapézio** como um todo. Em certo sentido, Faoro mistura realidade e ficção para extrair de Machado de Assis os elementos necessários para comprovar sua interpretação do Brasil.

Faoro analisa o processo de ascensão política dos sujeitos. Segundo ele, a ascensão sempre ocorria de uma posição já privilegiada. O indivíduo já pertencia às classes positivamente privilegiadas e obtinha suas oportunidades políticas a partir deste contexto. Ele denomina esta condição favorável de influência e afirma que, para obter poder político, o sujeito precisava ser influente socialmente e, via de regra, também com alguma proximidade com a esfera do Estado, que poderia ser por participação direta, parentesco, amizade e outras tantas possibilidades de vínculos pessoais. Partindo desta tônica, Faoro utiliza os personagens de Machado de Assis e comenta um caso fictício que, no seu entendimento, poderia ser real:

¹⁰² FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 107.

¹⁰³ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 110.

“O comendador Seabra (H.M.N., *A parasita azul*) pensa em ‘meter o filho na política’. O rico fazendeiro não dispõe, embora abastado e senhor de terras, escravos e gado, de prestígio para a empresa. O posto cobiçado era o de deputado à assembléia provincial: ‘Justamente nesse ano havia eleição; o comendador escreveu às principais influências da província para que o rapaz entrasse na respectiva assembléia’. Camilo, o feliz destinatário de tais combinações, não se deixa seduzir pelas luzes do palco político; quer tão-somente, viver junto dos belos olhos de Isabel. Troca a noiva com o rival, o Soares, que ganharia a cadeira na assembléia. Soares não dispunha de influência; apaixonado da política, servia-a como cabo eleitoral, sem perspectivas mais altas. Aí estão dois degraus, incomunicáveis: o homem ungido pelas influências e o que está aquém delas.”¹⁰⁴

Nestes processos de aproximação com a esfera política e obtenção de influência para ascensão a um cargo, todos os recursos pessoais de associação eram utilizados. Entre eles, o mais eficiente e procurado, nas descrições de Faoro, é o casamento. Ele entende que havia uma forte relação de eficiência entre influência, casamento e carreira política. Num mesmo trecho¹⁰⁵ de sua obra chega a citar cinco obras diferentes e, portanto, situações diferentes em que casamentos eram manipulados com objetivos políticos. Novamente é importante que se mantenha a perspectiva que cada uma dessas situações fictícias é interpretada por Faoro como a perfeita correspondência com a realidade. Sendo assim, se são numerosas nas obras de Machado de Assis, significa que eram recorrentes na vida real. Mais do que correlacionar ficção e realidade, as nuances e repetições da ficção são entendidas por Faoro como existentes na mesma proporção na vida real, ou seja, Machado de Assis é um recorte, uma fotografia da realidade e se um evento social aparece com mais regularidade nesta “fotografia”, significa que na realidade havia o mesmo fenômeno.

Confirma-se, então, a tese que Faoro retrata na interpretação do conteúdo da sociedade brasileira, ao tratar do assunto família. Além de destacar as manipulações dos casamentos com objetivos políticos, também o “nome de família” é observado por ele como fator de significação social. Ele enfatiza, através da obra de Machado de Assis, como a forma de tratamento era sempre pelo nome familiar. Desse modo, ele evidencia que os sujeitos eram respeitados de acordo com o grupo familiar a que pertenciam, através das relações de parentesco e proximidade que tinham com determinada família.

“Um deputado que exerceu o cargo de dezembro de 1881 a 15 de novembro de 1889 revela o modo como se elegeu, confirmando o poder da influência e o vínculo à família. Trata-se de Afonso Celso, filho do visconde de Ouro Preto, este senador desde 1879 pela província de Minas Gerais. ‘Assacam-me’ – escreve ele – ‘assiduamente a pecha de haver sido eleito sem

¹⁰⁴ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 115.

¹⁰⁵ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 116-117.

elementos próprios, graças apenas ao prestígio de meu pai. Sou apontado como um dos *filhotes*, característicos da pretensa corrupção monárquica’.”¹⁰⁶

Ainda sobre o tema da influência política, Faoro faz longas descrições sobre suas formas de manifestação. Ele cita inúmeras passagens dos personagens de Machado de Assis onde este elemento se mostra presente, mostrando que é através da influência que as pessoas tinham ascensão política. Faoro vê em Machado de Assis uma construção das relações sociais que dá amparo à tese da ausência de ruptura e manutenção dos processos de dominação e das forças sociais e políticas no Brasil. Ele chama de influência política o fato dos sujeitos buscarem apadrinhamento para a carreira política, pois era esta verdadeira cultura da influência que tornava distante a possibilidade dos sujeitos observarem alguma oportunidade de conquista através de rupturas com a estrutura de poder.

“Machado de Assis, preocupado em estilizar a sociedade sem a fidelidade histórica, põe a nu o fenômeno da influência política. Não se poupa a insinuar o estreito gargalo que isso significava, elegendo alguns e repelindo a maioria. Mostra a relação de família, que acabava participando do mecanismo, desvirtuando-o hereditariamente, com a nota de rigidez. Revela, na captação da influência pelo homem pobre e talentoso, as despesas de subserviência, necessárias a lisonjear um chefe. Apresenta, com desencanto, o poder do dinheiro, no fim do Império, para a conquista de uma cadeira, cada vez mais acessível aos homens abastados (Palha e Santos pensam em ser deputados; Pedro e Paulo, filhos de um homem rico, ganham assento no Congresso republicano). O quadro está quase completo; faltava-lhe, porém, alguma coisa de essencial, confessada por Afonso Celso. O escritor não vê o conflito que daí resultava, nem as suas conseqüências, acaso revolucionárias, ou efervescentes. O sistema era criticado: o filhotismo, expressão da corrupção monárquica, encontrava a nota de repúdio. A censura estaria atenuada pelo cerco total à ascensão sem padrinho: sem patrocínio, em nenhum partido, em nenhum movimento, ninguém poderia pensar em carreira política. Sofresse a teia uma fissura e a revolta seria maior, capaz de comprometer-lhe, por um rasgão, todos os fios. A ausência de um plano de vida autônomo, alheio às influências, que contaria apenas com o talento, dificultava a reação violenta. A abrangência integral do indivíduo, envolvido por todos os lados, não lhe permitia expandir expectativas de ação descomprometidas com o sistema. Esta é uma regra geral, válida mesmo para o emprego da força na sociedade: a repressão sem respiradouro estrangula o protesto, ainda o inócuo, o tênue e o palavroso. De qualquer forma, pálido e conseqüências, o conflito está excluído das observações de Machado de Assis.”¹⁰⁷

Neste contexto de carreira política, Faoro ilustra, com personagens de Machado de Assis, a separação que havia entre a ascensão na corte e na província, isto é, quem chegava à corte e à câmara federal já iniciava a carreira no âmbito do poder central. A província e a representação local eram, nas suas palavras, migalhas do poder. Assim, para ele, a separação entre poder local e central não era meramente de zonas de

¹⁰⁶ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 119.

¹⁰⁷ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 120-121.

influência do domínio, era a separação de zonas de influência dos sujeitos e de possibilidades de carreiras distintas. Um mandatário local, não necessariamente, tinha ouvidos atentos na corte. Um alto dignatário poderia encontrar dificuldades em fazer valer sua vontade na localidade, embora, neste caso, a coerção fosse sempre uma alternativa para obter suas vontades.

Um aspecto importante nas análises de Faoro, presente em ***A Pirâmide e o Trapézio*** e também em ***Os Donos do Poder*** é o recurso a definição de classe social a partir de Weber. Um exemplo disto é que em alguns momentos ele usa a expressão ***classes positivamente privilegiadas***¹⁰⁸ denotando a base teórica weberiana. Para sua construção da interpretação do Brasil, este conceito possibilita a compreensão de aspectos que vão além da esfera econômica. Para Faoro, Marx tem um conceito de classe restritivo à esfera econômica, principalmente na medida em que a classe se define a partir da posse dos meios de produção¹⁰⁹. A definição weberiana acrescenta, ao conceito de classe, aspectos como o exercício da dominação, o comportamento social, o status e outros. Isto posto, na obra ***A Pirâmide e o Trapézio***, Faoro recorta de Machado de Assis passagens dos personagens em que eles são mais do que sua posse de riquezas, eles são caracterizados pelo comportamento, pelo status expresso em suas roupas, discursos, carruagens etc.

“Note-se, também, que as personagens de Machado de Assis pouco sonham com o dinheiro, ao passo que deliram com o poder, que os ronda e os assedia de ilusões e promessas. O capitalismo parece que subjuga menos do que a política, enredada de muitos pecados e poucas compensações.”¹¹⁰

Neste mundo da ficção que ilustra e ilumina a realidade, a carreira política era a principal atividade. Era a verdadeira vocação ao trabalho e à salvação, quase inspirada no *ethos* protestante, mas, aqui, expressando um *ethos* político, onde a salvação não eram as economias e o labor, mas o sucesso e a ascensão política. Contudo, Faoro observa que esta busca incessante pelo sucesso político foi descrita por Machado de Assis com certos limites e, em certa medida, com um tipo de respeito à realidade. Nos argumentos de Faoro, um personagem que chegasse aos mais altos postos, como um ministério, teria de ser descrito com o mesmo peso social e desilusão que o cargo propiciava aos homens da vida real, por isso, os personagens nunca chegavam a estes

¹⁰⁸ WEBER, Max. 1999.

¹⁰⁹ MARX, Karl. 1988.

¹¹⁰ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 126.

cargos. “*Em nome da realidade – por amor ao realismo – era necessário poupá-los da comédia, travada de aparências, de fantasmas e ilusões*”.¹¹¹

Faoro faz longas descrições da vida dos personagens machadianos para ilustrar como se dava a carreira política. Entre os personagens mais citados por Faoro, Brás Cubas é alvo de menções detalhadas, Certamente, como personagem central da obra de Machado de Assis, Faoro encontrou em Brás Cubas o que poderíamos chamar de “terreno fértil” para suas observações. Mais do que isto, Brás Cubas percorreu várias etapas da carreira política, e encontrou o mesmo fim das demais, nunca chegou ao ministério ou ao senado vitalício. Iniciou sua carreira a partir da proeminência econômica regional, sendo limitada sua participação na Corte. Chegou à câmara, mas por uma única passagem. Depois disto, tentou em várias oportunidades chegar a um ministério, mas sem sucesso. Assim, seguiu a receita básica da época, descrita por Machado de Assis e referendada por Faoro, fundou um jornal como palanque político para atacar o gabinete ministerial, tentar derrubar o grupo no poder e obter uma oportunidade, mas encontrou o mesmo fracasso da maioria, a **morte política**¹¹².

“O jornal não é a via adequada para o gabinete, demonstraram-no as esperanças malogradas de Brás Cubas e Camacho. As folhas de oposição teriam a virtude única de manter vivo o fogo sagrado, durante o ostracismo. Eles farão lembrados alguns nomes, impedindo que o tempo os consuma, até a outra subida ao poder, na alternância infalível do Segundo Reinado. É assim que raciocina Batista (Esaú e Jacó), aspirante à província, conforme se colhe do eterno diálogo entre Adão e Eva.”¹¹³

Sobre o senado vitalício, Faoro comenta a postura de Machado de Assis em não levar suas personagens até esta instituição. Segundo ele, além da desilusão com a realidade que já comentamos, o senado representava o abrigo final da fortuna política. Era o fim da escala, de onde não restariam mais especulações. Machado de Assis, interessado em manter as especulações para a atratividade dos seus personagens, manteve-os afastados da enfadonha vida real que isso representaria.

Faoro atribui a Machado de Assis o papel de “**lâmpada**” que revela as características interiores da sociedade brasileira do Segundo Reinado. Ele usa esta metáfora da lâmpada explicando que a forma como Machado de Assis ilustra nossa sociedade não é meramente repetindo suas características como num espelho. Mais do

¹¹¹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 129.

¹¹² FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 133.

¹¹³ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 135.

que isto, Machado destaca os aspectos mais interessantes, articula os elementos da ficção de forma que a objetividade da realidade seja mais atraente e aguça a curiosidade do leitor. É como se Machado de Assis destacasse as cores empalidecidas da realidade com luzes e revelações.

Fica evidente a abordagem de Faoro acerca de Machado de Assis como um recurso metodológico de recorte para compreensão da sociedade brasileira. Mais do que isto, podemos confirmar a idéia de que o foco principal de Faoro não é a obra de Machado de Assis em si, mas a sociedade brasileira. O autor literário representa o meio para iluminar a realidade. Diferente de *Os Donos do Poder*, onde Faoro recorreu exaustivamente a pesquisas históricas e citações para demonstração das características da sociedade brasileira, em *A Pirâmide e o Trapézio* ele utiliza a ficção para descrever nossa sociedade. Contudo, recorrer a Machado de Assis não é a única fonte de descrição da realidade. Em alguns momentos, como já citamos, Faoro recorre a outros autores e documentos históricos. Eles têm a função de confirmar as interpretações decorrentes da obra machadiana e complementar as informações e a compreensão nos aspectos que se mostram necessários à elaboração de sua tese.

Entretanto, no terreno da política Faoro afirma encontrar muitos elementos na obra machadiana, principalmente em algumas de suas crônicas. Na interpretação de Faoro, Machado de Assis convivia com o mundo da política e a via, nas palavras do sociólogo, como um espetáculo que “*interessa e apaixonava*”¹¹⁴. Tamanha era essa paixão que Faoro encontra entre suas crônicas uma análise do problema do analfabetismo para a política e cita.

“Numa crônica de 1876, comentou Machado de Assis o recenseamento do Império, que revelava o índice de 70% de analfabetos. ‘A nação não sabe ler’. As consequências políticas do fato estão à vista, nunca desdenhadas pelo escritor, atento ao funcionamento do mecanismo institucional. ‘As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos’ (H.Q.D., 15 de agosto).”¹¹⁵

Faoro continua com a descrição dos dados fornecidos pelo próprio Machado de Assis e complementa-os com algumas informações. Ao final, ele não conclui sobre uma análise de Machado de Assis, mas sobre os problemas da efetividade da participação política numa nação em que, entre o Segundo Reinado e 1920, a população votante era de 1% a 4% do total.

¹¹⁴ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 143.

Este exercício de Faoro é muito interessante para o viés desta tese. Faoro começa com a análise sobre as preocupações de Machado de Assis. Demonstra como a sociedade brasileira está expressa com detalhes na sua obra, destaca passagens e citações que evidenciam estas afirmações, acrescenta a elas mais dados que confirmam a elaboração do seu objeto de estudo, mas não conclui sobre ele, ao contrário, conclui sobre o Brasil. Nesse sentido, Faoro faz afirmações sobre as limitações das instituições políticas nacionais num contexto de mínima participação política, e então surge a indagação: como podemos compreender este percurso de análise? O objeto de Faoro não é a obra machadiana, mas desde o início ele queria abordar o Brasil e sua esfera política de participação. Machado de Assis foi apenas o percurso, o caminho, a estrada, o ponto de partida. Entretanto, o ponto de chegada almejado por Faoro sempre foi o Brasil.

Em alguns momentos Faoro chega a abandonar um pouco a obra de Machado de Assis e faz análises mais independentes. Na maioria dos casos, esta medida parece ter a função de complementar, com detalhes, algum aspecto da sociedade brasileira que a obra machadiana não lhe parece suficiente, mas é importante dizer que tais descrições e análises são elaboradas com o cuidado de não criar contradições com o próprio Machado. Um desses momentos ocorre ao tratar do papel do Poder Moderador e do Imperador no Segundo Reinado e, assim, Faoro contempla:

“O imperador podia muito – o imperador institucional e carismaticamente apoiado –, mas não podia tudo. Seu poder era impotente para infundir autenticidade às eleições, base do sistema que ele pretendia ser o da opinião nacional. Faltava ao povo – sabiam todos – educação, que nem ele, nem ninguém via com clareza – independência econômica, sobre a qual assenta a autonomia política. Percebia bem que não existiam as garantias necessárias ao exercício da liberdade de votar. (...). Ao contrário, o imperador preocupou-se, ao longo de seu reinado, para que as eleições fossem autênticas, reais, verdadeiras. Na impossibilidade de alcançar o objetivo utópico, cuidava de amparar o partido decaído, evitando seu esmagamento – o apelo a São Cristóvão evitava a violência extrema, como a vara mágica fazia renascer do ostracismo o agrupamento banido.”¹¹⁵

Nesse momento, Faoro faz uma longa descrição sobre o papel e as ações de Pedro II. O trecho mostra certa boa vontade com a figura do Imperador, suas ações voltadas para a política, a preservação do sistema eleitoral, a formação do ministério. Estas e outras ações parecem, para Faoro, uma tentativa de publicismo, de manutenção de um Estado de Direito e de um sistema político que tornasse o funcionamento da administração pública mais eficiente. Isso é muito diferente do tratamento dado a Pedro I

¹¹⁵ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 143.

¹¹⁶ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 148-149.

em ***Os Donos do Poder***, onde Faoro mostrava o Imperador como um estrangeiro interessado em preservar os interesses coloniais. Esta diferença de tratamento fica mais evidente quando se nota a forma como Faoro aborda a transição para o período regencial em 1832, o que também é mais uma oportunidade de observar como Faoro abandona um pouco a obra de Machado de Assis e faz uma descrição e análises pautadas diretamente na realidade histórica. Esta mistura entre realidade e ficção é que torna ***A Pirâmide e o Trapézio***, uma interpretação sobre o Brasil e não uma análise literária de Machado de Assis.

Ao mesmo tempo em que mistura a ficção e a realidade na análise sobre o Brasil, Faoro observa o movimento de aproximação e distanciamento da realidade por parte do próprio Machado de Assis. Segundo ele, “*Machado de Assis aproxima-se da realidade sempre que lembra o fato anedótico, ocasional, pitoresco. Dela se afasta ao tocar o travejamento estrutural, um tanto embaciado, na sua arquitetura, aos olhos do historiador moralista*”¹¹⁷.

Num dos momentos em que se afasta da obra de Machado de Assis para descrever detalhes sobre o Brasil, Faoro demonstra a preocupação em analisar a estrutura hierárquica da política nacional. Ele afirma que nossa estrutura política pode ser descrita em círculos de acesso ao poder, cujo centro era o Poder Moderador, do que tudo emanava e no qual todas as ambições concentravam-se. Tal era sua independência e autonomia de poder, que Faoro sequer o menciona como participante dos círculos, na verdade seria o seu “ponto zero”.

Nesta escala de ascensão, o círculo primeiro, e menor, era formado pelo Conselho de Estado, altos oficiais militares, ministros, senadores e presidentes de província. Seus ocupantes eram verdadeiramente a elite extraída do estamento. Todas as ambições dos “mortais” estavam nos seus cargos, não é a toa que dentre eles não havia personagens de Machado de Assis. Era uma camada política tão elitizada e inacessível que não se justificaria uma personagem do cotidiano integrar este grupo tão seletivo, porque sua natureza não conviveria com as demais, e, para o bem da veracidade da ficção, teria como pares somente outros membros da elite política estamental. De todo modo, ao não encontrar personagens machadianas que descrevessem esse universo, Faoro o faz autonomamente, percebe-se, então, que o objeto em si é a sociedade

¹¹⁷ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 154.

brasileira, e na falta de personagens e elementos da ficção para descrevê-las, Faoro recorre a elementos complementares para fazer sua análise.

Entre os membros de partidos desta elite, sua influência era tamanha que estavam quase que distantes da vida partidária. Faoro descreve tais membros como se eles é que apoiassem os partidos e não os partidos que lhe dessem sustentação. De um modo geral, o critério que pode ser usado para identificar quem eram esses sujeitos é o da fonte da sua presença na política, pois eram indicados pelo próprio Imperador ou por alguém que fora indicado por ele. Portanto, a influência desses sujeitos emanava do próprio poder do Imperador, direta ou indiretamente, e deste grupo, a única exceção eram os deputados. Mesmo assim, sabe-se que para ser deputado, segundo as descrições do próprio Faoro, e neste caso, amparado nas personagens machadianas, a origem dos deputados era a indicação de alguém de grande influência política. Não bastava ser rico, era necessário ter trânsito político para chegar à câmara. Sendo assim, mesmo os deputados que eram legitimados por eleições não tinham um poder autônomo, pois a possibilidade de ascensão à câmara era resultado de algum tipo de apadrinhamento.

A segunda fase do círculo de poder era formada por aqueles carentes de influência ou padrinhos, mas que detinham riqueza ou participação na vida social e que ambicionavam cargos públicos. Vale dizer que Faoro faz uma longa descrição sobre o quanto esses sujeitos ambicionavam os cargos públicos. Neste caso, Faoro encontra e recorre às inúmeras personagens de Machado de Assis. É, certamente, o ambiente mais fértil para encontrá-las. Era o mundo de Brás Cubas, que, mesmo através de um emplastro, fazia de tudo para ter seu nome estampado e com visibilidade para ser lembrado nas prévias e eleições. Seus sujeitos e personagens eram da classe média, com riqueza, ou um pouco de riqueza, ambiciosos, ativos, comunicativos, bacharéis e, às vezes, jornalistas. Neste momento, há uma passagem interessante em que Faoro cita trechos de Machado de Assis, mas para conferir veracidade à ficção, também cita um trecho de Joaquim Nabuco para comprovar seus argumentos e diz:

*“‘Nessas condições’ – acentua Joaquim Nabuco – ‘oferecem-se ao brasileiro que começa diversos caminhos, os quais conduzem todos ao emprego público. As profissões chamadas independentes, mas que dependem em grande parte do favor da escravidão, como a advocacia, a medicina, a engenharia, têm pontos de contato importantes com o funcionalismo, como sejam os cargos políticos, as academias, as obras públicas’.”*¹¹⁸

¹¹⁸ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 158.

O terceiro círculo não é formado por participantes da política ou por ambiciosos por ela, mas sim por aqueles que formalizavam o poder e sobre quem ele era exercido: o povo. Usamos a expressão ‘formalizavam o poder’, porque já no Segundo Reinado, havia o processo eleitoral. Processo, este, descrito por Faoro como mera técnica de obtenção da legitimidade, mas ainda assim, havia esta formalização do poder político. Sobre o povo, Faoro é sempre pouco expressivo. Tanto em ***Os Donos do Poder*** quanto em ***A Pirâmide e o Trapézio***, percebemos certo desinteresse do autor. Nesta segunda obra, ao menos, o que se vê é uma extensão de sua análise para a classe média. Nova vertente que se faz com a comparação entre a obra política em que ele ficou atento apenas ao estamento e à elite política, mas ele não chega a detalhar sua análise sobre quem era o povo. Em alguns momentos analíticos da obra machadiana, ele até destina pontos em seus capítulos para este cuidado, todavia o foco sempre está em entender o papel do povo como base do exercício de dominação pelo estamento e pela elite.

“O povo não é, assim, o um por cento que vota – mas o um por cento descontado da parcela aprisionada ao poder, sem forças para decidir a quem sufragará na urna. A maioria não o representa, mas representa o chefe local, que por sua vez representa o chefe nacional, delegado do ministério. Não havia, na instância derradeira e decisiva, o povo, mero agregado sem fisionomia do poder superior. Eleição indireta ou direta, voto a descoberto ou voto secreto, o voto de uma emanção da máquina, inerme, passivo, vazio de conteúdo.”¹¹⁹

Ao tratar do funcionamento dos partidos, o primeiro aspecto que Faoro aborda é demonstrar que os partidos, no Segundo Reinado, não tinham posições ideológicas, mas seu antagonismo ficava restrito à concorrência pelo poder, pelos cargos. Internamente, as decisões e escolhas dos candidatos tinham uma estrutura parecida com a dos círculos da política que ele descreveu para o Estado como um todo. Havia uma elite, estruturada em torno da coroa, que escolhia, mediante sua influência, os principais candidatos a cargos nacionais ou ministérios. Mesmo figuras importantes da política nacional daquele período, como Joaquim Nabuco e Afonso Celso¹²⁰, são mencionadas por Faoro como só tendo conseguido sua ascensão política mediante a influência de suas famílias. Ele descreve em longos trechos os relacionamentos entre as pessoas e as formas de influência que promoviam o sucesso ou fracasso de carreiras políticas. Distante de discursos programáticos, ideológicos, ou mesmo posicionamento de grupos articulados, tudo é demonstrado em torno das figuras pessoais.

¹¹⁹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 161.

¹²⁰ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 163.

“A seleção dos políticos não obedecia a pressões naturais, radicadas na política partidária em contato com o povo, mas a determinações do alto, com o afastamento daqueles que perdessem as graças dos poderosos. O *ostracismo* – termo então consagrado – era o grande terror dos políticos, o monstro que devorava as carreiras, consumia muitas esperanças em flor e esmagava as ambições mais ardentes.”¹²¹

Faoro faz uma relação entre alternância nos membros da câmara e fragilidade do sistema eleitoral. Para ele, a alternância devia-se ao fato do cenário dos eleitos ser determinado pela influência, pois ele acredita que se fosse um sistema eleitoral real, haveria certa permanência do quadro de deputados. Para entender esta tese é importante lembrar o elemento que ele chama de “ostracismo” e que analisa por “falta de poder”. O quadro de deputados era frágil e sua composição ficava refém dos verdadeiros detentores do poder. Neste cenário, como o poder estava centralizado numa elite que girava em torno da coroa do imperador, a câmara afigurava-se como um “baixo clero” do poder político. Como se fosse um terceiro escalão, ou “um cabide de empregos” da oligarquia que ocupava o verdadeiro centro decisório e este foi chamado de senado vitalício. Nele, as famílias tradicionais, os políticos com o verdadeiro sucesso e os apadrinhados do Imperador, tomavam a decisão sobre quem poderia ter ascensão política e quem ficaria condenado ao eterno ostracismo. Neste contexto, uma figura histórica que ganhou importância foi a do coronel, que representava os interesses do poder central. Submetiam-se aos políticos em troca de obter favores e, às vezes, indicações para cargos da administração e candidaturas na câmara. Eles se tornavam os verdadeiros cabos eleitorais responsáveis, no âmbito local, de dar legitimidade formal àquilo que fora decidido em instâncias superiores.

“Isso significava que a competição entre as elites não obedecia ao controle eleitoral, do prestígio com relação aos votantes, senão do patrocínio das influências. De outro lado, restringia a profissionalização dos políticos, limitando a atividade política a pessoas com situação econômica ao abrigo dos espaços estéreis de ostracismo. Somente o Senado vitalício lhes asseguraria rendimento permanente, sem interrupções – mas o senador, para se tornar senador, deveria, em regra, ter suportado, com recursos próprios, a entressafra do deslocamento da Câmara dos Deputados. Resultava daí a sobrevivência, na política, de uma camada plutocrática ou de profissionais com rendimentos constantes. (...). A rotatividade dos ocupantes dos postos políticos poderia sugerir, à primeira vista, a ausência de um sistema oligárquico, que supõe a permanência nas posições. Falsa conclusão: o deslocamento está dirigido por uma camada estável e uma camada vitalícia; camada estável no controle de rendas e bens, que, mercê desse controle, lhe assegura a presença continuada na política; camada vitalícia com enquistamento em posições institucionais vinculadas ao Estado.”¹²²

¹²¹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 167.

¹²² FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 168.

O que foi visto até este momento mostra que Faoro tenta analisar as relações entre sujeitos, suas relações sociais, o poder político e as instituições políticas. Ele apresenta, acerca dos sujeitos, as descrições da ascensão política, seus hábitos e costumes, a vida econômica e alguns outros fatores. Acerca das relações sociais, mostra a influência política, a busca pelo emprego público, a descrição dos diferentes estratos e mais um tanto de detalhes. Acerca do poder político, além, é claro, do poder moderador, expõe o círculo que o envolve com a corte e o senado. Quanto às instituições, faz análises dos partidos, do próprio senado e câmara. Enquanto na obra **Os Donos do Poder** é apresentada uma análise centrada somente nas instituições e as camadas sociais eram descritas apenas como seu conteúdo, em **A Pirâmide e o Trapézio** temos o sentido inverso. Nesta, a análise tem início nos sujeitos e percorre sua vida econômica e política até chegar às instituições. O objeto da política ainda persiste, mas o foco da análise muda. A realidade é a mesma, o fato do exercício da política no Brasil ser objeto de poucos, mas a descrição dos elementos que promovem esta realidade é que se altera nas duas obras. Podemos dizer que a principal diferença entre elas não são os objetos, mas o recorte de construção da análise. Para entender uma mesma realidade nas suas diferentes facetas, Faoro construiu duas obras de análise bastante profundas. Na mais reconhecida, a obra sobre as instituições tem um percurso histórico e uma descrição fria e pautada nos elementos da vida do Estado. Na obra menos debatida, um trabalho aparentemente sobre literatura, há uma análise estética mais rica, literária mais curiosa, mas cujo objeto é o mesmo do outro trabalho, as conclusões complementam-se, e o conhecimento sobre o Brasil aprofunda-se.

Ainda sobre os partidos, há um foco na participação das pessoas, tanto que Faoro faz uma análise sobre como os sujeitos faziam suas opções por interesses particulares e não por condutas coletivas. Mesmo tratando-se de uma instituição eminentemente coletiva, os partidos eram a soma de pessoas e nunca a formação de uma coletividade. Isto fazia com que assumissem um caráter muito mais de agremiação e clube social do que de uma instituição programática e ideológica. O papel da ideologia estava na constituição do sistema partidário, não na diferenciação dos partidos, até porque, o sujeito fazia carreira pessoal baseado nas suas relações individuais e financiado através da influência política. O sujeito não fazia uma carreira partidária, pois o partido não servia em nada para o seu sucesso. Assim, quando em postos de destaque o sujeito não tinha

créditos com a instituição, mas com as pessoas que lhe concederam favores para alcançar suas metas.

Nesse sentido, o elitismo não era reflexo da alternância no poder segundo as oscilações eleitorais, mas sim de escolhas feitas *a priori* por alguns que determinavam os rumos das eleições. O sufrágio deveria atender as escolhas já feitas, daí todo tipo de apelo para que as vontades fossem atendidas. Desta forma, o resultado para as eleições foram fraudes, clientelismo, coronelismo e violência. A concorrência das elites não era pelo voto, mas pela influência política. Por tudo isto, entendemos que o processo eleitoral, já no Segundo Reinado, é, para Faoro, mera técnica de obtenção da legitimidade. Em ***Os Donos do Poder***, este processo tem tanto destaque, justamente para mostrar como o sistema eleitoral brasileiro já nasce fragilizado. As instituições partidárias e o processo eleitoral são descritos como meras técnicas democráticas de obtenção da legitimidade, o que ele denomina de elitismo. Na sua origem, sequer há algo de participação política neste processo, partidos e eleições são apenas processos de concorrência de elite, sem o caráter da legitimidade, mas apenas da participação da classe média (cabos eleitorais e deputados). A classe média, Faoro identifica como tropa para a extensão do poder central até a localidade. Portanto, o elitismo nesta fase não tem nada de democrático, mas apenas tem a função de assegurar o poder, mantendo o Estado presente em todo o território.

Além disso, percebemos que Faoro não analisa, sequer menciona, a existência de um anseio social pela democratização. Ele trata do sistema político como se este assunto não permeasse qualquer das camadas sociais. Após a sua leitura consideramos possível interpretar que para ele o povo está totalmente alheio à política e que, neste contexto, não lhe interessava as questões políticas. Entendemos que ele mostra um círculo vicioso em que o povo não tinha participação política e, conseqüentemente, não desenvolvia debates e anseios políticos. À medida que não desenvolvia estes anseios, permitia que o acesso ao poder permanecesse nas mãos do patronato. O patronato, na manutenção do seu poder, repetia indefinidamente uma estrutura de dominação alheia ao povo.

Por fim, retomando Machado de Assis, Faoro parece cobrar deste a compreensão das instituições. Ao ver no tratamento dos indivíduos, através da construção das personagens, contradições com a realidade das instituições, Faoro parece tentar complementar a sua obra com algumas análises. Contudo, é importante observar que Faoro está com um foco de análise diferente de Machado de Assis. O literário não

analisou a esfera política, apenas retratou a realidade de forma romanceada, e não científica, e ao fazê-lo refletiu diversos aspectos da sociedade brasileira, acabando por retratar o mundo da política, mas, o mundo da política na ótica das suas personagens. Deste ponto de vista, as instituições estavam distantes, pois representavam algo abstrato aos olhos dos sujeitos retratados como personagens. Sendo assim, a cobrança de Faoro não nos parece justificada, pois cobra de um autor preocupações que eram suas.

“O confronto entra a visão de Machado de Assis e a realidade, ou mais corretamente, a realidade tal como a percebe o historiador, indica muitas discrepâncias de detalhe. O papel do Senado escapou à perspicácia do romancista; a influência da minoria, no jogo político, não lhe parecia de molde a comprometer a legitimidade da representação política. Haveria, neste setor, imperfeições quantitativas, o que o tempo e o esforço bem intencionado dos homens corrigiriam. Outras, muitas outras, seriam as incongruências entre a perspectiva do escritor e o painel reconstruído do passado. As diferenças de pormenores não mostram, mesmo se arroladas, minudentemente, a peculiaridade do quadro construído por Machado de Assis sobre o Segundo Reinado. Os traços isolados, as indicações particulares, as observações de intimidade e profundidade são de rara autenticidade. Decorrem, todavia, de um centro de filtragem e de seleção valorativa que acentua e destaca o fenômeno singular em prejuízo da organização social, da estrutura política e das coordenadas supra-individuais. (...). Nesse poço de contradições, o destino humano e o destino das nações têm sua mola íntima e última de decisões. Tal concepção do homem e da história é que explica os extravios, as infidelidades sociais, a projeção no cenário dos pequenos motivos para explicar grandes acontecimentos. Fora da perspectiva psicológica, penetrada de moralismo, há no grande mundo, de cuja construção global, em retrovisão, decorre outra imagem do homem, mesmo a pequena imagem oculta e íntima que as virtudes e os vícios mascaram.”¹²³

Outro aspecto que Faoro menciona são os discursos, que ele descreve usando o termo retórica. Segundo ele, era uma retórica que velava as realidades sociais. Eram longos discursos que serviam aos interesses do clientelismo, dos favores, do jogo político, descritos por Machado de Assis no círculo da classe média – segundo círculo do poder categorizado por Faoro –, mas que representavam as mesmas situações das elites. Contudo, a forma como Faoro destaca os discursos e o seu papel ideológico, leva-nos a crer que a ênfase estava na eloquência, sendo que na análise de Skinner¹²⁴, a retórica é composta pela *ratio* e *elocutio*. A razão é o aspecto objetivo, o equilíbrio entre meios e fins a serem alcançados com o uso das palavras. Já a eloquência é o aspecto mascarador da realidade. Através dela, com as adjetivações, as metáforas e a estética literária, os sujeitos levam a audiência a perceber somente aquilo que se pretende, velando os temas não interessantes. Com esse destaque não pretendemos corrigir Faoro, mas mostrar ao leitor que a retórica dos personagens machadianos revelados por

¹²³ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 180-181.

¹²⁴ SKINNER, Quentin. 1999.

Faoro está diretamente relacionada a um contexto ideológico de ocultação da realidade. Não se trata do romancista ocultando a realidade, mas do cientista social mostrando como as personagens dos romances replicavam um evento verdadeiro, a saber, nos discursos e eventos sociais do Segundo Reinado o importante era não abordar os temas políticos de verdadeiro interesse.

“Num plano, a urbanidade, a educação refinada, o gosto pelas maneiras de salão; atrás delas, a navalha do capoeira, o bacamarte da Guarda Nacional nos casos extremos, e, em geral, o agrado pessoal, ao parente, ao amigo dedicado, ao hábil aliciador de lealdades.”¹²⁵

Faoro conclui o assunto extraindo de Machado de Assis algumas passagens que ilustram os temas dos discursos e a estratégia de não mencionar os assuntos verdadeiramente importantes, ao que ele chama a atenção. Faoro explica que eram longos discursos eloqüentes, cheios de adjetivos, mas pouco conteúdo, muita abstração e quase nenhuma objetividade. Eram discursos, para o personagem machadiano, tomado como real e, portanto, social – reafirmamos que eram explicações que promoviam socialmente, mas sem polemizar ou demonstrar posições políticas. Eram discursos eloqüentes, mas que não se pretendiam assertivos ou ideologicamente definidos. Eram apenas discursos, como o próprio Machado de Assis revela e Faoro dá destaque.

“Palavra – frase – retórica; mais um passo, a retórica se converte na moderna publicidade, anterior aos sistemas de comunicação de massas. A raiz é uma só: a criação de um mundo falso mais eficiente que o mundo verdadeiro. Ela fará os medalhões, as grandes figuras da sociedade, os políticos ilustres. A sátira, presente à demonstração do fenômeno, adverte, quase aos brados, que sobre a mentira que devora a fisionomia das coisas há uma verdade a respeitar, embora coberta de sombras, esmagada de versões deformadoras. (...). O efeito da frase, a eficácia da tirada e do dito, a energia da imagem e da metáfora têm alvo diverso do cultivo da palavra na literatura. Tudo se cifra em criar um vocabulário de enganos, que acorrenta a credulidade humana e mascara a verdade.”¹²⁶

A retórica é retratada como uma ferramenta de mascarar a realidade. Faoro destaca esta concepção de Machado de Assis através de recursos como a metafísica da política, pois os políticos colocavam-se no embate político e ocultavam sua proximidade mútua. Proximidade que resultava do endereço comum a todos: o estamento. Neste ponto, Skinner¹²⁷ discordaria, pois, para ele, Faoro confundiu retórica com eloqüência. A retórica é uma ciência sobre a construção do discurso que retrata uma realidade de

¹²⁵ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 185.

¹²⁶ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 194 e 196.

¹²⁷ SKINNER, Quentin. 1999.

comunicação. O mascaramento é resultado da vontade de ocultar, presente na eloquência.

Outro item abordado tanto em ***A Pirâmide e o Trapézio*** quanto em ***Os Donos do Poder*** é o significado de modernização. Na obra sobre as instituições políticas, Faoro interpreta que no Brasil não havia o progresso e a modernidade da esfera política, o que ocorria eram técnicas de modernização que visavam mascarar a reprodução da estrutura antiga, e o exemplo mais característico é o sistema eleitoral. Através do elitismo havia um processo eleitoral que ocultava a reprodução das velhas estruturas de dominação. As eleições não são exemplo de modernidade daquele Estado, mas de modernização como mera aparência no sistema político. Já na análise sobre o Brasil a partir da vida social, Faoro afirma que a modernização não atingia a esfera política, mas estava presente na sociedade através da modernização tecnológica. Ele ressaltava a já conhecida caracterização de D. Pedro II como amante das novas tecnologias da época. O autor critica o fato da sociedade brasileira ter criado um paradoxo na medida em que novas tecnologias eram trazidas sem a reflexão sobre novas relações sociais. O que havia de modernização, então, era apenas aparente, sem atingir a essência da estrutura social. Diferentemente de outros países, nos quais a modernização tecnológica foi acompanhada de revoluções políticas, no Brasil, o atraso político e adventos tecnológicos conviveram em alguma harmonia.

Ainda nesta análise, para ele isto era possível à medida que as verdadeiras mudanças tecnológicas não chegaram ao Brasil naquele momento. As mudanças do regime de produção, o industrialismo e a modernização da produção agrícola não chegaram aqui. Estas mudanças da esfera da produção seriam responsáveis por alterar as relações sociais. Contudo, o que chegou aqui foi a iluminação pública, a estrada de ferro, o bonde, entre outras mudanças tecnológicas. Estas são modernidades que apenas enchiam os olhos, mas não alteraram a sociedade. A siderurgia e a produção mecanizada possibilitariam novas relações sociais. Já os serviços públicos de iluminação e transporte tornavam a vida das cidades aparentemente mais modernas, mas mantinham as lavouras sob a velha estrutura do escravismo, e este é o paradoxo do Segundo Reinado na esfera da tecnologia e da produção: ruas iluminadas, porém, escravos transportando em carroças a produção de monocultura nacional.

A VIDA ECONÔMICA DO SEGUNDO REINADO

Faoro descreve o Segundo Reinado como um período de muita instabilidade econômica. Entre os fatores que ele destaca está a elevação do custo de vida à ordem de mais de 50% ao ano, o que significava a desvalorização da moeda. Entretanto, este cenário não era percebido pela sociedade e, segundo Faoro, Machado de Assis evidenciou isto através de seus personagens.

O processo de concentração de renda era acompanhado da valorização dos escravos e concentração dos investimentos, deste modo, num tipo de especulação com o valor da mão-de-obra escrava, parte dos agentes conseguia se preservar da concomitante elevação do custo de vida. Esta mesma especulação acompanhava as negociações da produção agrícola e, como toque final, a produção inglesa estava em avanço e permitia certa redução dos itens de importação.

Faoro explica que o fator de elevação do custo de vida era a taxação de impostos, ou seja, a economia caminhava bem e o mercado estava aquecido, ainda que contaminado pela especulação. Mas os “olhos gordos” do Estado mantinham o freio do desenvolvimento ainda maior do que poderia ter transcorrido em tais condições. Esse é o elemento que ele quer demonstrar, como caminhava a economia: o papel de cada agente ganhando, produzindo e especulando, mas o Estado sempre ganancioso de arrecadar além do limite que ditaria o bom senso interessado no desenvolvimento da economia nacional.

Faoro relembra a figura dos comissários e sua importância como agente econômico e social do Segundo Reinado. Semelhantemente ao que fez em ***Os Donos do Poder***, destaca o relacionamento pessoal entre fazendeiro e comissário. O segundo não era percebido como vilão pelo primeiro, e nem o era, mas a amizade, o cuidado com os negócios, e até com os filhos marcavam a relação entre ambos. Sobre o comércio de escravos, o papel dos comissários era apenas de auxiliar no pagamento das contas, servindo de agente do fazendeiro.

“Além de comercializar a safra dos fazendeiros e lhes fornecer os artigos de consumo, pagavam-lhes as contas, saldando as prestações hipotecárias das dívidas oriundas dos fornecimentos de escravos. Em regra, os comissários não mercavam com escravos, mas os pagavam, fornecendo os meios e ampliando os prazos.”¹²⁸

¹²⁸ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 207.

Contudo, até este momento da obra Faoro fez a descrição amparado em outros autores e ainda não recorreu às personagens de Machado de Assis para caracterizar quem eram e como eram os comissários. Sobre os fazendeiros, Faoro recorre à história da família de Brás Cubas, desde o seu fundador, Damião Cubas, para mostrar como um sujeito que acumulasse riqueza para a aquisição de escravos poderia ascender economicamente e tornar-se um rico produtor. “*O tanoeiro Damião Cubas tinha os recursos necessários à obra agrícola, que se multiplicou e prosperou, para a glória do futuro bacharel*”¹²⁹.

Mantendo o foco nas análises da esfera econômica, o autor explica que o comércio de escravos concentrava muito da riqueza circulante. Com o fim desta atividade, precedendo o fim do regime escravista, a riqueza circulante foi redistribuída para outros setores. Com isso, ele procura desmistificar que isto significasse o fim da economia nacional. Era o contrário, foi apenas um momento de fim de ciclo, onde a redistribuição da circulação monetária significava a ascensão de novos agentes econômicos e sociais. Deste modo, surgiram as fazendas autárquicas, tese bastante desenvolvida em ***Os Donos do Poder***. A fazenda ganhou novo papel econômico e a concentração de riqueza passou a girar em torno do comércio da produção e do assalariamento da mão-de-obra. Os comerciantes de produtos começaram a se destacar socialmente, e os fazendeiros reforçaram sua importância econômica e política. Neste novo cenário, os comissários continuaram às vistas da economia, mas a modernização proporcionou maior presença do fazendeiro na cidade e seu intermediador perdeu importância. “*A cadeia exportador-comissário-fazendeiro era vez ou outra subvertida, com o abandono do comissário, no contato direto entre o exportador e o fazendeiro, sobretudo depois da crise desses intermediários, no fim do século*”¹³⁰. Além de tudo isso, os assalariados eram novos agentes de consumo e participação econômica, apesar de pobres e miseráveis, tornaram-se consumidores e aqueceram a movimentação econômica.

Faoro procura descrever a relação entre cidade e campo não como relação de dependência, mas de complementaridade. A riqueza estava na fazenda. Fosse com os escravos, ou com a fazenda autárquica, a riqueza se materializava na fazenda. Por outro

¹²⁹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 210.

¹³⁰ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 216.

lado, o comércio, que era o veio por onde a riqueza transitava, passava pela cidade, bem como o sistema bancário, e, deste modo, uma não sobreviveria sem a outra.

Esta relação complementar ficava expressa pelo trânsito dos sujeitos entre as duas marcações. Fazendeiros que enviavam seus filhos para a cidade, comerciantes e comissários que tinham que se fazer presentes na cidade, novos ricos que iam para a fazenda construir verdadeiros impérios da lavoura. Estas eram algumas das situações que promoviam este trânsito. Nestas descrições, Faoro cita os personagens de Machado de Assis, que eram tais agentes sociais. Ele mostra os personagens que foram para as cidades, como Damião Cubas, e aqueles que fizeram o percurso inverso, como o próprio Brás Cubas, personagens óbvias de **Memórias Póstumas**. Em **Dom Casmurro**, Faoro cita Escobar como comissário, Agostinho dos Santos como banqueiro, ambos os personagens representando o universo social e econômico próprio de cada um.

Mantendo este foco nas análises do universo econômico, Faoro também retrata como eram as fazendas, seus rendimentos mensais, sazonais, e seu valor de mercado. Ele chega a citar fazendas pequenas sendo vendidas a “oitocentos contos”¹³¹, outras que proporcionavam “um conto” de renda mensal e até a valorização de 155%¹³² que sofreu o escravo enquanto mercadoria quando do final do tráfico e apenas comercialização interna.

A ruptura com o regime escravista foi um tema de muito interesse para Faoro. Ele retoma o assunto ao destacar o Barão de Santa Pia, personagem de **Memorial de Aires**. A passagem deste personagem pelo período de transição que ocorreu no Segundo Reinado, a decadência de sua fazenda com o novo regime econômico, o processo de assalariamento, a morte do personagem e a fuga da filha para o “estrangeiro”¹³³, são retomados por Faoro para mostrar como a fase foi marcada pela mudança e pelas incertezas.

Faoro analisa os valores e conteúdos das classes. Contudo, podemos perceber que tanto em **Os Donos do Poder** quanto **A Pirâmide e o Trapézio** o foco das análises é sempre as classes dominantes. Ele analisa dirigentes, estamento, políticos, fazendeiros e comerciantes. Os escravos, artesãos e demais dominados são vistos a partir dos reflexos das ações da elite, ou seja, sua análise é construída a partir de uma sociedade

¹³¹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 222.

¹³² FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 223.

¹³³ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 225.

vista e articulada pela sua elite. Em outras palavras, Faoro demonstra que não considera significativa a possibilidade de uma mudança a partir da base da pirâmide social.

Neste aspecto, a aproximação entre as duas obras que discutimos fica mais evidente. Em ***Os Donos do Poder***, o tratamento das instituições mantém-se no escopo da alta cúpula política. Os movimentos sociais, o sindicalismo, as manifestações populares são vistas como ineficazes, ou pior, como ferramenta de articulação e instabilidade nas mãos de uma elite oposicionista num contexto específico. Neste trabalho, Faoro descreve o conceito fundamental de estamento como o estrato na esfera política que representava aqueles que sempre estiveram em torno do poder e as demais classes positivamente privilegiadas. Em ***A Pirâmide e o Trapézio***, a análise sobre o estamento retorna, mas neste caso, o autor destaca o conteúdo deste estrato, principalmente pelo seu caráter de *status* social.

“Note-se: a classe dos capitalistas está próxima do lado exterior do estamento, do seu lado da aparência e não do seu conteúdo íntimo, mas não é o estamento, embora o condicione. O estamento se compõe de um conjunto de convenções, que determinam um modo e um estilo de vida, certas maneiras de educação, com a auréola de prestígio secular, firmado na tradição. Tende para a apropriação de poder político, dele haurindo condições de sobrevivência, independente da base de classe. (...) Leva este consórcio e esta aproximação, entre situação econômica e situação social, entre classe e estamento, a uma conduta quase sempre irracional nos gastos, no endividamento, na despreocupação do cálculo de lucros e perdas. A classe, entretanto, não é uma comunidade, mas uma situação comum, com interesse e posses de igual teor. Voltada para reivindicações unificadas.” (...) “A classe proprietária, dourada com a ética do estamento, dita a conduta e a moralidade da sociedade que Machado de Assis revela. Coube-lhe, pela primeira vez na ficção brasileira, separar e acentuar a classe da nebulosa do prestígio dos homens que orientam a sociedade, mostrando, em linha evolutiva, a emancipação das relações de mercado da contextura das convenções.”¹³⁴

Esta percepção do estamento pelo seu conteúdo social não é exclusiva de ***A Pirâmide e o Trapézio***, mas foi mais desenvolvida ali. Autores como Campante observaram que mesmo em ***Os Donos do Poder***, é possível perceber que o estamento define-se por um estrato não econômico e que se define na esfera política pela participação no Estado, mas que também possui um *modus vivendi*¹³⁵ exclusivo. Ou seja, os traços do estamento estão caracterizados por Faoro nas duas obras, mas apenas os focos de análise é que permitem que as idéias estejam mais desenvolvidas em contextos específicos de cada uma delas. Este é mais um pequeno elemento que se soma a tantos

¹³⁴ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 226-227.

¹³⁵ CAMPANTE, Rubens Goytacá. 2003.

outros apontados anteriormente e que ainda retomaremos para confirmar nossa tese da complementaridade.

Um aspecto interessante que Faoro observa é certa mobilidade social, ainda que com limites, vista no Segundo Reinado. Esta mobilidade não permitia o acesso à elite, mas revelava o trânsito dentro das camadas subjugadas à dominação política. Assim, comerciantes e especuladores de sucesso econômico obtinham títulos de honraria tais como barão, coronel e outros; senhoras honradas convertiam-se em alcoviteiras de adultérios; e, no mais surpreendente dos casos, escravos libertos conquistavam seus próprios bens de mão-de-obra. Estes três exemplos mostram a volatilidade social do período e revelam que com dinheiro conseguia-se honra, subverte-se a moral e inverte-se o papel social. Esta permeabilidade limitada da teia social não ocorreu apenas numa mesma geração, mas ficou ainda mais evidente com o passar das gerações de uma mesma família. Nas palavras de Faoro:

“Há mais: o filho de Damião, Luís Cubas, não trabalha, como o neto Brás Cubas – que, a exemplo do pai, terá vergonha do trabalho. A sociedade do neto de Damião e do pai de Brás Cubas Serpa a sociedade seleta do começo do século XIX.”¹³⁶

Igualmente de modo ilustrativo, e que podemos chamar de lúdico, Faoro aponta, em três obras machadianas, a relação entre poder econômico (renda), influência e o surgimento de um “pseudocapitalismo” burguês. O poder econômico, como apontado anteriormente, estava dissociado da presença no estamento, contudo, não estava totalmente dissociado da participação política. Podemos notar que quem possuía riqueza e conseguia adentrar a esfera política chegava, no máximo, ao segundo círculo do poder. Com esta separação, Faoro justifica a existência da separação entre estamento e classe. A situação de classe advinha da posse de riqueza, o fato de não se converter riqueza em presença no estamento mostra a separação de ambos. Já a riqueza modesta, de um tipo de classe média liberal, os bacharéis, mostra como os sujeitos poderiam estar alheios ao Estado, e ser capazes de viver sem ele e sem a sua interferência. Em outras palavras, analisamos que o Estado estava presente para aqueles que o queriam, e jamais se fazia sentir para os que não o desejavam, pois por condições econômicas gozavam de tal oportunidade. Além disso, um sujeito poderia até enriquecer e manter-se alheio à esfera política, onde novos ricos, herdeiros como Rubião, viviam do comércio, distanciavam-se da riqueza da terra que tanto marcava aquela sociedade, e garantiam sua emancipação

¹³⁶ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 229.

política e econômica, longe do trabalho. É assim que Cubas simboliza o rico que não adentrava ao estamento, o ministério; Bentinho não experimentou a vida política e viveu modestamente como advogado; e Rubião recebeu sua herança e terminou a vida apenas gerindo com cuidado o que foi surpreendentemente adquirido.

Ao longo da obra ***Os Donos do Poder***, Faoro trata daquilo que ele chama de debilidade da burguesia nacional. Para ele, a nossa burguesia não era adaptada para o pleno desenvolvimento do capitalismo. Daí a dependência criada em relação ao Estado e, conseqüente, a formação de um capitalismo político, base do patrimonialismo aqui presente.

No mesmo sentido, em ***A Pirâmide e o Trapézio*** ele retoma o tema da fragilidade da nossa burguesia. Entretanto, na perspectiva desta obra, aborda os aspectos ligados ao conteúdo valorativo da sociedade. Dentre estes aspectos, observa como o trabalho não é um valor em si para a sociedade do Segundo Reinado. Analisando as obras de Machado de Assis, Faoro afirma que a riqueza dos personagens não era resultado da dedicação ao trabalho, ao contrário, era fruto de heranças, influência política, casamentos e toda sorte de artifícios alheios ao labor. Além do casamento e da herança, outra forma de salto social e ascensão citada era a “sorte grande”, ou seja, a loteria. Faoro também faz menção e destaque a um personagem que conseguiu seu status mediante esse artifício.

Contudo, esta ausência do valor moral do trabalho não significava, para ele, que aqui houvesse uma ética da vadiagem. Ele destaca que dentre os personagens machadianos não existe o vadio. Os personagens estão sempre envolvidos em atividades: da fofoca, da alcovite, da negociação imobiliária, da troca de favores políticos. Tudo isto era objeto de dedicação, mas o empreendedorismo, a laboração, a vocação ética do trabalho era moralmente proibida.

“Herdeiros foram Brás Cubas, Bentinho (*Dom Casmurro*), Félix (*Ressurreição*), Jorge (*A mão e a luva*), ou outro Jorge (*Iaiá Garcia*), Estácio (*Helena*), Rubião (*Quincas Borba*) e muitos outros de menor envergadura. O traço comum dessa legião de filhos e sobrinhos aquinhoados pela morte virá do horror ao trabalho; todos cultivam o bom e elegante ócio. (...). Nenhum compra e vende ou agencia créditos e valores – sua classe situa-se na propriedade, de onde fluem as rendas e frutos. (...). Em Jorge (*A mão e a luva*), também alheio às aflições do trabalho, encontra-se uma nota nova, a censura da vadiagem. Censura em nome da premissa maior inarticulada, mas visível, a virtude burguesa, segundo a qual só o trabalho legitima a existência. (...). A preguiça não merece a aprovação da ética que envolve a sociedade. Mas a vaga ética do tempo não recomenda o trabalho, qualquer trabalho. Em lugar do trabalho, a

ocupação, ligada à coisa pública, reservada ao estamento político, que poderia dar emprego às energias sem retribuição pecuniária, longe da troca do suor por dinheiro. ”¹³⁷

Essa riqueza advinda do ócio tinha proporção. Faoro preocupa-se em citar a biografia de Mauá¹³⁸ para mencionar que uma riqueza de “mil contos” significava ostentação, e que com trezentos contos, numa renda mensal aproximada de vinte contos, já se tinha um bom padrão social. Ou seja, Faoro não utiliza apenas as personagens para entender a realidade e cita fatos e eventos que as comprovem. Ele analisa o Brasil, como era a vida dos sujeitos do Segundo Reinado, inclusive com detalhes sobre suas posses e padrões de rendimento.

Já dos personagens de Machado de Assis, Faoro cita D. Glória (*Dom Casmurro*) e Rubião (*Quincas Borba*), que transformam as heranças recebidas (em dinheiro ou em propriedades territoriais) em imóveis e escravos para o aluguel ou comércio, de forma a gerarem rentabilidade mensal, além de apólices de empréstimo público, como formas de investimento para aquisição de mais bens. Faoro consegue detalhes da obra machadiana a ponto de citar que D. Glória conseguia setenta e cinco mil reis ao mês com o aluguel dos imóveis.

De um modo geral, ao tratar das formas com que as pessoas e os personagens machadianos, que têm o mesmo peso na sua análise, lidavam com seus bens, Faoro argumenta o quanto era difícil para alguém deixar o mercado imobiliário para investir no comércio. A vocação, o cuidado e os riscos do comércio seriam uma forma de trabalho voltado à acumulação do capital. Com esta interpretação, Faoro tenta argumentar que tudo isto são demonstrações da fragilidade de nosso capitalismo. À medida que os agentes sociais não se interessavam pelo comércio, nem sequer tinham a vocação ao trabalho, a sociedade perdia um pouco da capacidade de acumulação da riqueza ao modelo capitalista moderno. É com este nexo causal que Faoro demonstra como o capitalismo brasileiro é frágil, neste caso, interpretado no Segundo Reinado.

“Esta classe proprietária não enriquece com o trabalho, mil-réis a mil-réis, salvo os raros exemplos de um tanoeiro, como Damião Cubas, ou do albardeiro Mateus (*O alienista*). A fortuna já vem pronta de uma geração a outra, de pai a filho, de sogro a genro, de tio a sobrinho, de avô a neto. Herda-se sem testamento e com testamento, o testamento, que modifica o destino de tantas personagens.”¹³⁹

¹³⁷ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 231-232.

¹³⁸ MAUÁ. Visconde. Autobiografia. 1943 (citado por Faoro).

¹³⁹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 242.

Além da herança, outra forma de enriquecimento já comentada como característica da “sociedade” machadiana, ou seja, da sociedade brasileira do Segundo Reinado que Faoro destaca dos personagens de Machado de Assis é o casamento. Coerente com o elemento anterior, numa forma de pré-capitalismo moderno de acumulação, o casamento também era a oportunidade de conseguir riqueza sem o “infortúnio” do trabalho. É interessante observar também o modo como Faoro descreve a ação dos personagens de Machado de Assis em relação à herança e ao casamento, que parecem mais o comportamento de um especulador capitalista. Isto se assemelha, novamente, a mais uma crítica de como o capitalismo brasileiro se revela nas suas debilidades.

“O casamento é um negócio, como negócio é a herança, mas negócios que tocam em coisas sagradas, o amor e a morte. Não consegue o ficcionista libertar o homem de um círculo mais alto, onde não penetra o dinheiro, senão por meio da usurpação e do contrabando de sentimentos maus. Há, no fundo do cinismo, uma censura moral, de conteúdo romântico, que se alimenta de raízes religiosas.” (...) “Há, é certo, dentro da composição burguesa, a sobrevivência de um estilo senhorial, a que repugna o contato do trabalho rotineiro, valorizando-se em ocupações mais altas, sobretudo na política. Tal classe, só ela a ‘alta sociedade’, dita os padrões ao século, dela se compõem as personagens principais da obra de Machado de Assis: Félix, Estácio, Jorge, Brás Cubas, Rubião, Aires. A outra classe, a classe que especula e trafica, não tem o domínio do primeiro plano, age e se desenvolve na sombra, quase clandestinamente. Pertencem a ela Escobar, Cotrim, Palha. Somente no fim do Império e começo da República ela conquistará a boca do palco, nobilitando-se com o título de barão: será a vez do Santos, do Agostinho Santos, o barão de Santos. (...). A classe proprietária, com seu pudor de fazer negócios e de enriquecer com o trabalho ou a astúcia, está próxima da política e, por essa via, da influência no destino do Estado, vinculando-se, no estilo de vida, sem se confundir, com a comunidade, às vezes amorfa, dos que orientam, governam e mandam, o estamento político e burocrático, que será o eixo no qual se travará a centralização do Segundo Reinado.”¹⁴⁰

Faoro finda o assunto lembrando as características das classes de elite brasileiras: estamento político formado pela burguesia e membros da burocracia oficial, além da classe proprietária da terra.

¹⁴⁰ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 247-248.

AS CLASSES SOCIAIS BRASILEIRAS

A elite nacional

Faoro ampara-se na autobiografia de Mauá para tentar descrever uma burguesia autônoma em relação ao Estado. Ele tenta demonstrar como houve, no Brasil, o surgimento de uma classe autônoma que seria a expressão de um capitalismo que ele entende como genuíno. Contudo, como toda a esfera econômica era dependente do Estado, tal autonomia era fantasiosa, pois para o sucesso na empreitada econômica era fundamental o apoio estatal.

Certo de seu papel dinâmico na sociedade, criando atividades novas e aprimorando as existentes, esse estrato ganha relevo e autonomia, sem que se esconda atrás do biombo, dourado de tradição e respeitabilidade, da classe proprietária. É hostil, como conjunto, ao ócio dos homens de renda e ao prestígio do estamento político, que maneja o poder do alto e de cima, sem consultar-lhe as preferências nem lhe pedir orientação e conselho. Atente-se: a classe lucrativa tem conduta adversa ao estilo de vida da camada dirigente, não obstante a explore, e viva, em grande parte, de seus favores, numa espécie de capitalismo político, dependente e subordinado ao Estado. ”¹⁴¹

Já retomando as descrições de Machado de Assis, Faoro observa a percepção que se tinha da falta de moral e vícios da classe comerciante. Ele entende que nos personagens machadianos ainda havia a influência de uma visão limitada dos comerciantes, como aqueles que usurpavam a riqueza, que não tinham *status*, nem talento para os dotes sociais, isto é, eram ricos, mas não eram bem vindos. Para ele, na trama machadiana, o capitalista é mostrado como interesseiro, pois, em suas palavras, o pragmatismo capitalista é interpretado como mau-caráter, ou seja, os novos valores da aquisição, do enriquecimento, da frieza dos lucros não combinavam com a eloquência, os gestos, as festas, as honras da classe aquisitiva, classe proprietária, estamento político e, mais tarde, tampouco combinaria com a elegância do militarismo. Na argumentação de Faoro, o comerciante operava em terreno árido e, para obter sucesso, necessitaria da *esperteza*, pois não era o resultado objetivo das suas ações de capitalista que lhe sucederiam, mas a astúcia especulativa que permitiria a especulação. Daí, os personagens de Machado de Assis refletirem o “mau gosto” e o “gozo inferior”.

“Astuto e grotesco, pintado de modo a provocar o riso, o escárnio, sinal claro que está fora da boa sociedade. Mas o grosso traço de ridículo não diz tudo. O homem é o que é pelo seu faro, pelo amor ao ouro, e, sobretudo, pela total ausência das qualidades superiores, que distinguem

¹⁴¹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 250.

a classe proprietária e o estrato das influências políticas e sociais, que detêm as admirações gerais. Era um ‘homem sem moral’. Agravado e defeito com a habilidade de ser ‘insinuante, afável, conversado’, com certa viveza e graça. Associava à falta de escrúpulos a vida dissimulada das rodas de rapazes e senhoras, tudo ao serviço do lucro e do gozo inferior. ”¹⁴²

Segundo Faoro, a ascensão da burguesia coincidiu com o declínio do Segundo Reinado. Ele nota que na cronologia das narrativas machadianas, bem como na cronologia das publicações, este processo pode ser percebido. Segundo ele, à medida que avança a cronologia do tempo, e mesmo a cronologia das narrativas, os personagens burgueses ficam mais presentes e mais participativos.

Ao encerrar o assunto da vida econômica da classe lucrativa do Segundo Reinado, Faoro afirma que o processo de enriquecimento na transição do império para a república foi marcado também pela mudança de foco na esfera política com uma maior participação da esfera particular.

“A atividade econômica de compra e venda, da manipulação do crédito, dos fornecimentos às repartições do Estado, o lançamento de empresas, tudo se reduz à especulação, modalidade do jogo. Ganhar dinheiro importa em fazê-lo perder a outros (*E J*) – sobre esse axioma constrói Machado de Assis seu império econômico, império econômico da classe aquisitiva ou lucrativa.”¹⁴³

Do ponto de vista metodológico, é interessante notar como Faoro utiliza os personagens machadianos como representação da sociedade. Em alguns momentos ele passa longos trechos extraíndo passagens que servem como elemento para a sua argumentação. Desta forma, utiliza a metáfora que a obra de Machado de Assis é “como um aquário que contém as principais espécies de peixe do oceano da sociedade brasileira”, onde Faoro porta-se como se estivesse olhando para esse aquário, observando as cores, o comportamento, a alimentação e os movimentos. O cenário é representativo, mas serve para evidenciar tudo, ou quase tudo, daquilo que ele pretende dizer sobre o Brasil do Segundo Reinado.

Faoro observa que uma das principais diferenças entre o estamento e as classes está na mobilidade social. Enquanto o estamento era caracterizado pela sua conservação, até mesmo com a manutenção dos mesmos sujeitos por longos períodos, as classes estavam em constante alteração. Contudo, ele deixa claro que o que ocorreu não foi uma mudança nas suas características enquanto classe, mas nos seus membros

¹⁴² FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 257.

¹⁴³ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 268.

e no aproveitamento que estes faziam das oportunidades econômicas. Para iluminar os leitores, podemos dizer que as classes não mudaram, o que ocorreu foi um trânsito maior de sujeitos, principalmente, em comparação com o estamento político. Ao longo do Segundo Reinado houve vários ciclos econômicos, do escravismo ao trabalho assalariado, do comércio de escravos como fonte de riqueza e acumulação à fazenda autárquica, da acumulação dos comissários ao domínio das casas bancárias, isto é, com a transição de cada ciclo, os agentes econômicos assumiram maior ou menor importância, e alguns deles até deixaram de existir.

Contudo, a estrutura de classes foi mantida, pois sempre houve uma classe lucrativa, responsável pelo comércio exportador e que acumulava riqueza com este, e uma classe proprietária, responsável pela produção agrária e que daí tirava seu status, sua riqueza e seus títulos honoríficos. Já o estamento político foi uma constante ao longo de todos esses processos. O Estado pouco mudou e seus agentes permaneceram estáveis, social e politicamente, portanto, não podemos confundir o trânsito que ocorreu no interior das classes com mudanças sociais significativas. Ao contrário, a própria característica da sociedade brasileira de assimilar tais mudanças sem modificar sua estrutura principal serve para Faoro confirmar sua tese sobre a persistência das instituições sociais, argumento desenvolvido à exaustão em ***Os Donos do Poder***.

Como estratégia de desenvolvimento deste argumento, Faoro, explicitamente, constrói suas análises a partir do micro universo dos sujeitos como forma de revelar os macros movimentos sociais. Ainda neste aspecto, ele utiliza os personagens machadianos como recorte metodológico, confiante na tese que estas eram representativas do Brasil do Segundo Reinado. É importante observar esta complexidade metodológica que Faoro constrói. Primeiramente, ele acredita que no Brasil do Segundo Reinado houve alterações nos agentes sociais, sem que houvesse mudança na estrutura das classes sociais, ao mesmo tempo em que o estamento político se manteve conservado. Para retratar tais movimentos das classes sociais ele credita a Machado de Assis a oportunidade de ter representado com grande fidelidade as características e formas de se portar dos sujeitos sociais. Mais do que isto, ele entende que através dos sujeitos seja capaz de demonstrar os movimentos sociais ocorridos.

Outro assunto abordado por Faoro é o modo como as relações sociais eram fatores determinantes na obtenção de concessões do Estado. Fugindo um pouco das citações de Machado de Assis, Faoro demonstra, através de autores como Mauá, o modo

como as concessões das ferrovias eram tratadas como assuntos pessoais nos gabinetes. Da obra machadiana, cita alguns dos contos e crônicas (por exemplo, *Crônicas de Lélío*) onde foram retratadas as alianças entre políticos e investidores industriais, ou mesmo comerciantes em “novos ares”, que discutiam os assuntos de Estado como se fossem questões domésticas de favores e amizades.

O relacionamento entre classes e Estado submetia-se às mesmas regras da estagnação do estamento e dinâmica das classes. Os sujeitos políticos eram os mesmos, mas as classes estavam em constante circulação de pessoas. Entretanto, Faoro discute também como se formou o segundo círculo do poder político, ou seja, dos deputados e outros titulares. Ele entende que a classe lucrativa não era conservadora o suficiente para prover o Estado com novos agentes. As constantes mudanças e mesmo a dedicação dos sujeitos para as atividades lucrativas tornavam esta tendência pouco expressiva. Contudo, a classe proprietária guardava um pouco de conservação e manutenção dos seus postos. Sendo assim, foi dela que surgiram relacionamentos pessoais estreitos com quem detinha influência política o suficiente para tornar possível o ingresso no Estado.

“As relações entre Estado e classes sociais situavam-se de modo ambivalente. A classe proprietária era a mais próxima do governo e da camada dirigente, pelo estilo de vida, fornecendo-lhe os titulares e parlamentares. Não se estabelecia a suspeição de suborno e de corrupção – era natural, lógico e conseqüente o parentesco. Servia-lhe de fachada, com a aparência de velha e obsoleta estrutura feudal, dado o vínculo entre a propriedade rural e a política. O setor dinâmico da economia, movimentado pelo Estado, estava em outro lugar, na íntima, subterrânea e clandestina ligação com a classe lucrativa, comerciantes, comissários, banqueiros, concessionários, exportadores e importadores.”¹⁴⁴

Num recorte cronológico, Faoro recupera personagens de Machado de Assis que servem para caracterizar cada ciclo econômico do Segundo Reinado. A cada fase, novos agentes capitalistas ficaram em evidência e, segundo ele, a obra machadiana oferece um personagem que denota tal tipo. “*A febre das ações (1855), as falências bancárias (1864) e o encilhamento (1888) são momentos culminantes de uma economia quase colonial, dirigida de fora, intermediada pelo Estado. Cada um deles projeta um tipo de especulador: o Santos em 1855, o Procópio Dias e o Palha em 1864 e o Nóbrega em 1888*”¹⁴⁵.

Com este mesmo perfil, a extinção do tráfico de escravos (1854) foi determinante para a mudança na interação dos agentes sociais e econômicos. A riqueza que antes se

¹⁴⁴ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 275.

concentrava na posse de mão-de-obra, agora se deslocava, surgindo o trabalho assalariado e tornando bem produzido o foco de negociações e enriquecimento. Vale dizer que Faoro é bastante específico quanto a negociações e enriquecimento, ou seja, especulação. É este processo que ele retoma a denominação de “febre das ações”, no qual a bolsa de café torna-se o local de verdadeira jogatina e enriquecimento rápido. Novamente, notamos Faoro preocupado em demonstrar a perda da oportunidade para o desenvolvimento de uma burguesia capitalista empreendedora e frustrado diante dos aventureiros e especuladores de uma economia irracional.

Ao mesmo tempo, observamos que Faoro trata do fim do tráfico e do próprio escravismo apenas na perspectiva dos agentes econômicos das classes positivamente privilegiadas. Os negros como novos agentes econômicos, ou sequer como agentes dos movimentos sociais, não são mencionados. Ou seja, mais uma vez, as tratativas analíticas de **A Pirâmide e o Trapézio** assemelham-se às de **Os Donos do Poder**, onde o autor constrói uma análise elitista sobre o próprio elitismo brasileiro. Não foram apenas as elites que direcionaram a sociedade, no entanto, o recorte do autor fica atento a este mesmo estrato social. Além disso, a própria escolha de Machado de Assis reforça essa tese. Afinal, na obra machadiana os personagens centrais sempre são da classe média e alguns de parte da elite política. Não existem personagens centrais que sejam escravos em Machado. Há, no máximo, passagens que ilustram a condição de miséria e os paradoxos de uma sociedade escravista. O que podemos compreender é que não só na construção da análise do Brasil, como na escolha do seu objeto de interpretação sobre o Brasil, Faoro sempre fez suas escolhas a partir das classes positivamente privilegiadas.

Distanciando-se um pouco das citações das obras de Machado de Assis, Faoro faz uma longa descrição sobre os movimentos econômicos do Segundo Reinado. Na verdade ele detalha os movimentos citados acima. Contudo, o que nos chama a atenção é o recurso a diversos autores, como novamente Mauá, Taunay, Nabuco e outros. Este detalhamento amparado noutros autores é mais um fato que evidencia qual o verdadeiro objeto de Raymundo Faoro em **A Pirâmide e o Trapézio**: a sociedade brasileira do Segundo Reinado. Novamente, quando a obra machadiana não é suficiente para a construção das suas análises, ele a deixa de lado e vai analisar diretamente o Brasil à luz de outros autores.

¹⁴⁵ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 276.

“Era ainda, na palavra de Mauá, o mesmo país, ‘essencialmente oficial’, onde tudo gira, move-se, quieta-se, vive, ou morre, do bafejo governamental’. Por meio das finanças orienta-se a economia; a manipulação governamental transformaria o país, dando-lhe prosperidade, nas safras abundantes e nas indústrias novas, com progresso acelerado, imediato.”¹⁴⁶

Ainda no contexto que demonstra sua inquietação sobre as debilidades da economia brasileira, encontramos passagens em que Faoro evidencia também que sua noção de modernidade passa pelo desenvolvimento industrial autônomo em relação ao Estado. Esta tese, que foi longamente detalhada em *Os Donos do Poder*, aparece novamente nas análises de *A Pirâmide e o Trapézio*.

“A indústria, sim, eis o legítimo escopo de um grande povo moderno e que tem de aproveitar todas as lições da experiência e da civilização; a indústria, democrática nos seus intuítos; célere nos resultados, a fazer a felicidade de operários, e valorizar e tresdobrar os capitais plutocratas, sempre em avanço e a progredir, tipo da verdadeira energia americana e a desbancar, com os seus inúmeros maquinismos, que dispensariam quase de todo o auxílio braçal, tudo quanto pudesse haver de melhor e mais aperfeiçoado nos mercados estrangeiros.”¹⁴⁷

Faoro conclui este assunto, o desenvolvimento econômico, e retoma a tese de *Os Donos do Poder* sobre o papel central do Estado na direção da sociedade. Ele recorta trechos de diversos autores e inferi análises ao próprio Machado de Assis, e repete o argumento que o fim do escravismo não significou a modernização, tampouco o surgimento de um liberalismo econômico. Assim, retoma a tese do liberalismo econômico separado do liberalismo político. Seu argumento final é que o Estado se manteve como diretor dos processos:

“A direção política – guiada por imperativos de grandeza do país, de enriquecimento ou de, em outros tempos, de estrutura militar – determina a economia, imprimindo-lhe o caráter de flor de estufa. (...) A aliança é velha entre comércio e monarquia absoluta, inimiga dos particularismos herdados do evanescente modelo feudal. Este constitui o real paradoxo da sociedade e da economia, em quatro séculos de história. O espectro da irracionalidade, que atormenta esse capitalismo político, não tem outra origem ou outra morada. Capitalismo preocupado em criar, de cima para baixo, estradas de ferro, indústrias, perdido em prematuros sonhos imperialistas.”¹⁴⁸

¹⁴⁶ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 285. Neste trecho há a citação de BARBOSA, Rui. *Finanças e política. Rio de Janeiro, Cia. Imprensa, 1892.*

¹⁴⁷ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 290. Neste trecho há a citação de MALHEIROS, Heitor. *O encilhamento. Rio de Janeiro, Domingos de Magalhães Editor, 1894.*

¹⁴⁸ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 293-294. Neste trecho há a citação de WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft. Köln, Berlin, 1964. págs 670 e 1016.*

Classe média e miséria social no Brasil do Segundo Reinado

Faoro separa a classe negativamente privilegiada em dois segmentos, classe média e algo que ele não é preciso, mas que se pode chamar de classe baixa, embora utilize adjetivos mais fortes como “miseráveis”. De todo modo, a característica destas é a ausência de riqueza e de influência política. Enquanto nas classes positivamente privilegiadas a separação ocorre de acordo com a participação nos círculos do poder político, nesta classe a separação é meramente econômica. Quanto pior a situação sócio-econômica do sujeito, mais determinante sua condição de “remediado” ou de miserável. Ao mesmo tempo em que não havia influência política para essa classe, Faoro lhe atribui o papel de coadjuvante na história nacional. Não participavam, não opinavam e eram sempre os setores que arcavam com os custos das mudanças sociais e políticas.

Ao tratar da classe média, Faoro encontra muito material na obra de Machado de Assis. São sempre diversas passagens que ele pode utilizar para ilustrar seu comportamento, suas rotinas, contextos, etc.

“O casal José Lemos, Justiniano Vilela e o Dr. Valença, nos seus trajes e na sua elegância, dão a nota da pretensiosa classe média do tempo. Casa arrumada, vacuidade intelectual, gravidade artificial de maneiras, estão aí para caracterizar toda uma espécie. A gravidade do corpo – (...) – servirá de adorno a uma reputação sem alcance. Mais tarde, na *Teoria do Medalhão*, terá ela outro e maior destino, requisito primeiro para a nomeada pública, acima dos limites quadrados da sociedade do Dr. Valença, rumo ao parlamento e ao ministério.”¹⁴⁹

Essa é a tônica dada à classe média. Trata-se de um segmento que usava das aparições sociais como forma de se projetar politicamente, onde o objetivo era sempre alcançar algum tipo de vantagem, ou mesmo, um emprego público que garantisse mais recursos e pequenos privilégios, e chegava a empenhar os recursos que não tinha para conseguir as aparições. Faoro faz diversas citações de Machado de Assis que explicitam tais características. Também no campo do casamento, esta procurava obter arranjos, ou ainda, através de amigos ou de carreira militar. Entretanto, nunca através do capitalismo ou da ascensão burguesa, e esse é um aspecto que Faoro explora bastante. Ele retrata a classe média com certo desdém, e revela a sua falta de conteúdo, de valores burgueses, de vocação ética ao trabalho. Podemos até exagerar dizendo que ele retrata a classe média como “invejosa” da classe proprietária, aquela que através da

¹⁴⁹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 298.

riqueza e do ócio buscava alguns lugares de acesso ao emprego público, onde não se trabalhava, mas se obtinham lucros e privilégios.

Esta é uma característica que Faoro explora bastante. Através de várias citações ele mostra como a classe média era “imitadora” da elite e até do estamento. Ela se utilizava dos discursos, das roupas, do comportamento educado, da cordialidade artificial, tudo voltado para demonstrar uma posição social que não existia, mas cujo fracasso não era reconhecido.

“A cena retrata reuniões que se sucedem constantemente. Por motivo de casamento, aniversário. Batizado, sem nenhum motivo, o funcionário aposentado, o militar reformado, o pequeno comerciante promove festas e jantares. A nota expressiva dos encontros cabe às pessoas, nos seus trajes e na sua solenidade, e às idéias, extravasadas em torno do oratório, a pretexto de brindes. As pessoas e as idéias formam a classe média, com suas esperanças ingênuas e sua cultura de terceira mão, enfeitada de mau gosto.” ¹⁵⁰

Em toda a descrição de Faoro, a nota de inconformismo da classe média fica evidente. A atmosfera descrita é de um glamour aparente, frágil de conteúdo, de pessoas elegantes, mas vazias. Com uma educação e sofisticação que ficavam apenas na superficialidade, as conversas eram também vazias, sem sentido, pois não incluíam fatos, no máximo *factóides*. Faoro denota-os como agentes sociais frustrados, invejosos e superficiais. Na verdade, o que entendemos é que Faoro esperava encontrar, no Brasil, uma classe média burguesa pequena, empreendedora, com vocação para o comércio e para o capitalismo. Esta seria uma classe média burguesa que promoveria o movimento de um capitalismo autônomo ao Estado. Mas, o que ele encontra é uma classe média que desejava aquilo que ele considera o pior da sociedade brasileira do Segundo Reinado: o ócio e a ostentação. Podemos brincar com a expressão que a frustração da classe média é o que mais frustra ao próprio Raymundo Faoro.

Um aspecto interessante a se observar é como neste trabalho de Faoro há alternância entre descrições objetivas das instituições e outras análises com um estilo mais próximo da narrativa literária, às vezes, até com comentários sarcásticos sobre a vida da sociedade brasileira do Segundo Reinado, o que faz através dos personagens de Machado de Assis. Enquanto em ***Os Donos do Poder*** há descrições áridas, em ***A Pirâmide e o Trapézio***, as descrições contêm mais adjetivos, mais citações e mais “prosa”. É curioso como Faoro tenta apreender, através de Machado de Assis, como eram as pessoas, suas roupas, aparências, gostos, comidas, humor etc. Parece-nos que

tudo era importante para conhecer o Segundo Reinado. Faoro faz citações sobre a metodologia dos tipos ideais o suficiente para entender os “exageros” machadianos, as características da sociedade, pois o faz ao longo de todas as suas obras. Ainda assim, é a relação complementar entre ***Os Donos do Poder e A Pirâmide e o Trapézio*** permite a interpretação de que ele não somente deseja evidenciar as regularidades dos fatos sociais, mas também considera oportuno destacar algumas das singularidades sociais que são apropriadas para demonstrar como se articulava aquele contexto social.

“Por amor ao esquema, com o propósito de surpreender o olho do ficcionista, estão aí três feições da classe média. Justiniano Vilela ou o Dr. Valença expressam a gravidade calculada, Palha será o exemplar do ambicioso aprisionado e inconformado no seu meio, Aguiar, sem artificialismo e sem frases, encontrou a serena felicidade no convívio da esposa e dos amigos, alheio à escalada e ao solene mistério do corpo que empina o busto, denunciando a tolice emproada. (...). O contorno comum unirá a todos: o Império, entre proprietários e especuladores, entre titulares e deputados, a classe média será um purgatório, condenada ao ostracismo das grandezas. Faltar-lhe-á o papel de equilíbrio, que o proletariado futuro despertará. Ela não está entre o assalariado e o rico. Sua posição será, apenas, a da classe abaixo das outras; debaixo dela está o nada, o escravo.”¹⁵¹

Faoro atribui a Machado de Assis uma perspectiva da classe média “vista do alto”¹⁵² e que tampouco permite uma análise com abordagem marxista¹⁵³ acerca das classes dominadas, que seja social e politicamente relevante. Através da obra machadiana, não é possível encontrar, no Brasil, uma pequena burguesia. Ora, o que indagamos é se esta questão sequer era importante para o próprio Machado de Assis. Na verdade, a preocupação com classes politicamente relevantes é de Faoro, e não de seu interlocutor. Esta passagem apenas nos chama a atenção para revelar as preocupações de Faoro, mas do ponto de vista da abordagem marxista, revela pouca profundidade e perspectiva teórica.

Faoro observa também na classe média, a presença do Estado como força organizadora da sociedade nas suas pequenas tarefas. Ele cita uma passagem de *Esaú e Jacó*, onde um proprietário de confeitaria está num dilema sobre como vai ficar o nome de seu estabelecimento, visto que se chamava *Confeitaria do Império*. O interessante é que o tal confeitoiro e proprietário vai até um vizinho e político local para discutir como ficaria a denominação do comércio após o 15 de novembro de 1889. Faoro, até certo ponto, parece se divertir com a possibilidade de citar uma passagem em que um pequeno

¹⁵⁰ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 302.

¹⁵¹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 306-307.

¹⁵² FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 308.

comerciante demonstra toda a dependência do Estado, precisando de um representante até para mudar o nome do estabelecimento diante de uma significativa mudança política. De fato, para seus argumentos acerca do papel centralizador do Estado, esta verdadeira anedota ganha um status até mais importante que aquilo que o próprio Machado de Assis pretendia refletir da realidade.

Outro aspecto interessante é o modo como Faoro trata a classe média, chamando-a de atmosfera do poder local. Era através dela que as discussões locais aconteciam sem ecoar ou incomodar o poder central. Ao contrário, a sua própria existência permitia que a dualidade, local e central, fosse suficiente para manter os ânimos tranquilos e os interesses respeitados. O pequeno universo dos eventos, associado à existência de representantes locais do poder político, criavam um meio de subsistência de temas e debates que eram suficientes para ocupar os membros da comunidade. Enquanto isto, os temas realmente significativos para o cenário nacional, estavam hermeticamente acondicionados no estamento e sob os olhares atentos e perspicazes do poder moderador.

Em vários momentos, Faoro aborda os movimentos da macroeconomia nacional do período. Estas abordagens são feitas através das citações de autores como Mauá, e servem para comprovar, com elementos da realidade, aquilo que ele não pôde fazer através da ficção. Ou ainda, os dados econômicos da época do Segundo Reinado são a forma de legitimar suas análises sobre o Brasil. Num desses momentos, ele cita os reflexos da tarifas alfandegárias no incentivo à indústria, nascente naquele período. Essa indústria nascente não foi gerada por movimento espontâneo, mas mediante os incentivos do Estado, seguidos da participação das classes positivamente privilegiadas. Não exatamente membros da classe positivamente privilegiada nacional, mas sim, internacional, os estrangeiros, imigrantes ricos que aqui vieram realizar lucros dos seus investimentos foram um agente importante neste processo. Assim, o foco das taxas e percentuais adotados para importações e exportações levava em consideração o interesse desses grupos e não o interesse da pequena e média indústria emergente. Esta indústria nacional que nasceu e se organizou foi reflexo dos movimentos do comércio internacional, através das tarifas internas de importação e exportação, e, conseqüentemente, da balança comercial.

¹⁵³ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 308.

Das personagens de Machado de Assis, Faoro retrata que havia dois tipos de sentimentos, o primeiro, de descrédito para com estes novos investimentos, o segundo, de oportunismo para com aquilo que era incentivado pelo Estado.

“A teia de interesses, pensamento e ideologia, que atravessa o Segundo Reinado e a República, no período abrangido pela ficção de Machado de Assis, está presente na sua obra. O escritor não a ignorou, posto não incensasse o mito industrial, seduzido ou encantado pelas douradas perspectivas de progresso. Três momentos retratam o sentimento que está por trás do quadro: o encilhamento (Esaú e Jacó), o entusiasmo industrial de Benedito (R.C.V) e a tentativa industrial de Custódio (P.A.), sequioso este de enriquecer com os capitais alheios.”¹⁵⁴

Ainda sobre a industrialização, na perspectiva da participação da classe média, Faoro observa que ela, através das personagens de Machado de Assis, poderia ser vista como oportunidade de especulação ou como algo que pertencia aos estrangeiros. Para a classe média, para Estado e para grandes investidores estrangeiros, com raras exceções de patriotas, o progresso era percebido com a construção de estradas de ferro. A presença das locomotivas com seus motores a vapor, o recorte das cidades e a aproximação entre lugares antes tão distantes, tudo isso era sinais do progresso. Assim, uma cidade em progresso não era marcada pela indústria, mas apenas pelo fenômeno do transporte. Ou seja, na construção de Machado de Assis, a cidade e o campo ficaram mais próximos com o progresso e as estradas de ferro. Nesta análise de Faoro pela ausência de uma classe média industrial, o que percebemos é que ele marca, com os recortes da obra machadiana, a substituição da classe média industrial pelos grandes movimentos do Estado e dos interesses estrangeiros.

“O círculo se fecha sobre si mesmo: estradas de ferro – progresso – estradas de ferro. Com o transporte, financiado de Londres, o Brasil renasceria, eliminando o atraso, globalmente, sem que, passo a passo, se erguesse a indústria, da oficina à usina. O analista [Machado de Assis] não dissociava indústria e dinheiro, fazendo a primeira resultar do crédito.”¹⁵⁵

Por outro lado, a classe média fazia-se presente através dos profissionais liberais. Em relação a estes, Faoro encontra um leque diversificado de personagens machadianos, e situações da ficção que podem ser retratadas como perfeitamente possíveis na realidade. Esta classe média de profissionais liberais e bacharéis, se ambos não se confundem na apresentação de Machado, era formada num contexto onde a sobrevivência numa camada intermediária era quase impossível. Assim, daqueles que não se contentavam em apenas imitar a elite, ainda existiam os que transitavam nas

¹⁵⁴ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 319.

esferas políticas dos círculos superiores, pois eram formados na educação superior para tanto. Tamanha era esse desejo de ascensão que Faoro menciona o personagem Romualdo de *Outros Contos* que ascende economicamente, porém, empenha todos os seus recursos em favor da participação política e acaba sem o poder e sem a riqueza.

“Ela não resulta do sistema escravocrata, como já se pretendeu afirmar, mas do predomínio comercial, intimamente associado ao Estado patrimonial-burocrático. De modo diferente da classe média da sociedade industrial, murada nos seus limites, a classe média dos bacharéis e funcionários, na sua camada superior, transita livremente nas classes superiores, pelo casamento e pela carreira política. O bacharel, mais símbolo de profissão liberal do que advogado absorve o panorama. Os médicos que circulam na obra de Machado de Assis se equiparam aos advogados com a banca, sem os fumos políticos, inerentes ao bacharel, reflexo de um mundo, cujas portas estão, senão franqueadas, pelo menos entreabertas.”¹⁵⁵

Faoro analisa a vida modesta dos bacharéis de classe média. Além de reforçar a idéia das dificuldades para manter o padrão de vida opulento, acrescenta que o caminho natural para a empregabilidade era o serviço público. Ou seja, ansiosos pelo trânsito com as camadas superiores, o rumo certo era a burocracia de Estado, de pouco trabalho, muita pose, ócio, mas recursos escassos, fato que, segundo ele, foi bastante explorado por Machado de Assis. Uma das portas de entrada, ou de passagem, desta carreira, era a magistratura. Amparado em descrições machadianas do cotidiano e aferindo-lhes a perfeita comparação com a realidade, Faoro explora isso como um fator determinante que reforçava o papel do Estado como grande esperança de direção política, ou de fonte das mais subalternas formas de obtenção de rendimentos.

Faoro separa os personagens que caracterizavam agentes sociais pela sua situação de renda. De um lado, estavam aquelas que ganhavam o suficiente para “comer”, de outro, aquelas que tinham posses suficientes para se manter nos círculos sociais. Em outras palavras, preocupado com o conteúdo da sociedade, o foco de Faoro é observar o acesso dos personagens ao *status* e aos círculos sociais. Percebemos que ele não está preocupado com o acesso ao poder diretamente, mas com o papel social aparente. Essa aparência poderia ser representada até pelas roupas que eram, nas personagens machadianas, o objeto de desejo, como forma de imitação da condição social.

Após a análise da classe média como um segmento das classes negativamente privilegiadas, Faoro ainda aborda aquelas que se pode chamar de “classes baixas”.

¹⁵⁵ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 325.

Chama-se de classe baixa, porque o próprio autor não é muito preciso em sua denominação. Ele se preocupa muito mais com a descrição das suas características e dos diferentes grupos do que em fazer uma análise sociológica com a construção dos conceitos. Dentre as classes baixas estão os trabalhadores assalariados e autônomos, escravos e ex-escravos.

O primeiro aspecto sobre este assunto que Faoro aborda é o dilema que tais sujeitos enfrentavam. Este dilema existia na medida em que necessitavam do trabalho para subsistir, contudo pertencem a uma sociedade em que o trabalho era visto como algo aviltante. Ou seja, havia uma crise moral inerente às classes baixas, pois necessitavam do trabalho numa sociedade que, moralmente, não recomendava a vocação ao trabalho. Mais do que isto, para o autor, os trabalhadores assalariados advinham de países da Europa onde o trabalho não era visto como moralmente degradante. Com esta interpretação, afirma que no Brasil não é possível uma análise ao estilo do Manifesto Comunista de Marx¹⁵⁷, que apreenda a transição dos sujeitos da economia escravista para o assalariamento. Ao contrário, na sua interpretação, como mais um elemento da “colcha de retalhos” brasileira, o escravo ganhou o *status* de homem livre, mas quando deixou a fazenda, os imigrantes europeus assumiram os postos de trabalho em seu lugar.

Uma observação importante da análise de Faoro, ao tratar dos assalariados, é o que ele chama de silêncio de Machado de Assis sobre os operários. Para Faoro, na mesma atitude de desconsiderar a indústria como significativa para nossa sociedade, a obra machadiana também desconsidera os operários como agente social econômica e politicamente significativo. Na análise de Faoro, que tenta corroborar com a apreensão de Machado de Assis, a indústria não era um fenômeno economicamente importante no Segundo Reinado e, neste cenário, não surgiu aqui uma classe operária mobilizada, como ocorrera noutros países.

De um modo geral, Faoro retrata este segmento o mais desfavorecido das classes negativamente privilegiadas, um sobrevivente em situação de total miséria humana. Esta miséria humana caracteriza-se pelo aviltamento do trabalho, falta de participação e significação política, e submissão social como um todo. E sua interpretação, encontra

¹⁵⁶ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 326.

¹⁵⁷ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 351.

fidelidade na obra de Machado de Assis, principalmente com o personagem de D. Plácida (*Memórias Póstumas*).

“A reflexão do romancista, para lembrar o vazio de tal destino, a sua nenhuma participação na sociedade, se tece com alguma ferocidade, cruelmente. ‘Assim, pois, o sacristão da Sé, um dia, ajudando à missa, viu entrar a dama, que devia ser sua colaboradora na vida de D. Plácida. Viu-a outros dias, durante semanas inteiras, gostou, disse-lhe alguma graça, pisou-lhe o pé, ao acender os altares, nos dias de festa. Ela gostou dele, acercaram-se, amaram-se. Dessa conjunção de luxúrias vadias brotou D. Plácida. É de crer que D. Plácida não falasse ainda quando nasceu, mas se falasse podia dizer aos autores de seus dias: - Aqui estou. Para que me chamastes? E o sacristão e a sacristã naturalmente lhe responderiam: - Chamamos-te para queimar os dedos nos tachos, os olhos na costura, comer mal, ou não comer, andar de um lado para outro, na faina, adoecendo e sarando, com o fim de tornar a adoecer e sarar outra vez, triste agora, logo desesperada, amanhã resignada, mas sempre com as mãos no tacho e os olhos na costura, até acabar um dia na lama ou no hospital; foi para isso que te chamamos, num momento de simpatia’. D. Plácida encontra o fim na miséria, que tanto temera, molho de ossos ‘envolto em molambos, estendido sobre um catre velho e nauseabundo’. Amanheceu morta; ‘saiu da vida às escondidas, tal qual entrara’. Para que servira tanto trabalho, tantas amarguras e tantas dores? ‘Mas, adverti logo que, se não fosse D. Plácida, talvez os meus amores com Virgília tivessem sido interrompidos, ou imediatamente quebrados, em plena efervescência; tal foi, portanto, a utilidade da vida de D. Plácida. Utilidade relativa, convenho; mas que diacho há de absoluto nesse mundo?’.”¹⁵⁸

Percebemos como Faoro recorta de Machado de Assis todo o pessimismo com este segmento mais carente da classe negativamente privilegiada. O destaque que ele dá à expressão “**saiu da vida às escondidas, tal qual entrara**”, mostra a sua identificação com tal pessimismo. Ao mesmo tempo em que denota esta situação, Faoro também analisa como a miséria está acompanhada do conformismo. Em suas palavras, a falta de esperanças não “*deixa lugar para o sonho ou para a revolta*”¹⁵⁹. Esta preocupação especial parece-nos mais um fator importante num certo diálogo que percebemos na elaboração de Faoro sobre o Brasil e sua possível leitura do **Manifesto Comunista**. Faoro já citou esta obra em momentos anteriores que percebemos não menos importantes. Mas nesta parte do livro, ainda que sem citação, não há como não lembrarmos da obra marxista quando se discute que a miséria não leva à revolta, nexos que, não só por Marx, mas também por Faoro, foi discutido em profundidade. Dentre os autores que trataram do tema, apenas Marx foi citado até aqui, o que gerou-nos inquietude diante da possibilidade de estabelecer a mesma conexão.

¹⁵⁸ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 354.

¹⁵⁹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 355.

Ao tratar do fim do regime escravista, notamos que Faoro chega a ponto de tentar “inocentar” Machado de Assis da leitura de Marx¹⁶⁰. Ele o vê como um autor solitário que não revelava doutrinas teóricas, mas apenas o conteúdo da sociedade brasileira que era capaz de apreender mediante seus textos literários. Assim, a análise dos aspectos da sociedade brasileira, na interpretação de Faoro, é resultado da perspicácia do literato e não do teórico em busca da experiência empírica que reforçasse suas teses.

Na apreciação de Faoro, através dos recortes de Machado de Assis, o trabalho livre era a condição de miséria, mas, pior ainda, era a condição do ex-escravo. Faoro analisa o que considera uma originalidade de Machado de Assis: a percepção do fim do regime escravo como um ato maior de crueldade. À medida que Machado de Assis vê o trabalho livre assalariado como miserável, analisa também a libertação do escravo como desgraça, e não como benesse. Obviamente, esta admiração de Faoro por Machado de Assis revela como ambos são pessimistas em relação à sociedade brasileira e o papel trágico das classes negativamente privilegiadas.

Analisando o texto de Faoro um pouco mais adiante, acreditamos que suas dos escravos são sempre na ótica dos senhores. A visão é sempre “de cima”, da elite, do estamento, de como aqueles sujeitos eram vítimas de uma estrutura social, e que não tinham a menor possibilidade de ação ou reação. Assim, entendemos que o autor não deixa de revelar a exclusão social e miserável do abolicionismo, mas o faz numa ótica elitista, “visto de cima”. De todo modo, sobre esta percepção de originalidade de Machado de Assis, Faoro demonstra até certo entusiasmo. O negro liberto equiparava-se ao branco, mas apenas no aspecto jurídico. Do ponto de vista social, a miséria ilustrada por D. Plácida não é o oposto da emancipação de um escravo. Ou seja, o negro liberto era tão cativo na esfera econômica, no conteúdo da sociedade, quanto o branco miserável. A miséria envolve, prende e tortura, tal qual o escravismo.

“O enquadramento social do trabalhador livre no contexto da miséria permitiu a Machado de Assis medir o escravo sob ângulo original. Somente ele insistiu na calamidade que a alforria poderia significar para o cativo. O escravo seria livre, mas ficaria sem trabalho e sem pão, entregue à mendicância. O senhor, só ele, lucraria com o ato de generosidade, ao se desfazer de uma boca inútil.”¹⁶¹

A liberdade conferiu a miséria social ao negro. Ao mesmo tempo, individualmente, permitiu ao escravo subir um degrau na escala social, pois deixava de sofrer os castigos

¹⁶⁰ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 361-362.

corporais e ficou apenas com a doença e a fome. Faoro destaca a figura de Prudêncio, escravo de Brás Cubas que apanhava quando criança, mas que liberto, comprou um escravo para si e passou a castigá-lo com o mesmo peso. Esta passagem mostra que Faoro vê a sociedade como um engendramento que o homem não é capaz de fugir ou modificar. O ex-escravo torna-se malvado como seu senhor, porque o papel social de senhor é ser malvado.

Um novo aspecto da abordagem de Faoro, que mais uma vez foge da análise de Machado de Assis enquanto literatura e caminha para a compreensão do Brasil, é a construção que ele faz sobre qual é o objeto da sociologia e seu papel frente à interpretação das classes negativamente privilegiadas. Faoro observa que cabe ao sociólogo a análise das forças sociais, principalmente, das condições de dominação. Ele afirma que, no Brasil, a ordem social e as relações sociais caracterizam-se pelo esmagamento das classes negativamente privilegiadas. Assim, compreendemos que aquilo que Faoro recolhe de Machado de Assis sobre tais classes permite-lhe desenvolver uma análise onde estas classes são vistas sob a ótica da dominação imutável. Tal interpretação permite afirmar que Faoro constrói uma análise mais do que elitista, uma análise conservadora da sociedade.

“O sociólogo tem a função exclusiva, ao contrário de revelar a sociedade, de denunciar a presença de uma trama inacessível à vontade humana e ao protesto. Mostra, sob a aparência de estudioso das instituições sociais, a impotência para reagir diante do monstro inexorável que comanda homens e coisas. As relações sociais, a ordem social, a instituição não são feitas pelo homem; são a ele superiores, esmagando-o, inflexivelmente.”¹⁶²

Com estas análises sobre o papel social dos sujeitos como um imperativo, a sociologia é chamada a revelar a estrutura imutável, esmagadora e ilustrada com o ex-escravo que bate no seu servidor. Lembremos da passagem de ***Os Donos do Poder*** em que ele afirma que a estrutura do Estado molda a face do chefe do governo. Pois bem, em ***A Pirâmide e o Trapézio*** a estrutura social pesa a mão do senhor sobre o escravo. Esta comparação permite-nos manter a afirmação de como estas obras se complementam e de como cada uma delas parte de uma perspectiva diferente de um mesmo conjunto: a sociedade brasileira e sua estrutura política.

Faoro persiste na tese que a sociedade forma o sujeito e o ponto de partida revelador da estrutura coletiva é o modo como se dão as suas relações. Em outras

¹⁶¹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 355.

palavras, ele sustenta o argumento de que a sociedade é fator determinante que suprime a individualidade. Entendemos que Faoro insiste neste argumento porque está preocupado em analisar os fatores que imprimiram na sociedade brasileira do Segundo Reinado um forte traço conservador e excludente, principalmente político, ao mesmo tempo em que as classes negativamente privilegiadas não eram capazes de promover qualquer forma de mudança. Ainda que não esteja explícito no texto, observamos que Faoro busca os fatores da estrutura imutável da sociedade brasileira.

A abordagem deste tema é muito interessante e até inquietante à luz da leitura que hora fazemos. Nossa análise de *Os Donos do Poder* indica que a tese da persistência da estrutura do Estado patrimonial desde o século XIII até o Brasil de 1945 é algo visto como natural e perfeitamente compreensível em nossa estrutura política. []. Contudo, a leitura de *A Pirâmide e o Trapézio* permite percebermos que esta tese da persistência não é um elemento de compreensão simples. Há, em Faoro, certa inquietação com esta observação da tese da persistência, a qual se acredita que com este pano de fundo, Faoro tenta compreender e explicar a sociedade brasileira a partir de uma hipótese da estrutura social como forte e determinante que se coloca acima dos sujeitos. Mais uma vez, percebemos que na obra política temos uma análise apenas da forma da sociedade, mas que a compreensão do seu conteúdo é que vai tornar possível a compreensão total dos fenômenos políticos e sociais. E vemos que esta compreensão é alcançada na obra, aparentemente, literária. O que mais chama a atenção é a forma original como Faoro requer uma análise pretensamente literária para fazer tal exercício sobre a sociedade brasileira. Na obra *A Pirâmide e o Trapézio*, há várias passagens em que personagens com contradições de comportamento frente a novos contextos sociais são ressaltados.

“Os homens se tornam ricos e barões, constroem o palacete e conquistam bancos, mas, na sua maneira de receber, de conviver e de sentir, sobre o laivo do rastaquêira, excessivamente desdenhoso ou excessivamente preocupado com as zumbaias e os rapapés.”¹⁶³

Compreendemos que Faoro analisa tais contradições dos personagens para revelar como a sociedade se impôs “de dentro para fora” nos sujeitos, pois até usa expressões fortes como *determinismo*¹⁶⁴. E faz isto sempre com o mesmo enfoque:

¹⁶² FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 364.

¹⁶³ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 373.

¹⁶⁴ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 376.

demonstrar como a sociedade se impõe ao sujeito. Talvez daí possamos apreender porque ele deu ao sociólogo um papel tão específico de revelar tais aspectos, como contribuição ao conhecimento da sociedade.

Faoro concentra-se numa análise construída de “cima para baixo” no recorte da sociedade brasileira. É assim que atribuímos a ele um tipo de elitismo na construção de uma crítica a uma sociedade brasileira elitista. Um exemplo disto é que ele não reconhece qualquer forma de organização social advinda das classes negativamente privilegiadas. Mesmo na análise de nossas instituições sociais, ele se concentra nas instituições oficiais ou que derivaram de um conteúdo formal, mas nunca cita uma organização de caráter de base da sociedade.

OS MILITARES E SEU PAPEL SOCIAL NA CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Faoro observa e ressalta a importância de Machado de Assis pela forma como este constrói seus personagens calcado em situações econômicas e sociológicas, ao mesmo tempo em que elabora suas narrativas firmado em contextos concretos e não abstratos. Em outras palavras, Faoro reconhece em Machado de Assis a oportunidade de apreender situações concretas que lhe permitem ilustrar os contextos econômicos e sociológicos, aquilo que chamamos de conteúdo da sociedade. Mas, esta oportunidade oferecida por Machado de Assis a Faoro, obviamente, não é ilimitada. Em vários momentos verificamos que Faoro recorre a outros autores que oferecem elementos complementares para sua análise. Principalmente ao tratar do final do século XIX, e das mudanças políticas e sociais que ali ocorreram. Faoro reconhece que um limite da obra de Machado de Assis é a impossibilidade deste explicitar aquilo que ainda estava por vir com as transições que ocorreriam pouco antes do século XX. Ele justifica o próprio Machado de Assis, na medida em que afirma que um autor está circunscrito ao seu contexto e meio social, e que não é possível cobrar dele a apreensão do futuro da sociedade brasileira.

Assim, Faoro recorre a Nabuco, Taunay e Mauá, mais uma vez, para mostrar o realismo das personagens machadianas e elucidar sobre aquilo que elas não permitem. E ao tratar da transição para o século XX, Faoro destaca o pessimismo com que os autores da época vislumbraram o fim do Segundo Reinado no que tange, principalmente, a

política. Segundo Faoro, estes autores observaram o fim de uma visão estadista da política e o início de uma visão pecuniária das oportunidades criadas com a política.

Naquilo que Faoro consegue apreender de Machado de Assis, para estes movimentos de transição, observa certa desilusão do autor com a mudança da estrutura social e política, e o advento da democracia. Ou seja, o fim do Segundo Reinado foi o fim de uma sociedade estável e conservada, que Machado de Assis via com desconfiança no novo dinamismo dos processos eleitorais, e até mesmo no novo dinamismo social e da economia. O que chama a atenção é que Faoro não se revela crítico desta postura conservadora. Assim, permanece a interpretação do modo como os pontos de Machado de Assis que Faoro revela evidenciam o tipo de análise que o próprio analista se interessa mostrar e, destarte o caracteriza: *“Há, no funcionário aposentado, rico e despreocupado, viúvo e sem amores, o esboço de uma consciência trágica: o mundo está vazio de interesse, distante de seus valores, muda às suas paixões, indiferente à sua vontade.”*¹⁶⁵

No que diz respeito a transição da república, Faoro abandonou um pouco a obra machadiana e partiu para uma daquelas suas análises complementares. Ainda assim, sua interpretação é que esta transição significou a ascensão de um novo estamento calcado nos militares. Para o autor, este segmento da sociedade assumiu um papel importantíssimo, semelhante a um caudilho coletivo, encarregado de promover mudanças de ordem estruturais de interesse da própria sociedade, mas sem os processos de ruptura que ela tanto temia. Os militares assumiram o papel da mudança, porque, na leitura de Faoro sobre o Brasil, ninguém além deles era capaz de transmitir a segurança que a sociedade gostava de sentir. E Faoro destaca os militares no todo, como uma verdadeira nova classe política, um novo estamento. Um todo que se fazia presente na marinha, no exército e até na sua forma híbrida e semelhante a um minotauro¹⁶⁶, a Guarda Nacional. Contudo, Faoro destaca o exército como instituição com maior participação política no centro do poder. Aliás, vale comentar que, tal qual a classe média ocupava o poder local e a elite o poder central, o exército ocupava o centro e a guarda nacional a periferia da influência política.

“Os partidos – o Conservador e o Liberal -, depois de se enriquecerem com a elaboração totêmica dos grandes heróis da guerra do Paraguai, passaram a rondar os quartéis, sedentos de atrelar ao seu carro, não apenas o herói, mas os líderes da corporação, que entravam, nas

¹⁶⁵ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 390.

¹⁶⁶ URICOECHEA, Fernando. 1978.

composições políticas, com o eventual peso da espada. Os partidos do Império, impedidos pela sua integração no mecanismo vigente, não levavam ao extremo o expediente. Legaram-no ao Partido Republicano, sobretudo ao rio-grandense, que o utilizou como a arma contra o imperador e a estrutura dominante. Conjugados todos os fatores, os tempos estavam maduros: um novo conceito de disciplina surgiria, vinculado ao cidadão fardado; o Exército constituía um bloco que reagiria, se tocado, em revide uníssono; a força armada se dispunha a intervir nas contendas nacionais, identificada com o supremo interesse do país, como expressão de seu alto papel de defesa da pátria e da auréola carismática conquistada nas batalhas. Contra essa emergente realidade, esclerosava-se o poder civil – o estamento político –, despido da força material e incapaz de se alargar, enriquecendo-se da diferenciada expressão, ideologicamente colorida, da espada.”¹⁶⁷

Faoro entende que este Exército era o mecanismo mais capaz de promover a transição sem rupturas. Diferentemente da Guarda Nacional, pois, segundo ele, esta estava enraizada nos poderes locais e articulada pela divergência dos interesses locais, o que levaria à fatalidade da guerra civil no caso dela dirigir as mudanças. Já o Exército tinha a força e a capacidade de trazer a unidade nacional para fazer aquilo que a sociedade esperava dele. Diante disto, indagamos: e o que a sociedade esperava dele? Promover as mudanças sem interferir, ou pelo menos com o menor impacto possível, em áreas como a vida econômica. Faoro reconhece que é possível apreender que não caberia ao militares interferir nesta área até através dos personagens de Machado de Assis. Ele observa que os personagens militares demonstravam desinteresse pela economia, tal qual sua classe política haveria de demonstrar para tornar-se, diante da elite, aquela capaz de reestruturar a vida política nacional.

Também através de Machado de Assis, Faoro demonstra que na medida em que esta nova classe política fardada emergiu, o mesmo processo de assimilação social via instituições começou a acontecer, como o casamento,

“Pobre do bacharel – simples bacharel ainda com promessa de emprego -, pobre do bacharel Leandrinho (*Esau e Jacó*), que disputa a mão de Eulália sem se aperceber da presença do primeiro-tenente da Marinha Mascarenhas, proclamado por um conselheiro um futuro almirante. A derrota de Leandrinho é esmagadora, humilhante. A conquista da sogra, mulher de um desembargador – o que presumia simpatia ao bacharel – foi fulminante.”¹⁶⁸ (...) “Pobre do Palha – queria enriquecer e se viu violentado por dentro, com a consciência mudada. A bela Sofia, convidando sem oferecer, malogra-se ao oferecer sem correspondência. Teófilo quer ser ministro – não alcança a farda o coupé, mas a política o devora. Quincas Borba quer a filosofia, a loucura o mata. Nenhum deles foi o que é – nenhum conhecia o único apelo autêntico, o apelo honrado do homem sem máscara, o homem nú. O torvelinho cegou as personagens e o senhor das personagens: todos perderam o jogo. O moralista, com suas leis, seus saltos e suas cabriolas, não era mais possível, como verdade e como sonho. O mundo

¹⁶⁷ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 398.

¹⁶⁸ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 410.

pertence às instituições, às estruturas sociais, às classes – o *humour* é apenas o expediente entre dois momentos, o que passou e o que não chegou.”¹⁶⁹

Na citação acima há uma bela síntese de como Faoro imputa a Machado de Assis a interpretação dos personagens a partir de certo determinismo social. O “homem nú” é a metáfora do homem livre da sociedade. Para Faoro, este homem não existe, e o autor claramente se identifica com Machado de Assis por essa perspectiva. Contudo, percebemos também que Faoro confunde esse determinismo social com a imposição das elites. À medida que, para ele, as instituições sociais se impuseram ao sujeito, Faoro entende que as forças dominantes controlaram a sociedade. Sendo assim, não havia espaço, na sua análise, para as classes dominadas. Ao perceber que Machado de Assis também não possui personagens significativamente importantes das classes dominadas, Faoro entende que o literário concordaria com sua interpretação do Brasil.

A RELIGIÃO COMO FONTE DA MORAL E DOS VALORES SOCIAIS DO BRASIL

Semelhante ao que fez com citações de autores como Mauá, Nabuco e Taunay; Faoro inicia a discussão sobre os aspectos religiosos do Brasil do Segundo Reinado mencionando autores como Schopenhauer, Nietzsche, Comte, Santo Agostinho etc. Ausente em Machado de Assis uma abordagem suficiente para tratar da moral religiosa brasileira, Faoro busca complementar e sustentar suas análises com este conjunto de autores. Ele faz uma síntese dos conceitos e argumentos de cada um dos autores sobre a relação entre o homem e seu Deus.

O interesse de Faoro na noção de religiosidade e divindade está circunscrito na preocupação em entender a moral religiosa da sociedade brasileira. Este tema ganha importância para ele na medida em que, pressupondo uma inspiração weberiana, a moral religiosa seja determinante para a formação da ética do trabalho de uma sociedade. O trabalho de Weber sobre o Ethos Protestante¹⁷⁰ demonstra o conteúdo religioso da sociedade norte-americana voltado ao protestantismo ascético que cria condições mais favoráveis ao desenvolvimento de uma economia capitalista. Levando-se em consideração este trabalho, Faoro XXXX. Em ***Os Donos do Poder***, Faoro menciona

¹⁶⁹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 416.

algumas vezes que foi o catolicismo que não permitiu à sociedade brasileira o mesmo conteúdo favorável ao comportamento econômico que aconteceu nos Estados Unidos. Acreditamos que a discussão que vimos em **A Pirâmide e o Trapézio** seja a tentativa de Faoro entender qual é o conteúdo religioso da sociedade brasileira e porque este conteúdo não a torna mais apta ao capitalismo.

“Exatamente nesse momento histórico, depois do meado do século XIX, com o atraso de cem anos sobre a Europa, sentem a ficção e as personagens de Machado de Assis a decomposição da fé. Na hora da despedida, procura revivendo o drama jansenista, reconstruir o mundo dilacerado, no grande mergulho na natureza. Schopenhauer serve a Pascal, num jogo anacrônico de referências, em que as sugestões racionalizam a visão do mundo. Não admira que, em lugar de Deus unido ao povo, à comunidade soldada pelo amor, encontre átomos perdidos e hostis, que refletem a imagem do Diabo. A mulher e a mãe natureza personificam o mal, o mal que é a substância da terra, das suas armadilhas e da sua glória. A rota da divindade se alheou do povo, da comunidade, da igreja, numa viagem inversa ao mais religioso dos escritores do século XIX, Dostoiévski. Deus, dominado no seu mistério, depois de imergir no mundo, se dessacraliza, convertendo-se, na ação do homem, em fragmentos que a velha teologia estigmatizava de pecado. A comunidade desaparece da consciência do homem, queimada pelas grandes crises do Renascimento, até que dela, individualizada, não reste senão a sombra do *homo economicus*. As esferas morais e religiosas não mais existem como demônios específicos e autônomos, na marcha batida para o mundo amoral e a-religiosos.”¹⁷¹

Ainda que Faoro elabore uma análise sobre o conteúdo religioso da nossa sociedade e mencione a sua relação com o *homo economicus*, sua abordagem ganha em originalidade à medida que não o faz em contraposição às teses weberianas do protestantismo. Diferente de autores como Jesse Souza que elabora suas análises sobre o conteúdo religioso brasileiro a partir de uma noção de aventureiros¹⁷² ou de país do atraso¹⁷³, Faoro apenas tenta apreender como é a moral desta sociedade, sem comparativos explícitos. Obviamente, características como a não existência do trabalho como imperativo ético são elementos comparativos, mas a construção não é feita pela negativa. Faoro, diferente de outros, não cita o Brasil na negativa do capitalismo, mas sim, com as suas descrições. Nestas, aqueles elementos que foram analisados na esfera econômica repetem-se e a falta de empenho na atividade empreendedora, o amor ao emprego público, a ostentação e o ócio são os resultados. Tudo advindo de uma moral católica que não ensina o trabalho, não valoriza o empreendimento, renega o juro e ensina que o pecado pode ser perdoado, mediante as doações e confissões. Esta é a

¹⁷⁰ WEBER, Max. 1996.

¹⁷¹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 433-434.

¹⁷² SOUZA, Jesse. 1999.

¹⁷³ SOUZA, Jesse. 2000.

moral que ele descreve em sentido positivo, positivo como característica do Brasil e não negativo como ausência das características de outros países.

Após longas citações de outros autores, Faoro retoma novamente a obra de Machado de Assis para “garimpar” citações referentes a sua noção de Deus e de religiosidade. De um modo geral, o que Faoro tenta retratar é uma exposição muitas vezes sarcástica e até pessimista da religiosidade, tal como a aventura irresponsável do sacristão e da beata que geraram Dona Plácida, símbolo da miséria das classes negativamente privilegiadas. Este é o tom da mensagem, atrás dos altares estão casos escusos, omissões, jogadas políticas e de interesse. Quando não este pessimismo, Deus é retratado como concessor de favores e negociante da salvação. Não é um Deus austero, mas um Deus benevolente, em troca de presentes. Os resultados na vida do homem são fruto da sua fé e das concessões de Deus. Com esta interpretação, Faoro parece apreender de Machado de Assis a percepção que a sociedade brasileira do século XIX confundia seu destino com a determinação de Deus.

Ao mesmo tempo, Faoro faz análises da moral religiosa do homem brasileiro do século XIX, a partir da noção de pecado. Ele concentra suas considerações na noção de pecado como algo inerente ao homem, da mesma forma que representa seu gozo dos prazeres mundanos. Prazeres que depois serão redimidos com os pedidos de perdão, para que a salvação nunca seja colocada em xeque. Desta forma, Faoro explica que existem duas formas do sujeito se redimir dos pecados e da falha de conduta: o remorso e o perdão. O remorso é a autopunição pela consciência e o perdão é a compensação para com Deus pela falta cometida. Segundo Faoro, há uma derivação do remorso, o arrependimento. Neste caso, o sujeito é compelido internamente, na sua consciência, ao reconhecimento do erro.

“O pecado só existe como pecado dentro da religião. Quando se seculariza, na consciência social dos dois últimos séculos, ele se torna infração moral ou caso de polícia, desaparecendo seu autêntico conteúdo. Só peca o filho de Adão, o homem cuja natureza o leva ao pecado, o pecador por essência. O homem antigo não pode deixar de pecar, por efeito do pecado original, inscrito na sua alma, e que o desvia do bem. O pecador inclina a em face de ele, só se resgatando na transfiguração do arrependimento. O condicionamento mundano e terreno, quando o céu das estrelas indiferentes vence o céu da divindade, ensina os homens a dissociar o pecado do pecador, convertido aquele em infração ou crime, reparados pela moral e pelo direito.”¹⁷⁴

¹⁷⁴ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 446.

Faoro segue detalhando o comportamento pecaminoso do século XIX através dos personagens de Machado de Assis. Ele trata do pecado do adultério e do desejo corrupto do casamento por conveniência. Nas análises anteriores, Faoro abordou o casamento como elemento que revela uma estrutura social, aqui ele trata novamente do casamento, mas como elemento que revela um conteúdo moral da sociedade. Assim, nesta análise que fazemos, já não é mais tema de dúvidas se a obra ***A Pirâmide e o Trapézio*** aborda o conteúdo da sociedade brasileira ou não. Para nós, este é um fato já bastante caracterizado. O que queremos entender é o quanto desta sociedade é revelado ou está nas inquietações de Faoro. E se retomarmos a hipótese que o autor constrói tipos ideais¹⁷⁵ que caracterizam a sociedade, podemos dizer que nesta obra os tipos aprofundam diferentes aspectos da sociedade brasileira. O comportamento político revela como os sujeitos desenvolvem interesses mútuos na articulação por poder e na conquista de riqueza. O comportamento moral revela como os sujeitos justificam as atitudes tomadas. Assim sendo, temos ações sociais com relação a fins e, portanto, exteriores aos sujeitos, e temos ações sociais com relação aos valores e, portanto, interiores aos sujeitos¹⁷⁶.

Faoro dedica-se a fazer algumas críticas ao catolicismo, utilizando os personagens de Machado de Assis para afirmar que os cultos e rituais da igreja não se destinavam à alma, mas tinham papel social e eram demonstrações de vontades, respeito e toda sorte de desejos à sociedade. Os ritos católicos nada mais eram que espetáculos públicos. É assim que eventos como as pompas fúnebres serviam para, antes de tudo, revelar a condição da família e do sujeito. Faoro cita:

“Na missa encomendada por Rubião há, além de respeito aos sentimentos sociais da população católica, a exibição de glória, da pequena glória do relevo público. Por isso muitas pessoas compareceram à igreja – ‘e não da ralé’, adverte o narrador. A sociedade de classes, definidas pelo dinheiro, interfere no ato religioso, transformando-o em espetáculo a pretexto da religião.”¹⁷⁷

Nesta interpretação que o catolicismo nada mais era que um espetáculo público, Faoro afirma que o clero tornara-se uma figura anacrônica e deslocada, na medida em que tentava fixar uma cultura do puritanismo numa sociedade que já conheceu o pecado e corrompeu-se. Fosse no ambiente cultural, fosse na esfera da política, os clérigos

¹⁷⁵ SANTOS JÚNIOR, Jair. 2003-2004.

¹⁷⁶ WEBER, Max. 1999.

¹⁷⁷ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 463.

assumiram participações em alguns momentos até historicamente importantes. Segundo ele, mesmo através das personagens de Machado de Assis, percebe-se o papel político reacionário, conservador e até inquisitorial do clero. Essa participação fora decisiva na sociedade do Segundo Reinado. Culturalmente, essa participação ganhou aspectos até de uma verdadeira sátira, que fora escrita pela história. Faoro diz: *“Afora os missionários, menos padres que políticos e combatentes, guerreiros com a espada transfigurada, sentinela do tirano. Seu poder é temporal, para os gozos da terra e o mundo do mundo, com o auxílio da fogueira inquisitorial.”*¹⁷⁸

Na sociedade brasileira, imbuída pela participação do clero na vida cultural da “ralé”, conflitos epistemológicos entre ciência e religião ganharam a expressão **“muito estudo tira o juízo”**¹⁷⁹, ou seja, ao invés do debate europeu do criacionismo *versus* evolucionismo, Faoro revela, via Machado de Assis, a simplicidade, e até mesmo a superficialidade, com que ciência e religião opuseram-se naquela sociedade de conteúdo frágil. Distante do debate europeu do século XIX, onde temas como progresso e razão eram discutidos, no Brasil a questão estava na simples desmedida contra a investigação e curiosidade científica e, muito mais superficial, estudiosa. Em poucas palavras, Faoro sintetiza aquilo que era temido: *“A ciência, ao minar as bases do conhecimento tradicional, só reconhece a razão e, com base na razão, o progresso indefinido, contra os obstáculos religiosos – obstáculos que são obstáculos quando aliciam a tradição na resistência à luz científica”*¹⁸⁰.

Na mesma medida, Faoro observa como aqui se configurou a separação entre Estado e religião. Diferente da noção de Estado laico que foi característica dos Estados modernos, aqui o tema era a afiliação do clero. Havia agentes conspiradores e agentes fisiológicos da estrutura governamental. Assim, na sociedade brasileira, não houve o debate para que a religião ficasse de fora, mas sim a cooptação para que o clero ficasse ao lado do estamento e da elite, auxiliando-os na reprodução da estrutura de poder. Mais do que isto, auxiliando-os para que aquela estrutura social imutável ganhasse ainda mais força. O clero participava do Estado de tal forma que Faoro usa o tipo ideal weberiano¹⁸¹ do carisma para demonstrar como se dava sua participação na sociedade. Os sacerdotes são descritos como pregadores da moral, e esta ganha também nova roupagem, pois

¹⁷⁸ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 475.

¹⁷⁹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 476.

¹⁸⁰ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 478.

¹⁸¹ WEBER, Max. 1999.

aqui o tema era a moral mundana, usando como referência o conflito do homem contra os próprios ensinamentos e não o dilema surgido na Europa do homem contra os ensinamentos divinos. Neste sentido, os sacerdotes adotavam uma visão mística da realidade. A postura carismática do clero na sociedade brasileira assumiu duas visões de mundo: os dilemas mundanos e o dogmatismo místico. Com esta interpretação, Faoro conclui que estas posturas estão longe de promover o *religare*, como foi debatido e aculturado na Europa, aqui a religião era meramente um tema ideológico. Ideológico quase como uma questão de Estado, mas certamente como uma questão das elites e do estamento. Faoro acredita que Machado de Assis tenha esta percepção, ainda que indireta, e atribui a ele certo desprezo pela existência de uma elite clerical. Ele enfatiza que Machado de Assis revela o clero com o mesmo comportamento parasita e viciado no ócio que foi tema de discussões em ***Os Donos do Poder***.

Faoro deixa claro que para ele os personagens de Machado de Assis permitem a compreensão de que o papel social do clero era zelar pela moralidade da sociedade. Assim, podemos afirmar que nisto está a importância do tema da moral católica em sua obra. Além disto, a moral católica também importância na sua construção da análise sobre o conteúdo da sociedade brasileira. À medida que os personagens de Machado de Assis revelam as características da sociedade brasileira do Segundo Reinado e estando presente nelas uma moralidade que foi traçada pelo clero, este tema ganha sentido e significado na sua abordagem.

“Moralidade que é, em regra, o padrão social da família, pelo qual zelam [os clérigos], mas sem admitir que a sociedade se feche, abertos à ascensão social, eles próprios, muitas vezes, fruto da escalada de baixo para cima. Talvez aí esteja a raiz de sua consciência do renascimento, contra uma ordem social rígida, que se enrijecera em castas, se o tempero desses recém-elevados à casa patriarcal não abrandasse os exclusivismos.”¹⁸²

Faoro mostra que ao bom estilo brasileiro, o que levava o homem ao clero não era a vocação, ou o chamado divino, mas a incompetência ou desilusão mundana. Ele demonstra muita satisfação em apreender isto de Machado de Assis. Assim, a vida religiosa era meramente uma opção de carreira e jamais a busca da salvação das almas. A carreira, que tinha começo na sacristia, passava pelo seminário, mas almejava a elite da casta: o bispado. Desta sorte, dilemas como o celibato era enfrentado como novos hábitos e costumes, nunca devotamento. O recrutamento acontecia no seio da classe média, elemento que Faoro extrai não só de Machado de Assis, mas também com

citações a Gilberto Freyre e Jorge Amado. Desta forma, ele demonstra como a carreira clerical era uma oportunidade de ascensão social, política e econômica para os filhos da classe média. Dentre as funções sociais dos clérigos estava o papel moralizador e disciplinador da sociedade. Sendo assim, Faoro conclui que não eram “advogados dos pobres”, contudo apenas representantes da caridade, da misericórdia, ou seja, clientelismo e favores travestidos de benevolência.

“Sempre haveria, no limiar das profissões nobres, um lugar para o cultivado nas letras sagradas, mesmo que o lugar fosse de sacristão ou copista. O aristocrata não tem mais nada a esperar da batina. O burguês tem outras perspectivas, sobretudo na beca do bacharel, e, mais tarde, na espada do militar. O pobre com proteção tem, todavia, alguma coisa a pedir à roupa negra. O padre será ainda necessário ao estamento e às classes superiores, como guardião dos costumes e disciplinador da ordem social.”¹⁸³

Todavia, não só do catolicismo oficial vivia a cultura brasileira do Segundo Reinado. Faoro destaca outras manifestações, com menções particulares ao espiritismo. Ele encontra entre os personagens machadianos aqueles que professavam esta fé ou doutrina na linguagem dos seus adeptos. Esta atitude chama nossa atenção porque Faoro analisa o catolicismo sem compará-lo com o protestantismo, que é uma recorrência bastante conhecida entre os autores, inclusive Faoro, que conhecem e trabalham com as teorias weberianas. Entretanto, o que ele faz é comparar o catolicismo com aquelas outras manifestações religiosas que ele encontrou no Brasil. É neste sentido que o espiritismo aparece e ganha algum destaque nas suas análises. Em outras palavras, Faoro não compara a cultura religiosa brasileira com outro objeto, mas compara elementos internos da nossa cultura entre si. Esta atitude intelectual demonstra a profundidade com que ele desejou entender nossa sociedade. E esta profundidade demonstra a correção de nossa tese de que o objeto real com o qual Faoro trabalha não é a obra de Machado de Assis, mas a sociedade brasileira. Assim, há mais um elemento que corrobora com a hipótese de que Machado de Assis é apenas um recurso metodológico, um meio de análise para Faoro, mas seu objeto em si, seu fim, é a sociedade brasileira.

Nos agentes do Brasil do Segundo Reinado, Faoro observa certo paradoxo religioso. Os eventos sociais, como as missas, batizados e ritos fúnebres citados, eram católicos, entretanto, a fé professada por alguns era o espiritismo. O que ele tenta

¹⁸² FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 495.

¹⁸³ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 504.

demonstrar é que havia um conteúdo religioso inerente a própria sociedade, e não imposto pelo Estado ou pelo estamento, que era tacitamente aceito e que incorporava elementos à nossa cultura. É assim que ele justifica os personagens machadianos que freqüentavam a igreja, mas professavam o espiritismo. Não havia um contra-senso ou falta de caráter, havia uma separação entre evento social e cultural.

Faoro chega a colocar *Brás Cubas* como a sátira de Machado de Assis para com a sociedade e a religião oficial. Afinal, aquele personagem só era possível como manifestação espírita e, para Faoro, a aceitação da obra revela a aceitação do espiritismo. Em outras palavras, é como se Faoro transformasse a obra machadiana numa sátira para com a sociedade: as memórias de Cubas nada mais são que um tratado de psicografia, fenômeno característico como base do espiritismo.

“Evocação que pode ser de si próprio, como a de *Brás Cubas*, que escreve suas memórias além do túmulo, contando a própria morte. O expediente só foi possível porque todos entenderiam o pressuposto da ação, a encoberta sátira numa sociedade que, se não acreditava, sabia da possibilidade do espiritismo.”¹⁸⁴

Assim, esta forma de *religare* seria a substituição do catolicismo que se desvirtuou no caminho e ganhou ares de oficialidade e capitalismo politicamente orientado. O mesmo espiritismo que teve sua ascensão na Europa do século XIX chegou ao Brasil, contaminou seu conteúdo e serviu para fazer aquilo que a igreja não fez: acalentar e explicar a ligação do homem com seu Deus.

¹⁸⁴ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 514.

CAPÍTULO III – A VIAGEM REDONDA VISTA POR UM ESPELHO E ILUMINADA POR UMA LÂMPADA

DILEMAS SOBRE A INFLUÊNCIA WEBERIANA NA OBRA DE RAYMUNDO FAORO

Apresentamos, neste capítulo, alguns argumentos à luz da leitura de alguns dos comentadores de Faoro quando permitiremo-nos sua comparação com as nossas interpretações. O leitor perceberá que, nestes momentos, os textos dos comentadores de Faoro estarão mais presentes que os do próprio autor. Deste modo, aquele que vier a conhecer o nosso trabalho terá acesso não só a nossa leitura do autor, mas também à leitura daqueles que foram seus comentadores mais significativos, segundo pudemos identificar até o momento desta nossa produção textual.

Os Donos do Poder é uma obra intensamente discutida e debatida na sociologia brasileira. Entre seus vários aspectos, um que se destaca para os estudiosos é o exercício de aplicação das categorias weberianas que ela representa¹⁸⁵. É o próprio Faoro que aponta esta perspectiva em uma entrevista concedida:

“E fiquei deslumbrado quanto eu vi aquilo! Pareceu que eu estava descobrindo um mundo novo. De modo que ninguém me indicou o Weber não. Eu tomei conhecimento por esse acaso. E pela leitura que eu fiz nesse tempo que me parecia dar a chave para muitas coisas do Brasil. Talvez nenhum autor tivesse me sugerido tanto como o Weber.”¹⁸⁶

Luiz Werneck Vianna¹⁸⁷, por exemplo, contextualiza esta obra de Faoro num universo de autores – assim como Simon Schwartzman¹⁸⁸ - que abordam a questão do atraso brasileiro a partir da presença de um patrimonialismo ibérico, resultado do tipo de colonização aqui presente e da composição do capitalismo sob direção estatal. Contudo,

¹⁸⁵ Para que o leitor possa iniciar seus estudos sobre o assunto, faremos a citação de um conjunto de autores que além das suas contribuições, apresentaram balanços sobre outros estudiosos sobre a mesma questão: SANTOS JÚNIOR, Jair dos. “As categorias weberianas na ótica de Raymundo Faoro: uma leitura de *Os Donos do Poder*”. In: Revista Trapézio. N° 5/6/7. 2003-2004. BARRETO, Kátia M. M. “Um projeto civilizador: revisitando Faoro”. Lua Nova, n° 36, 1995. CAMPANTE, Rubens Goytacá. “O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira”. In. DADOS, vol. 46, n. 1, 2003. IGLÉSIAS, Francisco. “Revisão de Raymundo Faoro”. Cadernos do Departamento de Ciência Política, n° 3, março/1976. SCHWARTZMAN, Simon. “Atualidade de Raymundo Faoro”. In. DADOS. Vol. 46, n. 2. 2003. SOUZA, Jessé. A modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: EDUNB, 2000. WERNECK VIANNA, Luiz. “Weber e a Interpretação do Brasil”. Novos Estudos CEBRAP. N. 53. 1999.

¹⁸⁶ SANTOS JÚNIOR, J. 2009.

¹⁸⁷ WERNECK VIANNA, Luiz. 1999.

¹⁸⁸ SCHWARTZMAN, Simon. 1982.

Werneck Vianna sugere que a principal contribuição de Faoro é proporcionar um tipo de revisão da tese weberiana da vinculação entre a emergência do capitalismo e a ética calvinista. Acreditamos que, neste aspecto, talvez este autor tenha exagerado um pouco. Entendemos que Faoro não aborda – ao menos em **Os Donos do Poder** – especificamente um revisionismo da tese weberiana do ethos capitalista. Ao contrário, pode-se até interpretar que ele reafirma esta tese, pois, afirma em vários momentos da obra que um dos fatores para a preservação do estamento é a cultura católica que incentiva o ócio e a busca de privilégios em detrimento da vocação ao trabalho.

O que Faoro afirma, na verdade é que o modelo de Estado feudal, presente na Europa ocidental, afastou a burguesia da sua articulação política e que isto permitiu que ela buscasse seu sucesso econômico desvinculado da política, o que determinou o desenvolvimento de certo tipo de autonomia. Esta autonomia seria fator determinante para o que ele denomina o liberalismo econômico. Assim, em nossa interpretação, entendemos que Faoro realmente trata do Brasil a partir das categorias weberianas e tem como principal elemento de análise o patrimonialismo que se origina em Portugal. Entretanto, não partilhamos a análise de que Faoro proporia uma revisão da tese de Weber sobre o ethos capitalista.

Também discordamos que para Faoro exista uma análise do atraso brasileiro. Esta tese que foi bastante desenvolvida não só por Werneck Vianna, mas também por Jesse Souza¹⁸⁹. Segundo estes e outros autores, Faoro entenderia o Brasil em atraso se comparado ao modelo capitalista e protestante dos Estados Unidos. Assim, para eles, a categoria patrimonialismo explica o atraso como antítese do liberalismo de cunho protestante norte-americano. Esta tese, em nosso entendimento, equivocada, atribui a Faoro a perspectiva que o modelo de sociedade norte-americana representa a sociedade moderna, liberal e avançada, enquanto o Brasil representa o patrimonialismo atrasado. Souza entendeu que para Faoro nossa elite representa a debilidade e a incompetência. Souza não entendeu que para Faoro o problema não está na elite, mas no grupo controlador do Estado. O elitismo é, para Faoro, em nosso entendimento, consequência do modelo de sociedade e da forma de dominação. A debilidade está na sociedade que não propicia valores do trabalho e do privatismo capitalista. Faoro não faz juízo de valor sobre o Estado brasileiro, ao contrário, enaltece a sua sofisticação para a manutenção de

¹⁸⁹ SOUZA, Jesse. 1999. Campante (CAMPANTE, Rubens Goytacá. 2003.) também entende que Jesse Souza vê em Faoro uma sociologia do atraso brasileiro.

cinco séculos de dominação em nosso território e mais três séculos da sua origem lusitana.

Por outro lado, Werneck Vianna observa que na perspectiva de Faoro, inspirada no patrimonialismo, destaca-se o papel centralizador do Estado. Um exemplo do comentarista refere-se a Era Vargas. Ela significaria a restauração do patrimonialismo à medida que o Estado retoma para si todo o controle legal e político, e traz em seu interior toda a arena de oportunidades econômicas, revigorando o capitalismo político. Werneck Vianna reconhece que a crítica de Faoro a este centralismo propõe – pelo modelo inverso – um tipo de liberalismo econômico, ausente aqui pela debilidade da sociedade e pelos vícios nas prebendas e privilégios¹⁹⁰.

Em outros textos, o próprio Faoro chegou a se lançar em debates com Sérgio Buarque de Holanda para discutir qual seria a forma mais adequada de inserir as categorias weberianas para compreender o Brasil. Segundo ele:

“Na verdade, Sérgio Buarque não quis dizer que a ordem político-social era ‘patrimonialista’ (...), mas exatamente o contrário: que o patrimonialismo seria impossível, como ordem política, impedido pela ambiência patriarcal, incapaz de sair da ordem privada.”¹⁹¹

Faoro entende que uma das teses centrais de Sérgio Buarque de Holanda é a das raízes rurais da sociedade brasileira. Estas raízes teriam como expressão a ordem patriarcal do país. Na leitura de Faoro, Sérgio Buarque considera que:

“O ponto de partida concentra-se na formação da vida social dos domínios rurais – até ao extremo das fazendas autárquicas (o *oikos*) – em cuja direção e comando predominam a família patriarcal – família entendida no sentido amplo que abrange dependentes de sangue, de compadrio e de subordinação econômica.”¹⁹²

A estrutura patriarcal seria uma constante da sociedade brasileira. Uma estrutura fundada na repetição da ordem familiar dentro da esfera pública. O patriarcalismo que teria orientado a origem da sociedade brasileira (rural) teria sobrevivido ao declínio da ordem agrária. Esta seria a causa dos desequilíbrios de nossa sociedade. Não teríamos um Estado de direito, mas uma organização jurídica falaciosa. Nosso Estado seria organizado como uma grande fazenda autárquica (*oikos*). “*O poder deste não se exerce*

¹⁹⁰ WERNECK VIANNA, Luiz. 1999. Pág. 37.

¹⁹¹ FAORO, Raymundo. 1998. Pp. 61. Ainda sobre este debate sugerimos também: MONTEIRO, P. M. A queda do Aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

¹⁹² FAORO, Raymundo. 1998. Pp. 59.

com o auxílio de um quadro administrativo nem se estende além das fronteiras de seu domínio¹⁹³.

“Dentro dessa concepção familista-patriarcal, na procura de um elo entre a instituição social e a instituição política, o historiador observa que ‘não era fácil aos detentores de posições públicas de responsabilidade [...], formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público’¹⁹⁴. Supostamente¹⁹⁵ apoiado numa citação de Max Weber, afirma que o *funcionário patrimonial faz da gestão pública assunto de seu interesse particular*.’¹⁹⁶

O funcionário **patriarcal** não gere a administração visando seu interesse particular, mas, sim, o interesse do senhor patriarcal¹⁹⁷. O funcionário oficial atua como um funcionário doméstico do soberano. Esta característica demonstra o não rompimento do **oikos**. Já o funcionário **patrimonial** gere a administração segundo seus interesses pessoais, como se tivesse o direito ao cargo. O primeiro o faz em favor do senhor e o segundo em interesse próprio. Sérgio Buarque, segundo Faoro, compreende corretamente a gestão do funcionário brasileiro. Para Faoro este funcionário gere os recursos administrativos para si.

Faoro chega a absolver Sérgio Buarque de uma possível incoerência com Weber. “Na verdade, Sérgio Buarque não quis dizer que a ordem político-social era ‘patrimonialista’ (...), mas exatamente o contrário: que o patrimonialismo seria impossível como ordem política, impedido pela ambiência patriarcal, incapaz de sair da ordem privada”¹⁹⁸. O primeiro aspecto que gostaríamos de ressaltar é a preocupação de Faoro em verificar a coerência de Sérgio Buarque com Weber. Mais uma vez ele se mostra mais weberiano do que realmente assume ser. O segundo, é a preocupação em observar que para Sérgio Buarque o Estado era patriarcal e não patrimonial.

Esta seria a grande discordância entre eles. Faoro acredita que exista aqui um Estado patrimonial. Este Estado não se vincula à família, mas a busca de privilégios estatais. Esta é uma das teses que motiva os argumentos de Faoro. O que haveria aqui é um patrimonialismo do tipo estamental que garante aos grupos dirigentes, estamento ou elite, a manutenção de seus privilégios, vale dizer, a condição de classe positivamente privilegiada. Faoro não concorda que o Estado brasileiro seja um prolongamento da

¹⁹³ FAORO, Raymundo. 1998. Pp. 61.

¹⁹⁴ Citação de Faoro atribuída a Sérgio Buarque em Raízes do Brasil.

¹⁹⁵ Observe-se o termo forte utilizado por Faoro.

¹⁹⁶ FAORO, Raymundo. 1998. Pp. 61.

¹⁹⁷ Na nota 5 da página 61 do citado artigo Faoro menciona a edição na língua original do autor alemão: “*wird als eine persönliche des Herrn*”. Texto que Faoro traduz como “*puro assunto pessoal do senhor*”.

estrutura familiar onde o funcionário apenas não sabe distinguir recursos administrativos públicos de recursos privados. Esta atitude seria extremamente benevolente com nosso patronato político. Benevolência que se repetiria com o tipo ideal do *homem cordial*. É um tipo de personagem que tem “boa fé”, mas acaba desvirtuando o papel do Estado. Para Faoro nosso patronato político tem a intenção de persistir no poder e garantir sua situação de classe positivamente privilegiada. Para tanto gere os recursos administrativos segundo interesses particulares. Como advogado, Faoro acaba adotando uma atitude de julgador de nosso patronato e do próprio Sérgio Buarque de Holanda. Ele inocenta Sérgio Buarque apenas por ser benevolente demais com nossas elites dirigentes. E culpa as mesmas elites pela intenção de controlar o Estado a atuar para benefício próprio.

Em estudos anteriores fizemos um exercício de análise da aplicação das categorias weberianas para compreensão do Estado brasileiro a partir do exemplo representado pela obra **Os Donos do Poder**¹⁹⁹. Naquele trabalho, nosso foco foi extrair dos estudos históricos de Faoro quais as categorias teórico-metodológicas permeavam as análises. Então, identificamos que ele opera com quatro categorias de inspiração weberiana: Estado Patriarcal, Estado Feudal, Estado Patrimonial e Estado Liberal.

Entretanto, percebemos que, em **Os Donos do Poder**, o desvendar dos processos históricos vai se revelando na medida em que sempre articula duas categorias analíticas. De certa forma, Faoro faz uma análise comparativa entre os aspectos presentes e ausentes em nosso Estado. Sua tese central é a formação do Estado Patrimonial, mas ele demonstra as demais categorias para justificar – e até legitimar – sua análise sobre a persistência. Para entendimento destes exercícios de Faoro é importante que o leitor compreenda que as categorias analíticas, para ele, são atemporais. Elas servem para demonstrar aspectos da realidade histórica, mas como tipo ideal, não são objetos de análise representativos de um único momento. Metodologicamente, esta concepção deve ser vista de modo restrito a certo weberianismo ortodoxo, que se justifica apenas pela aplicação dos tipos ideais.

Nesta elaboração, o Estado Patriarcal representa um modelo de instituição fechada em si mesma, ausente da sociedade. O senhor do Estado tem um exercício pessoal do poder e prescinde de um quadro administrativo organizado. Por outro lado, aqueles que o cercam possuem autonomia econômica e mantêm-se vinculados a ele

¹⁹⁸ FAORO, Raymundo. 1998. Pp. 61.

¹⁹⁹ SANTOS JÚNIOR, J. 2003-2004.

apenas para manutenção do *status quo*. Faoro retoma outra categoria weberiana, o *oikos*, para explicar sobre a presença de um tipo de propriedade territorial autárquica que proporcionava aos seus senhores a independência do príncipe. A existência desse tipo de propriedade permitiria à sociedade a existência alheia ao Estado e o desenvolvimento de uma cultura privatista.

Num primeiro momento, Faoro recorre a esta categoria para analisar a formação das capitanias hereditárias (e donatárias). Segundo ele, naquele período houve a tentativa de criação de domínios territoriais alheios ao Estado. Entretanto, a coroa portuguesa tratou rapidamente de desarticular aquela tentativa e instaurou a centralização através do Governo Geral. Anacronicamente, nosso autor também recorre a esta categoria para compreender a etapa do desenvolvimento do café e da economia paulista. Segundo ele, neste momento, as fazendas ganharam independência econômica e os proprietários de terra passaram a demandar do Estado apenas o exercício liberal sobre a economia, com o controle macroeconômico das taxas cambiais e tributação sobre comércio internacional.

Já o Estado Feudal significa um modelo de atuação constante do mesmo através de forte presença na sociedade, mas organização desta a partir de relações contratuais. O Estado existe e faz-se presente pelo ordenamento das relações sociais. Ainda não há um ordenamento jurídico complexo, mas o Estado não assume para si o papel de único agente econômico. Ao contrário, celebra com a sociedade parcerias e fomentos para que esta se desenvolva sozinha. O príncipe não é o diretor da sociedade, mas apenas seu inspirador, seu motivador, seu articulador. Aqueles que o cercam têm autonomia para atuar e defender seus interesses. De tal sorte que surge um quadro administrativo organizado, mas não onipotente ou onipresente. No seu desenvolvimento, o Estado Feudal tem como principal característica a manutenção de uma relação distante com a burguesia²⁰⁰. Ele não a impede, mas também não a alicia para seu corpo administrativo.

O modelo seguinte é o Estado liberal, marcado pela participação política dos dominados e pelo incentivo à atividade econômica sem mecanismos intervencionistas. No Estado liberal impera um ordenamento jurídico racional. O liberalismo econômico e o

²⁰⁰ Sobre esta idéia da separação entre Estado patrimonial e feudal, Jesse Souza faz um rápido comentário: “*Em Portugal temos o Estado patrimonial, estamental e centralizador; na Inglaterra. Ao contrário, um Estado [feudal] que repele a centralização burocrática, refletindo mais o jogo dos interesses da sociedade. O primeiro apóia o esforço concentrado necessário às aventuras do capitalismo comercial; o segundo favorece*

político realizam-se à medida que o Estado trata a todos como iguais e promove a estabilidade necessária para a atuação econômica. Os partidos políticos são ferramentas de obtenção do poder, mas operam através de crenças e valores e promovem a participação, ou garantam os direitos iguais, mesmo daqueles que não atuam na esfera política. Através do ordenamento jurídico racional, da participação política e do debate ideológico dos partidos o Estado liberal obtém a crença na legitimidade e a obediência necessários para a sua manutenção.

O último e mais importante modelo teórico que Faoro opera é o Estado patrimonial. Neste, há total dependência dos senhores em relação ao príncipe. Suas propriedades não são autônomas, ao contrário, dependem das ações de direção do Estado centralizador. A burguesia é aliciada como agente para participar da esfera política, obtendo através dela vantagens e privilégios. A relação entre o príncipe e aqueles que o cercam não está organizada de maneira formal ou contratual, mas sim, na proximidade, nos favores e nas trocas de interesses. O quadro administrativo assume a função de estender os domínios do príncipe a todos os lugares e classes, de forma a assumir o papel de onipresente e onipotente. O Estado tudo pode e tudo provê através do seu quadro administrativo. Forma-se então um estrato social que reúne os agentes sociais importantes e que devem ser contidos ou aliciados, detendo em si mesmo o poder de participar na esfera econômica. Este estrato recebe o nome de estamento, mas poderá se converter num tipo de patronato através do elitismo. O elitismo representa uma técnica democrática de desvirtuamento da participação política, esvaziamento dos partidos e obtenção de uma crença na legitimidade. Na medida em que toda a esfera econômica é dependente do Estado, forma-se um tipo de capitalismo politicamente orientado, específico do Estado patrimonial.

Em nossos estudos anteriores²⁰¹, realizamos o exercício de aproximação entre cada uma dessas categorias analíticas e as categorias weberianas. Também observamos o modo como Faoro opera metodologicamente, elaborando suas categorias de modo ideal típico, também se inspirando em Weber. Assim, não são apenas seus tipos ideais que são oriundos de uma inspiração, mas a própria atitude metodológica de elaboração

a livre iniciativa dos interesses sociais que caracteriza o capitalismo industrial.” (SOUZA, Jesse. 1999. pág. 39.)

²⁰¹ SANTOS JÚNIOR, J. 2003-2004.

de categorias atemporais foi criada a partir daquilo que entendemos uma leitura aprofundada da obra de Max Weber²⁰².

Outros autores também realizaram o exercício de identificar a relação que existe entre Faoro e Weber. De um modo geral, o foco dos comentadores é sempre entender como Faoro articula as categorias weberianas para “viabilizar” sua aplicação na sociedade brasileira. Foi a partir desta preocupação que Campante²⁰³ observou como Faoro destaca a ausência da calculabilidade na sociedade brasileira, ou seja, das regras de funcionamento da economia como um elemento fundamental do Estado patrimonial brasileiro. Esta ausência de “regras do jogo” foi devidamente apontada por Weber como um fator de irracionalidade do Estado. Descrevendo o capitalismo, afirma que este não se desenvolve num processo espontâneo, oriundo das mudanças tecnológicas e culturais, mas é imposto, estimulado e tutelado pelo Estado. Tutela esta que ele, obviamente, identifica na expressão de Faoro “capitalismo politicamente orientado. O agente interessado nessa tutela é o estamento, estrato social descrito pelo comentarista como aquele que define as ações do Estado e que submete o restante da sociedade às suas necessidades. Como tal, não se trata de uma classe social, pois, mencionando Weber, afirma que a classe social se define economicamente e o estamento é uma camada “não econômica”, mas sim, política. Desta forma, a direção do Estado, elemento tutelador da sociedade, determina com que o estamento provoque o distanciamento das instituições políticas dos interesses da sociedade como um todo.

Jesse Souza²⁰⁴ também contribui para a compreensão do recurso às categorias weberianas por Faoro. Após destacar a importância da formação do Estado lusitano para Faoro e fazer uma rápida digressão sobre algumas das características do patrimonialismo weberiano, Souza afirma que, em seu intérprete brasileiro, as categorias analíticas ganharam um arquétipo deslocado do tempo histórico. Usando expressões fortes como “camisa-de-força”²⁰⁵, o comentarista faz duras críticas a este postura de Faoro. Souza percebe no texto de Faoro a presença de um modelo de Estado liberal, mas entende que

²⁰² Apenas com referência ao leitor, as principais obras para este assunto são: WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol. 1 e 2. Brasília: UNB, 1999. WEBER, M. Metodologia das Ciências Sociais. Parte I e II. São Paulo/Campinas: Cortez/Ed. UNICAMP, 1992.

²⁰³ CAMPANTE, Rubens Goytacá. 2003. É importante mencionar que este comentarista faz um exaustivo trabalho de síntese das categorias weberianas e em seguida observa como Faoro as utiliza para entender o Brasil. Seu texto deve ser estudado tanto por aqueles que queiram iniciar suas leituras sobre Weber, quando aqueles, como nós, que desejem entender a forma como foram aplicadas no Brasil por Faoro.

²⁰⁴ SOUZA, Jesse. 2000.

²⁰⁵ SOUZA, Jesse. 2000. Pág. 171.

este é visto no contexto histórico do desenvolvimento do capitalismo norte-americano e ganharia, para Faoro, o *status* de uma regra de desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, para o comentarista, o Estado liberal norte-americano se transforma no modelo a ser seguido e que as outras sociedades seriam vistas por Faoro como atrasadas.

Sobre este assunto, nossa interpretação diverge de Souza. Entendemos que o Estado liberal, em Faoro, não é visto como um modelo a ser seguido ou de representação histórica da modernidade. O Estado liberal é demonstrado a partir de situações históricas, mas representa uma categoria analítica²⁰⁶, um tipo ideal faoriano. Elevando a idéia de um liberalismo econômico e político, realizador das atividades particulares, teremos uma categoria que serve à análise de Faoro como ponto de apoio para entender algumas das ausências da sociedade brasileira e ao mesmo tempo a força que promove ações de modernização anacrônicas, como o elitismo do sistema político. Em nosso entendimento, o Estado liberal não está, na construção das análises de Faoro, preso à história e também não é o modelo do que deveria acontecer, mas uma categoria que serve para, através da análise comparativa, aprofundar o conhecimento sobre as instituições brasileiras e nossa sociedade.

Souza também critica duramente a percepção de Faoro sobre o papel social do rei (ou imperador). Segundo ele, Faoro desloca a importância analítica para o estamento e coloca o senhor patrimonial como um funcionário-mor do estamento. Sendo assim, rebaixaria a importância do líder e faria o que o comentarista considera sem sentido, pois tornaria as nossas instituições políticas incompreensíveis. O que Souza não percebe que Faoro não rebaixa o papel o rei (ou imperador), mas destaca que a estabilidade de seu domínio reside nas alianças com nobres e comerciantes.

Ao contrário disso, entendemos que Faoro faz longas descrições sobre o processo de concessões, vitórias e derrotas destes agentes frente a um senhor. Contudo, o rei pode até mudar as pessoas dos seus aliados, mas o processo se mantém. Sempre a cooptação pelos privilégios, a concessão de honrarias e a manutenção do domínio através desta base de força política. A análise de Faoro está focada na manutenção dos processos que podem ser entendidos pelos tipos ideais. É assim que o Estado patrimonial persiste pela manutenção de uma camada responsável por apreender os privilégios e direcionar as ações do Estado. Fosse com D. João, Pedro II ou Vargas, a liderança era inquestionável, mas a existência de um estamento também. Novamente

Souza se prende na questão histórica e se esquece que as categorias analíticas podem estar dissociadas do tempo e do lugar.

Até aqui tratamos sobre os comentadores de Faoro e sobre o debate que ele mesmo se lançou com Sérgio Buarque de Holanda. O tema central destes comentários envolve a relação entre Faoro e Weber, principalmente no que diz respeito ao recurso à categoria analítica patrimonialismo. Podemos perceber que o traço fundamental do patrimonialismo que Faoro apreende para o Brasil denomina-se capitalismo politicamente orientado.

Entretanto, na entrevista que realizamos com o próprio Raymundo Faoro, deparamo-nos com um assunto bastante curioso. Naquela oportunidade, Faoro comentava sobre alguns de seus colegas intelectuais, quando disse:

“O Mondolfo²⁰⁷ esteve em Porto Alegre. Ele morava na Argentina e nos estimulou muito a aprender o alemão. Ele queria que a gente aprendesse o grego, mas um amigo disse “não”. Mas ele traduziu *A Lógica*, *A Grande Lógica*. Eu acho que traduziu *a Pequena* também, e ele disse até porque traduziu. (...).

Mas ali tem muito do Hegel [na obra *Os Donos do Poder*]. Não, eu não quero ser chamado muito de weberiano porque tem muita coisa que você pensa que é Weber e não é. Por exemplo, essa combinação de patrimonialismo e estamento, isso não casa com Weber. Para o Weber o estamento era feudal, era patriarcal, mas não patrimonial.”

Com esta afirmação ficamos curiosos em conhecer mais sobre o autor que levou Faoro a aprender alemão, a conhecer mais sobre Hegel e que ao final fez com que tivesse dúvidas sobre sua própria reivindicação da influência weberiana. Após algum tempo de pesquisa encontramos, de autoria de Rodolfo Mondolfo, a obra *Bolchevismo y Capitalismo de Estado*²⁰⁸. Este título chamou nossa atenção, pois ao longo de toda a sua produção intelectual, Faoro usa os termos “capitalismo político” e “capitalismo de Estado”²⁰⁹.

O trabalho de Mondolfo integra um amplo debate sobre o Estado Soviético o processo de revolução da sociedade com vistas ao socialismo que era engendrada.

²⁰⁶ SANTOS JÚNIOR, J. 2003-2004.

²⁰⁷ HEGEL, G. W. F. *Ciencia de la logica*. Mondolfo, Rodolfo (trad.). Buenos Aires: Solar, Hachette, 1976. Mondolfo também traduziu a seguinte referência para o espanhol: MARX, Karl. *Crítica de la filosofia del derecho de Hegel*. Buenos Aires: Nuevas, 1968. MONDOLFO, Rodolfo. *Problemas y metodos de investigación en la historia de la filosofia*. Buenos Aires: Endeaba, 1960. _____. *Estudios sobre Marx*. São Paulo: Mestre Jou, 1967. _____. *Problemas e métodos de investigação na historia da filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1969.

²⁰⁸ MODOLFO, Rodolfo. 1968.

²⁰⁹ Não valeria citar cada um das passagens em que Faoro usa estes termos, mas podemos afirmar que está presente desde *Os Donos do Poder* até os artigos publicados na década de 1990.

Segundo Mondolfo, a discussão marxiana sobre a revolução socialista propôs três etapas para o socialismo:

“Sin embargo, frente al hipotético error general de daltonismo, Arturo Labriola tiene que asumir la carga de poner en su verdadera luz y coloración la doctrina de Marx, sistituyendo al seudo Marx de los pretendidos marxistas y de los otros con el Marx genuino. Y para establecer la identidad del marxismo con el leninismo, la circumscribe y determina en estos tres puntos: 1º la organización de los trabajadores en gremios; 2º la conquista del Estado; 3º la abolición de las clases por medio del poder concentrado del Estado.”²¹⁰

Neste contexto, o capitalismo de Estado foi um recurso de Lênin para lograr o desenvolvimento de um tipo de capitalismo ditatorial para preparar a sociedade soviética para o verdadeiro socialismo. Mondolfo retoma a obra marxiana para lembrar que a revolução socialista somente seria possível quando o capitalismo alcançasse um ponto ideal. Como a sociedade soviética não o tinha alcançado, Lênin teria aproveitado a oportunidade do momento da ditadura do proletariado para desenvolver alguns aspectos de capitalismo. Este processo de desenvolvimento ficou conhecido entre os debatedores como o capitalismo de Estado²¹¹. Assim, para Mondolfo, há uma oposição entre marxismo e leninismo. Para o primeiro, a meta final é o socialismo real, para o segundo, o possível foi a realização da ditadura do proletariado. Vale dizer que Mondolfo critica ao marxismo ortodoxo. Ele, assim como os demais marxistas, tem a preocupação com a mudança social, mas admite que, no âmbito do próprio marxismo, possa ser apropriada apenas uma parte da lógica marxiana para interpretação e intervenção na sociedade.

Pois bem, Mondolfo parece demonstrar as limitações do capitalismo russo que dificultava a sua conversão no socialismo. É óbvio que o capitalismo de Estado vai surgir no passo três, com a ditadura do proletariado para equiparar o próprio capitalismo. Para Mondolfo, o capitalismo de Estado surge no momento de fragilidade do capitalismo “original”. Acontece que na obra de Faoro o capitalismo de Estado também surge nas fragilidades do capitalismo. Lembremos que na obra de Faoro o capitalismo político substitui o capitalismo pelas suas fragilidades. É a incapacidade da realização das forças econômicas privadas do capitalismo que permitem a existência de uma classe política que se apropria do aparato estatal e o Estado se torna o grande gestor, incentivador e diretor dos processos sociais. A principal diferença nas análises de Mondolfo e Faoro está na intervenção dos agentes políticos. No caso soviético os agentes pretendiam uma superação do capitalismo. Já no Brasil, o processo engendrado foi de manutenção dos

²¹⁰ MODOLFO, Rodolfo. 1968. pág. 10.

²¹¹ BARROS, Celso F. R. 1999.

privilégios. Aliás, vale dizer que um ponto a ser pesquisado seria se realmente Mondolfo acredita que os agentes políticos da sociedade soviética estavam empenhados na mudança. Afinal, até o final da sociedade soviética o que assistimos foi um processo de reprodução do poder do quadro burocrático. Mas de todo modo, o programa político soviético previa a mudança, o que jamais aconteceu no caso brasileiro.

Com a leitura da obra de Mondolfo encontramos várias outras “coincidências”. Ele faz menções diretas sobre a política de concessões estatais:

“La ventaja – inmensa – de la política de las concesiones y del comercio libre reside en que obliga a cada empresa económica a hacer un esfuerzo par vencer en lucha abierta y leal”²¹²

Acreditamos que não seja necessário citar a ampla discussão de Faoro sobre o processo de concessão à economia “privada” que o capitalismo politicamente orientado promoveu no Brasil. Os bandeirantes, as capitânias, a “Lei de Terras” etc. são alguns dos exemplos que Faoro analisou no Brasil como concessões do Estado para promover algum processo econômico pelas mãos de agentes particulares. Vejamos apenas uma passagem que ilustra nossas afirmações acima:

“Alem disso, o capitalismo, dirigido pelo Estado, impedindo a autonomia da empresa, ganhará substância, anulando a esfera das liberdades públicas, fundadas sobre as liberdades económicas, de livre contrato, livre concorrência, livre profissão, opostas, todas aos monopólios e concessões reais.”²¹³

Continuando com a obra de Mondolfo, a afirmação seguinte é ainda mais interessante para as nossas comparações:

“No menos resueltamente, Preobraschenski escribía en Pravda Del 22 de febrero de 1923: ‘En la industria, el capital privado es mejor, es más apto que nosotros para competir. Tiene éxito y se fortifica en el comercio y en la industria por causa de nuestra incapacidad.’”²¹⁴

Vejamos as palavras de Faoro:

“Ao capitalismo político sucedeu, em algumas faixas de terra, o capitalismo dito moderno, racional e industrial. (...). Entre os dois modelos, um seria o obsoleto, o retrógrado, o anacrônico, enquanto o Estado de liberdade consagraria o ideal a atingir, numa utopia construída doutrinariamente.”²¹⁵

A comparação parece-nos imediata. Ambos percebem o capitalismo político como um tipo de pré-capitalismo. Uma forma de domínio político onde o capitalismo não alcança sua plenitude. Ambos observam o capitalismo político como uma forma “retrógrada” que impede o desenvolvimento econômico de suas sociedades.

²¹² MODOLFO, Rodolfo. 1968. pág. 172.

²¹³ FAORO, Raymundo. 1997. Pp. 18.

²¹⁴ MODOLFO, Rodolfo. 1968. pág. 172

A descrição de Mondolfo sobre as características do quadro burocrático lembra, e muito, a descrição de Faoro sobre as incompetências do estamento burocrático:

“De esta incapacidad ofrecían pruebas impresionantes Kemenev y Bogadov en el X Congreso de los Soviets, remitiéndose a los resultados de unas encuestas sobre el exceso de los costos negativos, la exuberancia del personal burocrático improductivo, la incompetencia de los dirigentes, su incapacidad para procurarse o utilizar materias primas y combustibles, la improductividad de los obreros, la falta de relaciones definidas entre la industria y la distribución, etcétera”²¹⁶

E a última passagem de Mondolfo que vamos apresentar neste trabalho:

“La burocracia estatal posee al Estado como su propiedad privada”²¹⁷

É desnecessário dizer que esta afirmação faria todo o sentido se encontrada numa das obras de Faoro ao tratar o estamento político e sua relação com o Estado e a sociedade brasileira. O que queremos argumentar é que encontramos na obra **Bolchevismo e Capitalismo de Estado** um conjunto de citações muito semelhantes com as afirmações de Faoro. A discussão marxista sobre o capitalismo de Estado, que Mondolfo faz parte, tem como foco principal o modo de produção capitalista. Mas ainda assim, aborda o modo como o quadro administrativo estatal concentra no Estado a atividade capitalista. Mondolfo observa que este capitalismo, enquanto tal, é muito menos adaptado que o capitalismo privado.

O que queremos argumentar em nosso trabalho é que esta discussão de Mondolfo pareceu-nos muito semelhante ao uso do termo capitalismo de Estado que Faoro faz ao longo de sua obra intelectual. Estamos cientes da controvérsia que esta tese deve gerar. Afinal, entre os comentadores não conhecemos citações a uma aproximação intelectual entre Faoro e o marxismo. Tampouco pretendemos revelar em Faoro um marxista. O que gostaríamos de deixar aqui exposta é a possibilidade de um estudo sobre esta eventual relação entre Faoro e Mondolfo. O que esta questão proporciona é a percepção que pode haver certo exagero no weberianismo atribuído a Faoro pelos comentadores.

Outros autores também suspeitaram que Faoro fosse um weberiano ortodoxo. Obviamente nenhum deles considera uma aversão à inspiração alemã, mas como Campante, percebem que Faoro dá um novo colorido às teses.

²¹⁵ FAORO, Raymundo. 1997. Pp. 734.

²¹⁶ MODOLFO, Rodolfo. 1968. pág. 172.

²¹⁷ MODOLFO, Rodolfo. 1968. pág. 264.

“Na combinação dos conceitos de patrimonialismo e estamento – o patrimonialismo estamental -, Faoro afasta-se de Weber. (...). Enquanto o estamento de senhores feudais de Weber é um grupo que se origina do patrimonialismo, mas que acaba, em parte, negando-o, o estamento político-burocrático de Faoro tem origem no patrimonialismo e reforça-o. Isso porque o estamento feudal de Weber é senhorial-territorial, atuando em uma economia não ou pouco monetarizada, ligado intimamente ao feudalismo, o qual apresenta uma burocratização reduzida. Já o de Faoro é um estamento burocrático constituído ‘à ilharga do Estado’ em um sistema socioeconômico dominado pelo comércio mercantilista, que nada tem de feudal. O primeiro é vetor de descentralização política; o segundo, de centralização.”²¹⁸

MACHADO DE ASSIS POR RAYMUNDO FAORO – UMA METALEITURA

A Pirâmide e o Trapézio é uma obra que nos ofereceu a compreensão sobre o conteúdo da sociedade brasileira. A sua leitura torna muito mais rica a apreensão da análise que Faoro constrói sobre o Brasil, sua Nação e mesmo seu Estado. Entretanto, lembramos que esta obra não recebeu tanto destaque por analistas e comentadores, quanto **Os Donos do Poder**. Enquanto nesta última encontramos uma longa relação de analistas, a pretensa obra sobre Machado de Assis possui pouquíssimos comentadores²¹⁹. Sendo assim, aproveitamos a oportunidade para discutir detalhadamente como cada um deles entendeu e argumentou sobre os escritos de Faoro.

Bosi²²⁰ reconhece que a proximidade de data de publicação das obras **Os Donos do Poder**, com a segunda edição ampliada em 1975, e **A Pirâmide e o Trapézio**, publicada em 1974, leva à interpretação que ambas tenham também proximidade temática. Entretanto, ele recomenda que a leitura de ambas tenha cautela neste exercício.

Sobre **Os Donos do Poder**, observa uma coerência na construção da análise do autor. Bosi ressalta a recuperação histórica realizada por Faoro de longos seis séculos e elogia o que chama de coerência²²¹ na observação da presença de um centralismo de Estado caracterizado pelo patrimonialismo. Com este elemento, conclui que a obra de Faoro revela a forte presença dos traços políticos e seu papel determinante em detrimento do economicismo. É importante observar que este economicismo é entendido

²¹⁸ CAMPANTE, Rubens Goytacá. 2003.

²¹⁹ WAIZBORT, Leopoldo. 2002. Pág. 88. Waizbort abre seu ensaio reconhecendo esta mesma dificuldade, chamado a atenção até ao fato que mesmo os estudiosos de Raymundo Faoro terem relegado a obra **A Pirâmide e o Trapézio** ao esquecimento.

²²⁰ BOSI, Alfredo. 2004.

pelo próprio Bosi como influência do marxismo. Para ele, o exercício analítico de Faoro presente em *Os Donos do Poder* permite a compreensão de uma relação dialética e equilibrada entre fatores políticos e econômicos para estruturação da sociedade. A sociedade depende da economia como esfera da posse de riqueza, mas também depende da política e do Estado como diretor dos processos capaz de determinar os movimentos da outra. “*Capital e política acabam convivendo como um casal que ora se abraça, ora briga, mas não se separa definitivamente*”²²². Bosi retrata como, para Faoro, o Estado patrimonial é um agente regulador da vida econômica, taxando, incentivando e freando iniciativas, mas, principalmente, cooptando seus agentes através de distribuição de cargos e títulos de honra e mérito. Sem detalhar o assunto, o próprio Bosi já aponta este processo como em pleno funcionamento durante o Segundo Reinado. Tal associação da presença do Estado na vida econômica é observada por Bosi como resultado das leituras de Max Weber na obra de Faoro. Assim, seria de Weber a inspiração para a construção teórica de Faoro que permite entender a forte presença da política na vida social, e não de Marx, que privilegiaria a esfera econômica.

Na interpretação de Bosi, da mesma forma que autores como Jesse Souza²²³, o comparativo desta sociedade patrimonial brasileira seria entre o puritanismo e o ethos econômico norte-americano. Naquela sociedade, marcada por ações sociais norteadas por valores da vocação ao trabalho, os agentes sociais estão distantes da esfera do Estado. Este distanciamento não é resultado da inoperância do mesmo, ao contrário, pois o Estado continua com papel regulador da sociedade. Entretanto, a despeito da importância nos mecanismos sociais, os agentes estão separados. Existem aqueles dedicados à vida política e outros vocacionados para a esfera econômica. O Estado continua um agente significativo para a sociedade, mas os agentes econômicos estão distantes dele, dedicados à sua vida privada.

Bosi observa como Faoro recorta de Machado de Assis a perspectiva que havia um processo sincrônico naquilo que era estático da sociedade, seus valores conservadores e sua estrutura política e econômica patrimonial. Por outro lado, a diacronia está relacionada aos processos que levariam à modernização da sociedade, sendo aqui a ausência de autonomia da vida econômica, ausência dos liberalismos político e também econômico.

²²¹ BOSI, Alfredo. 2004. Pág. 355.

²²² BOSI, Alfredo. 2004. Pág. 356.

Descrevendo estes cenários, Bosi comenta sobre a presença das oligarquias nos postos das esferas legislativas brasileiras(câmara e senado), ao mesmo tempo em que suas áreas de influência, entre filhos, parentes e apadrinhados, estavam nos postos da burocracia oficial, apresentada pelo autor num conceito amplo que inclui até o exército como elemento deste conjunto.

Bosi comenta o contexto histórico de paradoxo entre qualquer forma de liberalismo e a tentativa de um liberalismo econômico voltado para o comércio exportador, baseado numa produção escrava, não só economicamente incoerente como, sobretudo, politicamente incoerente. Ele deixa clara a idéia de que a sociedade brasileira construiu um modelo diferente do padrão mundial de desenvolvimento econômico. O liberalismo da gestão estatal de taxas alfandegárias e cambiais convivia com o pré-capitalismo do tráfico internacional e doméstico de escravos. Era um modelo tão forte e sustentado que Bosi até anota que foi capaz de contrapor-se aos interesses da Inglaterra, nossa madrinha e rainha ao mesmo tempo. Em outras palavras, as casas de exportação inglesas tinham toda a preferência para negociar e enriquecer com nossos produtos, mas o modelo de produção e mão de obra era uma questão doméstica.

Ele esclarece que, mesmo na Europa, o liberalismo político da participação da classe burguesa não nasceu como democracia. No século XIX a Europa não era democrática, mas monárquica. Deste modo, justifica com o cenário histórico e tenta responder para as preocupações de Faoro quanto a ausência do liberalismo político na sociedade brasileiro do mesmo período. Aliás, esta é uma atitude geral do texto de Bosi. Ele parte das análises de Faoro sobre a sociedade brasileira e faz breves percursos históricos para contextualizar nosso cenário. Entretanto, o que ele não destaca, apenas menciona no início de seu trabalho, é que a obra de Faoro destina-se, em princípio e no seu título, a uma análise de Machado de Assis. Ou seja, Bosi aceita tacitamente que Faoro está analisando o Brasil, este é o objeto, e não há objeto na obra machadiana. Esta é apenas o percurso de análise, ou em nossas palavras, o método de observação.

Bosi considera que Faoro sustenta uma argumentação capaz de contrapor as teses sobre a ausência de contexto para o liberalismo no Brasil. Referindo-se diretamente Roberto Schwartz²²⁴, Bosi afirma que a separação entre liberalismo econômico e político, acrescida da compreensão que o liberalismo do século XIX não tem nada de

²²³ SOUZA, Jesse. 1999.

²²⁴ SCHWARTZ, Roberto. 2000.

democrático, torna Faoro um intérprete a ser respeitado. Numa contribuição para a sustentação das teses que recorta de Faoro, Bosi chega a mencionar os momentos de 1808, chegada da Coroa, e 1824, Constituição de Pedro I. No primeiro foi experimentada a abertura econômica e o comércio livre com o exterior. Já independente, a primeira constituição contribuiu para o surgimento do sistema eleitoral e a articulação dos poderes legislativo e executivo, através da presença de um tipo de parlamentarismo combinado com monarquia.

É importante separar esta tentativa de contribuição de Bosi da própria tese de Faoro. Em nossa análise, Faoro não entende que existe qualquer chance para um parlamentarismo, pois o controle do poder sempre esteve fortemente ligado diretamente ao Imperador, tanto no Primeiro quanto no Segundo Império. Mais do que isto, para ele, o liberalismo político acontecia não pelas contradições do poder central monárquico, mas pelas oportunidades de descentralização. Esta é a principal preocupação de Faoro, entender como se davam os movimentos de centralização do poder nas mãos do Imperador. Ainda que a análise de Bosi seja bastante interessante, entendemos que ele tenta auxiliar a sustentação das teses de Faoro, mas não observa a importância da compreensão da centralização do poder monárquico para este autor.

Ainda no exercício de demonstrar que as teses do liberalismo político eram fachada para o capitalismo sem limites, historicamente contextualizado no mercantilismo do século XIX, Bosi cita desde o código civil napoleônico, o tráfico de escravos africanos, o conceito de propriedade e até a indenização aos senhores quando da abolição do escravismo como exemplos de que o conceito de liberalismo político está atrelado à construção do poder da burguesia mercantil e não à busca democrática que o mundo ocidental experimentou no século XX. Liberalismo concretizado na democracia é mostrado por ele como uma invenção contemporânea e que em nada tinha de possibilidade no século XIX. Exemplo disto: ele cita que somente em 1848 a França promoveu seu abolicionismo. De um modo geral, segundo Bosi, na Europa ocidental o liberalismo avança neste tema à medida que o capitalismo industrial conquista novos territórios, mercados e busca maiores oportunidades. Sendo assim, o liberalismo democrático é um fenômeno dos países industriais e fora destes, surgiu sempre tardiamente, encontrando como principal objeto de resistência, o escravismo.

Bosi afirma que no Brasil o debate sobre o liberalismo sempre foi precedido do debate sobre o direito de propriedade. Entre oferecer o liberalismo político e ameaçar o

direito de propriedade sobre a mão de obra, preservou-se a base do sistema econômico. Segundo Bosi, citando Sérgio Buarque de Holanda, o liberalismo progressista com ares de democrático, mas, principalmente, capitalista industrial, só surgiu após a década de 1870. Até aquele momento, as idéias abolicionistas eram resultado de influências de cultura política e interesses de parte da economia inglesa. Diga-se parte porque nem todos os setores exportadores que estavam nas mãos inglesas se interessavam no abolicionismo, pois este mudaria, como mudou, a estabilidade econômica da exportação agrícola.

Contudo, com o avanço do capitalismo industrial, as idéias abolicionistas ganharam nova força, agora na esfera econômica. Finalmente, retomando uma referência a Faoro, Bosi cita que é a partir da década de 1870 que este analista observa no Brasil o surgimento de uma nova sociedade de classes. Ele destaca as observações de Faoro em ***Os Donos do Poder*** sobre o surgimento de uma nova classe média que não tinha lugar nas oligarquias monárquicas e escravistas, pois situava-se em atividades econômicas liberais. Era o surgimento de uma classe média de profissionais liberais que, por cultura política aprendida na Europa e por necessidade e interesse econômico no Brasil, estavam intimamente ligados à necessidade de absorção do abolicionismo como tema de debate.

Vale observar que, preocupado em demonstrar a possibilidade da construção da análise de Faoro, Bosi acaba por se distanciar dele e ficar atendo a um debate sobre o abolicionismo que pouco fez parte das suas preocupações. Há, certamente, uma longa discussão sobre este tema, mas não em ***A Pirâmide e o Trapézio***, nem em ***Os Donos do Poder***. O desenvolvimento das discussões sobre o liberalismo, o liberalismo econômico e o liberalismo político foram o foco específico dos trabalhos ***A Assembléia Constituinte*** e ***Existe um Pensamento Político Brasileiro?***. No primeiro trabalho, este tema surge na medida em que Faoro analisa o conceito de constitucionalismo como elemento que substitui o liberalismo, direcionando as preocupações do debate político das instituições para o Estado de Direito e, principalmente o direito de propriedade. Já no segundo trabalho, Faoro realmente faz várias análises sobre como se dava o tema do abolicionismo no cerne das discussões de nossos liberais. A tal ponto este tema é desenvolvido que se pode até dizer que o título da obra direciona para uma preocupação com o pensamento político nacional, mas que seu teor está voltado para um objeto mais delimitado: o pensamento liberal nacional. Não é o pensamento político como um todo que Faoro aborda em ***Existe um Pensamento Político Brasileiro?***, mas como se

expressa o pensamento liberal e se este é brasileiro ou apenas uma adaptação, que aqui adjetivamos de “mal feita”, do pensamento europeu. De todo modo, os temas que Bosi levanta na análise sobre a obra **A Pirâmide e o Trapézio**, na verdade, estão muito mais presentes nos dois outros trabalhos de Faoro.

Ao comentar sobre as possíveis interpretações da leitura de Faoro sobre Machado de Assis, Bosi afirma que enquanto **Os Donos do Poder** representa o universo das regularidades, ao estilo das ciências sociais, **A Pirâmide e o Trapézio** representa os mesmos fenômenos do anterior, mas no universo individual, através da caracterização do sujeito.

“Na perspectiva de Raymundo Faoro, o narrador Machado de Assis representa na esfera dos indivíduos, as marchas e contramarchas dos interesses e dos desejos de poder no nível micro-social: entre homem e mulher, entre irmãos, entre amigos, entre famílias. Em outras palavras: a literatura, como mimesis do real, trabalha com o singular, ao passo que a ciência social constrói o tipo que enfeixa características de uma pluralidade de indivíduos. Neste sentido, Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio retoma e individualiza Os donos do poder.”²²⁵

Percebemos que Bosi não resistiu às suas palavras iniciais e acabou por apontar um aspecto de relação entre as obras **Os Donos do Poder** e **A Pirâmide e o Trapézio**. E diante dos elementos que foram expostos nos dois capítulos iniciais deste trabalho, seu argumento está correto sobre tal ligação entre as obras. Realmente o trabalho sobre o universo político caracteriza as regularidades da vida social, das suas instituições, dos macro-processos econômicos. Já a pretensa análise sobre literatura, é, na verdade, um recorte metodológico do universo dos sujeitos, dos comportamentos e valores. Este é um elemento que contribui para a tese da complementaridade entre as duas obras. O que Bosi não observa é que para fazer tal afirmação é necessário desligar o trabalho de Faoro de uma possível análise literária e entendê-lo como uma análise sociológica, ainda que no micro-universo dos indivíduos. O próprio Bosi ressalta, por exemplo, o fato de haver apenas uma citação de Faoro a Lukács enquanto referência de análise literária.

Destes elementos, é possível concordar que o trabalho que poderia ser entendido como análise literária é uma construção sociológica. Contudo, para que a afirmação de Bosi seja compreendida, é necessário entender que **A Pirâmide e o Trapézio** é um trabalho sociológico que usa Machado de Assis como campo empírico para construção de suas análises. Para se entender este desdobramento, é necessário reconhecer que Faoro não fez análises somente entre as relações sociais dos indivíduos, ou seja, assumir que também em **A Pirâmide e o Trapézio** ele reconheceu os fenômenos sociais de

conjunto, como os processos econômicos, as classes sociais, a relação entre indivíduo e sociedade e tantos outros temas que foram desenvolvidos no capítulo segundo deste trabalho de doutoramento.

Bosi explica que o livro de Faoro representa um verdadeiro “mapa da vida política e econômica do Segundo Reinado” e que já seu título reflete os dois âmbitos de organização daquela sociedade. A menção à pirâmide se dirige à estrutura de classes verticalizada do Brasil daquele período. Com a larga base dos escravos e miseráveis, com os homens livres na largura intermediária e com as classes lucrativa e proprietária, este polígono representa a concentração de riqueza. Já o trapézio representaria a extensão horizontal do poder do estamento, alargando-se sobre toda a sociedade.

Ainda que ludicamente, esta afirmação de Bosi pode confundir um leitor da obra de Faoro. A idéia de que no vértice superior da pirâmide está a classe lucrativa e a proprietária pode permitir a interpretação que estas detêm o poder naquela estrutura. Entretanto, esta interpretação não é correta. Elas só podem ser consideradas o extremo superior supondo-se que a análise se destina apenas para a vida social, totalmente separada da estrutura política. E mesmo neste caso, ainda é possível discutir a metáfora. É o próprio Faoro que destaca em seu livro que a despeito de qualquer força econômica, o acesso ao poder era sempre resultado da influência política. Tal influência ocorria na medida em que o membro da classe possuísse trânsito no estamento burocrático, representado, principalmente, pela corte que circunda a coroa e pelo Senado vitalício. Com descrições detalhadas, Faoro argumenta que um integrante da classe proprietária que tivesse o desejo, por exemplo, de lançar na carreira política um filho, deveria transitar na esfera do estamento e do poder político, ainda com sérias dificuldades e riscos de insucesso. Ou seja, Faoro separa totalmente o poder político do poder econômico e, neste caso, aqueles que ameaçavam o poder político com seu poder econômico eram fadados ao total fracasso. Um banqueiro que quisesse oferecer resistência aos interesses do Senado estaria economicamente ameaçado. Vale lembrar que todo tipo de ação econômica estava, desde antes mesmo do Segundo Reinado, altamente regulado pela esfera política e que sem a sua anuência não podia sobreviver. Portanto, um leitor de Bosi, ao se deparar com a afirmação da presença das classes proprietária e lucrativa na ponta da pirâmide deverá considerar a figura apenas na esfera social e, ainda assim, com algumas reservas.

²²⁵ BOSI, Alfredo. 2004. Pág. 362

Bosi entende que há dois eixos na construção da análise de Faoro. O primeiro, retratado acima, seria o eixo sincrônico daquela sociedade. Já os movimentos modernizadores que ocorreram naquele período representam o eixo diacrônico. Os movimentos de participação política e, principalmente, o abolicionismo significariam os processos de mudanças na sociedade brasileira. Sobre este argumento, o leitor de Bosi também precisa de certo cuidado. A afirmação das mudanças modernizadoras pode permitir a interpretação que o Brasil estava assimilando valores progressistas presentes, principalmente, nos Estados Unidos desde a sua independência (século XVIII).

Entretanto, na interpretação que fazemos neste trabalho de doutoramento, não houve, para Faoro, progresso no Brasil, mas adaptação de técnicas modernizadoras para adequar o país a repetir uma estrutura de poder já consolidada. Em outras palavras, o moderno não aconteceu, mas a modernização foi adotada como uma “roupagem” para uma estrutura antiga.

É assim que podemos dizer que o Segundo Reinado foi um momento de consolidação da estrutura social do Brasil. Foi neste momento que temas do mundo moderno foram adquiridos, mas aqui foram reinterpretados e adequados, com vistas à manutenção de uma estrutura anterior, muito anterior, desde o século XIII em Portugal. Portanto, nesta nossa interpretação da obra de Faoro, a diacronia dos processos de modernização deve ser entendida como mera adaptação do Brasil aos “ares” modernos, mas nunca como assimilação de novos processos ou sequer ameaças de rupturas.

Bosi argumenta que há um terceiro eixo temático que revela o modo como Raymundo Faoro reconstrói a realidade a partir da ficção machadiana. Mencionando as discussões da sociologia da literatura, Bosi define este eixo como hermenêutico, mas toma o cuidado de afirmar que Faoro não fez este tipo de análise diretamente. Na interpretação de Bosi, Faoro faz uma análise sociológica de uma obra literária e não propriamente sociologia da literatura. Assim, ao invés de uma análise do narrador enquanto sujeito autoconsciente, Faoro conferiria realismo para as personagens e caracteriza cada contexto social com uma representante típica.

“Raymundo Faoro não tematiza um enfoque declaradamente hermenêutico. Historiador, sociólogo e cientista político, a sua tarefa prioritária foi a de encontrar, para cada nicho social, a personagem típica que ilustrasse a estrutura piramidal ou trapezóide da vida pública brasileira. para perfazer esse desígnio, estudou a ficção de Machado relacionando os seus políticos, distinguindo deputados e senadores, ministériáveis ou não; passando em revista as figuras da classe proprietária, fazendeiros, capitalistas, rentistas, financistas; detendo-se nos comportamentos dos agregados, dos funcionários, dos empregados, dos operários, dos

escravos; analisando as personagens ligadas ao exército e ao clero; ponderando a influência da nobreza e do Imperador; enfim, mapeando, vertical e horizontalmente, a sociedade espelhada nas obras do mais arguto dos observadores.”²²⁶

Ao longo de todo o segundo capítulo deste trabalho de doutoramento procuramos apresentar como cada um desses agentes sociais foi descrito e os elementos da sociedade brasileira que a eles se referem. Assim, podemos entender que o trabalho de Faoro é um recorte da sociedade brasileira e não da literatura machadiana. O objetivo estava dado desde o início, retratar o Brasil. O caminho é que foi original, os romances machadianos.

Mas Faoro não abandona Machado de Assis como agente decisivo na construção deste recorte. Ao contrário, confere a ele um status de fonte que identifica o que é importante a ser discutido e coloca-se como analista dos destaques feitos. É assim que Faoro confere a Machado de Assis o papel de lâmpada que ilumina a sociedade brasileira. Mais do que um mero espelho que retrata, Machado de Assis é um agente que ilumina aquilo que deve ser iluminado, expresso, destacado e interpretado como relevante para a estrutura social do Brasil do Segundo Reinado. *“É significativo que, ao fechar a obra, ocorreu-lhe que não lhe bastava a imagem do espelho: o capítulo final chama-se ‘O espelho e a lâmpada’. O espelho já lhe servira ao longo do seu caminho de historiador. Faltava-lhe outro instrumento de prospecção, uma luz que escolhesse os perfis dos objetos representáveis, que iluminasse intensamente um aspecto deixando outros imersos na sombra ou na total escuridão.”²²⁷*

Bosi destaca o modo como Faoro constrói suas análises a partir de uma ótica weberiana²²⁸. Segundo o comentarista, o autor considera que a esfera cultural é a fonte dos valores que caracteriza a construção das personagens machadianas. Tal construção é entendida por Faoro como um exercício de um autor *moralista*. Este termo é aplicado pelo analista do romancista com cuidado e precisão, onde o próprio Bosi destaca a passagem em que Faoro explica tal classificação. Nesta passagem, fica evidente que o termo moralista refere-se não ao sentido vulgar daquele que prega a moral, mas ao sentido do personagem da intelectualidade que se preocupa em entender e retratar a moralidade de uma sociedade. Bosi explica que está construção não é original de Faoro,

²²⁶ BOSI, Alfredo. 2004. Pág. 364.

²²⁷ BOSI, Alfredo. 2004. Pág. 364.

²²⁸ BOSI, Alfredo. 2004. Pág. 365.

mas que ele seguiu uma interpretação já preestabelecida por outros, dentre os quais, o comentador cita Augusto Meyer.

O que se deve ressaltar neste trabalho de doutoramento é que a aceitação de Bosi para uma constante perspectiva weberiana na construção das análises de Raymundo Faoro deve ser vista com reservas. Em momentos específicos deste capítulo terceiro demonstramos como esta tese já se transformou em senso comum e perdeu boa parte do seu conteúdo reflexivo. É o próprio Faoro que oferece a pista de que houvera uma leitura atenda das categorias weberianas. Entretanto, na sua aplicação para a sociedade e as instituições brasileira ganhou novos coloridos²²⁹. Mesmo entre os analistas da obra de Faoro, há aqueles que consideram certo weberianismo ortodoxo, mas também é possível perceber que a gama de influências e leituras fazem de Faoro um analista único e jamais um operador de categorias da teoria clássica.

“O moralista escavará o desejo na sua dinâmica existencial, como o fez durante séculos antes de ceder o seu objeto à Psicanálise. E o sociólogo se aterá aos condicionantes mais próximos das tramas interpessoais.”²³⁰

Ainda assim, Bosi entende que a perspectiva de Faoro sobre o lado moralista de Machado de Assis tem uma “contra-tese”, ou nas suas palavras, uma tensão com a perspectiva sociológica de um determinismo da coletividade sobre o indivíduo. Ao longo do capítulo segundo tivemos a oportunidade de observar que Faoro realmente faz uma análise sobre este determinismo social. Também pudemos observar que o tema do moralismo é bastante presente na sua análise, ainda que a hipótese da origem weberiana para esta orientação é bastante discutível.

O que não foi possível estabelecermos foi a correlação de forças entre estes temas. Há que se respeitar esta hipótese de Bosi, mas também é possível afirmar que ambas as construções pertencem a esferas de análises diferentes no diagrama da perspicácia machadiana. A identificação de um autor moralista pertence a uma discussão sobre as origens da construção do seu retrato da realidade brasileira do Segundo Reinado. Já o determinismo social pertence à discussão sobre como metodologicamente Machado de Assis pode ser utilizado para compreensão daquele momento da sociedade brasileira. Na medida em que há o fenômeno do determinismo social, Machado de Assis foi “vítima” dele e por isso é possível apreender dele os traços da realidade. De um lado, Machado é um observador da moral, do conteúdo, daquela sociedade e, de outro, reflete

²²⁹ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. XI.

o determinismo social que se torna uma ferramenta analítica para a sua captação como luz sobre o campo de análise. Isto também significaria dizer que o moralismo é um fator externo, aprendido e aplicado conscientemente, pelo romancista e o determinismo é um fator interno, refletido e externado inconscientemente pelo sujeito social que escreveu os textos de literatura.

De todo modo, Bosi faz uma longa análise sobre como estes aspectos do moralismo e o determinismo são elementos fundamentais para o entendimento da interpretação de Faoro sobre Machado de Assis. Ainda que com as reservas acima, não se deve desprezar a hipótese de Alfredo Bosi. A hipótese para a relação exógena e endógena para os mesmos elementos é apenas um contraponto para que o leitor possa aprimorar seu entendimento, mas não há elementos suficientes para se optar por uma das análises. O que podemos ter certeza é que as duas perspectivas, deste trabalho e de Bosi, permitem que outra afirmação seja feita: Machado de Assis e sua obra revelam o conteúdo da sociedade brasileira e Raymundo Faoro o utiliza como campo empírico para entendimento do Brasil do Segundo Reinado. Ou seja, tem-se na leitura de Bosi sobre Faoro um apoio importante para uma das principais argumentações deste trabalho. Mais do que isto, mantém-se aberta a possibilidade da construção deste trabalho entendendo o Brasil pela via de Faoro que o analisou conferindo realidade à ficção machadiana. Sobre a relação entre moralismo e determinismo social, caberá ao leitor a sua elaboração sobre o tema.

Bosi ressalta as observações de Faoro sobre o modo como Machado de Assis revelou em suas tramas os contextos e conflitos internos aos sujeitos que marcaram o “abandono” dos valores tradicionais. Para o analista de Faoro, os personagens machadianos foram utilizados para demonstrar como a sociedade tradicional estava com seus conteúdos em declínio, favorecendo novos valores. Para Bosi, a presença da inspiração weberiana é determinante para a elaboração desta interpretação, não só do Brasil, mas da obra literária.

Por um lado, consideramos interessante a interpretação do final do Segundo Reinado como período de renovação do conteúdo social e dos valores com declínio de certo tradicionalismo, dito por Bosi como interpretado por Faoro, sendo este na acepção weberiana. Nas análises que este trabalho de doutoramento permite, havia naquele momento certa renovação de valores. Tanto que em vários momentos afirmamos que o

²³⁰ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 367.

Segundo Reinado culminou com a consolidação da estrutura social e política brasileira. Daí a importância deste período para o estudo sobre o Brasil, verdadeiro objetivo deste trabalho.

Entretanto, podemos levantar uma hipótese diferente sobre a tensão entre moderno e tradicional que Bosi atribui a Faoro. Aliás, este é um tema que demonstramos ter sido tratado por vários outros autores já citados, dentre os quais consideramos importante destacar Jesse Souza²³¹. Para algumas das leituras da obra de Faoro que foram realizadas nesta tese de doutoramento, não é verdade única que Faoro estava preocupado em encontrar um modelo de modernidade no Brasil. Ao contrário, sua tese é que a especificidade da sociedade brasileira é a articulação entre aspectos das categorias analíticas tradicional e racional. Aí sim, imbuído do weberianismo, Faoro entende que a sociedade brasileira não é a realização plena de um tipo ideal, mas, como a ferramenta metodológica preconiza enquanto exemplo histórico, articula a presença de traços de ambas. Além do mais, Faoro não tem um modelo definido de modernidade, nem sequer de atraso, mas uma interpretação das particularidades da evolução histórica do caso brasileiro. Ainda que noutro trabalho²³² da nossa autoria, podemos apreender a releitura das categorias weberianas de elaboração de Faoro. Ele realmente opera com categorias como Estado Feudal, Estado Patrimonial e Estado Liberal. Entretanto, não vê no Estado liberal o modelo de modernidade a ser perseguido. Ao contrário, esta categoria representa traços presentes e contraditórios de nossa sociedade, mas jamais um modelo de modernidade. Com este cuidado, que o leitor pode até considerar preciosismo ou leitura ortodoxa da obra de Faoro, considera-se possível uma hipótese alternativa, tanto para as análises de Bosi, quanto para as interpretações de Jesse Souza.

De um modo geral, o que podemos apreender da interpretação de Bosi sobre a leitura que Faoro faz de Machado de Assis é que há certo exagero na presença da inspiração weberiana no analista sobre o Brasil. Podemos dizer que para Bosi a presença de Weber é um tipo de limitar para a elaboração que Faoro faz acerca do seu inspirador da literatura nacional. Todos os leitores de Faoro têm ciência das leituras que ele fez de Weber. Entretanto, para muitos, e talvez Bosi seja um deles, Weber é quase que um fator determinante nas suas construções analíticas. Assim, existem hipóteses alternativas para esse determinismo weberiano, ou ortodoxia weberiana por parte de Raymundo Faoro.

²³¹ SOUZA, Jesse. 1999.

²³² SANTOS JÚNIOR, Jair. 2003-2004.

Nesta leitura exagerada de Bosi sobre a presença de Weber nas interpretações de Faoro, surge como conclusão conseqüente a idéia que há uma tensão entre o moralismo de Machado de Assis e o determinismo sociológico de Faoro. Suavizando a leitura, e considerando a hipótese que Weber inspira, mas não determina, também para esta tensão na construção de Faoro pode-se criar uma alternativa. Na verdade, existem suas esferas de análise. De um lado, Faoro se preocupa, até com certa fidelidade ao próprio Machado, em considerar a esfera da moral e dos valores como importantíssima para apreensão do conteúdo da sociedade brasileira. De outro lado, fiel às suas próprias construções analíticas sobre o Brasil, Faoro observa como a sociedade é um fator determinante aos sujeitos e como as instituições estão presentes como formas de vida independente na estrutura social.

Por fim, a leitura de Bosi corrobora com uma das hipóteses mais importantes deste trabalho. A obra machadiana e suas personagens não são o objeto em si das preocupações de Faoro. Elas representam o campo empírico sobre o qual Faoro divaga na tentativa de apreender os conteúdos da sociedade brasileira do Segundo Reinado. Para o autor, este período em específico é importante porque significa o momento em que nossas instituições políticas e conteúdo social são consolidados. Os períodos anteriores foram o processo evolutivo, os posteriores apenas seu desdobramento.

Já Waizbort²³³ não constrói especificamente uma análise sobre a obra de Raymundo Faoro. Em seu ensaio há a preocupação em analisar o movimento literário realista a partir da presença de Machado de Assis. Neste empreendimento, observa que a contribuição de Auerbach é definitiva para a construção de uma leitura não literária do realismo, mas sim uma interpretação sociológica das obras e ficção que seus autores elaboraram. Com a temática da apreensão sociológica da obra machadiana ele chega a Roberto Schwarz e Raymundo Faoro.

Sobre Faoro, o comentarista indica oportunamente a preocupação em se observar a relação entre fato e ficção. Segundo Waizbort, a análise de Faoro, partindo de uma matriz sociológica, preocupa-se em apreender, da ficção machadiana, elementos factuais da sociedade que representa.

²³³ WAIZBORT, Leopoldo. 2002.

“Faoro entende Machado de Assis interpondo À sua obra uma interpretação do Segundo Reinado e do início da República. (...). O leitor percebe isto facilmente, pois que há extensas passagens do livro [A Pirâmide e o Trapézio] em que Machado fica de lado para dar lugar à informação e análise histórica; esta é, por seu lado, sempre informada pelo conceito sociológico”,²³⁴

Para o comentarista, este exercício de Faoro permite afirmar que a obra literária machadiana cumpre seu papel de ficção realista, não somente pelo status de realidade que recebe, mas por integrar o movimento literário de mesmo nome. Ele reconhece que Faoro acaba por contribuir com o próprio Machado, na medida em que suas complementações com elementos da realidade acabam por complementar não a análise sobre o Brasil, mas a própria ficção machadiana. Admitimos que esta interpretação de Waizbort parece-nos muito interessante, pois com o foco na sociedade brasileira e na obra de Faoro como revelador, Machado de Assis é tratado como um fundamental apoio para análise da realidade. Para Waizbort, com foco no realismo literário, a contribuição de Faoro à Machado de Assis complementando a ficção com elementos da realidade torna-se um elemento de justificativa da interpretação. Ou seja, este comentarista permite-nos perceber que tanto na ótica de Faoro, quanto na ótica de Machado, a relação que há entre ficção e realidade é um fator não só de apreensão e análise, mas de um tipo tripé que sustenta ambas as obras. Ficção, sociologia e realidade, as três pernas que sustentam as construções de Faoro e Machado, tanto na perspectiva do primeiro e na sua leitura, quanto para o segundo e sua literatura.

Waizbort não perde de vista também a preocupação de Faoro em entender o moralismo machadiano, representativo para uma compreensão faorinana acerca dos valores e conteúdo da sociedade brasileira. Neste caso também ficamos surpresos ao perceber uma leitura com o foco na literatura que se sente contemplada pela sociologia tal qual o exercício da sociologia contemplada pela literatura que fizemos. Não há como deixar de comentar a unidade, o todo, que literatura, sociologia e realidade formam. A apreensão deste ou daquele elemento é um mero exercício que nós estudiosos fazemos, mas o todo do qual partimos não está sistematicamente organizado em disciplinas e paradigmas como muitos gostariam. Não podemos deixar de lembrar dos comentários de Weber sobre a apreensão da realidade como uma totalidade repartida pelos observadores, e apenas pelos observadores²³⁵.

²³⁴ WAIZBORT, Leopoldo. 2002. Pág. 90.

²³⁵ WEBER, Max. 1991.

Todavia, no trabalho de Waizbort, encontramos uma análise detalhada e com comentários aprofundados sobre **A Pirâmide e o Trapézio**. Dentre outras coisas, ele não deixa de observar o longo tratamento que Faoro dá para o transporte das pessoas como significativo de seu status, seu papel social. *“É comparando a sege da Rua de Mata Cavalos com os outros tipos de carruagens que se pode entender precisamente o que é uma sege, e quando. E só então se compreende a sede de D. Glória como verdadeira cifra de posição social e prestígio”*²³⁶. O comentarista concorda com a tese de que Machado de Assis é, para Faoro, a lâmpada que ilumina a realidade e permite a compreensão daquela sociedade. De tal sorte que nosso exercício de explorar as figuras exaltadas por Faoro para observação da sociedade brasileira ganha, com Waizbort, um companheiro de discussões.

Contudo, este companheirismo entre nossas observações tem seus limites. Um deles é a justificativa quanto ao porquê Faoro complementa a obra de Machado de Assis com longas digressões e observações da realidade. Nos argumentos que sustentamos anteriormente afirmamos que o foco de Faoro é a sociedade brasileira. Para tanto, ele tem objetivos claros e fenômenos sociais que não podem escapar. Em linhas gerais, esses fenômenos são os mesmos que foram apontados nas instituições políticas em **Os Donos do Poder**. Assim, para não deixar lacunas entre as duas obras, Faoro recorre a outros autores e biografias para completar suas análises. Lembremos que Faoro não tem explicitamente o objetivo de complementar o Brasil através das duas obras, mas tem o objetivo de entender o Brasil como um todo e as duas obras são seus recortes analíticos.

Waizbort segue outra linha de explicação. Para ele, assim como para nós, a justificativa de Faoro ter a necessidade de completar a análise da realidade é o foco de Machado de Assis na vida sentimental dos personagens. Na apreensão da vida íntima, Machado de Assis nem sempre mostra a estrutura social. Sendo assim, para o comentarista, Faoro sente a necessidade de completar esses momentos em que a estrutura social não está sendo exposta por Machado.

“A diferença que faz diferença diz respeito, portanto, àquelas conexões de sentido que informam as narrativas em pauta, e aqui é possível perceber os limites da ficção machadiana, pois ela, no entender de Faoro, gira sobre um pivô que não é a estrutura social, global, mas sim um ponto de vista particularista, nomeadamente ‘singular’; isto é, como se viu em passo já citado, o movimento das estruturas sociais é sempre atribuído aos sentimentos, paixões e desejos dos indivíduos”.²³⁷

²³⁶ WAIZBORT, Leopoldo. 2002. Pág. 96.

²³⁷ WAIZBORT, Leopoldo. 2002. Pág. 99.

Acreditamos que Waizbort não percebeu que Faoro encontra sim a estrutura social e política nos escritos machadianos. Não são raras as citações aos escritos políticos. Também não são deixadas de lado as passagens em que o poder e a classe social são revelados, mesmo que através das honrarias, e status. Faoro chega a justificar que os Senadores e Ministros não são tratados por Machado de Assis porque assim teriam de estar contextualizados na vida comum e perder-se-ia a oportunidade de iluminar fatos, estruturas e características, típicos da lâmpada que o literário possui para revelar a sociedade brasileira.

Há outro limite para o companheirismo que reivindicamos com Waizbort. Acontece que ele possui uma tese central a ser perseguida: o exemplo da obra de Faoro como tratamento ao estilo de Auerbach. Para tanto, o comentarista até reconhece que a forma literária não está entre as preocupações do analista sobre o Brasil, mas num momento que consideramos de certo exagero, afirma que as considerações do autor sobre a estrutura específica da obra machadiana pode ser compreendida como o seu modo de abordar o estilo e a forma literária.

“Então, embora Faoro abstenha-se ao longo do livro de discutir a forma da narrativa machadiana, ele está a indicar que isso precisa ser pensado sob a categoria do estilo, pois que, como se viu, a obra literária possui ‘estrutura específica’, que outros poderiam denominar ‘forma’.”²³⁸

Por outro lado, Waizbort nos oferece argumentos interessantes sobre o modo como Faoro confere veracidade à ficção machadiana. Segundo o comentarista, o tacho literário do moralismo de Machado de Assis, observado por Faoro, é o percurso para se chegar ao realismo. A percepção deste realismo é que permite à Faoro elevar os personagens do contexto da ficção ao status de real. Em outras palavras, a discussão de Faoro sobre moralismo é o ponto de partida em que ele denota Machado de Assis como revelador do conteúdo valorativo de nossa sociedade. Ao revelar nosso conteúdo valorativo, Machado de Assis permite que observemos traços não só da moral abstrata, mas também, e principalmente, do conteúdo do Brasil do Segundo Reinado como um todo.

“A transição da sociedade estamental para a sociedade de classes, ‘transição de uma ordem solidária para outra, a contratual’, o ‘desaparecimento de uma estrutura social’, tudo isto atinge a ficção, tingem-na com as cores do moralismo, no sentido de que o moralista, ligado ao *mores*, tem em uma situação de mudança o momento do estranhamento, quicá choque dos

²³⁸ WAIZBORT, Leopoldo. 2002. Pág. 102.

comportamentos, e com isso se surpreende, se distancia, se amargura, se diverte, se decepçiona, conforme o caso. No caso de Machado, decepçiona-se”.²³⁹

Entre nosso trabalho e o ensaio de Waizbort há um ponto de encontro das análises que permite o termo “companheirismo” que utilizamos anteriormente. Este comentarista também encontra proximidade entre **Os Donos do Poder** e **A Pirâmide e o Trapézio**. Ele observa que em **Os Donos do Poder**, Faoro remete a ordem social não à questão econômica, mas ao status e ao privilégio político, de forma que o levou a ver no moralismo machadiano – já em **A Pirâmide e o Trapézio** – a oportunidade de demonstrar o conteúdo valorativo daquela sociedade brasileira tão específica. Mais do que a proximidade entre as obras, Waizbort percebe, a seu modo, que ambas possuem um tipo de complementaridade. Embora não desenvolva este assunto, nem use estes termos, ele entende que cada uma delas revela uma parte do todo que representa o Brasil do Segundo Reinado. O que este comentarista não percebeu é o ponto de partida da construção faoriana, a saber, a tese da transposição do Estado que surge em **Os Donos do Poder**, a qual tem continuidade em **A Pirâmide e o Trapézio**. Assim, nossa tese de doutoramento é um aprofundamento de uma idéia que também acudiu a Waizbort.

“O caso de Raymundo Faoro é bem diferente. *Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio* está visceralmente ligado ao estudo sobre a formação patronato político brasileiro, que Faoro publicou em 1958, intitulado *Os Donos do Poder*. Na verdade, o livro de 1958 foi completamente reescrito para a sua 2ª edição, de 1973, de sorte que os dois livros foram compostos mais ou menos simultaneamente e de certo modo completando-se. Embora Faoro afirme, sob os auspícios de Montaigne, que a idéia do livro de 1958 não se altera na sua reedição, a leitura das duas versões não deixa muitas dúvidas sobre a extensão das modificações. *Os Donos do Poder*, em suas duas variantes, termina com uma imagem machadiana, e estava aí indicado o próximo passo: *A Pirâmide e o Trapézio* desdobra esse Machado que ficara apenas latente, entrevisto. O núcleo que une os dois livros é a compreensão da dimensão estamental da sociedade brasileira, no caso de Machado, como vimos, em meio à passagem complicada para a sociedade de classes.”²⁴⁰

Waizbort entende que as categorias analíticas de Faoro estão presentes em **Os Donos do Poder** e que na obra sobre Machado de Assis houve apenas a releitura das mesmas para a dimensão da moral daquela sociedade. Em certo sentido, as observações do comentarista justificam o exercício que já comentamos sobre a extração das categorias analíticas que seriam definidas em **Os Donos do Poder**. Já **A Pirâmide e o Trapézio** contempla a continuidade dos estudos, ao que chamamos de recorte, revelando novas perspectivas acerca da realidade, o que foi feito através lâmpada machadiana.

²³⁹ WAIZBORT, Leopoldo. 2002. Pág. 105.

²⁴⁰ WAIZBORT, Leopoldo. 2002. Pág. 109.

Um último aspecto que gostaríamos de ressaltar do trabalho de Waizbort é seu esforço em demonstrar as diferenças de análises entre Raymundo Faoro e Roberto Schwarz sobre a obra machadiana. Este assunto não esteja no foco de nossa tese de doutoramento, visto que nosso objeto é a sociedade brasileira e Faoro é nosso campo de construção analítica. Ainda assim, apenas para que o leitor perceba a riqueza deste assunto, consideramos importante destacar que para Waizbort a aproximação entre os autores está no tratamento sociológico da obra machadiana. Contudo, o desenvolvimento do capitalismo seria o ponto central das análises de Schwarz. Já em Faoro, o tratamento sociológico está no cerne de seu trabalho e parte da análise das relações sociais. É como se Schwarz recorresse a Machado de Assis para evidenciar o macro universo da sociedade e Faoro seguisse uma linha oposta, partindo de Machado o micro universo social. Evidentemente, a comparação é muito mais rica na construção do comentarista, o que nos cabe considerar como muito oportuna para aqueles que desejarem aprofundar seus estudos na leitura das demais páginas daquele ensaio²⁴¹.

²⁴¹ WAIZBORT, Leopoldo. 2002. Pág. 115 e seguintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos capítulos anteriores oferecemos ao leitor a nossa leitura das obras **Os Donos do Poder** e **A Pirâmide e o Trapézio**. O objetivo foi demonstrar qual a nossa interpretação e recorte dos textos de Faoro e, com isso, estabelecer os principais elementos da nossa argumentação. Esta focou a obra faoriana, porém, o leitor tem ciência de que nesta tese de doutoramento o objeto de estudo é a sociedade brasileira. Assim, os textos de Faoro serviram-nos de campo analítico para compreensão da sociedade brasileira. Deste modo, nosso recorte histórico esteve mais voltado para o Segundo Reinado, pois entendemos, tal como foi argumentado originalmente pelo próprio Faoro, que foi nesse período que a sociedade brasileira consolidou-se.

A partir da obra faoriana pudemos refletir sobre temas importantes do nosso Estado e da nossa sociedade. Exemplos de reflexões que Faoro nos proporcionou são as teses da transposição do Estado, da formação do elitismo brasileiro, do capitalismo de Estado, da formação das classes sociais, do papel social de agentes como os militares, comerciantes, políticos e tantos outros, além da própria leitura dos valores sociais a partir de um autor literário.

O leitor pode perceber que a profundidade e a amplitude da obra de Raymundo Faoro possibilitaram-nos estudar o próprio Brasil, e não apenas suas teses. A cada leitura, a cada reflexão antevista por ele em seus escritos, conhecemos e refletimos um pouco mais sobre as características da sociedade brasileira. Além disto, a construção das análises de Faoro acerca do conteúdo da nossa sociedade a partir das personagens machadianas é um exemplo da riqueza de possibilidades aberta a todos aqueles que se dedicam à leitura deste autor, jurista de formação, político de atuação, mas principalmente, sociólogo que contribuiu com os estudos sobre o Brasil.

Assim, nosso propósito foi alcançado à luz da leitura de **Os Donos do Poder** e **A Pirâmide e o Trapézio**, segundo nossa própria ótica de leitura apresentada nos capítulos anteriores.

Em suas análises finais sobre as instituições brasileiras, preocupou-se em entender os processos de modernização que se sucederam. Segundo ele, em princípio a modernização é a demonstração do anacronismo em nossa sociedade. Aquilo que foi re-equilibrado, ajustado, suplantando ou implantado ocorreu em movimentos alheios aos

demais processos históricos de outras nações e nunca num desenrolar completo e natural. Sendo assim, a modernização sempre promoveu ganhos e perdas, acertos e erros, e alterou a sociedade, mas não a deixou em compasso correto de desenvolvimento e modernidade como se poderia esperar: modernização sem modernidade.

Por outro lado, Faoro também demonstrou o quanto nossa sociedade e instituições foram moldadas com aversão aos processos históricos de ruptura. Entretanto, alguns de nossos movimentos ocorreram sob tal importância e com tamanha ambição por parte de setores de nosso estamento, que foi necessária a intervenção em mais de uma oportunidade para a segurança do sistema político como um todo.

Assim, a participação militar nunca significou uma ruptura com o poder do estamento existente, pôde representar a admissão de novos membros, a admissão de novos valores, a supressão de velhos modelos, mas sempre a manutenção e a segurança da ordem nacional, da ordem e do progresso de nossa sociedade. Desde modo, os exemplos de 1889 e 1945 não são de ruptura, mas de manutenção da ordem, controlando forças sociais consideradas, estas sim, ameaçadoras da ordem.

Segundo esta síntese da análise que o próprio Faoro nos proporcionou, modernidade sem modernização, anacronismo e intervenção militar sem ruptura são as verdadeiras *maldições*²⁴² da sociedade brasileira e das suas instituições políticas, capazes de permitir que um Estado tenha nascido no século XIII, desembarcado aqui como colonizador, transladado como modelo político e amadurecido como nova ordem social, tudo isto sem rupturas ameaçadoras para o estamento dirigente a cada uma de suas épocas.

Vimos que, para Faoro, a estrutura de Estado no Brasil somente se reeditou. Desde o século XIII até a década de 1940, as instituições brasileiras ganharam processos de modernização que não se articularam em modernidade. Este seria o paradoxo do contorno político da sociedade brasileira.

Na interpretação do autor, o fator constante das instituições políticas brasileiras foi o capitalismo politicamente orientado. Este continuísmo foi garantido quando, durante a modernização e industrialização da década de 1930, o patrimonialismo brasileiro foi capaz de assimilar a nova economia e cooptar suas forças econômicas para a comunidade política, leia-se estamento que se revestiu de patronato. A economia ganhou

²⁴² Grifo nosso.

feições de atividade especulativa. Entretanto, esta esteve sempre amparada pelo Estado, num modelo onde o risco quem corria era o capitalista (agrário, comercial ou industrial), mas a conta do prejuízo quem pagava era o orçamento público.

Este Estado patrimonialista, ainda que com feições modernizantes, manteve a estrutura de dominação tradicional do capitalismo sobre o Estado. Assim, havia no Brasil um Estado oposto ao Estado liberal, pois este intermedeia a relação contratual entre os cidadãos e lhes confere oportunidade e liberdade para o exercício das atividades econômicas privadas.

Aliás, a passagem do Estado patrimonial para o Estado liberal é identificada por Faoro, em vários momentos, como resultante exatamente da autonomia das forças econômicas e da passagem da condição de súdito para cidadão. Nisto consiste a transição do patrimonialismo para o liberalismo.

Esta autonomia das forças econômicas é gerada pelo papel regulador do Estado. Devemos observar que regulador é o Estado que legisla, organiza e define princípios que asseguram a condição de cidadão, não de súdito. E isto é claramente diferente do intervencionismo do Estado patrimonialista. Enquanto no Estado liberal temos códigos e leis, no Estado patrimonial temos a atuação direta do Estado na economia, cedendo funcionários, atendendo caprichos e distribuindo honrarias. Assim, percebemos que Faoro destaca o Estado de direito como elemento fundamental para o liberalismo, enquanto o quadro administrativo intervencionista destaca-se como elemento fundamental para o patrimonialismo.

Ao tratar da persistência do patrimonialismo e ao demonstrar os processos de modernização sem modernidade, Faoro reconhece que sua análise sobre o percurso histórico da sociedade brasileira evidencia uma sociedade em que ocorreram saltos no sistema econômico e social. Ele tece comentários nos quais tanto o liberalismo quanto o marxismo demonstrariam argumentos contrários a este tipo de interpretação. Entretanto, o autor pondera que processos históricos não estão presos aos sistemas teóricos, e conclui o assunto defendendo que eles ocorrem com movimentos dialéticos e contraditórios. Assim, percebemos que Faoro está defendendo as especificidades da sua análise sobre as instituições brasileiras. Portanto, ele estava consciente da originalidade de teses como a persistência do patrimonialismo, transposição do Estado, elitismo e capitalismo politicamente orientado. E tal atitude intelectual, podemos evidenciar ao longo deste trabalho.

Para nossa tese de doutoramento, sua independência em relação as escolas intelectuais tradicionais assumiu um significado importante, e cabe comentar rapidamente acerca do desprendimento das escolas teóricas e do ecletismo intelectual, pois talvez aí esteja a grande originalidade na obra de Faoro. Mesmo aqueles que reconhecem nele um weberianismo ortodoxo são obrigados a dar conta de elementos como a teoria das elites, análise que nós mesmos fizemos noutra oportunidade. Mas quando percebemos o leque de opções que sua obra permite, entendemos que sua visão ampla das mais diferentes teorias lhe confere uma oportunidade diferenciada de construir análises que por mais criticadas que sejam pelos ortodoxos de plantão, jamais podem ser negadas como inquietantes e muitas vezes empiricamente bem consolidadas.

Em vários momentos defendemos as particularidades das análises de Faoro e também nos dedicamos a discutir os dilemas que existem para a defesa de uma tese sobre um dito “weberianismo faoriano”. Portanto, o que estes comentários finais que Faoro faz no último capítulo de **Os Donos do Poder** permitem que, ao menos, deixemos como questões a serem debatidas pelos próximos estudiosos do mesmo assunto. Talvez nossa interpretação de **Os Donos do Poder** não seja tão original quanto gostaríamos, mas acreditamos que ainda existem muitas questões sobre esta obra e muitas interpretações aceitas que precisam ser revistas.

Vimos que a questão de Faoro em **Os Donos do Poder** é a transposição do Estado, resultante numa persistência do patrimonialismo, realizada por um quadro administrativo com traços da irracionalidade, antítese da burocracia racional-legal, ou ainda, antítese do Estado democrático lastreado num Direito Burguês constituído. Ao final de sua interpretação, o que nosso autor destaca é a forma como este quadro administrativo soube incorporar elementos do capitalismo moderno sem perder seu poder de fato, e, às vezes, até de direito. Nas suas palavras:

“A compatibilidade do moderno capitalismo com esse quadro tradicional, equivocadamente identificado ao pré-capitalismo, é uma das chaves da compreensão do fenômeno histórico português-brasileiro, ao longo de muitos séculos de assédio do núcleo ativo e expansivo da economia mundial, centrado em mercados condutores numa pressão de fora para dentro.”²⁴³

Pudemos compreender através de Faoro que o fenômeno a ser observado é a persistência deste quadro administrativo: as pessoas eram renovadas, o caráter da instituição manteve-se. As pessoas que passaram pelo quadro administrativo brasileiro ao longo dos anos trouxeram a capacidade de adaptação às novas demandas políticas e

sociais, mas, em nome dos privilégios que ganharam ao integrá-lo, mantiveram sua essência em funcionamento. A essência mantida foi através da centralização e direção estatal sobre os processos sociais, convertidos os interesses daqueles que ocupavam o quadro administrativo estatal nos interesses nacionais. Daí o sentido da persistência do patrimonialismo através do capitalismo politicamente orientado, pois a manutenção dos privilégios advinha do controle estatal sobre a sociedade, um marco do capitalismo político e o traço fundamental do patrimonialismo.

Neste processo de manutenção do poder, a figura do principal signatário do Estado foi fundamental para manter os privilégios do quadro estatal e acalmar as massas com ações que hoje chamamos de populistas. Esse papel de conter as demandas sociais para que o Estado não perdesse o controle sobre a massa e distribuisse os privilégios para conter a fome de poder do quadro estatal foi o perfil que definiu o chefe de Estado das instituições brasileiras. Aqueles que não souberam manter este equilíbrio sofreram derrotas políticas ou até perderam o posto. Com esta percepção que Faoro usa a expressão *“O conteúdo do Estado molda a fisionomia do chefe do governo, gerado e limitado pelo quadro que o cerca.”*

Vimos também que as análises de Faoro sobre a relação entre o sistema político e o ordenamento jurídico, cuja síntese é recuperada no último capítulo. O sistema político brasileiro, organizado em torno do estamento, evoluiu de modo a receber técnicas democráticas de escolha dos postos de comando, mas não abriu mão de seu poder. Ao contrário, expandiu sua comunidade para os novos membros, viciou-os com os mesmos privilégios, e elegeu-os como uma elite política. Houve a renovação do quadro estatal, mas não houve a mudança da estrutura de poder.

Este foi o principal movimento que ocorreu ao longo do Segundo Reinado que culminou na consolidação de um modelo de Estado e de dominação que foi capaz de fazer a transição do sistema monárquico ao republicano, incorporando eleições, extinguindo o sistema escravista, sem que deixasse de existir um quadro estatal controlador do poder de um Estado centralizador, diretor e controlador, ao mesmo tempo em que as massas entenderam que ganhavam participação política com as eleições. Manteve-se o patrimonialismo, manteve-se o capitalismo político, manteve-se o estamento, e apenas surgiu uma elite para dar conta da necessidade de novas técnicas de dominação. O período colonial representou o desembarque do Estado, que o primeiro

²⁴³ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 736-737.

império representou a transição e rompimento do pacto colonial, e, principalmente, que o Segundo Reinado representou a consolidação do nosso sistema político e das nossas classes e estratos sociais.

Verificamos que dentre as características do sistema político consolidado no Segundo Reinado estava a interferência direta, indireta e até mesmo cultural das instituições políticas na vida econômica privada. As empresas surgiram dependentes do Estado e ao mesmo tempo imitaram sua forma de agir. Assim, não foi mera coincidência o reconhecimento das famílias tradicionais em nossa estrutura industrial, como foram o Matarazzo no passado e outras ao longo do século XX. O Estado não apenas dirigiu e orientou a economia, sua interferência foi tamanha que até a forma de organização das empresas teve seu referencial doutrinário na burocracia estatal.

Entretanto, ficou registrada a preocupação em demonstrar que esta verdadeira doutrina da burocracia de Estado nas empresas não significou um referencial de racionalidade, mas ao contrário, o referencial do patrimonialismo, do tradicionalismo, das oligarquias. Em outras palavras, a influência do Estado na vida econômica privada e na organização das empresas foi muito além do controle sobre taxas, impostos e regulamentações. Ele se incorporou parte da cultura da economia nacional. As empresas, ainda que industriais ou comerciais, originariamente da ordem privada, estavam imbuídas dos vícios e do comportamento de um quadro administrativo patrimonial, símbolo de um tipo ideal específico.

Como resultado, os sujeitos de destaque nesta sociedade não foram bem vistos pela sua criatividade econômica, pela inventividade ou pela astúcia comercial. O homem do Segundo Reinado só recebia reconhecimento social se estiver atrelado pelo Estado ou receber as credenciais prévias deste. Este foi um dos aspectos que nos permitiu aproximar os dois livros, pois **Os Donos do Poder** faz uma menção clara e diretamente relacionada **A Pirâmide e o Trapézio**.

“O brasileiro que se distingue há de ter prestado colaboração ao aparelhamento estatal, não na empresa particular, no êxito dos negócios, nas contribuições à cultura, mas numa ética confuciana do bom servidor, com carreira administrativa e *curriculum vitae* aprovado de cima para baixo.”²⁴⁴

Observamos nesta argumentação que Faoro mistura duas categorias aparentemente divergentes para compreender a sociedade brasileira. De um lado temos

²⁴⁴ FAORO, Raymundo. 1997. Pág. 743.

o estamento, dirigente do Estado e aquele capaz de cooptar qualquer agente social que ganhe importância. Nele estava inserida a elite, formada daqueles que eram destacados para os cargos diretivos do aparelho de Estado. Abaixo estavam as classes, separadas em positivamente privilegiadas e negativamente privilegiadas. Na classe positivamente privilegiada temos os proprietários de terras, os comerciantes, banqueiros e com os adventos do século XX, também os industriais. Na classe negativamente privilegiada temos em princípio os escravos e trabalhadores livres, miseráveis e da classe média. Entre estas duas grandes categorias de classes (positiva e negativa) está a sua oportunidade de participar da esfera política. Este o critério principal que fica evidente na obra de Faoro. Fazendeiros, comerciantes, banqueiros e industriais são agentes sociais cooptados pelo Estado ou dirigidos por ele. Pequenos comerciantes, artesãos, trabalhadores livres ou escravos são mera massa de manobra do Estado, completamente ausentes do poder nas fases iniciais de nossa formação política e depois meros legitimadores do sistema político através do elitismo enquanto técnica democrática de manutenção do poder do estamento. Ora, o estamento é um tipo de estrato social, definido por sua condição vitalícia e permitido para aqueles que foram oportunamente cooptados pela importância econômica. Lembremos que o estamento tem origem na nobreza que coopta a burguesia, mas lhe atribui títulos e honras (Barões e Viscondes) como forma de lhe tornar semelhante. Neste caso específico, o Brasil chegou a ter uma instituição encarregada da distribuição de tais honrarias (a Guarda Nacional). Já as classes positivamente e negativamente privilegiadas são definidas segundo critérios meramente econômicos, ainda que separadas pela oportunidade de acesso ao Estado. Portanto, mais uma vez temos Faoro articulando elementos aparentemente diversos e até “eccléticos” para dar suporte a sua compreensão da sociedade brasileira.[VF2]

Vimos no segundo capítulo que na interpretação de Faoro, a grande importância da obra literária de Machado de Assis é a forma como revela a estrutura social brasileira do Segundo Reinado. O intérprete usa a alegoria da lâmpada para afirmar que a obra machadiana ilumina aspectos da nossa sociedade. Entretanto, esta idéia, faz com que resignifiquemos um pouco o uso das palavras até o momento. Sempre afirmamos que para Faoro a obra machadiana torna suas personagens reais e factíveis, e que através delas é possível conhecer um sujeito daquele período histórico. Contudo, agora com mais cuidado, é necessário precisar melhor que a obra machadiana revela, ou nas palavras de Faoro, ilumina, a nossa estrutura social. Portanto, a factibilidade das personagens não é

o fim em si, mas a consequência do fato do literário revelar de forma real e factível a estrutura social.

De um lado, esta percepção é apenas um cuidado, talvez até para o leitor, um preciosismo das palavras. Por outro, ela torna ainda mais justificada nossa tese de que o objeto de Faoro é a sociedade brasileira. Ele estava preocupado com uma estrutura social e encontrou nas páginas de Machado de Assis o campo empírico suficiente, para não dizer perfeito, para este empreendimento. Ao longo das páginas de nossas análises sobre a obra de Faoro **A Pirâmide e o Trapézio**, sempre afirmamos que as personagens revelavam tipos sociais, agentes sociais, personagens sociais, portanto, elas não existiam por si mesmas, mas representam, revelam, como a sociedade estava dividida nas suas classes, agentes econômicos, políticos e até a organização político-institucional.

Para sustentar este argumento, Faoro desenvolve uma breve reflexão sobre o papel do escritor, seja historiador ou romancista, na criação de personagens capazes de refletir a realidade. Dentre os elementos destacados por Faoro, está, de um lado, a intervenção do sujeito como criador das personagens, fruto da sua leitura da realidade. De outro lado, o sujeito não está isolado, mas contido num contexto social, assim, sua visão da realidade não é individual, mas coletiva. Portanto, um escritor, na interpretação de Faoro, historiador ou romancista, reflete como uma época é vista e se vê em seu tempo. Há um tempo, um local e um contexto social específico.

É importante que o leitor perceba que Faoro, nesta construção analítica, se fecha em um círculo. Apenas ainda não sabemos dizer se virtuoso ou vicioso. Observe-se que ele defende que o escritor, no caso específico Machado de Assis, é capaz de refletir a estrutura de uma sociedade através das suas personagens. Ao mesmo tempo, ele afirma que o sujeito construtor de um texto, escritor ou historiador, está contido numa estrutura social, da qual é um elemento descritor. Portanto, a estrutura social interfere – para não afirmar que determina – a visão da sociedade do sujeito que a cria – ou recria – nas páginas de seus textos, personagens que refletem aquela realidade percebida. Em poucas palavras, a estrutura social forma o sujeito que a recria numa visão a partir dela mesma para a construção de personagens que a refletem.

Da sua reflexão sobre o sujeito e seu contexto, Faoro afirma que o escritor é um tipo de espelho da realidade que ele mesmo percebe. Com esta afirmação, Faoro

defende a tese de que uma análise sociológica²⁴⁵ deve entender este limite para a análise de um escritor, e caberá ao seu analista o papel de confrontar as páginas da obra com outras fontes para poder compreender o que daquele *espelho* deve ser entendido como evento, agente ou estrutural real.

O leitor aqui também deve se ater à auto-reflexão de Faoro sobre o exercício metodológico de seu trabalho **A Pirâmide e o Trapézio**. Primeiramente destacamos que ele está afirmando, nas entrelinhas, que seu trabalho é uma análise sociológica, de confronto das personagens machadianas com a realidade através das demais fontes disponíveis – e que extensamente abordamos em páginas anteriores – para compreender a sua factibilidade. Em segundo lugar, observe-se que ele demonstra como tal exercício deve ser realizado, com a busca de fontes alternativas e a perspectiva de que o analista de um texto está diante de um espelho (o autor-fonte, ou a fonte-autor) que reflete algo visto por si mesmo. O terceiro passo é entender que tal análise da realidade a partir das páginas de terceiros, deve ser vista como limitada a uma estrutura social específica. O que Faoro não comenta é que também o analista, o estudioso do autor-fonte, também faz seu exercício mediante as questões de sua época, de seu tempo e sua estrutura social. As questões postas por uma analista de outro autor não são originárias dele, mas daquele que o lê. Em outras palavras, as questões de Faoro postas a Machado de Assis não pertencem ao século de suas escritas, mas ao século XX, o tempo de Faoro e a sociedade dele. A escolha das personagens, os eventos destacados, as fontes de comparação, todas são escolhas do analista, também um espelho de seu tempo. Desta forma, nosso argumento sobre o assunto é que Faoro está preocupado em entender um tipo específico de sociedade do Segundo Reinado, uma sociedade patrimonialista, significativa para ele diante das inquietações que o formaram como autor e que também podem ser apreendidas na obra **Os Donos do Poder**. É neste ponto que nosso trabalho tenta se delimitar. A preocupação de Faoro em entender a sociedade brasileira já nos parece um tema bastante defendido para nosso leitor. Mas o que agora podemos demonstrar, é que o nosso exercício de análise das duas obras é uma forma de entender quais são as questões que inquietaram Faoro e que permearam suas construções sobre as instituições brasileiras e sobre nossa estrutura social, nosso conteúdo. É, ao menos, esta a tentativa de contribuição para este aprofundamento do estudo da obra de Faoro que estamos tentando fazer neste trabalho.

²⁴⁵ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 527.

É importante contextualizar a primeira edição desta obra em 1974. Esta data é significativa, pois a insere entre a primeira edição de **Os Donos do Poder** (1958) e a segunda edição (1975). Pudemos, ao longo dos primeiros capítulos, explorar a relação que há entre este trabalho e a segunda edição de sua obra mais conhecida. Aliás, já adiantamos ao leitor sobre nossa interpretação da existência de uma complementaridade entre os trabalhos. De um modo geral, podemos dizer que **Os Donos do Poder** são a análise fria sobre os aspectos institucionais e legais da sociedade brasileira e sua estrutura política. Já **A Pirâmide e o Trapézio** parece-nos que mostra uma abordagem dos aspectos sócio-culturais de nossa sociedade. Em outras palavras, na segunda edição de **Os Donos do Poder** temos a análise dos aspectos formais do Brasil, suas instituições e estrutura legal; já em **A Pirâmide e o Trapézio** temos a interpretação do conteúdo deste mesmo objeto, sua cultura e relações sociais. Nesta perspectiva, pudemos explorar neste trabalho de doutorado a relação dialética entre **Os Donos do Poder** e **A Pirâmide e o Trapézio**. Acreditamos que desta relação dialética entre forma e conteúdo que ambos os trabalhos revelam as singularidades da sociedade brasileira e suas instituições.

Este último argumento é uma originalidade em que nosso trabalho de doutorado tenta oferecer a sua contribuição. Alguns comentadores, inclusive nossa dissertação de mestrado²⁴⁶, observaram o modo como Faoro constrói suas análises com elementos dialéticos. Apenas para ilustrar, podemos citar alguns dos principais capítulos, ou itens de capítulos de obras de Faoro. Em **Os Donos do Poder** temos: “Estado Patrimonial e Estado Feudal”; “A cidade comercial: a corte barroca e o funcionário”; “Elite e estamento”; “Os colonos e os caudilhos: a conquista do sertão”; “O político e o especulador”; “O militar e o militarismo”; etc. Na obra **A Pirâmide e o Trapézio**, temos: “A pirâmide e o trapézio”; “O pavão e a águia”; “Patrões e cocheiros”; “O basto e a espadilha” e “O espelho e a lâmpada”. Visitando as demais obras encontramos uma infinidade de análises que trabalham com a relação dialética entre elementos e conceitos. Por outro lado, o que desenvolvemos em nosso trabalho é que na própria concepção de duas grandes obras do autor temos a construção de uma análise dialética. A forma como Faoro trata a sociedade brasileira está desenvolvida de forma dialética entre forma (**Os Donos do Poder**) e conteúdo (**A Pirâmide e o Trapézio**).

O trabalho **A Pirâmide e o Trapézio** aborda parte do período analisado em **Os Donos do Poder**. Através da leitura de Machado de Assis, Faoro analisa o Segundo

Reinado e, em menor medida, a transição para a república. Sobre este período, Faoro observa a forma como a sociedade carioca construía suas relações e a importância que o Estado assumia para os indivíduos. Ele sempre observa como Machado de Assis evidencia nas suas personagens os elementos constitutivos daquela sociedade, seus costumes, sua moral, seus valores.

Mas Faoro observa também como as personagens demonstram as relações econômicas da época. A fazenda autárquica, o regime escravista, os comerciantes e a estrutura fiscal aparecem nas descrições de Machado de Assis que Faoro procura ressaltar. Por outro lado, é no aspecto micro social que neste trabalho de Faoro vemos maior dedicação. Ele passa longas páginas explicando como podemos, através da perspectiva de Machado de Assis, entender a importância de objetos como a carroça, o bonde etc., ou ainda formas de relações sociais, como o próprio comércio, o casamento, o cotidiano do funcionalismo, a vida das senhoras etc. A sensação da leitura desta obra é que Faoro recorreu à análise da literatura machadiana para “viajar no tempo” e conhecer como viviam, no que acreditavam e como se relacionavam os sujeitos comuns da sociedade do Segundo Reinado até a transição para a República.

Outro aspecto interessante da obra **A Pirâmide e o Trapézio** é a mudança na estética do texto de Faoro. Enquanto em **Os Donos do Poder** vemos uma redação científica em que os fatos evidenciam o que se deseja destacar, na análise da obra machadiana os recursos literários são mais sutis. O uso de adjetivos e figuras de linguagem são mais comuns ao longo do texto. Para leitores mais acostumados com os trabalhos de ciência política, é possível dizer até que há certa estranheza. Parece-nos que Faoro utiliza as próprias técnicas dos textos analisados para demonstrar como agora o que interessa são as sutilezas do texto e tampouco a frieza dos eventos políticos. O tentamos desenvolver em nosso trabalho é que esta mudança de estilo também revela a complementaridade entre os trabalhos **Os Donos do Poder** e **A Pirâmide e o Trapézio**. Em ambas temos os mesmos elementos históricos tratados, mas entre elas temos a diferença da frieza da abordagem científica e a sutileza do texto literário que mostra através dos personagens de um autor o universo micro social de um período.

Do ponto de vista da construção teórica, **A Pirâmide e o Trapézio** também é uma obra bastante rica, principalmente enquanto campo de investigação para conhecermos mais sobre a construção do pensamento de Faoro. Uma perspectiva que nos chamou a

²⁴⁶ SANTOS JÚNIOR, Jair . 2001.

atenção é o modo como ele vai recuperar elementos tratados em **Os Donos do Poder** e evidenciá-los a partir das personagens machadianas. Logo nos primeiros capítulos nosso autor relembra a tese da pirâmide social e reafirma a existência do estamento:

“Para simplificar e com antecipação: a classe em ascensão coexiste com o estamento; muitas vezes, a classe perde sua autonomia e desvia-se de seu destino para mergulhar no estamento político, que orienta e comanda o Segundo Reinado.”²⁴⁷

O que percebemos é que ele recupera a tese do estamento da forma como a burguesia (classe social) se vicia com a convivência com o segmento político. Contudo, ao tratar da classe e do estamento, há no texto uma série de referências, em momentos distintos, sobre os elementos de status que o pertencimento a uma classe, ou mesmo a um estamento político representam. Neste ponto, ele recupera a importância em se conhecer a Guarda Nacional como ferramenta para a distribuição de títulos e honrarias. Sobre este assunto, tal observação significa a oportunidade de recuperar o debate entre Faoro e Uricoechea²⁴⁸. Afinal, toda a construção de **O Minotauro Imperial** versa sobre a importância da Guarda Nacional como recurso para a distribuição de honrarias e cooptação dos poderosos nas localidades a serviço do poder imperial central.

Por outro lado, o tratamento dado à concepção de status presente no Segundo Reinado também pode ser analisada a partir da inspiração em Weber²⁴⁹. Lembremos que nos textos deste autor temos uma construção da classe social não só por seus atributos econômicos, tampouco ideológicos, mas também pelas dignidades, honrarias e *status* que o pertencimento a um segmento representa. Para Weber o pertencimento a uma classe é mais que objeto da economia, mas fruto de uma condição cultural e de valores.

Outro conceito recuperado por Faoro é o elitismo. Embora sem o tratamento teórico dado em outras obras²⁵⁰, também em **A Pirâmide e o Trapézio** ele recupera este elemento para descrever o modo como algumas das personagens machadianas pertenciam a um estrato que era mais específico que o próprio estamento. Lembremos que em **Os Donos do Poder** e outros trabalhos, a elite é um conceito utilizado por Faoro para explicar o modo como a transição republicana adquire “roupagens” de democracia enquanto perpetua a dominação de um patronato político.

²⁴⁷ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 14.

²⁴⁸ URICOECHEA, Fernando. 1978.

²⁴⁹ Weber, Max. 1999.

²⁵⁰ Uma referência importante é o trabalho: FAORO, Raymundo. Assembléia Constituinte: a legitimidade recuperada. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Também nas páginas de **A Pirâmide e o Trapézio** vemos Faoro descrever, através do universo das personagens, como a burguesia nacional era incompetente e esperançosa nas ações do Estado. Este que é um dos principais elementos da sua tese sobre a formação do capitalismo político aparece também na construção da análise deste trabalho. Ele utiliza passagens de Machado de Assis para demonstrar como suas personagens burguesas estão sempre em busca de vantagens ou oportunidades proporcionadas pelo Estado. Assim, ele procura revelar as fragilidades e debilidades de nossa classe burguesa ao mesmo tempo em que confirma uma de suas principais teses de **Os Donos do Poder**.

Entretanto, a principal novidade da obra *A Pirâmide e o Trapézio*, do ponto de vista teórico, ainda precisa ser desenvolvida. Vejamos a seguinte passagem:

“Do coche ao bonde – é toda a sociedade do império, sobretudo a do Segundo Reinado, que se expressa e se caracteriza. Pelo carro se conhece o homem: símbolo de opulência, da mediania e da pobreza. A carruagem fazia supor as cocheiras, o exército de criados e escravos, tudo articulado para o luxo ostentatório das ruas e praças. O bonde, no outro extremo, é a sociedade democrática que se expande e cresce – sociedade mal educada, que cospe no chão e fala alto. O carro esconde e dissimula cabedais; o carro ostenta e põe a nu o homem, com seus vícios e sua pobreza. Eles se digladiam nas ruas, com impulsos próprios, honra e prestígio derivados das parselhas – num painel autêntico do que vale cada homem no conceito de outro homem.”²⁵¹

Vemos como o coche e o bonde não são apenas meios de transporte, mais do que isso, são representantes de classes sociais. É este recurso literário que Faoro vai focar suas análises na leitura de Machado de Assis. Ele entende a obra machadiana como uma narração que elucida sobre os aspectos sociais da época que ele pretende entender. Assim, objetos e personagens não são fins em si mesmos, mas são representantes de aspectos sociais. Ele se preocupa em destacar que a autenticidade da obra de Machado de Assis não está na “autenticidade” de suas personagens, mas na autenticidade da estrutura social que revelam. No último capítulo de **A Pirâmide e o Trapézio**, ele constrói uma bela metáfora em que a obra machadiana não é um espelho da realidade, ao contrário, trata-se de uma lâmpada que ilumina alguns pontos obscuros e outros excepcionais do mundo real²⁵². Num primeiro momento vemos Faoro inspirado em Karl Mannheim²⁵³ para a construção dessas análises. Para ele, as personagens e seus contextos revelam o momento histórico, particularidades do grupo social, valores e ideologias presentes na época retratada. Ao mesmo tempo, nas mesmas páginas Faoro

²⁵¹ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 65-66.

²⁵² FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 526 e segs.

²⁵³ MANNHEIM, Karl. 1968.

retoma a discussão weberiana sobre a objetividade da ciência e a construção de tipos ideais²⁵⁴. Parece-nos que ele tenta construir uma análise mista de Mannheim e Weber. De Mannheim retira a busca da revelação social a partir das personagens em uma obra literária. Já Weber proporciona a construção de tipos ideais a partir da interpretação das próprias personagens. Em outras palavras, Faoro afirma²⁵⁵ que é possível analisar os personagens, exagerar seus traços e, a partir dessas construções ideais, perceber aspectos particulares da sociedade, seus agentes, seus valores e cultura.

Mas do ponto de vista da crítica literária, gostaríamos de ressaltar mais um autor que parece influenciar Faoro. Além de Mannheim, ele parece revelar uma aplicação de alguns dos princípios descritos por Georg Lukács²⁵⁶. Através deste autor, ressalta a oportunidade histórica da criação dos textos machadianos e como aquele contexto propiciou a sua riqueza literária e a revelação de uma estrutura social. Machado de Assis viveu na sociedade carioca em transição e decadente que revelava rupturas sociais que lhe proporcionavam a identificação de traços importantes da sua “morfologia”. O mais interessante foi perceber que esta afirmação teórica está apresentada ao final da obra de Faoro²⁵⁷, mas ele abre seu trabalho afirmando:

“Meio século, os últimos cinquenta anos do século XIX, se estende, em colorida tela, numa vasta obra poética. Período que não se singulariza no tempo de modo fechado, autônomo, senão que se prolonga nas conseqüências de ideologias e imagens latentes, por sua vez alimentado por meio de rapizes longínquas. Discernir o perfil da hora transeunte nos caracteres, desvendar, atrás do papel teatral, as funções sociais e espirituais – este o caminho tentado, para reconquistar, no Machado de Assis impresso, não o homem e a época, mas o homem e a época que se criaram na tinta e não na vida real. Sedutora tarefa, pela riqueza material e, sobretudo, pela especial confluência de duas épocas, que projeta, no ponto de vista da encruzilhada, o encontro de dois mundos, o mundo que se despede e o mundo que chega. Os calores de um não são os valores de outro, as regras de conduta se partem, vazias para quem olha para trás, indefinidas, incertas, vagas para quem sente a hora que soa, sem compreendê-la. plenamente, incapaz de amá-la, toldado pela melancolia. Os padrões típicos não medem os sentimentos emergentes, confundindo o intérprete, perplexo entre a medida, que supunha eterna, e as ações, que clamam por outro modelo, ainda não fixado. O inexplicado se torna inexplicável ao metro que só marca os sinais convencionais: as personagens se revoltam contra o autor. O autor não se mantém passivo ante o desafio, que reagrupa, no arsenal esgotado, as últimas armas enferrujadas para disciplinar a horda energética e anárquica. Perdido na mudança, no fogo cruzado de concepções divergentes do mundo, sem conseguir armar a teia da sociedade e identificar-lhe os fios, o autor estiliza os fatos e os homens, na armadura de um esquema da própria transição. O prestígio das personagens antigas já não convence o espectador, enquanto os recém-vindos ainda sofrem a mácula do desdém. Na estrutura

²⁵⁴ Weber, Max. 1991.

²⁵⁵ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 529.

²⁵⁶ LUKÁCS, Georg. 1965.

²⁵⁷ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 533.

dualista, a ponte – a artificial estilização – não solda as categorias que, apesar de acomodadas, resistem aos símbolos comuns da integração.”²⁵⁸

É este contexto sofrível para o autor e iluminado para a produção literária que permite a Machado de Assis, na interpretação de Faoro, revelar aspectos da sociedade melhor que qualquer outro. Não precisamos detalhar o quanto esta construção está inspirada em Lukács, principalmente no texto *Narrar ou Descrever*²⁵⁹.

Estas duas inspirações de que tratamos logo acima chamaram a nossa atenção. Tratamos de como dois autores da crítica literária, mas que estão definitivamente no campo teórico da perspectiva marxista, estão presentes na sua análise sobre Machado de Assis. Nas próximas páginas mencionaremos a hipótese que pode ser formulada em observar uma influência do debate acerca do Estado soviético na obra de Faoro. Este é mais um aspecto de originalidade que nosso trabalho de tese pode explorar. Diferente de toda a discussão weberiana em que Faoro foi abordado, o que percebemos é que há nele um ecletismo e um alicerce teórico que permite transitar entre as diferentes análises e perspectivas onde a sua coerência interna se mantém. Aliás, este é um ponto que precisamos desenvolver: Faoro se coloca acima de qualquer influência teórica. Ele constrói suas bases epistemológicas e as articula de tal modo que a riqueza da análise é admirável. Sabemos que numa construção científica não podemos nos permitir o juízo de valor. Mas é realmente admirável o modo como Faoro articula diferentes perspectivas teóricas e o que se revela é uma coerência interna da compreensão da sociedade brasileira, seus valores e suas instituições. Em outras palavras, o que estamos convencidos é que Faoro está acima de qualquer arcabouço teórico. Ele é capaz de articular weberianismo, marxismo, liberalismo clássico, elitismo e crítica literária de tal sorte em que seu próprio texto e construção que se destaca frente às leituras.

Esta compreensão ficou evidente ao longo de todo o capítulo terceiro. Naquele momento tentamos oferecer ao leitor alguns dos principais temas de debates e comentadores sobre a obra faoriana, com atenção especial à obras que analisamos. É assim que o leitor pode perceber que o tema da inspiração weberiana não está definitivamente resolvido na literatura, pois, apesar de muitos entenderem que há a sua leitura por Faoro, existem indícios de que outros autores são tão ou mais importantes para a construção da compreensão da sociedade brasileira. Ao longo de todo o nosso trabalho o leitor pode perceber que dentre estas outras inspirações podemos até elencar

²⁵⁸ FAORO, Raymundo. 2001. Pág. 13-14.

uma forte influência hegeliana. Tema que vamos aqui apenas deixar como uma provocação para que os estudiosos possam se dedicar a estudos futuros.

Na Introdução deste nosso trabalho apresentamos nossos objetivos, nossa metodologia e nossa estratégia de construção desta tese de doutoramento. Conforme anunciamos nosso objetivo geral é conhecer a sociedade brasileira. Neste caso, a leitura e estudo da obra de Raymundo Faoro proporcionou a reflexão sobre temas importantíssimos. Analisamos desde a formação das instituições políticas lusitanas, a consolidação daquela sociedade, sua preparação e aventura ultramarina e a transposição do Estado para o território brasileiro. Neste assunto, encontramos a tese, original e polêmica, de que no caso brasileiro, a nação foi precedida de suas instituições políticas, pois as mesmas são originárias de uma nação estrangeira e desembarcaram em nosso litoral. Pudemos também analisar como se formou a nossa sociedade independente, transição ocorrido com o rompimento do pacto colonial. Em seguida chegamos ao objetivo específico que delimitamos para este doutoramento: entender o Segundo Reinado como período que significa a consolidação de nossa sociedade. Vimos como nossas instituições políticas e estrutura social alcançaram a maturidade neste período histórico e chegamos a analisar alguns dos seus desdobramentos para o período republicano. Mas nossos objetivos geral e específico não foram vistos apenas através das instituições políticas, mas também pelo conteúdo da sociedade. Tivemos a oportunidade de entender como os agentes sociais se portam diante da coletividade, seus valores de ordem das relações sociais, seus valores políticos, econômicos e até religiosos. Apreendemos como os discursos, as posses, a forma de obtenção de renda e todo o mais evidenciam o papel social de cada agente, de cada sujeito. Todo este percurso foi possível através de nossa metodologia de estudo através de uma fonte secundária, a obra intelectual de Raymundo Faoro. Este autor se demonstrou uma fonte de estudos e análises ampla a profunda o suficiente para o utilizarmos como campo empírico para conhecermos a sociedade brasileira. A importância deste autor ficou evidente quando adotamos a estratégia de comparar duas de suas principais obras e através deste exercício percebemos e tentamos demonstrar ao leitor a relação de complementaridade que existe entre ambas. Esta relação de complementaridade torna a compreensão da sociedade brasileira ainda mais ampla e profunda através da leitura de Raymundo Faoro. Após todo este percurso esperamos que o leitor considere que aquilo ao qual nos

²⁵⁹ LUKÁCS, Georg. 1965.

propomos em nossa delimitação do objeto de estudos, metodologia e estratégia, tenha cumprido os objetivos. Entretanto, não é a nossa avaliação a mais importante, mas esperamos que o leitor tenha encontrado nas páginas anteriores a oportunidade de também refletir um pouco mais sobre os elementos constitutivos do Brasil, não só do Brasil do Segundo Reinado, mas do Brasil moderno, que, naquilo que entendemos como uma apreensão válida sociologicamente, um Brasil que se modernizou, mas chegou al século XXI sem ser moderno, mas persistente em traços que surgiram oito séculos antes, em outro continente.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Específica

- FAORO**, Raymundo. "A Aventura Liberal numa Ordem Patrimonialista". Revista USP, São Paulo, n. 17, 1993.
- _____. A República Inacabada. São Paulo: Globo, 2007.
- _____. Assembléia Constituinte: a legitimidade recuperada. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. Existe um Pensamento Político Brasileiro?. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. "Folhetos da Independência". In: O Debate Político no Processo de Independência. Rio de Janeiro: Cons. Federal de Cultura, 1973.
- _____. O Manifesto Comunista – reflexões não marxistas. (mimeo)
- _____. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1958.
- _____. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 2 ed. São Paulo/Porto Alegre: Ed. USP/Ed. Globo, 1975.
- _____. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 11 ed. São Paulo/Porto Alegre: Ed. USP/Ed. Globo, 1997.
- _____. Machados de Assis: a pirâmide e o trapézio. 4ª. Ed. São Paulo: Globo, 2001.
- _____. "Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras". In Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. Antônio Cândido (org.). São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 1998.

Bibliografia Geral

- ABREU**, Maria Ap. A. Raymundo Faoro: quando mais é menos". In. Revista Perspectivas, Nº 29, São Paulo, 2006. Pp. 169-189.
- ARON**, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo: Martins Fontes/Edunb, 1982.
- BARRETO**, Kátia M. Mendonça. "Um projeto civilizador: revisitando Faoro". Lua Nova, nº 36, 1995.
- BARROS**, Celso F. R. Convergências na Teoria do Capitalismo de Estado. Campinas: [s. n.], 1999. (Dissertação defendida no Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP).
- BENDIX**, R. Max Weber: um perfil intelectual. Brasília: Edunb, 1986.
- BOBBIO**, Norberto. Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOSI**, Alfredo. "Raymundo Faoro: leitor de Machado de Assis". Revista de Estudos Avançados, Nº 18, 2004. Pág. 355-376.
- CAMPANTE**, Rubens Goytacá. "O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira". In. DADOS, vol. 46, n. 1, 2003.
- CÂNDIDO**, Antônio (org.). Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 1998.
- CARVALHO**, José Murilo. A Construção da ordem / Teatro de sombras. 3ª. Ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

- COHN**, Gabriel. Crítica e Resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- COMPARATO**, Fábio Konder. "Prefácio". In: **FAORO**, Raymundo. A República Inacabada. São Paulo: Globo, 2007.
- DUARTE**, Nestor. A Ordem Privada e a Organização Política Nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1939.
- FERREIRA**, G. N.; **RICÚPERO**, B. "Raymundo Faoro e as interpretações do Brasil". Perspectivas, São Paulo, v. 28, p.37-56, jul./dez. 2005.
- FIORI**, José Luis. O Vão da Coruja. São Paulo: Record, 2003.
- FREUND**, Julien. A Sociologia de Max Weber. São Paulo: Forense, 1970.
- GRAHAM**, Richard. Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997
- GOULDNER**, Alvin W. "Conflitos na Teoria de Weber". Sociologia da Burocracia. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- HOLANDA**, Sergio B. Raízes do Brasil. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.
- IGLÉSIAS**, Francisco. "Revisão de Raymundo Faoro". Cadernos do Departamento de Ciência Política, nº 3, março/1976.
- JASMIM**, M. G. "A viagem redonda de Raymundo Faoro em os donos do poder". In: ROCHA, J. C. de C. (Org.). Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 357-365.
- _____. "Faoro e o patrimonialismo como atraso", mimeo., 1999.
- LEAL**, Víctor Nunes. Coronelismo Enxada e Voto. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- LUKÁCS**, Georg. Ensaio sobre Literatura. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.
- MANNHEIM**, Karl. Ideologia e utopia. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. "O problema sociológico das gerações". In: FORACCHI, M. (org.) Karl Mannheim. São Paulo: Ática, 1978.
- MARTINS**, José S. O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MARX**, Karl. Salário, preço e lucro. São Paulo: Global Ed., 1988.
- MATTOS**, Ilmar R. O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MILLS**, C. Wright. La elite del poder. México: Fondo de Cultura Economica, 1957.
- MONDOLFO**, Rodolfo. Bolchevismo y Capitalismo de Estado. Buenos Aires: Ediciones Libera, 1968.
- MONTEIRO**, Pedro M. A queda do Aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.
- MOSCA**, Gaetano. The Ruling Class. New York: McGraw-Hill, 1939.
- PARETO**, Vilfredo. Traité de Sociologie generale. Paris: Payot, 1919.
- ROUANET**, Sergio Paulo. Mal-Estar na Modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SAINT-PIERRE**, Héctor L. Max Weber: entre a Paixão e a Razão. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- SANTOS JÚNIOR**, Jair dos. As categorias weberianas na ótica de Raymundo Faoro: uma leitura de Os Donos do Poder. Campinas: [s. n.], 2001. (Dissertação defendida no

- Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP).
- _____. "As categorias weberianas na ótica de Raymundo Faoro: uma leitura de Os Donos do Poder". In: Revista Trapézio. N° 5/6/7. 2003-2004.
- SCHWARTZMAN**, Simon. Bases do Autoritarismo Brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- _____. "Atualidade de Raymundo Faoro". In: DADOS. Vol. 46, n. 2. 2003.
- SCHWARZ**, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- _____. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- _____. Dois Meninas. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- _____. "Leituras em Competição". In: Novos Estudos Cebrap. N° 75. São Paulo, 2006. Pp. 61-79.
- SENEDA**, Marcos C. Infinitude e Seleção: um compromisso weberiano com o concreto. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1993. (Monografia, Departamento de Sociologia)
- SKINNER**, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- _____. Razão e Retórica na filosofia de Hobbes. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- SOUZA**, Jessé. (org.). "A ética protestante e a Ideologia do atraso brasileiro". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 13(38).
- _____. O malandro e o protestante. DF: Edunb, 1999.
- _____. A Modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: EDUNB, 2000.
- URICOECHA**, Fernando. O Minotauro Imperial: a Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.
- VERÍSSIMO**, José Luis. "Introdução". In: História da Literatura Brasileira. São Paulo: Record, 1998.
- WAIZBORT**, Leopoldo. "Influências e Invenção na Sociologia Brasileira". in: O que ler na ciência social brasileira (1970-2002). Vol. 4. São Paulo: ANPOCS/Ed. Sumaré, 2002.
- WEBER**, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Livraria Pioneira, 1996.
- _____. "A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais". In: **COHN**, Gabriel. Weber. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. "A objetividade do conhecimento nas Ciências e na Política Sociais". In: Fundamentos da Sociologia. 2. ed. Lisboa: Rés.
- _____. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1968.
- _____. Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol. 1 e 2. Brasília: UNB, 1999.
- _____. Metodologia das Ciências Sociais. Parte I e II. São Paulo/Campinas: Cortez/Ed. UNICAMP, 1992.
- WERNECK VIANNA**, Luiz. "Weber e a Interpretação do Brasil". Novos Estudos CEBRAP. N. 53. 1999.